

HOMERO DE OLIVEIRA COSTA ⁿ

A INSURREIÇÃO COMUNISTA DE 1935:

O CASO DE NATAL(RN)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UNICAMP, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

*Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão julgadora
03/04/91*


Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues, 1991

CAMPINAS, SÃO PAULO

1991

BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

03/04/91 3234

Para meus amados Pais
Francisco Pedro da Costa
e Delfina Evangelista da
Costa

A G R A D E C I M E N T O S

Inicialmente agradeço ao Leôncio Martins Rodrigues Orientador e amigo pelo estímulo crítico e orientação conscienciosa.

Ao amigo Pedro Vicente Costa Sobrinho por suas leturas criteriosas, sugestões e estímulos. Sem ele, difficilmente este trabalho teria sido possível.

Ao amigo Marco Aurélio Garcia que discutiu comigo, a formulação inicial do trabalho e a quem devo preciosas e fundamentais contribuições.

A Lucila e Carlos Braga pela revisão criteriosa da parte gramatical e a Rildeci Medeiros pelo trabalho de normatização bibliográfica.

A José Borges de Albuerque Maranhão pelo trabalho de datilografia.

S U M Á R I O

RESUMO	Pág. 07
INTRODUÇÃO	13
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	13
Capítulo I	
<u>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL</u> <u>E A III INTERNACIONAL COMUNISTA</u>	14
1. O PCB e a III Internacional Comunista	16
2. Sobre o Movimento Tenentista	19
3. O sexto Congresso da IC e o III Congresso do PCB	22
3.1 - O PCB 1930-1935	28
3.2 - A Aliança Nacional Libertadora	34
3.3 - O VII Congresso da Internacional Comunista	39
Notas Bibliográficas	44
Capítulo II	
<u>CONJUNTURA HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO NORTE (1930-1935)</u> .	49
2.1 - As forças políticas em jogo	49
a) O comportamento das elites: a interventoria de Mário Câmara e a reação oligárquica	49
b) A contestação popular: a organização da classe trabalhadora no Rio Grande do Norte	80
b.1 - As greves	85
c) As forças de oposição: o PCB, a ANL e a Ação Integralista no Rio Grande do Norte	91
c.1 - O Partido Comunista do Brasil	91
c.2 - A Aliança Nacional Libertadora	96
c.3 - A Ação Integralista	97
Notas Bibliográficas	102

Capítulo III

OS LEVANTES DE 23 A 27 DE NOVEMBRO DE 1935

1. Natal	112
1.1 - Natal, 23 de novembro de 1935	120
1.2 - A interiorização do movimento	148
1.3 - Uma guerrilha no oeste do estado: 1935-1936	164
2. Os levantes no Recife e Rio de Janeiro	
2.1 - Recife	177
2.2 - Rio de Janeiro	180
3. A articulação dos levantes em alguns quartéis do Nor- deste	185
Notas Bibliográficas	200

Capítulo IV

ANÁLISE DOS PROCESSOS DO RIO GRANDE DO NORTE	211
Notas Bibliográficas	230

Capítulo V

REVISÃO CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA SOBRE A INSURREIÇÃO DE NOVEMBRO DE 1935 EM NATAL	231
a) A infiltração policial e o "caso" do telegrama falso .	232
b) Sobre a adesão ao movimento	237
c) Alguns equívocos	240
d) As explicações sobre o levante em Natal: uma revisão .	246
Notas Bibliográficas	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
ANEXOS	276
BIBLIOGRAFIA	320

R E S U M O

O objetivo principal da pesquisa que realizamos foi o estudo sobre o levante do 21º Batalhão de Caçadores (unidade do Exército) em Natal no dia 23 de novembro de 1935 e dos quatro dias em que os revoltosos tomaram o poder, tanto na capital, quanto em um expressivo número de municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte. Os resultados do nosso estudo foi que este levante foi articulado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista e, mais especificamente, pela cêcula militar e sua direção em Natal. Isso significa dizer que o levante não teve nada a ver com a ANL (Aliança Nacional Libertadora) o que contraria as versões correntes sobre esse acontecimento, nem com possíveis infiltrações policiais ou telegramas falsos. Para compreender esse levante tornou-se necessário levantar o marco cronológico, fazendo uma reconstituição da história do Rio Grande do Norte pelo menos desde .. 1930 e particularmente 1933 quando se inicia uma renhida luta pelo poder político local. Ao mesmo tempo tornou-se imprescindível compreender a trajetória dos seus principais protagonistas: o Partido Comunista do Brasil e este por ser uma seção da III Internacional Comunista, as inflexões desta nas determinações de suas políticas internas e do 21 BC, de uma conturbada trajetória na década de 1930. Para isto, foi usado um método histórico tendo como fontes de pesquisas jornais da época, entrevistas e memórias contemporâneas, uma revisão crítica da bibliografia publicada e os autos dos Processos do Tribunal de Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

O surto dos estudos da história do Brasil contemporâneo nos últimos anos tem sido bastante significativo. Esse processo de alto exame nacional tem contribuído muito para a compreensão da realidade brasileira. Mesmo assim, apesar das grandes contribuições em todas as áreas, muito ainda resta fazer em todas elas. Há acontecimentos históricos de inegável importância para o Brasil contemporâneo que não foram ainda suficientemente estudados e entre esses situamos o levante de 23 de novembro de 1935 da unidade militar do exército brasileiro, o 21 BC (Batalhão de Caçadores) em Natal, no Rio Grande do Norte.

Enfocaremos nossos estudos mais especificamente sobre os acontecimentos no Rio Grande do Norte, contextualizando-os e vinculando-os ao contexto nacional. Tal perspectiva, se justifica, não só pelo fato do Rio Grande do Norte ser o único estado onde os insurretos tomaram o poder, mesmo fazgamente, como pela inexistência de estudos e pesquisas nesse sentido. Como diz Moacir OLIVEIRA FILHO, "apesar da importância histórica do movimento conhecido como a insurreição comunista e chamado discricionariamente pelos militares, "de intentona comunista", o material bibliográfico disponível sobre o assunto, se não chega a ser precário, é, sem dúvida, cheio de lacunas. Principalmente no que diz respeito, exatamente, aos quatro dias em que Natal estava sob o domínio do governo popular revolucionário".(1)

A pretensão maior deste trabalho é colaborar na tentativa de incorporar às inflexões históricas e políticas um

estudo específico sobre esses acontecimentos e procurar demonstrar que o levante do 21 BC em Natal foi articulado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista.

No que diz respeito ao Rio Grande do Norte, a fonte fundamental de nossa pesquisa foram os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, que estão no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Ao todo foram 41 processos analisados (alguns com até 11 volumes e aproximadamente 500 páginas cada um) com um total de 1.041 indiciados (vê anexos I e II).

As dificuldades para a realização deste trabalho, foram inúmeras, principalmente em Natal-RN, dado a precariedade das fontes de pesquisa, em especial os Arquivos Públicos, com lacunas consideráveis quanto a aspectos essenciais da história local, como por exemplo, o arquivo de jornais da época. Em 1935, Natal tinha quatro jornais diários e apenas dois foram localizados: um no arquivo público do estado (o jornal "A República" órgão oficial do governo) e outro na Diocese de Natal (o Jornal "A Ordem" de orientação integralista, que foi fundado em 14.07.35). Quanto aos demais, "A Razão", órgão do Partido Popular, e de oposição ao Interventor Mário Câmara, foram encontrados apenas alguns poucos exemplares na Biblioteca da Fundação José Augusto (Natal) e o "Jornal" pertencente a Café Filho, só foi possível localizar dois exemplares ... no Museu Café Filho! (Foram pesquisados alguns arquivos particulares, que também não tinham jornais da época). - Agora isso, a bibliografia publicada sobre o Rio Grande do Norte na década de 30 é escassa e insuficiente (incluindo até as obras de Luiz da Câmara Cascudo, entre elas a volumosa "a história do Rio Grande do Norte que não faz sequer referência

aos acontecimentos de novembro de 1935". E só recentemente foram escritas dissertações de mestrados por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre o período.⁽²⁾ - Quanto aos arquivos policiais do Estado não foi possível localizar qualquer documentação (sabe-se que na década de 1950 foram queimados diversos arquivos pelas autoridades policiais de Natal, referentes a insurreição comunista de 1935). O Partido Comunista local, protagonista dos acontecimentos, por sua vez, também não possui nenhuma documentação desse período. Na década de 1940 quando da legalidade do Partido (1945-47) o secretário local do partido, Sr. Poti Aurélio Ferreira, organizou um arquivo que continha alguns documentos de 1935, no entanto, com a decretação da ilegalidade, o partido decidiu queimá-los⁽³⁾.

A referência ao Partido Comunista é fundamental: a nível mais geral, o Partido até hoje não ofereceu qualquer exame desses acontecimentos ostentando um constrangido silêncio no curso de sua história e com isto demonstrando uma enorme dificuldade em enfrentar esse problema e oferecer uma honesta e corajosa auto-crítica. Como diz Marco Aurélio Garcia, "... até hoje incapaz de ter oferecido um balanço sistemático de um acontecimento cuja importância transcende de muito a história do Brasil contemporâneo".⁽⁴⁾

O primeiro documento oficial do PCB sobre esses acontecimentos é o informe de Prestes por ocasião da realização do IV Congresso, em 1954, onde faz uma mitigada auto-crítica. "... Já em 1935, apesar da justa orientação do partido, procurando unir as mais amplas forças anti-imperialistas e anti-feudais da ANL, a influência do radicalismo pequeno-burguês

na direção do partido, sob a forma específica do chamado "golpismo tenentista", levou-nos a cometer o grave erro de precipitar a insurreição quando ainda eram débeis as nossas forças, quase inexistentes a aliança operário-camponesa. Para o triunfo da revolução popular é indispensável ganhar o apoio dos soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição popular a uma luta armada só nos quartéis era um erro que teria que levar, como levou, à derrota do movimento de 1935".⁽⁵⁾

E, como o Partido era uma seção da III Internacional Comunista, tentar compreender esses acontecimentos sem entender a inflexões da IC nas diretrizes do PCB e o papel que cada um deles assumiu, seria obscurecer elementos importantes para a compreensão do levante. Mas, como chama a atenção GARCIA "não se pode reduzir de forma simplificada a insurreição de 1935 a mão de Moscou", [como pretende aliás a propaganda oficial - repetida à saciedade nos últimos 50 anos], mas não se pode ocultar o fato de que a Internacional havia dado sua sanção a esta via dentro do marco geral das Políticas da Frente Popular"⁽⁶⁾

No entanto, é a análise do levante do 21 BC em Natal, o objeto de nossa pesquisa na qual procuramos demonstrar que, se de um lado havia uma efetiva preparação para um levante armado pelo PCB (seu "braço armado") e mais especificamente pelo Prestes e os militares que entraram no Partido (com ele), contando com o apoio da IC, por outro lado, seu sucesso, mesmo que fugaz em Natal, se explica em função da situação específica da cidade e do Estado do Rio Grande do Norte naquele momento e do próprio 21 BC.

O trabalho está dividido em cinco capítulos cuja distribuição obedece a seguinte ordem:

No primeiro capítulo, faremos um breve exame das relações entre o Partido Comunista Brasileiro e a III Interna - cional Comunista, fundamentais para se entender o levante do 21 BC em Natal, na medida em que, naquele momento se articulava um levante armado a nível nacional (no curso do trabalho dou indícios de como havia essa articulação a nível do Nordeste).

O segundo capítulo trata da situação política do Rio Grande do Norte, do período entre 1933, quando das eleições para a Constituinte, até a data do levante em 23 de novembro de 1935, incorporando informações e análises quanto às forças políticas em jogo; o comportamento das elites locais e as forças oposicionistas; o partido comunista, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, além da situação das classes trabalhadoras no Estado (organização síndical, greves etc.).

No capítulo III, há uma descrição minuciosa do levante do 21 BC e dos 4 dias em que os revoltosos tomam a cidade de Natal e sua extensão a alguns municípios do interior do Estado, ou seja, como se dá a ocupação dessas cidades; a organização de uma "guerrilha" na região do Baixo-Açu pelo Partido Comunista e finalmente algumas considerações sobre os levantes no Rio e Recife e a articulação de levantes em alguns quartéis das capitais nordestinas.

Quanto ao IV. Capítulo, há uma análise dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao

ao Rio Grande do Norte (1935).

E, finalmente, o Capítulo V, há uma revisão crítica da bibliografia publicada sobre a insurreição de 1935 e mais especificamente a que faz referência ao caso de Natal

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) OLIVEIRA FILHO, Moacir. Praxedes um operário no poder "A insurreição comunista de 1935 vista por dentro". São Paulo: Alfa Ômega, 1985. Introdução. P. XI.
- (02) Há três excelentes dissertações do Mestrado de Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: - LINDOSO, Antônio Spínelli, A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930-1935. - UNICAMP, São Paulo, 1989. FERREIRA, Brasília Carlos, - PUC, São Paulo, 1987 e MARTZ, Marlene da Silva. A revolução de 30 no Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Pernambuco, 1984.
- (03) Entrevista realizada pelo autor com o Sr. Poti Aurélio Ferreira em 21 de janeiro de 1988.
- (04) GARCIA, Marco Aurélio. 1935: A face oculta da insurreição, in Jornal Em Tempo nº 79, p. 10-11.
- (05) Informe do balanço do comitê central do PCB, in Revista Problemas, nº 64, dezembro de 1954/fevereiro de 1985 - p. 90-91.
- (06) GARCIA, op. cit, p. 10.

CAPÍTULO I - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O PCB E A III INTERNACIONAL COMUNISTA

Acontecimentos complexos, como os de Natal, Recife e Rio de Janeiro no período compreendido entre 23 a 27 de novembro de 1935, podem ser apontados, com toda razão, como um momento de inflexão na trajetória do Brasil contemporâneo. O objetivo deste trabalho, como já salientamos, é um estudo específico do levante do 21 BC em Natal no dia 23 de novembro de 1935, dando origem aquilo que a historiografia oficial qualificou de "Intentona Comunista". Antes do exame da situação do Estado do Rio Grande do Norte naquele momento — e de Natal em particular — fundamentais para a compreensão do levante, é preciso antes de mais nada, alargar o marco cronológico, incorporando alguns componentes sem os quais não é possível compreendê-los: a trajetória do Partido Comunista do Brasil (1935 significará, de certa forma, uma ruptura com o PCB anterior); o movimento tenentista (1935 significará também o esgotamento de um ciclo de rebeliões militares) e a III Internacional Comunista, cujo nome, não sem razão, se acha associada a esses acontecimentos. Procurarei demonstrar que o levante de 23 de novembro de 1935 no quartel do 21 BC (Batalhão de Caçadores) em Natal — e seu êxito, mesmo que fugaz — se dá, em grande parte, em função da especificidade da conjuntura do Estado naquele momento) e que ele foi concebido, articulado e dirigido pelo Partido Comunista do Brasil (mais especificamente sua direção em Natal) que por sua vez se achava inserido na articulação de um levante a nível nacional (no curso do trabalho dou indícios de como havia, efetivamente, essa preparação a nível do Nordeste ou, mais especificamente, nas unidades militares do exército sediadas nas capitais).

Essa articulação, não pode ser compreendida sem vinculá-la à Internacional Comunista. Isto não quer dizer que o levante de Natal (seguidos de Recife e Rio de Janeiro) pode ser resumido à fórmula: "Moscou quis, autorizou, o levante aconteceu". Seria simplismo reduzir a questão dos levantes a simples manipulação dos comunistas nacionais pela Internacional Comunista. Como diz Marco Aurélio Garcia "a questão da Conexão Internacional do levante de 1935 é emblemática das dificuldades enfrentadas pela historiografia do comunismo no Brasil. A história oficial reduz a 'intentona' e 'mão de Moscou' que teria instrumentalizado 'maus brasileiros'".(1)

Não se pode deixar de levar em conta a complexidade, dos determinantes nacionais, (e mesmo internacionais) e as particularidades nacionais (e regionais) nas determinações das diretrizes políticas do PCB. Mesmo assim, a meu juízo, a vínculação do PCB à Internacional Comunista é fator explicativo para a perspectiva insurrecional. Como diz Pinheiro em sua tese de Livre Docência: "... feito o curso da pesquisa, nos surpreendemos ainda, na comparação com outros Partidos Comunistas, como pesou a orientação do CQMITERN nas principais e cruciais decisões do (PCB) entre 1924 e 1935 no Brasil".(2)

1 - O PCB E A III INTERNACIONAL COMUNISTA

Há uma tese amplamente consagrada pela historiografia, apoiada por um respeitável acervo empírico (depoimentos, escritos de dirigentes etc) que mostra como, desde suas origens, há uma relação estreita, uma vinculação orgânica e política, entre o PCB e a III Internacional Comunista.

Zaidan⁽³⁾ tem sido um estudioso desse período que, de forma mais consistente, tem questionado esta tese. Para ele o próprio legado anarco-sindicalista — de onde se originam os quadros iniciais do partido — já é um problema em si mesmo, da do seu ecletismo ideológico e sua forma de recepção nos meios operários brasileiros. A tese de Zaidan é que o PCB desenvolve uma reflexão original nos anos 20, vinculada à realidade brasileira, salientando os aspectos nacionais da elaboração teórica-política dos comunistas brasileiros e que "o caráter da sujeição do PCB, em relação à Internacional Comunista, deve ser entendido mais em função das carências teóricas e políticas dos brasileiros do que da ingerência burocrática e mecânica e 'estrangeira' do COMINTERN na vida do partido" e ainda "... é preciso lembrar que o PCB nasceu à margem da IC, tendo procurado o seu reconhecimento junto a ela através de uma delegação ao IV Congresso do COMINTERN, nos meses de novembro e dezembro de 1922. E que mesmo assim só foi aceito como membro efetivo de suas fileiras em princípios de 1924".⁽⁴⁾ No entanto, ele mesmo reconhecerá como a partir do VI Congresso do IC há a influência decisiva do IC em relação ao PCB, especialmente com a ascensão de Stálin em 1928, é reconhecida quanto aos "aspectos nacionais" na elaboração teórica por parte dos comunistas brasileiros, é reconhecida por Pínheiro: "... durante toda a

evolução do PCB haverá inúmeros sinais de levar em conta a realidade nacional. Reduzir simplesmente a relação entre o PCB e a IC à imposição das fórmulas do COMINTERN seria negar a existência dos comunistas num contexto nacional".(5) Contudo, ele é o autor da forma mais documentada, mostra como, após 1928, a IC vai exercer um papel fundamental na formulação das políticas internas do PCB.

Em relação a este aspecto, creio que não há dúvidas quanto às relações entre o PCB e a IC desde o seu surgimento - (é expressivo o fato de que por ocasião da realização do I Congresso do PCB em março de 1922 o primeiro ponto da pauta a ser discutido é exatamente as famosas 21 condições que a III IC havia estabelecido para os partidos comunistas que a ela se filiassem).(6)

Del Royo num estudo sobre as alianças políticas do PCB (1927 a 1935) diz: "... entre 1927 e meados de 1929 vinha se formando no PCB um grupo dirigente, ao mesmo tempo que, de modo relativamente autônomo, procurava-se formular teoricamente um projeto revolucionário centrado na classe operária buscando compreender os mecanismos da crise de dominação oligárquica. Essa relativa autonomia de elaboração da linha política em relação a IC terminou no momento que se estabeleceu a ditadura stalinista na União Soviética em meados de 1929, estendida às seções da IC na mesma época em que aumentava o interesse pela América Latina e particularmente pelo Brasil".(7)

Pínheiro, apoiado numa extensa bibliografia e documentos da III Internacional Comunista, ao mesmo tempo em que mostra como se dá o vínculo entre ambos, amplia as versões co-

nhecidas, inserindo a análise em dois contextos historicamente distintos: o movimento comunista internacional e o sistema político nacional, mostrando que, apesar da influência da URSS havia "durante toda a evolução do movimento comunista no Brasil inúmeros sinais da tentativa de levar em conta a realidade nacional" (8) e reconstitui o quadro em que essa articulação se dá: a subordinação dos interesses nacionais e internacionais; o papel do COMINTERN; o contexto da guerra civil sobre-determinando a organização da IC e seu funcionamento, rastreando com muita propriedade os primeiros contatos da IC com os PCs latino americanos e reconstitui a fundação tanto do PCB quanto da III Internacional Comunista. (9)

O que nos interessa destacar aqui são os aspectos da determinação da linha política do PCB pela Internacional Comunista, e conforme afirmamos, essa determinação se dará de forma decisiva a partir da realização do VI Congresso da III Internacional Comunista, em 1928 até 1935 (até este ano o PCB irá realizar três congressos e a III Internacional, sete. Pinheiro(10) e Canali(11) reconstituem com bases documentais esses congressos). O que nos interessa destacar aqui é que, como diz Pinheiro "... é após a realização desse Congresso (VI) que é possível compreender a escolha feita pelos comunistas (e pela IC) ... que determinarão de alguma forma a sucessão de eventos até 1935 — tanto no formato da ANL, como na insurreição armada". (12)

2 - SOBRE O MOVIMENTO TENENTISTA

Antes de discutir a realização desses dois Congressos, é importante situar o movimento tenentista porque ele vai ajudar a compor um quadro no qual a IC e o PCB, farão determinadas leituras sobre a realidade brasileira e isso, de certa forma, terá implicações na formulação da perspectiva insurrecional.

Não é nosso objetivo discutir de forma mais aprofundada o movimento tenentista. Nesse sentido, ver a excelente obra de José Augusto Drummond.^[13]

Mas cabe destacar alguns aspectos: o marco inicial do que passou a ser considerado como "movimento tenentista" foi o dia 5 de julho de 1922 (que passou à história como a "revolta do forte de Copacabana") que visava, no fundamental, impedir a posse de Artur Bernardes. Em 1924 articula-se uma nova revolta que muitos iriam considerar como uma continuidade, mas que, no entanto, foi diferente: em 1922, por exemplo, os tenentes que se revoltaram se diziam comandados pelo Marechal Hermes da Fonseca, o oficial mais graduado do exército brasileiro, presidente do Clube Militar, que naquele momento estava preso (e que, portanto, não os comandou), em 1924, o movimento é muito mais amplo e se desloca do Rio para São Paulo, incorporando outras reivindicações, de caráter democrático, como o respeito aos direitos individuais, o restabelecimento do Habeas Corpus, críticas a lei de imprensa, etc. e desta vez tiveram um comando: o do General de Reserva Isídoro Dias Lopes, que efetivamente participou da conspiração. E mais: entre os dias 9 e 27 de julho eles ocupam a cidade de São Paulo. Mas é

preciso acrescentar que esse movimento não foi isento de contestação por parte do próprio exército, como foram, por exemplo, os casos de Pernambuco e Sergipe que não aderem ao movimento. Quais eram os objetivos dos "Tenentes"? eles formulavam críticas quanto ao funcionamento das Instituições Republicanas, mas, no essencial, não visavam modificar a estrutura política da dominação, estabelecida com a Proclamação da República. O objetivo era afastar as oligarquias do poder, razão principal da "desagregação dos costumes" e das instituições políticas. Mas, um aspecto importante: as críticas não eram apenas ao governo civil, mas também aos seus colegas militares superiores que optaram pela legalidade e assim se tornando aliados dos políticos que os tenentes qualificavam de "corruptos". É preciso considerar também que o movimento tenentista não era homogêneo nem tampouco majoritário no seio do exército e sequer entre os próprios tenentes. Desde o início, os tenentes que articulam as rebeliões e que dela participam são minoritários (ver. Drumond, op. cit. e para maiores detalhes dos fundamentos do tenentismo enquanto cisão política do exército brasileiro, ver P. 77 a 89). Houve pelo menos três grupos distintos: parte participa do movimento de outubro de 1930 e se integra ao aparelho de estado, assumindo diversas interventorias; outra parte adere ao Integralismo (em escala bem menor) e a sua ala mais radical, minoritária, passa, posteriormente, a integrar a ANL, e aderindo ao PCB (Prestes, Silo Meireles, Agildo Barata, Trifino Correia, Otacílio Lima, etc.) e que terão um papel fundamental para o desencadeamento dos acontecimentos de novembro de 1935.

A nível mais geral, podemos dizer que o movimento te

nentista não é o mesmo no período compreendido entre 1922-1930. As rebeliões de 1922 são diferentes da de 1924, assim como essas são diferentes da de 1926. A característica comum dessas rebeliões é o sentido marcadamente militarista (e a coluna Prestes será exatamente o maior feito dos tenentes e a melhor expressão de seu militarismo).⁽¹⁴⁾ Este é um aspecto importante. Nesse período, tanto o PCB quanto a Internacional Comunista, vão fazer determinadas "leitur" tanto das revoltas tenentistas, como da coluna Prestes, que, com seus exageros se transformarão em "peças imaginárias que irão ajudar a compor para a III Internacional Comunista a possibilidade de sucesso de uma insurreição armada no Brasil".⁽¹⁵⁾ "... a leitura da IC em relação as revoltas tenentistas é a de que parcela da pequena burguesia se empolgaram com os movimentos tenentistas, a massa operária e a burguesia industrial (...) essas indicações sobre a alta qualificação que a IC tinha desses movimentos oferece indicações para entender o apoio de alguns dirigentes da IC a revolta militar de 1935".⁽¹⁶⁾

Mas é só com o surgimento da ANL, em março de 1935, que vai se constituir na única fase em que uns poucos tenentes se preocupam em mobilizar o apoio das massas populares para os seus objetivos, e é a sua ala mais radical. E, de qualquer forma, as propostas da ANL vão destoar muito de tudo aquilo que o tenentismo tinha defendido desde 1922 mas que, e isso é importante, apesar de tudo não chegou a superar totalmente a concepção militarista, que vai se expressar nas rebeliões de novembro de 1935. (Sobre as relações entre Prestes, os Tenentes e a ANL e sua perspectiva insurreccional, basta ler o manifesto assinado por Prestes de 5 de julho de 1935, que serviu de pretexto para que a ANL fosse posta na ilegalidade).

3 - O VI CONGRESSO DA IC E O III CONGRESSO DO PCB

O VI Congresso da III Internacional Comunista foi realizado em Moscou de 17 de julho a 01 de setembro de 1928. O Brasil, que já havia sido aceito como "Seção da Internacional" em 1924, se faz representar enviando uma delegação composta de Leôncio Basbaum, José Lago Molares e Paulo Lacerda, sendo este último eleito para o "presidium" do Congresso como único representante da América Latina (que estava representada por delegados de 09 países, com um total de 16 membros).

A interpretação mais comum que se tem desse Congresso é que ele inaugura uma linha ultra-esquerdista no âmbito da Internacional Comunista e, conseqüentemente, estabelece a mesma linha para os partidos comunistas e ela filiados. Mas, como afirma Pinheiro, "... ao contrário do que várias interpretações afirmam, as teses do Congresso não ratificam uma linha ultra-esquerdista. Esta linha foi aplicada depois do congresso por Stálin. Assim, quando se pretende situar as linhas seguidas pelos comunistas brasileiros depois de 1935, seria errôneo supor que a radicalização decorre diretamente das discussões do VI Congresso da Internacional Comunista".(7)

Pinheiro analisa detalhadamente as teses da IC apresentadas neste Congresso e o que nos interessa aqui são os seus aspectos mais relevantes, como a intervenção de Bukarin, cuja principal conclusão era de que a tática de colaboração com a burguesia, que até 1927 tinha sido a doutrina oficial, devia ser rejeitada. A nova tática que deveria ser seguida pela Internacional Comunista para todos os países coloniais e semi-coloniais (que era a qualificação que o Brasil recebera) era a

luta da extrema esquerda. (18) É a partir desse Congresso que se acentua a tendência da URSS de controlar e dominar o movimento comunista mundial "... observada no V Congresso e plenamente realizada no VI Congresso". (19) As teses que são definidas para os países considerados como "coloniais" vão ter seu fundamento teórico na idéia de que o capitalismo havia atingido uma nova fase, na qual se adota uma atitude hostil em relação à URSS. Essa nova fase é chamada também de "terceiro período" e inaugura também uma nova fase da política externa da URSS, com a definição da "construção do socialismo em um só país". A idéia central foi desenvolvida por Bukharin. Essa formulação corresponde ao desenvolvimento do movimento operário, que seria determinado pelas distintas fases do desenvolvimento do capitalismo. O que ele considerou como o "primeiro período", tinha sido um período de crises agudas do capitalismo, abrangendo várias situações revolucionárias, que vão do período do pós-guerra até 1921 (e que correspondeu por sua vez a ações diretas por parte da classe operária); o "segundo período" vai até o ano de 1928 e é caracterizado por ser um período de estabilização do capitalismo (que teria sido iniciado com a derrota do proletariado alemão, em 1923) e finalmente, o chamado "terceiro período" que vai se caracterizar por uma grave crise do capitalismo.

E é justamente neste congresso, que aparece pela primeira vez uma discussão específica sobre a América Latina, que na leitura da Internacional, passa a ter uma grande importância no novo cenário internacional como "fonte de conflitos e novas guerras imperialistas" e mais especificamente no quadro do conflito entre os Estados Unidos e a Inglaterra, as duas

nações capitalistas mais poderosas e que, segundo Pinheiro, "vão transformar a América Latina num dos 'nós' estratégicos da situação internacional". (20) É neste congresso, como já dissemos, que vão surgir as noções de países coloniais e semi-coloniais. nos III, IV e V Congressos não se deu a devida atenção à questão colonial, oscilando os pontos de vista dos delegados das colônias, principalmente oriundos da Ásia, entre o apoio aos movimentos de libertação nacional mesmo quando de iniciativa da burguesia e a participação em movimentos exclusivamente sob a condução dos comunistas, combatendo-se, simultaneamente, o imperialismo e a burguesia nacional a este aliado. Neste congresso rediscute-se o papel da burguesia e a nova interpretação é de que as burguesias desses países não passam de aliados do imperialismo (inglês ou americano) e na qual a etapa revolucionária que se inaugura foi definida como "democrático-burguesa" (e, portanto, como etapa transitória da ditadura do proletariado). Segundo estas teses, o imperialismo alia-se com as classes dominantes da ordem social anterior, ou seja, com os senhores feudais e com a burguesia comercial e usurária. Com isso, reforçam-se as formas pré-capitalistas de exploração que impedem o desenvolvimento das forças produtivas (e, portanto, da industrialização). Curiosamente, estas teses terão muitas semelhanças com as idéias defendidas pelos teóricos do PCB nas décadas de 50 e 60...

Qual a participação da delegação brasileira sobre a elaboração das teses da IC para a América Latina? Nenhuma. E, ao que consta, não foi apresentado neste congresso, qualquer estudo específico da realidade brasileira. As referências feitas pelo delegado brasileiro, Paulo Lacerda, são, entre outras

afirmativas, as de que haviam no Brasil "massas camponesas em movimento" (possivelmente alusão à coluna Prestes, que, como se sabe, nada teve de "camponeses") e que expressa o pouco conhecimento da realidade nacional.

O que há de se destacar neste Congresso são duas coisas: primeiro, a definição de uma nova estratégia da Internacional Comunista, que vai corresponder à nova estratégia dos partidos comunistas a ela filiados e, em segundo lugar, as intervenções do delegado brasileiro, que, com afirmações como as já aludidas, completamente fantasiosas, vão de certa forma contribuir para ampliar as perspectivas da Internacional Comunista em relação à revolução no Brasil. Pinheiro, analisando as intervenções brasileiras neste Congresso, diz: "... eles desenvolvam com mais clareza os princípios de análise política que passarão a demarcar a política dos partidos comunistas na América Latina. De certo modo, prenunciam os documentos e os textos que serão publicados entre 1928 e 1935, uma crescente radicalização para a esquerda".(21)

Em julho de 1929, é realizado em Buenos Aires o 19º Congresso dos Partidos Comunistas latino-americanos, no qual as teses da Internacional Comunista, definidas no VI Congresso, são ratificadas. E, desta forma, não apenas na América Latina, mas nos países qualificados de "coloniais" e "semi-coloniais" as análises de suas respectivas formações sociais não terão como base a "análise concreta da realidade concreta" como ensinava Lênin, mas a redução de toda a ação do Estado, do Governo e das classes dominantes destes países a meros marionetes de uma articulação entre os imperialismos americano e inglês. Não se verá outra, aliás, a compreensão do PCB em relação à revolução

de 1930, segundo a qual esta não seria mais do que a expressão da luta entre os imperialismos inglês e americano, numa revelação inequívoca da obediência às diretrizes da Internacional Comunista, revelando uma total ausência de autonomia na elaboração de análises específicas.

As teses da III Internacional definidas no VI Congresso foram ratificadas no III Congresso do PCB realizado em fins de 1928 e início de 1929: "... tendo realizado o seu III Congresso (...) o PCB deixaria trair pela primeira vez, a influência direta da estratégia política da IC em suas teses relativas à Questão Nacional".(22) A aplicação das novas diretrizes, estabelecidas no VI Congresso da IC e ratificadas pelo PCB, traz consequências imediatas a nível da organização interna, expressa naquilo que ficou conhecido como "proletarização do partido", que se fará mediante a promoção dos militantes de origem operária e rejeição dos intelectuais de origem "burguesa": é o caso de Astrogildo Pereira, um dos fundadores do Partido, que é expulso em novembro de 1930, Leôncio Basbaum etc.

Data deste período a aproximação com Prestes, por parte da Internacional Comunista. Depois de percorrer mais de 25 mil quilômetros pelo Brasil numa coluna que recebera seu nome — e sem que tivesse havido qualquer derrota militar — Prestes se exila no início de 1927 na Bolívia, indo em seguida para Buenos Aires. Em maio de 1930, funda a Liga de Ação Revolucionária (LAR), tendo antes rejeitado a proposta de Vargas para ser um dos comandantes militares do movimento que passaria à história como "revolução de 1930".(23) Por ocasião do lançamento do LAR, é lido um manifesto. Segundo Pinheiro: "... lido esse texto, da perspectiva de IC estaria a incorporação

da estratégia, da tática da insurreição popular, das palavras de ordens recomendadas pelo menos desde o VI Congresso. As propostas repetem, às vezes quase literalmente, as análises e as propostas da IC quanto ao imperialismo, o governo a ser constituído e as palavras de ordens, o que vai demonstrar a familiaridade de Prestes com os textos da IC".⁽²⁴⁾ Apesar disso, esse manifesto será duramente criticado pela direção do PCB, através do jornal oficial do Partido (A Classe Operária), que o considera como "contra-revolucionário". Em maio de 1931, Prestes é convidado para ir à URSS onde fica até abril de 1935, quando retorna clandestinamente ao Brasil, já como membro do COMINTERN e do PCB (foi aceito em agosto de 1934, por imposição da IC), a fim de preparar a insurreição, juntamente com alguns assessores da IC (Prestes que paradoxalmente havia se distanciado do PCB -- que não o aceitava -- nos primeiros anos da década de 30, se aproxima do "Centro de revolução mundial").

A reconstituição do período que vai do exílio de Prestes em Buenos Aires até o seu retorno clandestinamente ao Brasil, assim como da trajetória do PCB nesse período, está feita.⁽²⁵⁾ Para fins de nosso trabalho, destacaria alguns aspectos da história do PCB e da IC no período que vai de 1930 a 1935.

a) - O PCB: 1930-1935

O período que vai de 1930 até julho de 1934, quando ocorre a 1.^a Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, pode ser considerado como "os anos de radicalismo obreiro e do ultra-esquerdismo iniciados com o VI Congresso".(1.) Conforme já salientamos, a partir do VI Congresso da IC o PCB definirá suas políticas tendo como referência as resoluções tomadas no Congresso. Esse período vai se constituir no auge do sectarismo: os intelectuais são afastados, não existindo mais na direção do partido nenhum dos seus fundadores -- ou são expulsos, como Astrogildo Pereira, em novembro de 1930 ou simplesmente saem, como foi o caso de 'Pimenta' em 1928. Há também um rigoroso combate ao prestismo e "suas influências pequeno-burguesas". É um período que também vai se caracterizar por constantes mudanças na direção do partido. Nada menos do que 08 secretários gerais em quatro anos.

Em julho de 1934, quando se realiza a Primeira Conferência Nacional do PCB, é eleito para a secretaria geral do partido, a polêmica figura de Antonio Maciel Bonfim "(Miranda)" que, há apenas dois anos tivera sua inscrição rejeitada no partido por se tratar de alguém ligado a Prestes ("Miranda" era Sargento do Exército e havia pertencido a efêmera LAR, criada por Prestes na Argentina).

Um mês depois, Prestes é aceito pelo partido, quando, residindo em Moscou, já era membro do COMINTERN. Com sua entrada e com "Miranda" na direção do partido, há a entrada também de militares "Prestistas", que passam a assumir posições de comando.

Leôncio Martins Rodrigues num ensaio inovador do ponto de vista da interpretação sociológica, em que analisa os primeiros 40 anos de existência do PCB, diz que o fator determinante na opção pela via insurreccional e das características de "quartelada" que o levante adquiriu foram "as modificações, ocorridas na composição social do partido".(26) Para o autor, aquilo que ele vai qualificar de "quartelada da ANL" reflete a influência tenentista resultante da entrada da jovem oficialidade no interior de um partido comunista inexperiente e complementa "... na hipótese de que o PCB brasileiro fosse um partido com predominância de trabalhadores fabris, pensamos que uma eventual radicalização de sua prática política não estaria excluída. Porém, nesse caso, mais provavelmente, ela deveria levar a ocupação de fábricas, destruição de máquinas, greves etc., mas não a quartelada". E mais: a entrada de Prestes e dos militares vai significar uma mudança substancial na composição social do partido e que vai explicar, em última instância, a perspectiva insurreccional de novembro de 1935. (27) Pinheiro, na sua Tese de Livre Docência, mostra como esta perspectiva antecede não só a entrada dos militares no Partido, como mesmo de Prestes, ou seja, ela vai corresponder a antigas tendências no âmbito da Internacional Comunista.

No ano de 1934 estava marcada a realização em Moscou, do VII Congresso da Internacional Comunista, que não pode ser realizado, tendo sido adiado para agosto de 1935. Como os representantes da América Latina já estavam a caminho, não havendo tempo de comunicar-lhes a decisão do adiamento do congresso aproveitou-se a presença deles em Moscou e no mês de outubro foi realizada a III Conferência dos Partidos Comunistas Latino

Americanos e do Caribe. Esta conferência é importante para discutir a insurreição de 1935 porque há versões que dizem que ela foi decidida nesta conferência, na qual os casos do Brasil e de Cuba foram exaustivamente debatidos. E o caso de Foster Dulles: "... os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões a que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do COMINTERN (Terceira Internacional)".(28)

A referência para estas versões é a mesma: trata-se do livro de memórias de Eudócio Ravinês na época dirigente do Partido Comunista do Peru, que participa da reunião em que foi discutido especificadamente o caso do Brasil — e na qual "Miranda" e Prestes estavam presentes — e segundo ele, após acirradas discussões surgiram duas posições polarizadas: uma de Manuínski que defendia a insurreição armada para os países coloniais (era o caso do Brasil) enquanto outro dirigente da Internacional, G. Dimitrov, defendia a constituição de frentes populares para combater o fascismo. Com a divergência de posições, seguem-se as discussões, com representantes ainda da Argentina, México e Uruguai, e aí resolvem fazer um acordo, levando em consideração os informes sobre a situação brasileira: frentes populares para o Chile e insurreição para o Brasil. (29) — Leôncio Martins Rodrigues, ao analisar esta questão diz: "aparentemente na transição da tática do III Período para o de Frentes Populares, a alta cúpula da IC estava dividida e cedeu diante das opiniões dos partidos de um continente sobre o qual tinha poucas informações. Assim optou pela tática de Frentes Populares no Chile e levante armado no Brasil, em função das posições assumidas pelos partidos latino-americanos". (30)

Del Royo, no capítulo em que analisa a Internacional Comunista e a política de frentes populares, ao se referir a essa reunião, diz: "a definição pela linha insurrecional associada à política de frentes populares, foi apresentada provavelmente em reunião do Comitê (...) da IC com parte da delegação brasileira, prevalecendo a hipótese de que a insurreição se daria no primeiro semestre de 1936".(31)

Pínheiro, no entanto, descarta a hipótese de que a decisão para o levante tenha sido decidida nesta Congressão. Diz ele: "... não há como atribuir a revolta de 1935 simplesmente, a uma decisão fria de 'experimento' decidido em Moscou. Essa decisão, graças à desinformação que reinava ali, se houver. Cabe fundamentalmente à delegação brasileira ali presente".(32)

O ano de 1934 vai se caracterizar no Brasil por uma ascensão do movimento operário: há uma série de greves que se desencadeiam nas cidades mais importantes do país, como Rio e São Paulo, no norte (Belém), Nordeste (Recife, Natal e interior do Rio Grande do Norte). "... as campanhas contra a guerra e contra o fascismo ganharam amplitude, culminando com o violento choque entre anti-fascistas e integralistas, em São Paulo (outubro de 1934). Surgiram no país as frentes anti-fascistas, onde começou a ser quebrada, na prática, a separação entre comunistas, socialistas e tenentes esquerdizantes".(33)

No início de 1935 o PCB propõe a Formação de uma ampla aliança pela libertação nacional, incluindo operários, camponeses, a pequena burguesia e setores da burguesia nacional que estivessem dispostas a apoiar a luta anti-imperialista.

Em fevereiro de 1935 é lançado o manifesto programa

da Aliança Nacional Libertadora e em março, é aprovado um estatuto e eleita uma direção nacional provisória, sendo lançada publicamente no dia 30, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

Neste mesmo mês, no dia 11, a Classe Operária, órgão oficial do PCB que circulava clandestinamente, publica um artigo de "Miranda" onde ele diz: "... o governo terá que afrouxar, baterá em retirada diante de nossas guerrilhas multiplicadas por todo o Brasil e nós nos reuniremos em zonas seguras, tomaremos cidades e mais cidades, vilas e aldeias, formaremos nossos governos nos municípios e os nossos conselhos (soviets) eleitos por todos os camponeses, índios, negros, mestiços e brancos (...) o exército e a marinha do Brasil, formadas por nossos irmãos, nossos parentes, filhos e companheiros, confraternizarão conosco. Nos darão armas e munições. Não serão algozes do povo (...) "(34) Esses mesmos delírios, em relação à realidade brasileira, estarão presentes nos relatórios que o próprio "Miranda" apresentará por ocasião do VII Congresso da IC realizado em agosto de 1935, em Moscou.

A análise que vai presidir a constituição da ANL e a definição de suas políticas é uma análise que vai trazer em seu bojo as concepções catastrofistas que vão caracterizar o período anterior. Na 1.^a Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, realizado em Minas Gerais, no período de 8 a 16 de julho de 1934, há um informe que diz "... os grupos de cangaceiros multiplicam-se, articulam-se, começam a unir suas lutas, apoiados pelos milhares e milhares de coiteiros pobres, que surgem em todos os cantos do sertão (...) os cangaceiros não são bandidos. São lutadores a quem abrimos fraternalmente os

braços e cuja luta procuramos orientar pelo verdadeiro caminho". Ou seja, as análises da realidade brasileira estavam pautadas em considerações desse tipo, no qual os cangaceiros eram vistos como "camponeses em armas contra o latifúndio"; o próprio Prestes, num artigo publicado nesse período por uma revista da Internacional Comunista, tem essa mesma visão e os artigos e as intervenções de "Miranda", especialmente no VII Congresso da Internacional Comunista, vão corresponder à tentativa de compor um quadro no qual o que se evidencia é o aguçamento das contradições entre os imperialismos inglês e americano. Essa é uma visão que vem pelo menos desde a realização do VI Congresso, realizado em Moscou, em 1928, só que a conjuntura era outra. Nesse Interim, Hitler já havia ascendido ao poder na Alemanha e se aliava ao fascismo italiano. Essa visão terá que ser mediatizada pela necessidade de colá-la a um novo dispositivo teórico, que é a passagem do bloco das três classes (operários, camponeses e pequena burguesia) que corresponde ao chamado "Terceiro período" para o bloco das quatro classes aí sendo incluída a burguesia nacional. A nível da IC esta nova política é liderada por Dimitroff, que face a esses novos acontecimentos no plano internacional, defendia a formação de frentes populares e a Aliança Nacional Libertadora vai surgir no Brasil exatamente neste contexto.

b) - A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

A ANL foi criada legalmente em março de 1935, e, se é possível afirmar que sob influência do Partido Comunista seria falso reduzi-la ao partido, como diz Pinheiro: "sem haver condições de concluir pela iniciativa exclusiva do PCB quanto a criação da ANL, podemos dizer que os comunistas animaram a criação da Frente".(35) Nesse mesmo sentido, ou seja, de demonstrar que a ANL como frente única não foi uma criação do PCB, podemos citar José Nilo Tavares, Boris Fausto e Leila Hernandez.(36)

Montagna demonstra que a "ANL não se constitui numa criação do PCB com a finalidade de arregimentar massas e facção militar descontente para promover uma insurreição teoricamente comandada pela Internacional Comunista" e sim como uma frente única criada por personalidades de expressão social, tanto civis como militares e que abrigava várias organizações políticas da oposição, incluindo o PCB.(37) A ANL tem um grande crescimento no país - seu presidente é Herculino Cascado, capitão da Marinha e que havia sido Interventor no Rio Grande do Norte, de julho de 1931 a julho de 1932; e o Presidente de Honra, Luiz Carlos Prestes, que naquele momento estava em Moscou, e até ser posta na ilegalidade, no dia 11 de julho do mesmo ano, por decreto de Vargas, a tendência era de crescimento. Esta expansão se dá basicamente nos centros urbanos (a despeito das advertências de Dêmitrov...) e, a considerar os dados disponíveis, congrega fundamentalmente a classe média(38), embora sua atividade no Brasil tenha se diferenciado por região. No Rio Grande do Norte, por exemplo, atacava duramente oligarqui-

as estaduais (vide parte referente à ANL no Rio Grande do Norte) enquanto no Rio havia uma ênfase a liberdades civis, em São Paulo uma maior atuação na área sindicalista. Qual era seu programa? propõe uma luta antifascista, anti-imperialista e antilatifundiária, mas frisa que as medidas se mantêm dentro dos limites do modo de produção capitalista "... O Governo Popular Nacional Revolucionário não significa a liquidação da propriedade privada dos meios de produção, nem tomará as fábricas, ou seja, não propõe a liquidação da propriedade privada dos meios de produção, mas de liquidar o feudalismo e a escravidão. Em relação ao campo, o programa é explícito: o Governo Popular exigirá dos proprietários capitalistas o cumprimento da legislação social que será implementada pela revolução". Seu programa incorporava reivindicações de outras frentes que haviam se constituído no período anterior(39) e apresenta 05 exigências básicas:

01. nacionalização de empresas estrangeiras;
02. anulação de todos os débitos às nações imperialistas;
03. liberdades públicas;
04. distribuição das Propriedades Feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário;
05. o direito ao governo popular.

Leôncio Martins Rodrigues, ao analisar a ANL, diz que ela vai significar a união política da *intelligentzia brasileira* com a oficialidade nacionalista.(40) Montagna, ao analisar a ANL, salienta o papel do PCB nesta frente, salientando: "... com a entrada de Prestes no PCB, mudando sua atuação, passa

junto com sua cúpula e os assessores enviados pela IC, a tra-
mar as ocultas da ANL e das próprias bases do PCB uma insurrei-
ção visando derrubar o governo Vargas, que não constava nos
desígnios da Frente Única".(41)

Esta é uma argumentação importante. Na realidade, co-
mo diz Levine, ao se referir a ANL, ela "representou a primei-
ra tentativa jamais feita pelas esquerdas brasileiras de arti-
cular uma atividade nacionalista de massa em desafio ao siste-
ma vigente".(42) Mas isto não significava a adesão -- ou mes-
mo purgação da luta armada ou da insurreição. E a leitura dos
documentos da ANL mostram claramente isto, ou seja, não coloca-
va a questão da luta armada.

A tese de Montagna é que a partir da adesão de Pres-
tes e da reunião do Plenun do Comitê Central do PCB, na segun-
da quinzena de maio de 1934, a cúpula do Partido e o "Cavalhei-
ro da Esperança", iniciam um "tour de força" para impulsionar
a ANL em direção à radicalização extrema e à luta armada.(43)

A meu ver, é uma tese correta e isso vai ser expres-
so no Manifesto de Prestes do dia 05.07.1935 (data comemorati-
va da primeira revolta tenentista, em 1922), que tem um carã-
ter nitidamente insurreccional, apresentando a ANL como conti-
nuação direta do Tenentismo dos anos 1920 "... soam os canhões
de 1922" diz o manifesto no seu início e termina conclamando à
revolta armada e palavras de ordem como "todo o poder é ANL".-

Carlos Lacerda lê o manifesto de Prestes onde ele
anuncia publicamente sua adesão à ANL e faz violentas críticas
ao Governo Vargas, dando-lhe a oportunidade de usar a nova Lei
de Segurança Nacional (Decreto nº 299, de 04.04.35) colocando-

a na ilegalidade. No dia 11 de julho, a polícia invade a sede da ANL, confiscando documentos usados depois para provar a sua ligação com o exterior e com os comunistas.

O crescimento da ANL assustou o Governo e as classes dominantes brasileiras "... em pouco mais de três meses de vida legal e prática política, transformara-se em uma entidade nacional contando com mais de cem mil filiados pagantes em todo o território nacional".(43) O manifesto de Prestes foi um excelente pretexto usado por Vargas para torná-la ilegal.

Mas, se por um lado, deu um pretexto a Vargas, por outro, se incompatibilizou com os propósitos insurrecionais de Prestes e a cúpula do Partido Comunista, como bem o diz Montagna: "... este crucial manifesto, foi gestado e assinado com o intuito de fechar a ANL. Porque esta frente única estava atrapalhando os desígnios da cúpula do PCB, de Prestes e apaniguados, em virtude da ampla aceitação pelas massas urbanas de sua política nacionalista de alianças de classes e reformas sociais e políticas".(44)

c) - O VII CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

O VII Congresso da Internacional Comunista foi realizado em agosto de 1935 em Moscou, e contou com a participação de delegações de todos os partidos comunistas a ela filiados.⁽⁴⁵⁾ Resumidamente, pode-se dizer que a realização do VII Congresso foi consequência da nova conjuntura internacional, com a ascensão e consolidação do nazi-fascismo e que, portanto, havia necessidade de definir novas estratégias e, é exatamente no bojo das discussões sobre a estratégia, que surge a formulação da constituição de "Frentes Populares" defendida por George Dimitrov, do Partido Comunista Búlgaro e dirigente da III Internacional Comunista, que já vinha defendendo esta concepção bem antes da realização do congresso. Na exposição que fez em defesa da constituição de Frentes Populares. No dia 02 de agosto de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, Dimitrov se refere à Aliança Nacional Libertadora (ANL), que é citada como exemplo a ser seguido. "No Brasil, o Partido Comunista tendo lançado as bases para o desenvolvimento de uma Frente Única anti-imperialista através da constituição da Aliança Nacional Libertadora, tendo feito todo o esforço para alargar esta Frente, atraindo em primeiro lugar e antes de mais nada, os milhões de camponeses, levando completamente à formação de unidades de um exército revolucionário popular, completamente devotado à revolução e ao estabelecimento do governo da ANL".

Essa referência feita por Dimitrov em relação a ANL será usada posteriormente -- e repetida com insistência -- pelos militares brasileiros, para mostrar os vínculos do COMINTERN com a ANL, tido como extensão do Partido Comunista e responsável pela "Intentona Comunista".

Em que consistiam essas "Frentes Populares"? Fundamentalmente abranger numa frente ampla todos os setores sociais e partidos que tivessem como objetivo primordial a luta contra o nazi-fascismo. O objetivo não era mais a derrubada ou destruição do capitalismo, mas uma nova forma de governo, uma democracia definida como "de tipo novo". A estratégia que havia sido definida no VI Congresso, inaugurando o chamado "terceiro período" e ratificada pelos Partidos Comunistas filiados à IC, devia ser substancialmente alterada. O contexto histórico era outro: trata-se agora, com a formação de Frentes Populares, ou frentes únicas anti-imperialistas, de criar um governo nacional, popular e revolucionário, tal como havia sido formulado pela ANL no Brasil.

Se a ANL é citada como modelo a ser seguido, como explicar a malograda insurreição de novembro de 1935? ou seja, se o objetivo era a formação de frentes populares, o que vai explicar que apenas três meses depois se tenta dar um golpe de estado no Brasil, através de uma insurreição armada?

Canali, atribui ao que foi feito no Brasil entre 23 e 27 de novembro, com os levantes das unidades militares do exército em Natal, Recife e Rio de Janeiro, como causa principal, ao fato de que ela deve ser procurada em cada seção da IC "bem como na cúpula do COMINTERN, onde havia uma forte resistência contra a nova linha a qual se contrapunham à orientação seguida desde 1924".

"A contradição principal era aquela entre os dirigentes da IC que defendiam o frentismo como uma questão de princípios e a interpretação de outros dirigentes, para os quais a

questão fundamental seria a salvaguarda do Primeiro Estado Socialista".[46]

Pinheiro ao discutir esta questão, diz: "... essa combinação simplista é bastante improvável. O Partido Comunista Brasileiro tentou na realidade levar à prática a linha adotada oficialmente e nem é certo que os planos insurrecionais tenham nascido com a aliança. A opção final parece estar ligada ao fato de que, a princípio e em princípio, a constituição 'governos nacionais populares' não era incompatível com a tática insurrecional".[47] A tese de Pinheiro ao contrário é a de que a perspectiva insurrecional correspondia a antigas tendências no âmbito da IC e não surgir apenas quando a ANL é criada. "Não é por acaso que das pedras angulares do programa inicial da III Internacional era representada pelo reconhecimento de que a insurreição armada representava a única estrada a percorrer para a vitória da revolução proletária. Uma série de rebeliões e insurreições, todas fracassadas, tentaram por em prática essas lições: os spartacistas em Berlim, Hungria, Bavária e Viena em 1919; na Alemanha em 1921 e 1923; na Bulgária em junho e setembro de 1923; na Estônia em 1924, de novo na Bulgária em 1925, passando pelos fracassos asiáticos até a América Latina, no Chile em 1931, em El Salvador em 1932 e finalmente no Brasil, em 1935".[48]

Ele procura demonstrar como a rebelião de 1935 tem suas raízes num modelo mais longínquo e que decorre diretamente da tomada do poder pelos bolcheviques de 1917, "como protótipos para futuras revoluções, revoluções bolcheviques entendidas fundamentalmente como uma operação militar".[49] Mas há outros fatores que ajudam a compor um quadro no qual a perspec

tiva insurrecional encontra justificativa. É o caso, das concepções no âmbito da Internacional Comunista sobre os exércitos na América Latina "que irão informar as análises que precederão ou irão informar a revolução de 1935".(49) Das leituras que são feitas das rebeliões tenentistas (e da coluna Prestes) e a visão militarizada da insurreição nos países coloniais e semi-coloniais "... são essas peças imaginárias que irão ajudar a compor para a III Internacional Comunista a possibilidade de sucesso de uma insurreição armada no Brasil".(50)

Estas análises de Pinheiro são fundamentais para compreender a insurreição, na medida em que põe por terra as versões pueris de que foram as informações fantasiosas, inexatas e triunfalistas de Antonio Maciel Bonfim, o "Miranda", em especial quando de sua participação, como delegado brasileiro no VII Congresso que vão levar ao logro do envolvimento da Internacional Comunista.

A vinda dos assessores da Internacional, entre os quais Olga Benário e "outra indicação do caráter especificamente militar da preparação da rebelião de 1935 com a integração de Olga entre os assessores se deve às suas especialidades.(51) "... tendo esses assessores vindo preparar o levante ou não, devemos registrar que os textos apresentados no contexto do VII Congresso do COMINTERN em agosto de 1935, não formularam claramente as insurreições do movimento revolucionário e a presença de uma postura militarista da possibilidade das revoltas".

()

Nos capítulos seguintes, vamos procurar entender como seu deu o levante do 21 BC em Natal (e suas consequências).

Iniciaremos, fazendo uma retrospectiva da história política do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de mostrar como, por ocasião do levante, vai ocorrer uma conjugação de fatores que vão contribuir para a vitória, mesmo que fugaz, do levante em Natal e em seguida, uma análise detalhada sobre esses acontecimentos não apenas em Natal, como no Rio Grande do Norte.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) GARCIA, Marco-Aurêlio. Contribuições para a História da Esquerda Brasileira, in: Inteligência Brasileira. Org. Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Ciro Ferrante. Brasileiraense. São Paulo, 1986. p. 211.
- (02) PINHEIRO, Paulo Sérgio S. Repressão e Insurreição (Comunistas, Tenentes e violência do Estado no Brasil, 1922-1935). Tese de Livre Docência. 1987, Universidade de São Paulo. Apresentação.
- (03) ZAIDAN FILHO, Michel. O PCB e a Internacional Comunista (1922-1935). São Paulo, Vértice. 1988.
- (04) IDEM, op. cit. p. 51.
- (05) PINHEIRO, op. cit.
- (06) PEREIRA, Astrogildo. Ensaio histórico e Político. São Paulo: Alfa Ômega, 1979. p. 72.
- (07) DEL ROYO, Marcos. A classe operária na revolução burguesa a Política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990.
- (08) PINHEIRO, op. cit. introdução.
- (09) IDEM, p. 12-17.
- (10) IDEM, op. cit.
- (11) CANALI, Dário. A internacional comunista e o Brasil (1922-1935), in: TAVARES, José Nêlo (org.) novembro de 1935: meio século depois. São Paulo: Vozes, 1985. p. 93-130
- (12) PINHEIRO, op. cit. p. 16.

- (13) DRUMMOND, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). São Paulo: Graal, 1986.
- (14) IDEM, p. 21-22.
- (15) PINHEIRO, op. cit. p. 423.
- (16) IDEM, p. 192.
- (17) IBIDEM, p. 17.
- (18) IBIDEM, p. 343.
- (19) IBIDEM, p. 345.
- (20) IBIDEM, p. 348.
- (21) Informações inexatas quanto a realidade brasileira caracterizaram os informes dos delegados brasileiros no Congresso da III Internacional Comunista.
- (22) Sobre o III Congresso do PCB ver, entre outros, : PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1975. p. 137-139; PACHECO, Eliezer. O PCB (1922-1964). São Paulo: Alfa Omega, 1984. P. 121-130; ZAIDAN FILHO, Michael. op. cit. p. 60 e CANALI, Dário. op. cit. p. 111-112.
- (23) O que se convencionou chamar de "Revolução de 1930" tem merecido da historiografia brasileira uma atenção especial. São inúmeras as teses acadêmicas, ensaios, artigos seminários etc., que tratam desse período. Parece ser consensual que a "Revolução de 30" é um marco na história da sociedade brasileira, que vai inaugurar modificações substanciais tanto no que diz respeito ao poder político, quando no plano político e social. O que

- (29) RAVINES, Eudóxio. The Yenan Way - New York, 1951.
- (30) RODRIGUES, op. cit. p. 376.
- (31) DEL ROYO, op. cit. p. 274.
- (32) PINHEIRO, op. cit. p. 661-662.
- (33) FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios da História da República
1889-1945 - CEBRAP nº 10, p. 71.
- (34) A classe operária, 12 de setembro de 1934.
- (35) PINHEIRO, op. cit. p. 631.
- (36) TAVARES, José Nilo. op. cit., FAUSTO, Boris op. cit &
HERNANDEZ, Leila. Movimento político-ideológicos no
Brasil: a ANL e A.T.B. Dissertação mestrado Universi-
dade de São Paulo, 1979. Mimeog.
- (37) MONTAGNA, Wilson. A ANL e o PCB. 1934-1935. Dissertação
de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Cató-
lica, São Paulo, 1988. Apresentação.
- (38) LEVINE, Robert. O regime de Vargas (os anos críticos) -
1934-1938). São Paulo: Nova Fronteira. p. 111.
- (39) MONTAGNA, op. cit. p. 56-59.
- (40) RODRIGUES, op. cit.
- (41) MONTAGNA, op. cit. p. 107.
- (42) LEVINE, op. cit. p. 122.
- (43) MONTAGNA, op. cit. p. 109.
- (44) IDEM, p. 110.
- (45) Sobre o VII Congresso da ITI Internacional Comunista, ver
PINHEIRO, op. cit. e CANALI, DARIO, op. cit. p. 130-
139.

não é consensual são as análises daí decorrentes. Para uma melhor compreensão sobre o significado da revolução de 30, ver entre outros: FAUSTO, Bôris. A revolução de 1930. Editora Brasiliense. São Paulo: 1970. (1^a ed.); - SODRÊ, Nelson Werneck. A história da burguesia brasileira. DE DECCA, Edgar Salvador. Dimensões Históricas do insucesso político. Tese de doutorado. Univ. São Paulo. 1973. mimeog. MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In A Revolução de 1930. Seminário Internacional. Coleção Temas Brasileiros, volume 54 p. 669-690.

(24) PINHEIRO, op. cit. p. 500.

(25) A bibliografia publicada sobre esse período é relativamente grande. Dos trabalhos mais importantes, podemos citar: RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB-os dirigentes e a organização in: História Geral da Civilização Brasileira, vol. X, o Brasil republicano, São Paulo, Difel 1981; PINHEIRO, op. cit. PACHECO, Eliezer. op. cit. LIMA, Helton Ferreira. Caminhos percorridos, São Paulo, Alfa ômega, 1987. MORAES, Fernando. Olga, São Paulo: Alfa Omega, 1986.

(26) RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização in: História geral da civilização brasileira - Vol. X. O Brasil republicano, cap. XVIII, São Paulo: Difel, 1981, p. 370.

(27) IDEM, op. cit. p. 370.

(28) DULLES, John Foster. O comunismo no Brasil. Nova Fronteira, 1985. pp. 13.

[46] CANALI, *op. cit.* p. 135-136.

[47] PINHEIRO, *op. cit.* p. 636.

[48] IDEM, p. 637-638.

[49] IDEM, p. 637.

[50] IDEM, p. 423.

[51] IDEM, p. 665.

CAPÍTULO II - A CONJUNTURA HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO NORTE

1930 - 1935

1 - AS FORÇAS POLÍTICAS EM JOGO

a) O comportamento das elites: A Interventoria Mário Câmara e a reação Oligárquica

Para se compreender os acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte — e mais especificamente em Natal — é essencial ampliar o marco histórico, retrocedendo aos anos de 1933, quando assume a Interventoria do Estado, o Sr. Mário Câmara. Esse período vai representar, a nível nacional, a consolidação no poder dos novos grupos dominantes, pós revolução de 30, que eram, via de regra, setores dissidentes das antigas elites partidárias, ou lideranças vindas de fora aliadas a esses setores. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de movimentos políticos-ideológicos, como a ANL e a AIB (Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira), tendo como referência, de um lado, a ascensão do nazi-fascismo e, de outro, uma mobilização significativa das camadas populares e da classe média no Brasil ⁽¹⁾.

No Rio Grande do Norte, observa-se nesse período uma crise de acomodação entre o Governo Federal e as oligarquias estaduais que haviam sido derrotadas em 1930⁽²⁾. O ano, 1933, dá início a uma crise a nível estadual, envolvendo o Interventor Federal e as oligarquias derrotadas em 1930, cujo desfecho se dará com a posse, em 29 de outubro de 1935, de Rafael Fernandes, o que significa o retorno ao poder das oligarquias que durante toda a primeira República tiveram o controle absoluto

do poder local (o Rio Grande do Norte será o último Estado a dar posse ao Governador, eleito pela Assemblêia Legislativa). O marco inicial dessa crise será a realização das eleições para a Assemblêia Nacional Constituinte, em maio de 1933.

Para alguns autores⁽³⁾ no período compreendido entre os acontecimentos de outubro de 1930 até 1933, o Rio Grande do Norte, foi um Estado que não se incorporou aos ideais revolucionários de 1930 e esse período vai ilustrar bem as limitações da revolução local e sua falta de consistência interna. Expressão disso é a ausência de acordos entre a camada tradicional (as oligarquias locais) e o governo revolucionário e, ao mesmo tempo, expressando a "crise de acomodação" já referida, observa-se um alto índice de turbulência política que registra a grande rotatividade dos representantes do Governo Federal na Administração local⁽⁴⁾. O Estado tem várias intervenções -- a maior rotatividade em termos nacionais -- no geral, bastante atribuladas e de pouca duração⁽⁵⁾.

AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLÊIA NACIONAL CONSTITUINTE NO RIO GRANDE DO NORTE

A convocação das eleições para a Constituinte Nacional, a 3 de maio de 1933, e sua conseqüente instalação, em novembro do mesmo ano, vai criar no país um certo clima de "volta a normalidade", ou seja, assiste-se uma relativa liberalização do regime instaurado em outubro de 1930, que assumia o governo "provisoriamente".

No Rio Grande do Norte, a convocação das eleições para a Assemblêia Constituinte, trouxe consigo a necessidade de

se organizar as forças partidárias do Estado. As oligarquias derrotadas em 1930 logo organizam um partido a fim de disputar as três vagas na Câmara Federal a que teria direito. Esse partido recebe o nome de "Partido Popular". Como diz Mariz, no Rio Grande do Norte, a estrutura do velho Partido Republicano foi transferida praticamente intacta para o novo Partido Popular⁽⁶⁾. Na sua edição de 11 de fevereiro de 1933, o jornal a "Razão" (fundado em 16 de janeiro de 1933 e dirigido pelo "coronel" Dinarte Mariz) anunciava a organização de um partido político, cuja Assembléia de fundação teria lugar no dia 12 de março de 1933 e no qual todos os municípios do estado deveriam estar representados. No dia da realização da assembléia de fundação do partido, assim se manifesta a jornal em editorial: "... e ali se reuniram os elementos sadios que vinham do regime que a revolução destruiu". Como bem diz Mariz "seus representantes eram todos das camadas mais elevadas do Estado e faziam parte da elite sócio-econômica e intelectual do Estado, vinculados principalmente aos setores da agro-exportação do algodão e sal congregados elementos do antigo Partido Republicano"⁽⁷⁾.

Era Interventor na época o Capitão Bertino Dutra, Comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Natal, e que decide também organizar um partido a fim de concorrer as eleições para a Assembléia Constituinte. Contando com a participação ativa de seu Chefe de Polícia, Café Filho⁽⁸⁾ em 04.04.1933 funda o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte.

Organizados os partidos, foi iniciada a campanha

eleitoral para os representantes do Estado na Assemblêia Nacional Constituinte. Caravanas de ambos os partidos se deslocam para o interior do Estado, onde realizam comícios. Já no início da campanha, os jornais que expressam os interesses desses partidos, o jornal "A Razão" do Partido Popular e "O Jornal" do partido do Interventor, passam a ocupar suas páginas denunciando violências cometidas pelos adversários e que será o prenúncio de um agitadoíssimo clima que vai caracterizar toda a campanha eleitoral. Mesmo assim, as eleições são realizadas na data prevista — já que com as frequentes denúncias de ambos os lados temia-se pelo seu adiamento ou não realização — na qual votam cerca de 17 mil eleitores. O resultado vai dar a vitória do Partido Popular, que elege três dos quatro representantes do estado e significando assim a primeira derrota do governo no Rio Grande do Norte "a vitória da oposição mostrou como a antiga estrutura coronelística se mantém intacta após a revolução" (9).

A derrota do governo Federal no Rio Grande do Norte não foi um caso isolado. Em outros estados as oligarquias mostram sua força, vencendo em alguns estados e esses resultados vão levar Vargas a tomar algumas decisões às vezes contrárias do as pressões tenentistas — e a mais importante delas é a sua aproximação com os "políticos tradicionais", aqueles a que Vargas havia derrotado em 1930. No caso do Rio Grande do Norte, Vargas vai nomear, para substituir Bertino Dutra, o seu amigo pessoal e oficial de gabinete, o norte-rio-grandense Mário Câmara. Sua nomeação se dá em 2 de agosto de 1933. Esta indicação de Mário Câmara para a Interventoria do Estado após um turbulento período de interventorias tenentistas (10), fazia

parte dessa estratégia de aproximação com os setores das oligarquias estadual que o haviam derrotado nas eleições para a Constituinte (essa mesma estratégia foi usada para o estado de São Paulo). Embora contasse com ampla maioria na Constituinte, Vargas sabia que esses apoios tinham seus condicionantes. Seu objetivo era claro: continuar na chefia do governo no período constitucional.

Mário Câmara era filho de uma tradicional família do Estado. Seu pai, Augusto Leopoldo Raposo Câmara havia sido Vice Governador do estado e Deputado Federal na República Velha. Nascido em Natal a 3 de setembro de 1891, se formou em Direito na Faculdade de Recife, em 1911. Funcionário Público Federal, foi Delegado Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Norte em 1923/24, indo depois para a Capital do país onde foi Oficial de Gabinete de vários Ministros da Fazenda. Por ocasião de sua nomeação para a Interventoria do Rio Grande do Norte, ocupava o cargo de Oficial de Gabinete do Presidente Getúlio Vargas, de quem era amigo pessoal⁽¹¹⁾. Mário Câmara, mesmo residindo há alguns anos no Rio de Janeiro, havia concorrido nas eleições para a Constituinte a uma vaga na Câmara Federal, pelo Partido Social Nacionalista. Não consegue eleger-se, tendo uma baixíssima votação.

Ao indicar Mário Câmara, um norte-rio-grandense, ao contrário dos interventores que o antecedeu, Vargas tinha um objetivo: aproximar-se do grupo liderado por José Augusto⁽¹²⁾ articulados no Partido Popular.

De início, por se tratar do primeiro norte-rio-grandense na chefia do governo e mais, de família tradicional do

Estado, o Partido Popular, foi-lhe simpático, expresso em diversos editoriais de seu jornal "A Razão". A própria bancada federal do Partido Popular lhe telegrafia, solidarizando-se com seu governo.

Pouco depois, num gesto que ia aumentar as simpatias do Partido Popular em relação ao seu governo, Mário Câmara afasta Café Filho da Chefia de Polícia, por não "inspirar-lhe confiança". Afastado do cargo, Café Filho, através do seu jornal "O Jornal", inicia uma virulenta campanha contra o Interventor.

Atacado de um lado (a ala de Café Filho) e tentando aproximar-se do Partido Popular, Mário Câmara vai administrando o Estado e se no terreno político o clima era de franco entendimento entre a Interventoria e a corrente populista, Mário Câmara procurou dar consistência a essa aproximação, elaborando um programa administrativo, voltado para as grandes questões econômicas que envolviam o desenvolvimento do Estado"¹³.

Com as medidas tomadas pelo Interventor, de pleno agrado das oligarquias, tudo parecia caminhar no melhor dos mundos (Café fora afastado da chefia de polícia e mesmo do Estado e o seu jornal era constantemente submetido a censura e não era rara a prisão de "cafeistas" presos sob os mais variados pretextos). Lindoza, num excelente trabalho de reconstituição histórica do Estado, detalha as medidas tomadas pelo Interventor do ponto de vista econômico e administrativo(¹⁴).

No dia 12 de janeiro de 1934, realiza-se uma Assembleia Deliberativa do Partido Popular, para constituir a pri-

meira comissão executiva para um período de três anos. Foi eleito, como Presidente de Honra, José Augusto Medeiros. No seu discurso, ele faz duras críticas ao Interventor. Uma das razões dessas críticas é que o Partido Popular, em algumas audiências com o Interventor, havia solicitado a substituição de vários prefeitos do interior e este, até aquela data, ainda não havia atendido tais solicitações, mantendo-os nos cargos (em audiência com Vargas os deputados do Partido Popular aludem a esse fato, solicitando ao Presidente que o mesmo intercedesse junto ao Interventor).

Em fins de janeiro de 1934, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos ligados à administração do Estado e na volta é procurado por Dinarte Mariz e João Câmara, ambos da direção do Partido Popular, para negociar uma aproximação com José Augusto.

A conversação gira em torno de um acordo, no qual o Partido Popular se comprometeria a dar todo o apoio ao Interventor em troca de cargos na administração local. Mário Câmara fica de estudar a proposta. Voltam a se reunir novamente e o Interventor lança uma contra proposta, que é a formação de um novo partido — que daria sustentação política ao governo e assim se abriria um amplo espaço para troca de cargos, incluindo a substituição dos Prefeitos do interior. A idéia do Interventor era a formação de um Partido, denominado de "Partido Liberal", que significava na prática a dissolução do Partido Popular. A reunião é encerrada, com os membros do Partido Popular se comprometendo a realizar uma reunião com a direção regional a fim de estudar a proposta do Interventor. Convocada e

realizada a reunião, a direção do partido decide não aceitar a proposta do Interventor⁽¹⁵⁾. No essencial, o que ambos propunham, tanto o Interventor, quanto o Partido Popular, era a subordinação de um grupo por outro. Esse acordo visava também as eleições de outubro de 1934, para Deputados Estadual e Federal⁽¹⁶⁾. O acordo se inviabiliza e "dessa forma, encerram-se a tentativa de conciliação das forças políticas locais para se iniciar uma das mais ferrenhas campanhas políticas gravadas na memória potiguar"⁽¹⁷⁾ e que vai gerar uma crise que se prolongará até outubro de 1935, quando toma posse Rafael Fernandes, do Partido Popular, eleito indiretamente, pela Assembleia Legislativa do Estado.

O caso do Rio Grande do Norte, com a frustrada tentativa de acordo entre o Interventor e o Partido Popular, extrapola os limites do Estado. Juarez Távora, uma das mais expressivas lideranças tenentistas, de enorme influência junto aos interventores do Nordeste junto ao Governo Federal, tenta uma proposta de acordo de Mário Câmara com o Partido Popular, escrevendo pessoalmente ao Interventor, se comprometendo interceder junto ao Partido Popular. Não dá resultado. O Interventor mantém-se intransigente (no plano federal, os três Deputados do Partido Popular, em abril de 1934, assinam um documento de apoio a Vargas, indicando assim a sua "boa vontade de negociação". Com o estímulo de Vargas os Deputados do Partido Popular mantiveram intensas conversações com Mário Câmara, no sentido de encaminhar um possível acordo com o representante do governo provisório no Estado, que naquele momento parecia reunir condições extremamente favoráveis de viabilizar, inclusive porque o representante do Partido Social Nacionalista acabava

de romper com Vargas em discurso de críticas e censura contra o jornal o "O Globo" (18).

Tanto Vargas, como Juarez Távora, ainda tentaram a conciliação entre Mário Câmara e o Partido Popular, mas seus esforços se revelaram inúteis, face a intransigência de ambos os lados, nenhum deles aceitando submeter-se um ao outro.

Na noite de 3 de maio de 1934, era assassinado em sua residência, no Município de Apodi (RN), o "coronel" Francisco Pinto, chefe do Partido Popular no Município e, nesse episódio, de ampla repercussão na imprensa local e nacional, tinha início o clima de conflito político que caracterizaria toda a campanha para as eleições marcadas para o dia 14 de outubro do mesmo ano. O Jornal "A Razão", do Partido Popular, inicia uma virulenta campanha contra o Interventor, sugerindo, através de diversos editoriais, a conivência do Interventor com o crime de Apodi, acusando o Prefeito da cidade, aliado de Câmara, de mentor intelectual do crime. O Interventor se defende através do jornal oficial "A República", acusando a oposição de usar um crime para fins "político-eleitoreiro" e prometendo a instauração de um rigoroso inquérito para apuração dos fatos. Os ânimos se acirram cada vez mais.

No dia 26 de junho de 1934, Mário Câmara funda o Partido Social Democrático, tendo como seu Presidente, o recém desligado Deputado do Partido Popular, Francisco Martins Veras, tendo como Vice o Prefeito de Mossoró, Antônio Soares Júnior. A formação desse partido, assim como o desligamento do Deputado Francisco Veras do Partido Popular, para assumir a Presidência do novo partido, foi consequência das articulações de

Mário Câmara, que precisava não só de um partido para lhe dar sustentação política naquele momento, como visava concorrer as eleições de outubro daquele ano, para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

A partir da fundação do Partido Social Democrático, que vai contar com o apoio de prefeitos do interior do estado (nomeados pelo Interventor), Mário Câmara inicia sua campanha, organizando caravanas e comícios pelos municípios. O Partido Popular, já organizado e contando com o apoio dos "coronéis" há muito já vinha realizando comícios e caravanas pelo interior do Estado.

O clima, com o início efetivo da campanha eleitoral, passa a ficar tenso. Pelo interior, sucediam-se cenas de violência, quando da realização de comícios e passagem de caravanas, com acusações mútuas. O ambiente era agitado e os jornais, diariamente, traziam informações sobre conflitos e violências envolvendo partidários de Mário Câmara e do Partido Popular. Cada um dos jornais ("A Razão" e a "A República" acusando seu adversário). Barbosa escreve, num livro que será acusado posteriormente de grande facciosismo, inúmeras ocorrências, como a ocorrida no dia 13 de agosto na cidade de Parelhas quando, por ocasião de um comício, a caravana de propaganda do Partido Popular, chefiada por José Augusto era atacada à bala por cangaceiros a quem o delegado local fornecera armas, por ordem do Prefeito" (19). O Prefeito, obviamente, era partidário de Mário Câmara. Nesse incidente, houve troca de tiros que deixou como saldo dois feridos e um morto. Ambas as partes, através de seus respectivos jornais, acusam-se mutuamente.

Esse acontecimento teve uma grande repercussão na imprensa do sul do país, em especial no Rio de Janeiro, através do Diário da Noite, que endossa as acusações do Partido Popular.

Ao retornar a Natal, a caravana do Partido Popular foi recebida por um grande número de pessoas na entrada da cidade, formando um cortejo até o centro da cidade, onde foi realizado um comício de "desagravo".

As denúncias de violências continuaram. A situação à medida em que se aproximavam as eleições, torna-se cada vez mais tensa. Entre 16 e 17 de agosto, o Interventor recebe em sua residência a visita de uma Comissão de Oficiais da Força Federal que, segundo o próprio Interventor, procurava insinuar-lhe sua renúncia. Esse episódio é importante, porque vai demonstrar o envolvimento de oficiais, principalmente do exército (21 BC) na política local e, conforme veremos a seguir, aliando-se aos setores oligárquicos. Fazia parte dessa comissão, o 1º Tenente Ney Peixoto, que havia sido exonerado por Mário Câmara há pouco tempo do Comando do Batalhão da Polícia Militar, justamente por suas notórias ligações com elementos do Partido Popular, um outro Tenente do 21 BC e um Capitão da Polícia Militar. Câmara obviamente não aceita renunciar, percebendo que essa "comissão" fazia apenas o jogo do Partido Popular, e escreve a Vargas comunicando o caso. É interessante observar que Câmara, ao exonerar o Tenente Ney Peixoto, comunica sua decisão ao Presidente, e pede sua transferência de Natal, fazendo-o ciente da promessa do Tenente em voltar a Natal e fazer-lhe oposição de qualquer forma. Acusa ainda o Tenente de que, ao deixar o comando do Batalhão de Polícia, recolhe boa

parte do armamento da polícia e realizou ainda, segundo Câmara, um intenso trabalho de alistamento e propaganda eleitoral, em favor do Partido Popular, entre praças e sargentos da Polícia. Pouco depois desse comunicado, o Tenente viaja ao Rio de Janeiro e consegue a sua transferência para o 21 BC, sediado em Natal (o pedido de Câmara a Vargas era de que ele fosse transferido para Minas Gerais, seu Estado de origem e de onde ele teria vindo transferido) e tal como havia prometido "para usar o seu prestígio de Oficial do Exército em favor do Partido Popular" (20).

A participação do Tenente Ney Peixoto nas lutas políticas locais não era um fato isolado: outros militares, tanto da Polícia Militar, quanto do 21 BC (Batalhão de Caçadores), participavam ativamente e a expressão disso foi a formação da referida comissão, articulada junto ao Partido Popular, embora, evidentemente, não parecesse enquanto tal. Quando a comissão vai a casa do Interventor — depois de uma reunião de vários oficiais do 21 BC, levam uma cópia de uma carta enviada pela oficialidade do 21 BC ao Ministro da Justiça, no qual informam a situação do estado e a impotência do Interventor em manter a ordem, deixando claro que, a partir daquele momento, deixariam de prestigiá-lo.

Câmara comunica o fato também ao General Manuel Rabelo, Comandante da 7.^a Região Militar, sediado na cidade do Recife. O General envia a Natal um representante do Estado Maior das Forças Armadas da Região, a fim de proceder inquérito sobre esses fatos e, em consequência, o Major Adalberto Pompílio, que havia participado dessas articulações foi afastado do 21 BC.

Os Deputados Federais do Partido Popular, em audiência com o Ministro da Justiça, Vicente Rao, conseguiram que o mesmo enviasse ao Rio Grande do Norte um observador do Governo para as eleições de outubro, em função do clima de grande tensão existente no Estado e o temor, por parte da oposição, de que o Interventor usasse a máquina do Estado, incluindo a violência policial, para assegurar a vitória de seus candidatos. A solicitação é aceita (são aliás indicados também para outros Estados do Brasil) e esse observador chega a Natal em setembro de 1934.

A presença do observador do Governo Federal, proveniente do Rio de Janeiro e com a missão de acompanhar as eleições, não consegue alterar em nada o quadro de tensões existente no estado, em particular nos municípios e os jornais da capital noticiam com frequência, as constantes denúncias de violências, principalmente o jornal "A Razão" do Partido Popular. O "Diário da Noite", do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro, comentava a situação do Rio Grande do Norte atribuindo ao Estado, uma das mais tumultuadas eleições do Brasil. Numa nota intitulada "violência política", diz, entre outras coisas:

"O Supremo Tribunal Eleitoral, recomendou ao Ministro da Justiça a abertura de um inquérito a fim de apurar as denúncias recebidas contra o Interventor Mário Câmara, acusado de práticas de atos atentatórios da liberdade do eleitorado do Rio Grande do Norte" e mais adiante "há poucas semanas, os telegramas vindos de Natal comunicam a situação de intranquilidade existente no Estado e esses depoimentos que, partindo de elementos da oposição pareciam suspeitos, foram confirmados por pessoas alheias as lutas locais, como é o caso do General Manuel Rebelo, Comandante da 7ª Região Militar ...". [21]

Além de um observador, foi solicitado pela oposição junto ao Supremo Tribunal Eleitoral, o envio de tropas federais "a fim de garantir as eleições". O 21 BC é solicitado devendo se deslocar para diversos municípios, principalmente para aqueles onde o clima era tenso, como Currais Novos, Flores, São Gonçalo, Lages, Caicó (todos os juizes eleitorais receberam ordens telegráficas dos membros do Tribunal Eleitoral do Estado, solicitando o envio de tropas do 21 BC). Esse deslocamento de tropas do 21 BC para garantir as eleições no interior do Estado, vai ser usado pelo Interventor, para acusá-lo de cumplicidade com os populistas (há vários telegramas transcritos de juizes do interior nesse sentido).

O clima era tenso. Num livro de memórias escrito pouco depois desses acontecimentos, o Major Josué Freire, na época Comandante do 21 BC, diz a esse respeito "depois que começamos a atender as requisições de forças para garantir as eleições é que passamos a sentir o estado de angústia que afligia a população do interior. Era um nunca acabar mais de pedidos de socorros, chegando de todos os quadrantes do horizonte (...) praticavam-se espancamentos bárbaros, sequestravam chefes de conceituadas famílias (...) assassinavam pacatos e inofensivos cidadãos, etc [22].

Embora esse depoimento possa ser questionado, devido ao fato do envolvimento do autor com os "populistas", é inegável que havia um clima muito tenso [23].

Acusado de não ter "pulso" para manter a ordem e as denúncias de violência cometidas contra partidários do Partido Popular no interior do Estado se avolumavam, Mário Câmara re-

solve aumentar o efetivo da Força Pública. Isto resultou em severas críticas por parte da oposição que o acusava de "encher a guarda-civil de elementos fichados na Polícia Estadual e na de outros Estados, importando jagunços para o seu serviço". (2^a).

No dia 7 de setembro de 1934, realiza-se o Congresso do Partido Social Nacionalista, que havia sido fundado por Café Filho. Pouco depois, após sucessivos encontros e conversações entre Café Filho e o Interventor Mário Câmara (Café havia retornado ao Estado e se lançava a uma vaga na Câmara Federal) foi feito um acordo com o Partido Social Democrático (PSD) do Interventor, visando as eleições de outubro, anunciando-se o nome de Mário Câmara ao Governo (que, conforme já foi dito, seria escolhido pela Assembléia Legislativa do Estado), e sendo formadas chapas para concorrer à Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Resulta desse acordo a formação de um novo partido, a Aliança Social.

Com a formação da Aliança Social — que passa a contar com dois jornais diários "A República" e "O Jornal" — a campanha eleitoral toma novo impulso. A Aliança Social, através de seus jornais, em sua propaganda eleitoral, passa a apresentar o Partido Popular como "o partido da grande burguesia, dos açambarcadores, do alto comércio", enquanto que a Aliança Social, em contra-partida, seria o representante da "pequena burguesia, da maioria dos pobres e humildes" e o que mais se "aproximaria do operariado sofrido".

Além do Partido Popular e da Aliança Social, concorrem ainda as eleições a Ação Integralista Brasileira (AIB) que

vinha se organizando no Estado, tendo sido fundada, em ato solene, no dia 14 de julho de 1934 e que, durante a campanha recebe a visita de Plínio Salgado, em Natal e pouco depois, de Gustavo Barroso, dirigentes nacionais da AIB⁽²⁵⁾ e ainda o Partido da União Operária e Camponesa do Brasil, que, a exemplo de candidaturas lançadas em outros Estados, era a saída legal para que o Partido Comunista do Brasil pudesse apresentar-se às eleições.

As vésperas do dia 14 de outubro, data em que se realizariam as eleições, o Rio Grande do Norte continuava num clima de agitações. As caravanas políticas da Aliança Social e do Partido Popular, percorriam o Estado, com ambos, através dos seus jornais, acusando os adversários de violência (tanto a Ação Integralista, quanto a União Operária e Camponesa, não tinham condições — financeiras inclusive — de percorrer em caravanas o Estado, se limitando, no caso da Ação Integralista, de contatos no interior onde haviam núcleos formados — eram poucos — e no caso da União Operária e Camponesa, se restringindo, fundamentalmente, a Região Oeste do Estado, particularmente, Mossoró⁽²⁶⁾). A eventual ida de candidatos aos municípios, era em função de contatos previamente estabelecidos. Não há registro de comícios em qualquer município).

No início de outubro, o Presidente de Honra do Partido Popular, José Augusto, faz uma representação junto ao Supremo Tribunal Eleitoral, relatando a situação do Estado, no qual faz inúmeras denúncias quanto a irregularidades no alistamento eleitoral, a divisão dos cartórios no interior do Estado, a substituição dos delegados de polícia (trocados por homens de

confiança do Interventor) e a importação de cangaceiros" para a guarda-civil, que era a força policial de confiança do Interventor. Conclui a representação pedindo reforço policial federal, a fim de garantir as eleições. No dia 08 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral realiza uma sessão e decide que, em vez de força federal, deslocar-se-iam para o interior do Estado, a Força Pública Estadual, pondo-os à disposição dos Juizes das zonas eleitorais. Havia também, junto ao Tribunal, inúmeros pedidos de "Habeas Corpus", impetrados por partidários do Partido Popular que alegavam sofrer coações por parte da Polícia. E o Tribunal, decide, por unanimidade de votos, a concessão do "habeas corpus" a um grande número de eleitores.

No dia 14 de outubro, como estava previsto, são realizadas as eleições no Estado. Foram inscritos 47.702 eleitores (contra 19 mil nas eleições de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Constituinte). As eleições são realizadas dentro do mesmo clima que a antecedeu, ou seja, de grande tensão. No dia 15 de outubro, um dia após as eleições, o jornal "A Razão" estampa matérias, acusando a situação de subornos e violências, tanto na Capital, como principalmente no interior "em Currais Novos, o ambiente do dia 14 de outubro foi aterrorizante"; "Em Acary, Jardim do Seridó e Serra Negra policiais se desenfreiam no dia das eleições, praticando correrias, ameaças etc".⁽²⁷⁾

Realizadas as eleições, são implementados recursos no Tribunal Eleitoral, de ambas as partes (a Aliança Social também vai denunciar o uso da violência por parte de membros do Partido Popular, especialmente no interior, por "jagunços dos

'coronéis' a serviço dos populistas"1. Os dias que se seguem, com a apuração dos resultados, são tensos. Os jornais diários, publicando matérias com acusações mútuas. No dia 25 de novembro, portanto mais de um mês após a realização das eleições, sai o resultado, dando a vitória ao Partido Popular. Novos recursos são implementados, desta vez pela Aliança Social, solicitando impugnação de várias urnas no interior. O Tribunal Eleitoral julga os recursos e decide acatá-los, marcando eleições suplementares que seriam realizadas entre os dias 3 e 28 de fevereiro de 1935, com os municípios fazendo as eleições em datas diferentes. Estas eleições seriam para 39 seções eleitorais de 23 municípios — dos 41 então existentes1. A impugnação de um número tão expressivo de seções, foi um reconhecimento das violências que caracterizou as eleições. Embora tenha sido declarado vencedor, o Partido Popular já havia entrado com um recurso no qual tentava anular as eleições e no documento que deu entrada junto ao Supremo Tribunal Eleitoral, há um relato do que ocorreu na cidade de Martins, "esse documento foi o seguinte: o Tenente Julio Pinheiro (...) era Sargergiante. Então, Zuza Paulino, depois de passado o dia da eleição, faz um ofício para o comando da Polícia Militar — a quem pertencia — pedindo para que fôsse dado baixa na sua carga, 'a tantas balas de fuzis', utilizadas na repressão aos eleitores que vinham votar, no dia das eleições, em Martins, e aos piquetes eleitorais no dia da eleição. Com esse documento o Tribunal Superior anulou as eleições e mandou proceder a uma nova eleição com garantia da força federal"28. Na realidade, o Tribunal, quando fez o julgamento, levou em conta também, os inúmeros recursos da Aliança Social.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1935, quando se deveriam realizar as eleições complementares, o clima continuava tenso. Barbosa, numa espécie de "calendário de violências", enumera 24 casos de "terríveis cenas" que ilustrariam o ambiente preparado para as eleições suplementares em vários municípios. ⁽²⁹⁾

São requisitadas junto ao Tribunal Superior Eleitoral, por parte do Partido Popular, mais uma vez, garantias de Forças Federais, o que foi deferido. No entanto, mesmo com a presença de tropas, não impede que, em alguns municípios, surtissem novas denúncias de violências, diz Barbosa "iniciava-se o segundo ato de uma dolorosa tragédia, com o recrudesimento de violências em quase todos os municípios do Estado". ⁽³⁰⁾

Pouco antes das eleições, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro, onde teria audiência com o Presidente da República. Essa viagem, segundo o Interventor, teria um caráter meramente administrativo, no entanto, será acusado posteriormente pelo Comandante do 21 BC de ter como motivo principal nesta viagem a "transferência do 21 BC de Natal" ⁽³¹⁾. De qualquer forma, se este foi o objetivo, não foi conseguido. O 21 BC foi designado para acompanhar as eleições no interior e desloca tropas para vários municípios, conforme já relatado.

No dia 13 de fevereiro, 4 dias antes do início da realização das eleições suplementares no município de Acary, foi assassinado em sua fazenda (Ingã), naquele município, o Engenheiro Agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-presidente do Estado (na República Velha), Juvenal Lamartine, um dos fundadores e dirigentes do Partido Popular. A notícia do crime,

como era de se esperar, teve uma enorme repercussão, tanto na imprensa local, como na imprensa nacional, através, principalmente do "Diário da Noite" do Rio de Janeiro. Segundo as denúncias do jornal "A Razão", endossada pelo "Diário da Noite", o Engenheiro Otávio Lamartine fora assassinado por uma força policial comandada pelo Tenente Oscar Rangel, pessoa de confiança do Interventor. E mesmo antes de qualquer investigação policial, já atribuía o crime razões de ordem política. "A República, por sua vez, respondia diariamente as acusações, defendendo o Interventor — que prometia um rigoroso inquérito para apuração do crime e acusava a oposição de usar um crime para fins "político-eleitorais".

Em março de 1935, em pleno carnaval, ocorre um conflito, no bairro da Ribeira, em Natal, envolvendo soldados do 21 BC e guarda-civis. O resultado da briga foi a morte de 06 pessoas (dois soldados, dois guarda-civis e dois populares). O Comandante do 21 BC, Major Josué Freire, acusa o Interventor de ser culpado pelo conflito, já que teria sido provocado por elementos da guarda-civil. A essas alturas, não havia mais dúvidas quanto a posição do Comandante, de franca hostilidade ao Interventor e articulado com elementos do Partido Popular. Acontecimentos como esse, envolvendo membros da guarda-civil e soldados, não foi um caso isolado, acontecimentos semelhantes ocorreram em Manaus e Fortaleza, sem no entanto atingir a gravidade do de Natal. Os jornais locais deram, como era de se esperar, grande destaque ao ocorrido, com versões opostas. Uns acusavam o Interventor ("A Razão"), enquanto outros o defendiam ("O Jornal e a "República").

No dia 16 de março de 1935, Mário Câmara escreve uma carta ao Ministro da Guerra, Góis Monteiro, comunicando que teve conhecimento de que rebentaria um movimento geral no dia 30 de março, estando em Natal, como elemento de ligação, o Capitão Otacílio Alves, do 29º BC sediado em Recife "a pretexto de inquérito de insubmissos no 21 BC" (³²) não foi explicitada na carta a fonte de tais informações, entretanto Góis Monteiro, declara, pouco depois no jornal "Diário da Noite" do Rio de Janeiro (³³), de que tinha ciência que rebentaria um movimento e que "era a explosão de um plano criminoso, que deveria deflagrar concomitantemente no Rio, São Paulo e outros Estados". O Jornal, comentando a respeito diz em editorial "... não estariam alheios os políticos decaídos de 1930 e aqueles que posteriormente incompatibilizados com a situação econômica dominante fizeram causa comum com os antigos reacionários decaídos" e continua: (...) hoje reconhecemos que se a Constituição de 1934 tivesse sido outorgada ditatorialmente melhor teria correspondido as aspirações que nutrimos (³⁴).

No dia 2 de abril de 1935, o Tribunal Regional divulga os resultados das eleições que haviam se realizado entre 3 e 28 de fevereiro. São anulados cerca de 17 mil votos e dá a vitória a Aliança Social, Partido do Interventor Mário Câmara. São eleitos 15 Deputados Estaduais contra 10 Deputados do Partido Popular (nem a Ação Integralista, nem a União Operário e Camponesa conseguem eleger candidatos). No entanto, esses resultados, dependiam ainda de deliberações do Supremo Tribunal Eleitoral. Com a anulação de um número tão expressivo de votos e o acúmulo de denúncias por parte da oposição, que contesta de imediato os resultados, encaminhando inúmeros recursos

ao Supremo Tribunal. Criou-se uma enorme expectativa em torno desse resultado. No dia 20 de abril, telegramas vindos do Rio de Janeiro e publicados no jornal "A Razão", concluíam que no Parecer do Ministro indicado como Relator das eleições do Rio Grande do Norte, a vitória seria do Partido Popular o que significava o deferimento da quase totalidade das reivindicações pleiteadas pelos opositoristas.

Enquanto isso, prossegue no Tribunal Superior Eleitoral a tramitação dos processos referentes as eleições suplementares realizadas de 3 a 28 de fevereiro, até que, no dia 16 de outubro de 1935, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade de votos, proclama a vitória do Partido Popular, que elegia 14 dos 25 Deputados Estaduais, contra 11 da Aliança Social e 3 dos 5 Deputados Federais. Três dias depois, no dia 19 de outubro, é convocada a instalação da Assembléia Constituinte do Estado, marcada para o dia 29 de outubro de 1935, quando seria eleito o primeiro Governador Constitucional do Estado do Rio Grande do Norte.

Proclamada a vitória do Partido Popular, o situacionismo não se conforma. Mario Câmara viaja ao Rio de Janeiro e informa a Getúlio Vargas sobre a situação do Rio Grande do Norte no qual salienta que a maior dificuldade da Aliança Social se devia ao envolvimento de oficiais do exército no Partido Popular⁽³⁵⁾ e mais: que alguns amigos seus estavam dispostos à luta armada para não entregar o poder aos populistas. "Pelas cartas do Interventor aos amigos do sul, nota-se o plano de vencer a qualquer custo e a esperança de receber, a qualquer momento, uma ajuda federal. Procurava saber das disposições de Vargas a seu respeito, sentindo que as atitudes de seus

correligionários seriam inúteis se não contassem com o apoio das autoridades federais. Com o exército local, sabia que não podia contar".^[36]

Barbosa, comentando a ida de Mário Câmara ao Rio, diz: "O Interventor, regressando ao Rio, procurava aparentar uma força que não tinha. Em conciliábulos com amigos afirmava de pés juntos que não entregava o governo e que ia fazer o impossível para que a Assembléia Constituinte não se reunisse"⁽³⁷⁾

Todos os jornais do Nordeste comentavam os acontecimentos do Rio Grande do Norte. Na Câmara Federal, o Deputado Otávio Mangabeira, ocupa a tribuna e denuncia o Interventor Mário Câmara que, segundo ele, ameaçava convulsionar o Estado.

Os Deputados do Partido Popular, logo após a divulgação dos resultados por parte do Tribunal Superior Eleitoral, seguiram para a cidade de João Pessoa, onde pediram asilo ao Interventor Argemiro Figueiredo, até a data da realização da instalação da Assembléia Constituinte do Estado, quando votariam o nome do Governador. A alegação era de que não havia segurança no Estado. O Partido Popular ainda entra com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral, solicitando garantias da Força Policial Federal, o que foi concedida, em sessão realizada pelo Tribunal no dia 21 de outubro.

No entanto, houve tentativas no sentido de reverter os resultados das eleições potiguares também fora do Estado. Foi o caso do Governador de Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti. Em carta ao Ministro do Trabalho de Vargas, Agamenon Magalhães,

datada de 26 de setembro de 1935, ele diz:

"Agamenon"

Acaba de chegar de Natal, o Capitão Aluisio Moura, Comandante da Polícia do Rio Grande do Norte.

Para a solução do caso político daquele estado como desejamos, faz-se necessário que o Ministro da Guerra, chame sem demora ao Rio, o Coronel Brasil, Comandante do 21 BC (...), assim como os Tenentes Manoel Castro, José Alves Moraes e Antonio Oscar Fernandes do mesmo Batalhão. Com a saída do Cel. Brasil ficará no comando o Capitão Liberato Barroso, oficial decente e mal visto pela trupe de José Augusto. Estou informado de que o Capitão Liberato não dará asilo aos Deputados de José Augusto sem ordens expressas do Ministro. Este poderá fazer corpo mole. A solução seria, porém, a classificação imediata do Cap. Aluisio Moura no 21 BC e ordem ao Capitão Liberato para recolher-se ao corpo a que pertence, que é o 21 BC de Fortaleza. Assim, o Aluisio Moura assumiria o comando do 21 BC e tudo seria resolvido do melhor modo. Há dois Deputados do Partido Popular que com um pequeno aperto entregarão os pontos.

"Há no 21 BC uns Sargentos que o Ministro precisa retirar do 21 BC. Dirigindo-se para isso ao General Rabelo. A minha ação junto a Rabelo, não pode ser senão por meios indirectos. Não quero melindrá-los, mantendo-se em assuntos militares. Dos Sargentos do 21 BC que precisam ser afastados são: Pedro Agápio F. Pinto, Antônio José C. Bastos, Julião Tomaz de Aquino, Francisco Cordeiro de Araújo, Amaro Pereira Silva,

Waldemar Tavares Guerreiro, Teobaldo de Araújo Rego, Henrique Espíndola, Oscar Alves Wanderley e Ademar Guilherme Paiva.

Deveria voltar para o 21 BC, os Sargentos Celso Bezerra Andrade, José B. de Oliveira, os dois transferidos para o 22º BC já perto de um mês.

No 29 BC aqui aquartelado, há 4 sargentos de confiança de Aluísio Moura que poderão ser transferidos para o 21 BC. As providências por parte do Ministro da Guerra não devem tardar. O Ten. Cel. Brasil continua em Natal, inteiramente a serviço da política de José Augusto. Retirado o Cel. Brasil, as coisas melhorarão imediatamente.

Fico aguardando notícias suas. Abraços

Carlos" (38)

Parece claro que a ida de Aluísio Moura, comandante da PM e fiel aliado de Câmara, a Recife para ter contato pessoalmente com o Governador Lima Cavalcanti, fazia parte da estratégia de Câmara, de afastar o Comandante do 21º BC — assim como parte da oficialidade — que lhe era hostil. Como diz o próprio Comandante: "Desde o início das eleições suplementares, eram tensas nossas relações com a Interventoria, e depois das intrigas urdidas pelo Sr. Mário Câmara sobre os conflitos do carnaval, podíamos considerá-la rotas, sem possibilidades de reatamento(...) o homem se tornara violento com a derrota e não se conformava com a presença do 21 BC em Natal e muito menos com a do Comandante que lhes deram (...) continuaram a nefasta obra difamatória até que o Ministro da Guerra para lhes dá uma satisfação, dirigiu ao comando da Região um telegrama

determinando a nossa ida ao Rio de Janeiro. No telegrama ao Gen. Manuel Rabelo, o Gen. Goiás Monteiro explicou não se tratar de retirada definitiva, por transferência e sim da necessidade de o Comandante, pessoalmente, perante o Sr. Presidente da República, se defender das intrigas políticas movidas contra o 21 BC e seus oficiais" (39).

Enquanto isso, prossegue a luta nos bastidores como resultado da campanha eleitoral. O Comandante do 21 BC viaja neste mês ao Rio de Janeiro. Na Bahia, onde o navio em que viajava aportou por algumas horas, ele concedeu uma entrevista a um jornal de Salvador e, indagado sobre os acontecimentos do incidente no carnaval em Natal, reafirma as acusações ao Interventor Mário Câmara, de cumplicidade com aqueles que o provocaram. Café Filho, que era Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte e neste momento aliado do Interventor, aproveita o fato de que havia uma proibição expressa de pronunciamentos políticos de militares, e faz um longo discurso na Câmara Federal destacando esta entrevista. Este pronunciamento surte efeito: pouco depois o Comandante do 21 BC é afastado e assume o comando o Capitão Liberato Barroso, oriundo do 25 Batalhão de Caçadores do Ceará. O Capitão Liberato ficará no comando do 21 BC até o dia 4 de novembro de 1935, quando é nomeado o Tenente-Coronel José Otaviano Pinto Soares. O Capitão Aluísio Moura, que havia tentado, conforme já relatamos, a sua nomeação para o Comando do 21 BC. Não consegue. Foi indicado apenas para ser comissionado, ficando responsável pelo setor de almoxarifado (em audiência com o Ministro da Guerra, General João Gomes, os Deputados Federais do Partido Popular conseguiram fazer com que o General se compromettesse a não indicar Aluísio Moura pa-

ra o Comando do 21 BC, por não inspirar-lhes confiança e por ser um fiel aliado de Mário Câmara). A trajetória de Aluísio Moura é no mínimo curiosa. Revolucionário em 1930, foi nomeado Interventor do Rio Grande do Norte em 1931 e, de todas as interventorias tenentistas, foi a que mais se aproximou das oligarquias há pouco derrotadas, como demonstra Lindoso (40) ficou patente durante a sua gestão a incapacidade de se manter imune ao facciosismo e será exatamente em função disso, que se rá substituído por Hercolino Caseado, já que esse facciosismo punha em risco a sorte da revolução no Rio Grande do Norte. De pois, se aproxima do Interventor Mário Câmara e se incompatibiliza com as forças oligárquicas derrotadas em 1930.

No dia 25 de outubro, chega a Natal, pelo navio Pedro II, acompanhado de oficiais do Estado Maior da 7.^a Região Militar, o General Manoel Rabelo a fim de acompanhar a instalação da Assembleia Constituinte e a execução de suas decisões.

No dia 27 de outubro, Mário Câmara entrega o cargo de Interventor ao Capitão Liberato Barroso, Comandante do 21 BC e neste mesmo dia, chegam de trem, vindos da Paraíba, onde haviam pedido asilo, alegando razões de segurança, os Deputados do Partido Popular, acompanhados por tropas do 22º BC da Paraíba e do candidato ao Governo Rafael Fernandes.

Na manhã do dia 29 de outubro, Mário Câmara embarca de navio para o Rio de Janeiro. No cais Tavares de Lira era grande o movimento, com a presença de centenas de partidários, do Interventor. Neste dia, estava programado a eleição, pela Assembleia Constituinte Estadual do Governador do Estado. Como o Partido Popular tinha maioria, era óbvia a eleição de Ra-

Rafael Fernandes. Em função disso, partidários do Partido Popular, haviam mobilizado caravanas do interior do Estado, que iam chegando a Natal. A Ribeira, bairro onde se localiza o Caís Tavares de Lira, era também área de comércio e neste dia, não apenas os partidários de Mário Câmara estavam nas imediações do cais, como também, os do Partido Popular. Com a aglomeração, começam pequenas discussões. Ao chegar a hora do embarque, com a chegada do Interventor, dá-se início a uma grande confusão, envolvendo partidários de ambos os lados, com brigas de ruas, que terá como saldo diversos feridos, sendo necessário a intervenção de tropas da Polícia Militar e do 21º BC. Sendo essas inúmeras pessoas levadas ao quartel do 21 BC.

Às 13 horas, com a Assembleia Legislativa cercada de policiais e as ruas das imediações interditadas, inicia-se a votação, com a presença de todos os Deputados eleitos. São 14 do Partido Popular e 11 da Aliança Social. Resultado: 14 votos para Rafael Fernandes e 11 para o Desembargador Elviro Carriho. Rafael Fernandes é eleito e empossado imediatamente.

Se havia um clima de intranquilidade na Capital, como evidenciam as ocorrências pouco antes do embarque do Interventor, no interior do Estado a situação não era diferente: entre outras ocorrências, a mais séria ocorreu no Município de Apodi, quando, no dia seguinte à posse de Rafael Fernandes, um grupo de cerca de 300 homens armados e tendo à frente Baltazar Meireles, amigo e partidário de Mário Câmara, invade alguns municípios da zona oeste do estado "dando vivas a Mário Câmara e morras a Rafael Fernandes". Como notícia o jornal a República: "de ante-ontem para hoje, um grupo de cerca de 350 homens armados, ao que se diz chefiados por Baltazar Meireles, fez depre

dações no povoado de Aparecida, no vizinho Estado da Paraíba e em Luiz Gomes, João Pessoa, Vitória e Pau dos Ferros, neste Estado. Foram cortados fios telegráficos e danificados casas e propriedades (...) (⁴¹).

Ao saber dessas ocorrências, o Governador manda de Natal tropas da Polícia Militar, comandada pelo recém nomeado delegado de polícia João Medeiros. Com o reforço das polícias do Ceará, da Paraíba, que foram imediatamente comunicadas e mobilizadas, conseguem dispersá-los. Acusados de praticarem "toda a sorte de depredações, desatinos e crueldades" chega ao conhecimento de Vargas que telegrafa ao Governador da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, mandando adotar medidas enérgicas. Esse levante de Baltazar Meireles, no Estado, segundo Lindoço, "era parte de uma articulação mais ampla arquitetada pelos partidários da Aliança Social que contariam para isso com decisivo apoio Federal. Este foi retirado à última hora, o que talvez tenha motivado as declarações de Câmara, após entregar o cargo, de que havia sido traído por Vargas" e acrescenta: "é provável que Vargas tenha levado em conta, ao retirar o seu apoio a um golpe contra Rafael Fernandes, a falta de respaldo militar de Mário Câmara. O Comandante da 7.^a Região Militar, General Manoel Rabelo, nunca escondera sua hostilidade a Câmara. A oficialidade e o comando do 21 BC sistematicamente tomavam posição ao lado do Partido Popular, e que motivou constantes substituições de comando e transferências de oficiais" (⁴²). Furtado crê que esse acontecimento tenha sido provavelmente resultado de um acerto político para perturbação da ordem para uma possível (ou prometida) intervenção no Estado por parte do Governo Federal e, assim, uma solução intermediária para a elei-

ção de outro governador. Diz ele "parece que houve um acerto nesse sentido. Dr. Paulo Câmara, irmão do Interventor, a fim de desfazer a teia do levante, veio do Rio de Janeiro, mas Baltazar Meireles não foi avisado" ⁽⁴³⁾. O Major Josuê Freire, que foi comandante do 21 BC no seu livro de memórias, faz alusões a um levante do 21 BC com ramificações na guarda-civil e no Estado da Paraíba, para o dia da reunião da Assembléia Legislativa (29 de outubro de 1935) "com o fim de praticar atos de terror de tal modo impressionante que forçariam, pelo pânico, a eleição de Mário Câmara para Governador do Estado (...), os denunciante foram dois praças aliciados que, receosos de serem descobertos, desligaram-se do compromisso. O Chefe do movimento era Café Filho (...) faziam parte do conluio, no 21 BC, diversos sargentos" ⁽⁴⁴⁾. Essas alusões, partindo do Major Josuê Freire, é no mínimo suspeita, em função de suas notórias ligações com o Partido Popular. Ademais, são as únicas referências a esse tal levante. Não há, nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional sobre os acontecimentos, de novembro de 1935 — que inclusive enquadra Baltazar Meireles — qualquer alusão a respeito. Segundo a versão do Major, a rebelião foi malograda com a prisão dos implicados. Aberto um inquérito, encarregado pelo próprio-Major, os implicados nada sofreram, sendo apenas transferidos de Natal, por interfe-rência do Interventor e de Café Filho junto a Vargas, segundo o Major. ⁽⁴⁵⁾

Levine, também faz alusões a um possível levante: "a 20 de outubro, Câmara e seus assessores discutiram a possibilidade de uma resistência armada à posse de Rafael Fernandes como Governador, mas eles foram desencorajados por notícias de

que o 21 BC permanecia leal ao governo".⁽⁴⁶⁾

O fato é que havia um inequívoco clima de intranquilidade e a expressão disso é o deslocamento de tropas do exército de outros Estados para Natal e sua permanência até o dia 7 de novembro. Rafael Fernandes, à frente do governo, tenta restabelecer o controle do Partido Popular, tomando uma série de medidas que irão contribuir para a continuidade do clima de tensão existente no Estado, como a demissão de funcionários ligados ao Interventor Mário Câmara, a transferência ou colocação na reserva, de oficiais da Polícia Militar, aliados de Câmara, a paralisação de algumas obras iniciadas no governo anterior — entre elas a construção de algumas escolas e entre outras medidas importantes que foram tomadas, está a dissolução no dia 20 de novembro de 1935, da Guarda-Civil, que havia sido acusada durante toda a campanha eleitoral de abrigar cangaceiros e desordeiros à soldo do Interventor. Esta guarda havia sido criada em 1932, por Café Filho, quando foi Chefe de Polícia na Interventoria de Bertino Dutra. Esta guarda, no momento de sua dissolução, era composta por cerca de 300 homens. Alguns autores vão atribuir a esse fato um papel importante para a compreensão do levante que ocorreria três dias depois na unidade do exército, o 21 BC.⁽⁴⁷⁾ Outros relativizam: "com esse Decreto nº 19 foram postos à rua, cerca de 300 mantenedores da ordem, que passaram a sofrer fome com suas famílias. Era um problema social artificial e criminosamente criado pelo novo governo, além de um caldo de cultura de revolta dos injustiçados sem culpa e daí porque alguns deles, um número aliás insignificante malgrado tudo, tomaram parte no levante vermelho, imaginando-o um meio de derrubar o governo que lhe tirava o

pão de cada dia" [48]. Nesse mesmo decreto (19/35) o Governador cria a Inspetoria de Polícia, cujos efetivos, conforme expressa orientação, deveriam ser homens de sua inteira confiança. Além disso, o Governador chama ao serviço ativo do Batalhão, os oficiais que haviam sido reformados administrativamente pelo Interventor Mário Câmara. Eram eles: O Major Luiz Júlio — que passa a comandar a Polícia Militar, Jacinto Tavares, Capitão Genésio Lopes da Silva, José Bezerra de Andrade, Joaquim Teixeira Moura e Laurentino Ferreira Moraes e o 2º Tenente Francisco Bilac de Farias (todos eles aliás haviam sido presos em 1932, acusados de simpatias aos Constitucionalistas de São Paulo). Três dias depois, 23 de novembro, ocorre um levante no 21 BC. É do que trataremos no próximo capítulo.

b) A Contestação Popular: a Organização da Classe Trabalhadora no Rio Grande do Norte

Durante a chamada República Velha (1889-1930) a classe trabalhadora norteriograndense era bastante reduzida. Para se ter uma idéia, basta lembrar que, de acordo com o Censo Demográfico de 1920, o Rio Grande do Norte possuía 197 estabelecimentos industriais e 2.146 operários, no qual a grande maioria trabalhavam nas salinas de Macau, Areia Branca e Mossoró, nas ferrovias da Great West e Estrada de Ferro Central e nos cais dos portos das cidades marítimas, como os estivadores concentrados em Natal, Areia Branca, Macau e Mossoró.

Não havia praticamente indústrias no Estado. Dos estabelecimentos listados no Censo Demográfico, a imensa maioria eram constituídas de pequenas indústrias (sabão, bebidas etc.)

não atingiam, em média, nem dez operários por fábrica.

As primeiras organizações da classe trabalhadora no Estado, vão surgir nas cidades portuárias "onde sempre foi mais fácil o contato com as idéias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos do país"⁽⁴⁹⁾ e, basicamente, na década de 1920. Até então não havia, efetivamente, sindicatos organizados. E um dos principais articuladores dos sindicatos no Estado foi um advogado chamado João Café Filho -- que chegaria a Presidência da República em 1954. Ele foi responsável pela organização de diversos sindicatos e vai liderar as primeiras manifestações grevistas que se tem notícia no Estado e isso vai se dar, especialmente, na gestão de Juvenal Lamartine, Presidente do Estado de 1926-1930. A atuação de Café Filho vai ser importante porque, pela primeira vez, os trabalhadores se organizam e realizam as primeiras greves da classe trabalhadora no Estado. O Governo de Lamartine vai reagir de forma violenta: fecha inúmeros sindicatos que passam a se organizar como os dos ferroviários da Great Western, sapateiros, salineiros, etc., reprimindo duramente os trabalhadores, empastelando o jornal de Café Filho e o expulsando do Estado, afora o comportamento usual das oligarquias nas eleições, como a confecção de atas falsas, uso do "bico de pena" etc.⁽⁵⁰⁾

Data desta época a formação dos primeiros núcleos do Partido Comunista no Estado, nas cidades de Natal e Mossoró⁽⁵¹⁾ e que contribuiu muito, junto com Café Filho, para a organização dos primeiros sindicatos no Estado. Mas, como salienta Praxedes, um dos organizadores do Partido Comunista no Estado "num Estado praticamente sem indústrias de grande ou médio porte e sob um governo que reprimia duramente qualquer tentati

va de organização das classes subalternas, o trabalho do partido enfrentou grandes limitações" (⁵²) afora a repressão do governo estadual, havia a ascendência ideológica do cafeísmo sobre a classe operária e setores da pequena burguesia e da classe média, limitando a capacidade de penetração ideológica e organizativa dos comunistas e obrigando-os em geral a alianças com os cafeístas, nos quais se colocavam como força subordinada.

Veio a revolução de outubro de 1930 (⁵³). Café Filho, que na década de 1920 havia organizado inúmeros sindicatos, liderado greves e se identificado com o "Tenentismo", foi obrigado a retirar-se do Estado em 1929. Com a vitória de Vargas, ele volta ao Estado, gozando de enorme prestígio e logo nas primeiras interventorias Tenentistas, foi nomeado Chefe de Polícia, passando desta forma a integrar-se ao aparelho de Estado "... neste momento o cafeísmo perdeu suas características 'heróicas' da primeira fase. Se nos anos vinte, ele fora instrumento de revolta e protesto contra uma ordem liberal/excludente que marginalizava inapelavelmente as massas urbanas e a classe operária em particular, agora, nos anos 30, ele se convertera em mera ideologia, ideologia de manipulação, de imposição do projeto de sindicalização nos moldes corporativos, apoiado no aparato repressivo e centrado na idéia de colaboração" (⁵⁴). O objetivo das novas facções no poder, era claro: garantir, através dos sindicatos tutelados, o apoio das massas trabalhadoras à sua política.

O período que vai de 1930 até meados de 1932, vai significar, em relação à classe trabalhadora no Estado, um período de estagnação. De um lado Café Filho, agora como Chefe

de Polícia e portanto integrando o aparelho repressivo do Estado, estimulando a formação de sindicatos para "colaborar com a nova ordem" e de outro, o Partido Comunista, concentrado basicamente em Natal e Mossoró, tentando organizar os trabalhadores, denunciando o "caféismo" como aliado das oligarquias e sendo duramente reprimidos^[55].

No dia 31 de julho de 1932, assume a Interventoria do Estado do Rio Grande do Norte, Hercolino Casacado, que vai ficar à frente do governo até 10 de junho de 1933 e é sob a gestão de Casacado que haverá um considerável processo de organização da classe trabalhadora no Estado. Ao contrário do período que o antecedeu (Interventoria do Capitão da Marinha Bertino Dutra) haverá um clima favorável. Ele incentivará a sindicalização, assegurando a liberdade de organização. E a maior expressão da organização dos trabalhadores no Estado será a criação de uma União Geral dos Trabalhadores "... de orientação nitidamente comunista e que atuaria a margem da legislação sindical oriunda do Ministério do Trabalho"^[56], e que vai significar uma ameaça a hegemonia cafeísta no movimento sindical e não por acaso, duramente reprimida quando Café Filho reassume a Chefia de Polícia na Interventoria que substitui Hercolino Casacado.

Uma listagem, talvez incompleta das organizações sindicais são em Natal, Capital do Estado, em 1932 e início de 1933, incluiria: O Sindicato dos Estivadores Natalenses (depois, União dos Operários Estivadores), Sindicato dos Pedreiros de Natal, Sindicato dos Sapateiros, Sociedade dos Padeiros Natalenses, União Social Beneficente dos Motoristas, Sindicato dos Ferroviários da Great Western, Sindicato dos Marceneiros e

Pinteiros de Natal, União Sindical dos Trabalhadores da Prefeitura de Natal, Sindicato dos Trabalhadores das Docas do Porto, Sindicato das Mulheres Trabalhadoras de Natal, Sindicato dos Pintores, Sindicato dos Professores Norte-Riograndense, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natal, Centro Operário Natalense, Liga Artístico-Operária e Federal Regional do Trabalho. Infelizmente nos arquivos pesquisados e jornais da época, não há registro da atuação desses sindicatos (e mesmo dados elementares como data da formação, diretoria, estatuto etc). O mesmo se refere ao interior do Estado, onde com exceção de Mossoró, não há referências documentais⁽⁵⁷⁾.

Dos sindicatos organizados em Natal neste período, o de maior número de filiados era o dos estivadores (e a nível do Estado, o Sindicato dos Salineiros na região de Mossoró), ambos organizados com decisiva influência do Partido Comunista (e não apenas nesse período. Até pelo menos 1935, são as categorias proletárias mais importantes e que terá em suas diretorias militantes comunistas). No caso dos Estivadores, eram conhecidos como sindicato da "Estiva Livre" porque não se submetia a burocracia estatal (os sindicatos oficiais precisavam ser reconhecidos junto ao Ministério do Trabalho. O documento fundamental era a ata de fundação do sindicato, que o credenciaria. No caso dos Estivadores, precisavam ainda da autorização do Ministério da Marinha, via Capitania dos Portos. O Sindicato, desde o seu início, não se submete a Capitania dos Portos sendo por isso frequentemente hostilizados. E não por acaso, será este Sindicato o primeiro a aderir a ANL (Aliança Nacional Libertadora), no Estado,

b.1) As Greyes

No período compreendido entre 1932 e 1934, que vai corresponder a organização de inúmeros sindicatos no Estado, não há registro de qualquer movimento grevista. No dia 29 de maio de 1934, terá início a primeira grande greve em Natal, a dos padeiros, que vai durar uma semana e só terminará com a interferência do governo do Estado, que vai nomear uma comissão constituída de patrões (proprietários das padarias) e os trabalhadores.

Esse acontecimento é importante, porque inicia a entrada em cena dos trabalhadores. A partir daí vai crescer de forma significativa a mobilização da classe trabalhadora no Estado, principalmente em Natal e Mossorô, suas cidades mais importantes. E não só a nível do Estado do Rio Grande do Norte: Antunes mostra como a partir de 1934 o movimento grevista ressuruiu de forma rigorosa favorecido pela conjuntura política da da pela vigência da Assembléia Constituinte e pela relativa liberalização que marca o Governo Provisório nos seus primeiros passos. (50)

Em Natal surgem novos sindicatos como o pelego Síndicato do Comércio de Natal, o Sindicato Misto dos Proletários Natalenses, Sindicato Gráfico Natalense etc. No início de julho de 1934, o Interventor Mário Câmara se ausenta do Estado, indo ao Rio de Janeiro, tratar de problemas administrativos relativos ao Estado, assim como acompanhar os processos no Supremo Tribunal Federal relativos ao Rio Grande do Norte, assumindo a Interventoria interinamente o Diretor do Departamento da Fazenda Estadual, José Lagreca. Poucos dias depois, os ope

rários da Estrada de Ferro de Mossorô entram em greve, reivindicando um aumento de 100%. Os diretores da Great Western no Estado não aceitam a reivindicação, considerando um "absurdo" tal aumento e lançam uma proposta 'definitiva' de conceder um aumento de 50%. Os trabalhadores se reúnem em assembléia e decidem rejeitar a proposta. No dia seguinte, outras categorias, como a dos salineiros em Macau e Mossorô, decidem também entrar em greve, reivindicando melhorias salariais. O Governo, preocupado com a extensão do movimento, propõe a formação de uma comissão mista, constituída de representantes dos trabalhadores e dos patrões e acabam chegando a um acordo.

Enquanto isso, prosseguia a luta nos bastidores quanto as eleições estaduais, as facções oligárquicas acusam-se mutuamente, reclinando-se em relação a instrumentalização desses movimentos⁽⁵⁹⁾.

No dia 12 de fevereiro de 1935 os operários da Companhia Força e Luz (Companhia estrangeira que atuava em todo o país e que em Natal tinha o monopólio dos serviços de bondes, água, luz e telefone) entram em greve, reivindicando melhores salários: 40% de aumento e o cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho e ainda melhorias no serviço de atendimento à saúde prestado pela Companhia. Esta greve se estende até o dia 19 de fevereiro, tendo os operários inclusive ocupado as instalações da empresa e conseguindo que outras categorias aderissem a greve, deixando a cidade de Natal, praticamente em colapso. Foi a greve de maior extensão até então em Natal, pois a cidade ficou sem bondes, água e luz. O Comandante do 21. BC, Major Josué Freire, que havia assumido o comando do Batalhão em fins de 1934, preocupado com os acontecimentos envia

uma carta ao Comandante da 7.^a Região Militar, General Manuel Rabello, no dia 16 de fevereiro de 1935, onde, depois de acusar o Governo do Estado e a polícia de serem coniventes com o movimento paredista, ao relatar a greve diz "... a Capital continua sem luz, sem bondes, sem água e a partir de amanhã será privada de carne verde, pão e outros alimentos"..⁽⁶⁰⁾ No outro dia, o Comandante recebe um telegrama do General Manuel Rabello, autorizando-o a se entender com o governo do Estado, no sentido de manter a ordem ou para garantir que os operários não solidários com a greve pudessem trabalhar. O Comandante do 21 BC vai ao governador e expõe o telegrama recebido do comando da 7.^a Região Militar. O Interventor decide formar uma Comissão de Conciliação, composta de membros do governo, representantes dos trabalhadores e de um representante do Ministério do Trabalho, proposta esta que é levado para as lideranças do movimento e aceito pelas categorias em Assembléias, indicando seus representantes. O Ministério do Trabalho por sua vez, envia um representante do Rio de Janeiro, que chegou em Natal no dia 18 de fevereiro. À noite, a comissão se reúne e chegam a um acordo terminando uma greve que na expressão de um de suas lideranças "significou uma grande vitória para a classe trabalhadora no Rio Grande do Norte".

Em agosto surgem mais três sindicatos no Estado: O Sindicato dos Médicos Norte-Riograndense, fundado no dia 20, Sindicato dos Comerciantes Varejistas e o Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal.

Este mês foi realizado em Natal, na sede da União dos Estivadores, o I Congresso de Unidade Sindical, na qual João Francisco Gregório, Presidente do Sindicato União dos Es-

tivadores (que havia sido eleito no dia 12 de junho de 1935 para o exercício 1935/36) é eleito 1º Tesoureiro. Este congresso havia sido marcado em junho de 1935, quando da realização de uma reunião "pró Unidade Sindical do Nordeste", na sede da ANL em Natal. O objetivo era discutir, com a presença de várias lideranças do Nordeste, a formação de uma União Geral dos Trabalhadores. Não há registro do resultado das deliberações do Congresso, mas o fato é que a pretendida União Geral dos Trabalhadores não foi realizada.

De junho a novembro de 1935, o palco das agitações operárias estará na região oeste do Estado. Em novembro, no dia 7, data em que as tropas do 22º BC da Paraíba retorna a João Pessoa (tinham vindo, como ressaltamos no item anterior, garantir as eleições para o Governo do Estado), é iniciada uma greve dos ferroviários da Great Western, que terá ramificações na Paraíba, Pernambuco e Alagoas. No Rio Grande do Norte, a Companhia não só não aceita as reivindicações dos trabalhadores, como se recusa a receber uma comissão de trabalhadores, que havia sido indicada em assembléia. A meia noite, os trabalhadores inutilizam 2 quilômetros de linha férrea, cortando todos os fios da rede a partir do quilômetro 9 (partindo de Natal) e também inutilizando postes e isoladores. Neste dia também o Chefe de Polícia do Estado, João Medeiros, indefere um requerimento da "Frente Popular pela Liberdade", formada há pouco e que congregava alguns sindicatos, como os Estivadores e Sapateiros, que, através do seu representante, Joaquim Fontes Galvão (que havia sido Presidente da ANL no Estado) havia solicitado autorização para a realização de um comício que se realizaria neste dia, às 19 horas, na rua João Pessoa, no cen-

tro da cidade. Na justificativa para indeferir tal solicitação, o Chefe da Polícia alega que este comício "... seria um atentado a situação atual e a sociedade" e que "a Frente Popular Pela Liberdade" faz propaganda de idéias comunistas, com excitação da massa à prática de violências"⁽⁶¹⁾. Mesmo assim, com a proibição da polícia, e com a presença em Natal de representantes de outros Estados, os organizadores de comício decidem realizá-lo, se dirigindo à hora marcada, para o centro da cidade. No entanto, ao chegarem, encontram um forte esquema policial, com o reforço da Cavalaria de Polícia, que os dispensa, sem que tenha havido maiores incidentes.

Enquanto isso, a greve dos ferroviários continua. No dia 9 já estão parados os trens de Natal e de Nova Cruz. No dia 10 o Governo decide, junto com o Chefe de Polícia, deslocar um forte contingente policial para a cidade de Nova Cruz, contando com a ajuda de praças do 21 BC e da polícia da Paraíba, resultado de contatos estabelecidos entre os dois governadores. Com a chegada à cidade de um grande contingente policial, que inclusive se dispunham a restabelecer a linha regular de Natal a Nova Cruz, os trabalhadores realizam uma assembleia e decidem aceitar a proposta da Companhia que oferecia 50% de aumento e não punição aos grevistas. Nos demais Estados essa greve ferroviária paralisa praticamente todo o movimento ferroviário do Nordeste. Ela tem maiores proporções no Estado de Pernambuco que, face a truculência policial para por termo à greve, passou a contar com simpatias da população e inclusive de alguns soldados do 21 BC que haviam sido mobilizados para reprimir a greve,⁽⁶²⁾

Alguns atribuem a essa greve dos ferroviários o impulso decisivo para a insurreição de novembro de 1935. Gregório Bezerra, no citado livro de memórias, diz "depois dos acontecimentos grevistas e de outras manifestações antifascistas, o Governo Federal preparava uma desmobilização em massa nos quartéis nordestinos; os governos estaduais pretendiam fazer o mesmo nas polícias militares e guardas-civis. A direção Nacional do Partido baixou uma resolução para o Nordeste, ordenando que, no caso de uma desmobilização em massa nos quartéis se poderia dar início ao movimento revolucionário".⁽⁶³⁾ No caso específico de Natal, não acreditamos que essa greve tenha exercido qualquer influência para o levante que se daria no dia 23 de novembro. No entanto, no que diz respeito a "desmobilização em massa", terá uma importância decisiva, mas essa "desmobilização" não era em "massa" nos quartéis do Nordeste - incluindo o 21 BC, o caso da "desmobilização" de parte da tropa do 21 BC não está relacionado a uma "desmobilização em massa no Nordeste" e sim a questões do próprio quartel, conforme veremos no próximo capítulo.

Ainda sobre a greve dos ferroviários, há várias informações equivocadas, como por exemplo, a de Nelson Werneck Sodré, que diz "... na sequência de acontecimentos desse tipo irrompeu, em novembro, uma greve geral originada com os ferroviários e que a tropa não conseguiu dominar. A greve estendeu-se a Natal, onde, na noite do dia 23 para 24 de novembro, levantou-se a unidade local do exército. Agindo com rapidez, os rebeldes dominaram a cidade, receberam a solidariedade dos trabalhadores e de parte da pequena burguesia, liquidaram a resistência da Polícia Militar e conquistaram o poder".⁽⁶⁴⁾ Há vá-

rios equívocos. Primeiro, a greve dos ferroviários parou apenas três cidades do interior do Estado e durou apenas 4 dias, não contando com a adesão de outras categorias, não atingindo a cidade de Natal, capital do Estado. E mais: a greve durou até o dia 13 de novembro, acabando exatamente por causa da intervenção policial e, conforme demonstraremos, não teve nenhuma relação com o levante do 21 BC no dia 23 de novembro.

c) As Forças da Oposição: O PCB, A ANL E A
AÇÃO INTEGRALISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

c.1) O Partido Comunista do Brasil no Rio
Grande do Norte

Escrever sobre a História do Partido Comunista no Rio Grande do Norte não é uma tarefa fácil. Não há registro oficial, ou seja, até os dias de hoje, o Partido Comunista Brasileiro não dispõe de uma história oficial, o Partido Comunista a nível Regional também não tem registro de sua história no Estado, não existindo em seus arquivos nenhum documento do partido sobre o período. Nem tampouco qualquer referência na bibliografia sobre o Rio Grande do Norte, especialmente no que diz respeito à cidade de Natal, e nem mesmo nos arquivos policiais do Estado, que não dispõe de documentos que possibilitem a reconstituição do partido, quanto sua trajetória no Rio Grande do Norte.

A reconstituição possível se dá, fundamentalmente, tendo como referência os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional sobre a chamada "Intentona Comunista" de

1935 e mesmo assim são referências esparsas, necessitando de um verdadeiro trabalho de "garimpagem".

Em relação a formação do partido no Estado e mais especificamente em Natal, a única referência é o depoimento do sapateiro Aristides Galvão, que havia participado de algumas reuniões da União Geral dos Trabalhadores, a convite de Raimundo Reginaldo (um professor primário, oriundo de Mossoró, que havia fundado em 1921, a Liga dos Operários e que foi um dos fundadores do Partido Comunista em Mossoró, em 1928). Nesse depoimento, ele diz que participou de uma reunião em abril de 1935 "na qual estavam presentes Lauro Lago, José Macedo, João Batista Galvão e Adamastor Pinto" e que "depois todos assinaram a Ata, inclusive o depoente, dando como organizado o Partido Comunista em Natal". Nessa reunião ele recebe a tarefa de propagar no meio operário as idéias comunistas "o que realmente procurei fazer" e que, como não conseguisse a contento, foi-lhe dado a incumbência de organizar a União Feminina "órgão do PCB e ligado a ANL".⁽⁶⁵⁾

No entanto, as referências do Aristides Galvão não são da fundação do Partido no Estado nem em Natal, onde se realizou essa reunião. Na realidade, tratava-se da realização de uma Conferência Estadual, na qual foi eleita uma nova Direção, formada por José Praxedes — que havia chegado em Natal no dia 14 de janeiro de 1935, proveniente do Rio de Janeiro, para onde tinha ido em 1932 a chamado da Direção Nacional do Partido e que havia sido mandado de volta a Natal, Lauro Lago, Diretor da Casa de Detenção, Francisco Moreira e Raimundo Reginaldo. O objetivo da Conferência, na qual estavam presentes representantes de Mossoró (Francisco Moreira e Raimundo Reginaldo) era

reestruturar o Partido no Estado.

Quanto a sua fundação em Natal, data de novembro de 1926. A referência é de José Praxedes, que, neste ano, trabalhava numa Fábrica de Calçados em Natal e que havia ajudado a organizar a União dos Sapateiros do Rio Grande do Norte. Segundo Praxedes "nesse ano o jornal 'A Nação' publica uma notícia sobre a preparação do I Congresso da classe trabalhadora, que seria realizado no Rio de Janeiro, com o objetivo de organizar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (...) os sapateiros decidem mandar um representante (...) que toma contato com o pessoal do Partido Comunista e faz um relato do trabalho desenvolvido pelo grupo União dos Sapateiros. Cristiano Cordeiro, fundador do Partido e seu Secretário Geral, que morava no Recife, envia um representante a Natal para organizar o grupo de sapateiros (...) quem veio a Natal foi o companheiro Lourenço Justino, de Recife. No final de novembro ele fez uma reunião com o nosso grupo na casa do sapateiro José Claudino (...) expôs a linha do partido, falou sobre a necessidade de nos organizarmos nas empresas (...) dessa reunião participaram seis pessoas: eu, Pedro Marinho, Artur da Silva, Aristides, José Pereira e o José Claudionor, o dono da casa. Todos eram sapateiros. Ali fomos admitidos no Partido Comunista e planejamos as próximas tarefas^[66].

De novembro de 1926, quando o partido é fundado, até pelo menos a Primeira Conferência Estadual realizada em abril de 1935, as informações sobre a atuação do PCB em Natal, são inexistentes. É sabido da participação na formação da União Geral dos Trabalhadores e de alguns sindicatos (notadamente dos salineiros em Mossoró e dos Estivadores em Natal) mas não

há documentação que permita maiores considerações.

Em abril de 1935, quando realiza a sua primeira conferência Estadual, o partido se reestrutura. Já tinha atuação em alguns sindicatos importantes, como o dos Salineiros e Ferroviários em Mossoró e dos Estivadores em Natal (em junho, quando se realiza as eleições para os anos 1935/36, o Presidente e o seu vice, são militantes do Partido) atuando ainda em outras categorias, como dos sapateiros, motoristas, funcionalismo público e entre operários de pequenas fábricas como as de sabão, bebidas etc..

Nesta Conferência, além da reestruturação do partido, é discutida a entrada do partido na ANL e sua forma de atuação. Até então não há indícios da atuação do partido nos quartéis de Natal e em especial no 21 BC que, no período da legalidade da ANL, sabe-se da formação de alguns núcleos. É muito provável que a atuação do Capitão Otacílio Lima, do 29 BC de Recife, um tenente "histórico" ligado a Prestes e que ficou alguns meses em Natal (no 21 BC) tenha sido fundamental (ele foi um dos principais dirigentes do levante do 29 BC em Recife, em novembro de 1935 e era militante do Partido Comunista). Mas é com a vinda de Silo Meireles, Capitão do 29 BC e o principal articulador do levante nos quartéis do Nordeste, em agosto de 1935, que o partido reunido em Natal com a presença do capitão, aceita a entrada dos militares. A vinda de Silo Meireles vai ser importante não só para a entrada de militares no partido, como para a preparação para o levante que se articulava a nível nacional. Esses militares eram basicamente os que haviam integrado os núcleos da ANL no quartel do 21 BC. De agosto a novembro, intensifica-se o trabalho do partido dentro do quar-

tel, visando a preparação de um levante. Entre outros militares do Partido, destacam-se Quintino Clementino de Barros e Elíziel Henrique Diniz, Sargentos e os Cabos Glócondo Alves Dias e Gilberto de Oliveira.

Como o partido se reunia? As reuniões evidentemente eram clandestinas. O Comitê Regional funcionava praticamente na casa de João Galvão Filho, um jovem de 25 anos proveniente de Mossorô, que era Secretário do Colégio Estadual do Atheneu, em Natal e que havia entrado para o Partido quando de sua reestruturação. Além de sua casa, o partido promovia reuniões debaixo dos postes de iluminação pública da cidade, com grupos de três comunistas. As decisões que eram tomadas pelo Comitê Regional, eram passadas para o "grupo dos postes" que, por sua vez, deveriam transmiti-la para as outras células, que aguardavam à hora marcada. Era destacado um militante para fazer essa ligação entre o CR e as células do "poste" mais próximo. E essa tarefa era geralmente feita por Elíziel Henrique Diniz, sargento do 21 BC. Agora esses lugares, haviam ainda reuniões em três lugares: na padaria "Palmeiras" situada na rua Frei Miguelinho, pertencente a João Fagundes⁽⁶⁷⁾. Essas reuniões eram realizadas sempre tarde da noite, no sótão da padaria, com as luzes apagadas para não chamar a atenção e nas quais comparecia José Praxedes, sapateiro e um dos fundadores do Partido em Natal. O outro era na casa de Epifânio Guilhermino. Ali haviam reuniões no espaço de 8 em 8 dias "para tomarem conhecimento das correspondências provenientes do Rio de Janeiro"⁽⁶⁸⁾ e cujos frequentadores eram João Maranhão (conhecido como "João Pretinho"), Francisco Moreira, José Costa e José Praxedes e a terceira, funcionando na União dos Estivadores, sob a dire-

ção de João Francisco Gregório.

Segundo o Relatório do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional, foram exatamente nesses lugares "onde a trama revolucionária foi delineada".⁽⁶⁹⁾

c.2) A Aliança Nacional Libertadora

Reconstituir a história da ANL no Estado do Rio Grande do Norte é uma tarefa difícil, a exemplo do Partido Comunista, porque não há registro ou qualquer fonte documental. Robert Levine, historiador americano, que escreveu um livro sobre o período Vargas, esteve em Natal, pesquisou em inúmeros arquivos, tendo acesso inclusive aos arquivos policiais, afirma que a ANL no Estado não conseguiu reunir mais do que "poucas dezenas de militantes"⁽⁷⁰⁾. Ela foi formalmente criada no Estado, em abril de 1935, em Natal, com a inauguração de uma sede localizada num pequeno prédio no centro da cidade. Os jornais diários locais a ignoram por completo (eram três jornais diários em Natal, no período da legalidade da ANL e não há qualquer registro sobre ela). Houve tentativas de promover algumas manifestações anti-fascistas, a exemplo de tentativas, feitas em outros Estados, como em São Paulo e Rio de Janeiro, mas, em Natal, não conseguem as adesões desejadas; o mesmo ocorre na cidade de Mossoró, única cidade do interior onde a ANL ainda consegue se estruturar, mas com a participação decisiva do partido comunista local, que era muito mais influente e organizado entre os trabalhadores do que em Natal. No entanto, tanto em Natal como em Mossoró, as únicas manifestações públicas são quando da vinda de uma caravana aliancista do Rio

de Janeiro, que percorre diversas capitais do país, passando no Estado do Rio Grande do Norte em junho de 1935. Tendo Roberto Sisson e João Cabanas à frente, é realizado em Natal, um comício em frente ao Palácio do Governo (que será usado depois pela oposição contra o Interventor Mário Câmara, acusando-o de conivência com os comunistas), não conseguindo atrair um número muito grande de pessoas. A caravana segue para Mossoró, on de também realizam um comício em praça pública.

No dia 11 de julho de 1935, tendo como base um discurso de Prestes feito no dia 5, a ANL é colocada na ilegalidade. Se até então os pequenos núcleos que funcionavam no Estado eram constituídos basicamente de militantes do Partido Comunista, com a decretação da ilegalidade os seus núcleos operativos, passam a ser exclusivamente do Partido Comunista que, a partir de então, passa a articular um levante a nível nacional.

c.3) A Ação Integralista no Rio Grande do Norte

A bibliografia publicada sobre a Ação Integralista no Rio Grande do Norte, é escassa. O único livro publicado, tratando especificamente da Ação Integralista, é um trabalho jornalístico feito por Luiz G. Cortez, intitulado "Pequena História do Integralismo no RN"⁽⁷¹⁾, mesmo assim, com muitas lacunas.

A leitura dos jornais da época, também não permite avançar muito. Fundado oficialmente no dia 14.7.33, por um pequeno grupo de intelectuais da cidade de Natal, até o surgi-

mento do Jornal "A Ordem", em 14.07.1935, que seria o porta-voz do ideário integralista, não há praticamente registro na imprensa potiguar. Levine, no livro "O Regime de Vargas — Os Anos Críticos — 1934/1938"^[72], no capítulo referente ao Rio Grande do Norte, afirma que "dos grupos radicais de oposição no RN, os integralistas eram os mais influentes(...) e mais adiante: ..."havia algumas centenas de integralistas registrados, na maior parte homens de negócios, profissionais liberais, funcionários públicos e estudantes"^[73]. No primeiro caso, cabe indagar. Radicais em relação a que? e em segundo lugar, o caráter da oposição. Que oposição era essa quando se sabe, por exemplo, que um dos principais articuladores e líder da ação integralista no Estado era... Secretário do Interventor Mário Câmara?

Dos poucos registros da época, incluindo depoimentos de integralistas nesse período, não fica caracterizado o caráter de oposição ao Interventor Mário Câmara. E quanto a influência, não se sabe em relação a que se refere o autor. Se a sociedade em geral, é uma afirmação no mínimo arriscada. Pois é difícil aferir, o mesmo se diz em relação a alusão a "algumas centenas de integralistas registrados". Registrados onde? Qual a base documental para afirmar isso?

Da pesquisa que realizamos, com as fontes disponíveis, o integralismo teve pouquíssima influência junto à população do Estado. O período de uma relativa expansão no Estado, com a formação de alguns núcleos em várias cidades do interior, será no ano de 1935 (portanto, dois anos após a sua fundação no Estado) e principalmente depois do surgimento de um jornal diário, "A Ordem", de orientação integralista. Esse jor-

nal, fundado no dia 14.07.1935, conta como fundadores, alguns intelectuais do Estado, como o historiador e escritor Manoel Rodrigues e advogado Otto Guerra e já no primeiro número, traz um artigo assinado por Plínio Salgado e informações quanto a expansão dos núcleos no interior do Estado. A partir de então os artigos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso são frequentes, assim como artigos assinados sobre a ANL, vinculando-a ao Partido Comunista (é aliás o único jornal do Estado, dos quatro jornais diários em circulação, que traz informações sobre a realização do VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em agosto de 1935 e vincula a "expansão do comunismo" a ANL no Brasil...)

Até 1935, não há registro na imprensa local quanto a qualquer incidente envolvendo integralistas. A primeira notícia vinculada na imprensa data de 7 de outubro de 1935, e informa que a porta da casa de José Macedônio, chefe integralista de Ceará-Mirim, fora arrombada e jogada uma dinamite no telhado de sua casa "por elementos extremistas" (embora os autores não tenham sido identificados). Essa notícia dizia respeito a um acontecimento ocorrido no dia anterior, ou seja, no dia 6.10.35.

No dia 7 de outubro, se comemorava três anos da fundação da Ação Integralista Brasileira. Como em todo o Brasil, em Natal estava programada uma solenidade que passou a ser conhecida como "a noite dos tambores silenciosos" (motivada pela proibição de Vargas à formação de milícias integralistas). Essa solenidade, divulgada na imprensa local, seria iniciada às 24:00 horas.

A solenidade foi realizada na Sede dos integralistas em Natal, localizada no centro da cidade e contou com a presença de um grande número de integralistas. Iniciada pontualmente às 24:00 horas, terminou nas primeiras horas da madrugada. Na saída, oito integralistas foram atacados na rua e agredidos por um grupo de pessoas que seriam qualificadas no dia seguinte pela imprensa local e o jornal "A Ordem" em particular, como "elementos extremistas". Não se soube ao certo. Tratando-se de uma solenidade integralista e por ocasião das agressões serem ouvidas expressões como "galinhas verdes" é provável que tratava-se de grupos anti-fascistas, oriundos da ANL, já então na clandestinidade, que haviam, timidamente, organizado alguns pequenos núcleos no Estado e em Natal em particular.

No dia 11 de outubro, por volta das 22:00 horas, a sede da Ação Integralista em Natal, foi invadida, sendo pixados todos os quadros existentes, além de bandeiras e livros rasgados, cadeiras quebradas etc., ficando hasteada uma bandeira vermelha e nas paredes, vivas ao comunismo, ANL e Prestes. E deixam ainda uma galinha morta, pelada e pintada de verde, dependurada no mastro da sede.

No dia 16 de outubro, seguiu para a cidade de Ceará-Mirim, uma caravana integralista. O percurso foi realizado no trem que fazia uma linha regular para essa cidade, vindo de Natal. O objetivo desta caravana era realizar um comício, além de solenidades que contariam com a presença de novos aderentes. Ao chegarem em Ceará-Mirim, foram recebidos não só pelos integralistas locais, como por inúmeras pessoas que os recebem com hostilidade e, se não fosse a presença de um contingente policial da cidade, o conflito seria inevitável. As solenidades

de adesão são realizadas, as portas fechadas, mas o comício que estava programado, não foi possível ser realizado. Não havia clima. Às 17:00 horas do mesmo dia, regressam a Natal, no mesmo trem que os haviam trazido. Ao chegarem no município de Extremoz, que fica entre Ceará-Mirim e Natal, o trem é parado por um homem que, esbaforido, conta que vinha correndo desde o quilômetro nove, já perto de Natal, para avisar que os trilhos haviam sido propositalmente arrancados e que caso o trem seguisse viagem, o acidente seria inevitável. O fato tem ampla repercussão na imprensa — em especial no jornal "A Ordem" e "A Razão", ambos de oposição ao Interventor. A culpa de tais incidentes recai na "atuação de grupos extremistas na capital e no interior". Em função desses acontecimentos foi aberto um inquérito policial para apurar as responsabilidades, mas não foi possível descobrir os autores do atentado.

Daí, até a data do levante, no dia 23 de novembro de 1935, não há registro de outros conflitos. E, no período em que Natal foi ocupada pelos revoltosos do 21º BC, os integristas não foram molestados.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) Segundo Ricardo Antunes, o período compreendido entre ... 1934-1935, vai significar o surgimento e apogeu do movimento brevista da década de 1930. Ver ANTUNES, Ricardo - "Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil - Da Revolução de 1930 a Aliança Nacional Libertadora" - São Paulo: Cortez - 1982 - p. 126-129.
- (02) Por ocasião da Revolução de 1930 era Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, representante da facção oligárquica que há muito detinha o poder político (e econômico) do Estado, cuja base de sustentação estava localizada na região do Seridó -- maior produtora, de algodão do Estado e principal produto da economia do Rio Grande do Norte. Lamartine governava o estado com "mão-de-ferro", reprimindo duramente a incipiente organização dos trabalhadores. 1930 encontrará o Estado com os sindicatos operários fechados e a oposição, representada basicamente por Café Filho, esfacelada -- com seu jornal proibido de circular e seu principal líder exilado do Estado.

No dia 05 de outubro de 1930, o 29º BC, União Militar do Exército sediada em Natal, marcha sobre a capital e depõe, sem resistência o Governador Juvenal Lamartine. Constitui-se uma junta militar. No dia 12 de outubro, Juarez Távora vem pessoalmente ao Rio Grande do Norte e indica o paraibano Irineu Jofily para exercer interinamente o cargo de Presidente Provisório do Estado (as Interventorias foram criadas posteriormente). A posse, como Interventor, se dá no dia 11 de no-

vembro. Até 1933 o Rio Grande do Norte pode ser considerado como um Estado em que não vai se incorporar aos ideais da revolução e esse período vai ilustrar bem as limitações da revolução local e sua falta de consistência interna. O que vai se observar é um alto índice de turbulência política que registra a grande rotatividade dos representantes do Governo Federal na administração local. (Após a interventoria Jofilly, de 12 de outubro a 27 de novembro de 1930, assumem a Interventoria: Tenente Aluísio Moura - que fica de 28 de novembro de 1930 a 02 de julho de 1931; Hercolino Cascardo, Capitão da Marinha, que é nomeado até julho de 1932; É substituído pelo tenente Bertino Dutra no dia 11 de julho de 1932, ficando à frente da Interventoria até 01 de agosto de 1933, quando é nomeado Mário Câmara, que governa de 02 de agosto de 1933 até 29 de outubro de 1935). Ou seja, o Estado tem várias interventorias, no geral bastante atribulada e de pouca duração.

- (03) MARIZ, Marlene - A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte - Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco - 1982.
- (04) MARIZ, op. cit. p. 105.
- (05) Para maiores detalhes sobre esses acontecimentos, ver Dissertação de Mestrado de José Antonio Spínelli Lindozo "A Reação da Oligarquia Potiguar ao Modelo Centralizador de Vargas: 1930-1935 - Universidade Estadual de Campinas- 1989 e Mariz (op. cit.).
- (06) MARIZ, op. cit. p. 105.
- (07) LINDOZO, op. cit. p. 228.

- (08) CAFÉ FILHO, João. Foi uma das mais expressivas lideranças políticas do R.G. do Norte. Eleito Deputado várias vezes, foi Vice-Presidente e Presidente da República. Sobre sua vida, ler "Do Sindicato ao Catete" (Memórias) - Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.
- (09) MARTZ, op. cit. p. 108.
- (10) Ver Lindoso, op. cit. que é o mais completo estudo sobre as Interventorias Tenentistas no Rio Grande do Norte.
- (11) Mário Câmara nasceu em Natal no dia 03 de setembro de ... 1891. Bacharel em Direito na Faculdade de Recife em 1911. Pouco depois se torna funcionário público, ocupando diversos cargos importantes: No período de 1923-1924 foi Delegado Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Norte. Foi também Oficial de Gabinete de vários Ministros da Fazenda e Procurador da Fazenda Nacional. Depois de ser Interventor Federal do Rio Grande do Norte, foi nomeado sub-Diretor do Tesouro Nacional, servindo na Delegação do Tesouro Nacional em Londres. No Governo de Carlos Luz, foi nomeado Ministro da Fazenda.
- (12) Sobre J. Augusto, ver "Tavares Nilo - J. Augusto um Democrático". Fundação José Augusto - Natal-RN. Embora trate-se de uma obra discutível do ponto de vista analítico (a qualificação de democrático, no título, já é emblemático nesse sentido), é a mais completa biografia sobre José Augusto.
- (13) LINDOSO, op. cit. p. 238.
- (14) IDEM, p. 238-251.
- (15) O Jornal "A Razão" em edições sucessivas de 26 de maio a

11. de junho publica 12 editoriais em que o Partido Popular esclarecia as conversações em torno de um entendimento.

- (16) Por decisão da Assemblêia Nacional Constituinte os Deputados Federais e Estaduais seriam eleitos por voto direto enquanto Governadores e Senadores seriam eleitos pela Assemblêia Legislativa de seus respectivos Estados. No Rio Grande do Norte, essa eleição devia eleger, além do Governador, 3 Senadores, 5 Deputados Federais e 25 Deputados Estaduais.
- (17) BARBOSA, Edgar - A História de uma Campanha. 1938, p. 31 Natal.
- (18) LINDOZO, op. cit. p. 264.
- (19) IDEM, p. 55.
- (20) MARTZ, op. cit. p. 120.
- (21) Diário da Noite, Rio, 23 de setembro de 1934.
- (22) FREIRE, Josué. "O Exército em Face das Lutas Políticas" - Natal - 1938 - p. 117.
- (23) O Major Josué Freire chegou em Natal para dirigir o 21 BC no dia 30 de novembro de 1934. "No mesmo dia em que assume o comando, recebe em sua residência a visita do Chefe de Polícia do Estado, Dr. Potíguar Fernandes e de Aluisio Moura, Comandante da Polícia Militar. Era uma "visita de cortesia", mas, segundo o Major "aproveitam, o ensejo, para desbancar a oposição, desnodando-lhes as mazelas e apontando-as como responsáveis por todos os desmandos havidos e por haver". E para se ter uma idéia do clima em que vivia a cidade, acompanhemos o depoimen

to do Major no seu primeiro dia de comando "uma meia hora depois, parou em nossa porta um automóvel, cujo chauffeur disse vir da parte do Comandante da Polícia Militar, trazer ao nosso conhecimento que praças do 21 BC em grande número, se mantinham à frente da redação do vespertino "O Jornal" (pertencente a Café Filho) armados à cacetete, pretendendo depredar as oficinas e agredir o pessoal da redação". O Major expede uma ordem no sentido de que os praças sejam imediatamente recolhidos ao quartel. Às 23 horas do mesmo dia, recebe um chamado telefônico de Recife, do Comandante da 7.^a Região Militar, General Manoel Rabelo, indagando sobre esses acontecimentos e ordenando a instauração de um rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades. Instaurado o inquérito, nada se apurou. Na versão do Major, esses acontecimentos visavam atingir alguns oficiais do 21 BC que eram hostis ao Interventor Mário Câmara. Pouco depois do telefonema do General Manoel Rabelo, chegam em sua residência o líder da oposição, o Deputado Alberto Rosseli do Partido Popular, que lhe pede garantias para seus partidários, notadamente para João Câmara e traz inúmeras denúncias de violências praticadas pela polícia.

(24) BARBOSA, op. cit. p. 57.

(25) Essas visitas são noticiadas por toda imprensa local. Sobre o Integralismo no Rio Grande do Norte, ver o livro de Luiz Gonzaga Cortez "Pequena História do Integralismo no Rio Grande do Norte", Editora Clima, Natal-1986.

(26) O Partido da União Operária e Camponesa, lança uma chapa

completa: três candidatos a Deputado Federal (Lauro Reginaldo da Rocha -- que pouco depois, por ocasião da IX Conferência do PCB seria eleito para o Comitê Central, ocupando a Secretaria, conhecido como "Bangu"), Agostinho Dias da Silva, Acrísio João de Araújo, José Tertuliano da Mota e Luiz Gonzaga dos Santos. Para Deputado Estadual: Lauro Reginaldo da Rocha, Agostinho Dias da Silva, Adamastor Pinto, Luiz Saraiva Quaresma, Raimundo Oliveira, Elias Dias de Oliveira, Mário Inácio Pereira, Lauro Teixeira Nunes, Francisco Sérgio de Carvalho, Manuel Feitosa, Manuel Cruz Coutinho, Luiz Valentim de Paula, Tancredo Fonseca, José Farias Santos, Angelo Geminês, Teodosio Cassemiro, José Gadelha dos Santos, Sebastião Geraldo, José Teixeira dos Santos, Amaro Américo Souza, José Maria dos Santos, Epaminondas Fernandes Oliveira, Manoel Antonio Aguiar, João José de Lima e Luiz Alfredo da Cruz.

(27) Jornal "A Razão", de 16 de outubro 1934.

(28) FERNANDES, Aldo in "Memória Viva" - Editora "Nossa Editora" Natal-1987. - p. 11/12.

(29) BARBOSA, Edgar - Op. cit. - p. 162-164.

(30) IDEM, p. 164.

(31) FREIRE, Josué, op. cit. p. 30/39.

(32) Otacílio Alves era Capitão no 299 BC, sediado em Recife / PE e participou ativamente dos acontecimentos de outubro de 1930 no Estado. Ele será um dos fundadores da ANL em Pernambuco e dos elementos de destaque do levante do 299 BC no dia 25 de novembro de 1935. Esse fato,

ou seja, a vinda e permanência do Capitão Otacílio Alves em Natal, será considerado como o início da preparação para o levante do 21 BC em Natal, que estaria sendo articulado com outros quartéis do Nordeste, conforme veremos mais adiante.

(33) Diário da Noite, edição de 7 de agosto de 1935.

(34) IDEM.

(35) "... as divergências entre as forças do exército e o Interventor tinham sido acentuadas sobretudo durante as administrações de Irineu Jofily e Bertino Dutra, e se repetiam agora com Mário Câmara. Isto já ocasionado a transferência de um Comandante, o Major Adalberto Pompílio e vários oficiais[...] agora, sob o comando do Major Josué Freire, estas divergências voltam a se acentuar" - LINDOZO, op. cit. p. 190.

(36) MARIZ, op. cit. pp. 132.

(37) BARBOSA, op. cit. p. 193.

(38) Carta de Carlos Cavalcanti de Lima a Agamenon Magalhães, datada de 26 de setembro de 1935. Arquivo "Agamenon Magalhães" - CPDOC - Rio - FGB.

(39) FREIRE, op. cit. p. 223-224.

(40) LINDOZO, op. cit. cap. II.

(41) Nota oficial do Interventor Mário Câmara, publicada no Jornal "A República", de 01.11.1935.

(42) LINDOZO, op. cit. p. 326.

(43) FURTADO, João Maria. Vertentes (Memórias) - Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1976, Natal-RN, p. 122.

- (44) FREIRE, op. cit. p. 292.
- (45) IDEM, p. 292.
- (46) LEVINE, Robert. O Regime de Vargas - Os Anos Críticos - Nova Fronteira, 1970 -
- (47) Ver, por exemplo, Levine, op. cit. p. 62.
- (48) FURTADO, op. cit. p. 122.
- (49) SOUZA, Itamar de - "A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)" - Natal-RN - 1989 - p. 78.
- (50) LINDOZO, op. cit. cap. I.
- (51) As referências a formação do Partido Comunista em Natal e Mossorô, são, respectivamente, do "Praxedes, um Operário no Poder", Alfa Ômega-1986 - Depoimentos de José Praxedes ao Jornalista Moacir de Oliveira Filho e FERREIRA, Brasília Carlos "O Sindicato dos Garranchos", Dissertação do Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.
- (52) OLIVEIRA FILHO, Moacir, op. cit. pp. 33.
- (53) O que se convencionou chamar de "Revolução de 1930", tem merecido da historiografia brasileira brasileira, uma atenção especial. São inúmeros livros, teses acadêmicas, ensaios, artigos etc.. Para uma melhor compreensão sobre o significado da Revolução de 1930, destacaria: - MARTINS, Luciano, a revolução de 1930 e seu significado político, in "A Revolução de 30 - Seminário Internacional", Editora Universidade de Brasília, coleção Temas Brasileiro, volume 54, Brasília, 1982, pág. 669-690; - FAUSTO, Boris, "A Revolução de 1930", São Paulo, Brasi-

liense, 1970, De Decca, Edgar Salvador. Dimensões Históricas do Insucesso Político. Tese de doutoramento Universidade de São Paulo. 1979.

- (54) LINDOZO, op. cit. p. 170.
- (55) José Praxedes, sapateiro e dirigente do Partido Comunista em Natal, é preso por Café Filho, sob a acusação de "Distúrbios à Ordem Pública".
- (56) LINDOZO, op. cit. p. 163.
- (57) No caso de Mossorô, há o excelente trabalho de reconstituição histórica dos sindicatos e do Partido Comunista, feito por Ferreira, op. cit.
- (58) ANTUNES, Ricardo, op. cit. p. 126.
- (59) LINDOZO, op. cit. p. 264.
- (60) FREIRE, Josué, op. cit. p. 136.
- (61) MEDEIROS FILHO, João - 82 Horas de Subversão (a Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte) - Natal-RN - 1980, p. 9 - 30.
- (62) Gregório Bezerra em suas Memórias, descreve com detalhes esses acontecimentos, sobre a participação dos soldados, ele diz "os jovens soldados, estimulados pela firmeza e a coragem da massa ferroviária faminta e esfarrapada, a brinham as portas da cantina do 29 BC, que estava superlotada de gêneros alimentícios e distribuíram tudo que havia entre os familiares dos grevistas. Foi a maior prova de solidariedade e de confraternização que os soldados poderiam prestar aos seus irmãos operários" in "Memória", volume I, São Paulo, Civilização Brasileira, 1979, p. 23.

- (63) BEZERRA, Gregório, op. cit. p. 239-240.
- (64) SODRÉ, Nelson Werneck - Contribuição à História do PCB - Parte 3 (A Crise), Revista "Temas de Ciências Humanas" - nº 10, 1981, São Paulo, 189-190.
- (65) Depoimento prestado à polícia por Aristides Galvão, em janeiro de 1936. Autos dos Processos do TSN, Arquivo Público - Rio de Janeiro. Processo nº 2, volume I.
- (66) OLIVEIRA FILHO, Moacir, op. cit. p. 32.
- (67) Preso no dia 27 de novembro de 1935, julgado em 1938, é condenado a 6 anos e 6 meses de prisão. Por ocasião do levante, é visto por várias testemunhas no quartel do 21 BC - onde teria ficado responsável pelo setor do rancho - e em permanentes contatos com a "Junta Governativa".
- (68) Depoimento prestado à polícia por Leonília Félix, em janeiro de 1936. Processo nº 2, TSN, Arquivo Nacional-RJ.
- (69) Relatório do Procurador de Justiça do R.G. do Norte ao Presidente do Tribunal de Segurança Nacional.
- (70) LEVINE, Robert - Op. cit. pp. 163.

CAP. III - OS LEVANTES DE 23 A 27 DE NOVEMBRO DE 1935

1) N A T A L

1935. Natal era uma pequena e pacata cidade com aproximadamente 35 mil habitantes.⁽¹⁾ O movimento comercial era concentrado em dois bairros: o da Ribeira -- onde além do comércio, havia o movimento do cais do porto, situado na Rua Tavares de Lira, sendo frequentes a presença de navios estrangeiros que levavam para a Europa, algodão e sal -- e a Cidade Alta, onde se localiza o centro da cidade, com maior movimento e concentração comercial. Os dados disponíveis quanto à composição da "população economicamente ativa" indica que a maioria dos empregados trabalhavam no comércio e nos órgãos dos governos Estadual e Municipal.

Após o fechamento do comércio, o movimento se concentrava no cruzamento das Avenidas Rio Branco e João Pessoa, no centro da cidade. Esse movimento geralmente crescia um pouco depois das 21 horas, com o término das sessões de cinema (havia em Natal, 03 cinemas: o Royal, São Pedro e Politherama, que se orgulhavam de exibir, quase simultaneamente, as grandes produções da Metro, United, Paramount, Universal, Fox e Propaganda Art e Broadway, que haviam estreado no sul do país. Havia os "matinês" e "vesperais" aos domingos e até mesmo uma "sessão das moças" e nos jornais uma crítica de cinema semanal, escrita por intelectuais da cidade). O movimento no centro da cidade se prolongava até por volta das 23 horas (havia também um grande movimento no bairro da Ribeira, mas, em função do porto e da presença constante de marinheiros de navios estran-

geiros, era também onde se concentravam os cabarês da cidade, e o mais famoso deles "o Beco da Quarentena" que funciona até os dias de hoje). No centro da cidade, semanalmente, a banda de música do 21 BC dava concertos ao ar livre, atraindo pessoas de várias partes da cidade e citado na imprensa local como o "elegante footing da Av. Rio Branco". No centro, se destacavam os cafês "Cova da Onça" e "Petit Bar" e "Grande Ponto" frequentados pela intelectualidade e a elite da sociedade local.

Circulavam em Natal, quatro jornais diários (hoje tem apenas dois): "A República" — órgão oficial do Governo, "A Razão", órgão do Partido Popular, "A Ordem" de orientação católica (e integralista) e "O Jornal" de propriedade de Café Filho. Agora esses jornais diários, havia também jornais de circulação esporádica, como o jornal "O Feitiço", que foi anunciado no dia 29 de março de 1935, formado por um grupo de intelectuais para "defender a arte e as letras potiguares" contando com a colaboração variada "dos melhores poetas e prosadores contemporâneos", entre os quais o folclorista Luís da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes, um dos precursores da poesia concreta. Este jornal circulou em alguns sábados, mas ao que tudo indica teve duração efêmera. Circulou também neste ano, de forma irregular, um jornal vespertino chamado "O Debate", dirigido pelo jornalista Antônio Alves e de apoio do Interventor Mário Câmara.

No plano cultural, havia ainda na cidade uma Biblioteca Pública, com 9.691 volumes, um teatro (Carlos Gomes, inaugurado no início do século) e três arquivos públicos (um federal, um estadual e um municipal) e uma livraria, a "Cosmopolita", sendo vendidos livros ainda nas Casas Pernambucanas e na

Casa Gondim, que anunciavam nos jornais a chegada em Natal de livros lançados no sul do país. No caso da Livraria "Cosmopolita", era uma livraria pequena, sem grandes estoques de livros e com dificuldades de acompanhar o que se publicava em termos editoriais no sul do país (no entanto, após os acontecimentos de novembro de 1935, a oposição irá acusar o Interventor Mário Câmara de "conivência" com os "extremistas" ressaltando a difusão da literatura marxista em Natal. "As livrarias outra literatura não exibiam em suas vitrines senão Lénin Stalin, Trotski, Marx, Engels, Bukarin etc (...) as doutrinas mais avançadas eram ensinadas abertamente na tribuna e na imprensa".^[2] Na pesquisa que realizamos, nada indica que esta afirmação seja verdadeira. O depoimento é no mínimo suspeito, pois trata-se de um declarado inimigo do Interventor. A leitura dos jornais da época desmentem claramente a afirmativa de que "doutrinas avançadas" eram "ensinadas nas tribunas e na imprensa". A própria direção local do Partido Comunista, pouco conhecia de comunismo e a leitura básica eram os documentos enviados pela Direção Nacional. Por ocasião da repressão ao movimento de novembro de 1935, na qual foram realizadas centenas de prisões, muitas das quais, com invasão policial nas casas dos indiciados, praticamente não foram apreendidos livros. Nos volumosos processos referentes ao Rio Grande do Norte (56 processos ao todo) é absolutamente insignificante o número de livros apreendidos e menos ainda dos que poderiam ser considerados como "literatura marxista". Em Mossoró, onde o Partido Comunista era mais estruturado e influente junto aos trabalhadores, havia uma maior circulação de livros "marxistas", difundidos, basicamente, por membros da família Reginaldo, em espe-

cial Lauro Reginaldo (o famoso "Bangu", que chegaria a Secretaria Geral do PCB) e Jonas Reginaldo, seu irmão, e uma espécie de "intelectual da família", além de Raimundo Reginaldo, todos militantes do PCB. Esses livros eram adquiridos numa pequena livraria pertencente a Lauro Escossia que os adquiria com viajantes que chegavam ao porto da vizinha cidade de Areia Branca.

No entanto, acusava-se o Interventor de ser conivente com a "difusão do comunismo no Estado". Diz Medeiros (... a bem dizer, a verdadeira propaganda comunista começou neste Estado no governo do Sr. Mário Câmara. O Rio Grande do Norte era considerado naquela época, o paraíso dos comunistas. Nos cadastros policiais dos centros adiantados, Natal, Mossoró e Areia Branca eram tidos como verdadeiros quartéis gerais dos agentes de Moscou".[³])

No que diz respeito à educação, o Índice de analfabetismo é enorme. Em 1920, o Censo Escolar havia revelado que 81% dos 547.000 (quinhentos e quarenta e sete mil) habitantes eram constituídos de analfabetos. Apenas os filhos da elite recebiam mais do que as noções rudimentares da escola, se formando em Faculdades fora do Estado. Na década de 1930, o Índice de analfabetismo continuou grande. Em 1933, por exemplo, por ocasião da realização das eleições para a Assembleia Constituinte, a população do Estado era de 764.571 (setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e um) habitantes, sendo que apenas 18.959 (dezoito mil, novecentos e cinquenta e nove) se inscreveram para votar. Em 1934, menos de 2% dos 22 mil estudantes matriculados, podiam esperar alcançar as 21 escolas existentes na capital. Sobre o ano de 1935, não foi possível obter dados em relação ao número de escolas e matrículas,

nem o Índice de analfabetismo, mas, pelo Censo de 1940, não há alteração substancial quanto ao último Censo realizado (1920), ou seja, cerca de 80% da população adulta no Estado eram analfabetas, e algo em torno de 90% das crianças em idade escolar, estavam fora da escola.

Do ponto de vista econômico, o ano de 1935 será, para o Estado, um ano no qual as safras de algodão e sal, batem record, o que significa não só o aumento da produção, como da exportação⁽⁴⁾. O Estado, depois de anos de seca e depressão econômica, tem uma safra considerável⁽⁵⁾ e o exercício financeiro de 1935 termina com um saldo em cofre de quase três mil contos de réis⁽⁶⁾.

Mas, se de um lado, havia o empenho da Interventoria de sanear administrativamente o Estado, defendendo uma política de melhores preços tanto para o algodão como para o sal, de acordo com as expectativas desses setores, no plano político, em consequência das eleições de outubro de 1934, conforme já relatamos, havia uma renhida luta e, são exatamente os principais representantes desses setores que formaram o Partido Popular, de oposição ao governo do Interventor. De qualquer forma, o aumento das receitas do Estado permitiu ao Interventor investir em obras sociais, como por exemplo, a construção de diversas escolas, tanto na Capital quanto no interior etc..

Do ponto de vista industrial, Natal era uma cidade que não tinha praticamente indústrias, com muito poucos estabelecimentos e empresas industriais. Natal subsistia, conforme já dissemos, com um pequeno comércio, com grande parte da população economicamente ativa sendo constituída de funcionários

públicos.

Em 1943, por exemplo, haviam sido cadastradas 155 em presas, sendo a maioria constituída de oficinas mecânicas ... (45) e alfaiataria(29) e o restante de pequenas fábricas: bebidas (7), tipografias (7), gelo, sabão etc., com uma média de 5 empregados por empresas. Os dados existentes quanto à produção industrial de 1936 revelam que das 245 fábricas existentes no Estado, a maioria era constituída de calçados (151) e bebidas (77), empregando um número muito pequeno de trabalhadores. Dessas, 126 ficavam em Natal, 89 das quais tinham até 6 empregados e 37 fábricas, de 6 a 12 empregados. Esses dados são importantes, porque revelam que a classe operária em Natal é absolutamente insignificante, se considerado o número de trabalhadores empregados.

Em termos populacionais, até 1935, o crescimento de Natal é pouco significativo. O processo de concentração da população foi muito lento. Em 1870, quando o algodão começa a ser o principal produto de exportação do Rio Grande do Norte, no lugar da cana-de-açúcar, Natal possuía 8.909 (oito mil, novecentos e nove) habitantes. Em 1900 esta população tem praticamente dobrado, perfazendo um total de 16.059 (dezesseis mil, cinqüenta e nove) habitantes. Nas duas primeiras décadas do século é que há uma aceleração da dinâmica populacional, chegando de acordo com o Censo de 1920, a uma população de 30.696 (trinta mil, seiscentos e noventa e seis) habitantes. De qual quer forma, representava um percentual muito pequeno em relação à população do Estado (cerca de 5%). Crescimento signíficativo só se dará a partir de 1940, que terá, a partir de então um crescimento populacional muito superior à média do Nordeste:

de 1940 a 1950 o Índice de crescimento foi de 87,2%, enquanto que no período de 1930-1940 foi de 50%. O fator explicativo para esse crescimento foi em função da eclosão da 2.^a Guerra Mundial e da participação do Brasil, junto aos países aliados. Natal, por ser uma cidade geograficamente estratégica, foi base de operação americana (conhecida depois como "o trampolim da vitória") que trouxe, além de um grande contingente de militares americanos, a construção de estradas, aeroportos etc.

Comparando os Censos de 1920 e o de 1940, Natal teria, em 1935, uma população de aproximadamente 40 (quarenta) mil habitantes.

Quanto à Segurança Pública, havia, em 1935, a Polícia Militar, o 21 BC (Batalhão de Caçadores) do Exército e a Guarda Estadual (Guarda-Civil). Não há registro nos arquivos pesquisados do contingente de cada uma delas. Pelos dados de 1933, a Polícia Militar tinha 18 oficiais e 348 praças. A Guarda-Civil tinha um Inspetor (ou Comandante), 12 graduados e 408 guardas, sendo, na época, o 6.^o contingente nacional, em termos numéricos. (7) A Polícia Militar e a Guarda-Civil eram diretamente subordinadas ao Interventor. Cabia a ele indicar o Comando Geral da Polícia Militar e da Guarda-Civil. Com o acirramento dos conflitos, passa a haver uma participação mais incisiva dos militares na vida política local. A Polícia Militar — em geral o Comandante e alguns Oficiais e a Guarda-Civil, e no caso do 21 BC, conforme vimos, em especial a oficialidade, francamente hostis ao Interventor, se aliando as oligarquias que haviam sido derrotadas em 1930 (não por acaso, após os acontecimentos de 23 de novembro de 1935, com o levante do 21 BC e sua subsequente derrota, são indiciados 24 oficiais

da Polícia Militar, acusados de terem de alguma forma participado do levante, o que, conforme veremos, não foi verdade.

1.1) Natal, 23 de novembro de 1935

O dia amanhecia calmo em Natal. Os jornais circulavam nesse dia, não traziam nenhuma novidade digna de registro. Uma pequena nota, no Jornal "A República" convidava a população para assistir a uma solenidade de formatura de alunos do Colégio Santo Antônio (turma de Contabilistas), à noite, no Teatro Carlos Gomes, que teria a presença confirmada do Governador do Estado, Rafael Fernandes e outras autoridades. No Palácio do Governo, houve expediente normal pela manhã. A única novidade, segundo o então Secretário do Governador, Aldo Fernandes — que havia sido eleito Deputado Estadual pelo Partido Popular — foi ter chegado no palácio notícias de "umas reuniões com um Zé Praxedes, Lauro Lago, de caráter subversivo". Como Lauro Lago era Administrador da Casa de Detenção, o Governador, ao saber de tal reunião, junto com o Secretário, resolve providenciar imediatamente a demissão de Lauro Lago. (8)

Ainda nesta manhã, chega ao Comandante do 219 BC uma autorização do comando da 7.^a Região Militar, General Manoel Rabelo, para o licenciamento de homens com tempo vencido e de alguns envolvidos em incidentes poucos dias antes. Foram licenciados pouco mais de 30 praças. (9) Como era sábado, foi deixado para segunda-feira, dia 25, a continuação das dispensas de outros praças, além de alguns cabos e sargentos. As dispensas de revistas foram abundantes, como era praxe. A maior parte da tropa, incluindo a oficialidade, foi para suas casas, ficando apenas dois oficiais: os Tenentes Abel Cabral, como "Oficial de Dia" e o Tenente João Cícero de Souza, da Banda de Música do Quartel.

Anoitecia. O Governador do Estado, Rafael Fernandes, jantava com amigos e pouco depois se dirige para o Teatro Carlos Gomes, acompanhado de seu Secretário Particular, Aldo Fernandes, e do Chefe de Polícia, Dr. João Medeiros. No Teatro, ocupam as cadeiras reservadas às autoridades, se juntando a alguns secretários de Estado e outras autoridades, incluindo oficiais do 21 BC e da Polícia Militar e ainda oficiais de uma esquadra mexicana ancorada há pouco no porto de Natal e que também haviam sido convidados a participarem das solenidades de formatura.

21 BC, pouco depois das 19 horas, o pessoal da guarda, que dava sentinela no quartel, nota um pequeno movimento no pátio, com deslocamento de alguns praças, cabos e sargentos, mas não percebe nada que possa qualificar de "anormalidade". Como se aproximava da troca de sentinelas, o pessoal da guarda imaginara ser um movimento nesse sentido. Às 19:30 os sentinelas viram, mais uma vez, o deslocamento de alguns homens no pátio, só que agora estavam armados e se aproximando do Oficial de Dia, Tenente Abel Cabral. Imaginavam de início ser a patrulha das ruas da cidade, instituída em razão dos assaltos a bondade que tinham ocorrido nos últimos dias e cujas suspeitas recaíam em militares do 21 BC (os assaltos foram feitos por homens fardados, com máscaras). No entanto, não era a patrulha. Eram três homens — o Sargento Músico Quintino Clementino de Barros, o Cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima. Estavam bem armados. Aproximam-se do Oficial de Dia e Giocondo, apontando um fuzil, diz: "Os senhores estão presos em nome do Capitão Luiz Carlos Prestes". Não oferecem resistência. Nesse momento, um grupo de homens armados

ocupam rapidamente os lugares estratégicos do Quartel, sob as ordens de Quintino Clementino e de outro Sargento, Eliziel Diniz. Os oficiais são recolhidos de imediato à prisão, improvisada no cassino do quartel. Giocondo à frente de um grupo armado, manda soltar os presos do xadrez e determina a execução de repetidos toques de recolher. Como o quartel era no centro da cidade (onde hoje fica o Colégio Winston Churchill) foi fácil a sua ocupação, posto que nos arredores moravam boa parte dos soldados, que nesse sábado, divertiam-se nos bares da vizinhança. Ouvindo, os soldados, o toque de recolher, rapidamente dirigem-se ao quartel que logo é ocupado. No pátio externo foram colocados estrategicamente, armas e fardas. Ao entrarem, eram orientados por alguns cabos e sargentos, que se armassem e fardassem (em depoimento posterior alguns dos praças disseram que ao entrar no quartel, lhes diziam que o quartel ia ser atacado). Os seguidos toques de recolher foram também o sinal para que um grande número de civis, incluindo algumas mulheres, invadissem o quartel, se fardando e se armando. O maior número de civis que entram no quartel era constituído de estivadores, tendo à frente o Presidente do Sindicato da União dos Estivadores de Natal, João Francisco Gregório. A rapidez com que os civis entram no quartel, se armando, e alguns se fardando (inclusive mulheres) demonstram perfeitamente que havia um plano pré-estabelecido. Eles sabiam o que estavam fazendo. Como demonstraremos, fazia parte de um plano, traçado pela direção local do Partido Comunista na tarde deste mesmo dia (João Francisco Gregório, Epifânio Guilhermino e outros que invadem o quartel, com ascendência sobre os demais, são todos membros do Partido Comunista). Quanto aos praças, a maioria dos que entraram no quartel, fardando-se e armando-se, não sabiam do

que se tratava. Eram informados a partir do momento em que o quartel estava sob controle absoluto dos rebelados. Como parte de um plano previamente traçado, os Sargentos Quintino Clementino e Eliziel Diniz, como chefes militares da rebelião, organizam o deslocamento de tropas para os pontos estratégicos da cidade (Giocondo Alves Dias, que havia rendido e prendido o Tenente Oficial de Dia, ao que consta, foi ferido logo no início do levante, ao tentar ensinar um dos praças a manejar um fuzil — já que grande parte dos praças haviam entrado há pouco no quartel e sequer tinham feito qualquer exercício com armas.^[10] O deslocamento de tropas, constituídas de praças e civis, sob o comando de um cabo ou sargento, se dá de forma organizada e rapidamente são ocupados o Palácio do Governo, a residência do Governador, a Central de Usina Elétrica, A Estação da Estrada de Ferro, a Central Telefônica e Telegráfica e o Aeroporto da cidade, sendo providenciado, ainda, o desligamento dos faróis que funcionavam nas costas de Natal. Ainda no Quartel, são disparados diversos tiros para cima e era dada a orientação para se dar vivas a Prestes e à ANL, quando as tropas se deslocassem pela cidade.

O Governador do Estado, Rafael Fernandes, estava nesse momento, presidindo a solenidade de formatura no Teatro Carlos Gomes (que ficava na Praça Augusto Severo, bem próximo do quartel do 21 BC). No teatro, são ouvidos inúmeros disparos de bala do lado de fora. A programação foi interrompida brevemente. Não se sabia a origem dos tiros e a programação teve continuidade. Algumas pessoas saíram do teatro a fim de se informar sobre o que estava acontecendo. Pouco depois se aproxima um grupo de homens armados e se reúne lá fora. As pes-

soas que estavam nas primeiras fileiras do teatro começam a se levantar e deixar os seus lugares, criando um ligeiro tumulto. Para abrandar os ânimos, o Governador se levantou do camarote, pediu calma, que as conversas parassem e que a orquestra começasse a tocar. Não adiantou. As pessoas continuavam a sair, já que os tiros continuavam do lado de fora. Ao que tudo indica, os homens armados que se aproximavam do teatro deviam estar se deslocando para outro lugar, já que após conversarem com algumas pessoas que saíam do teatro, continuaram a caminhada. O Governador, junto com as autoridades, resolveu sair. Primeiro saíram os oficiais da esquadra mexicana que estava ancorada no porto, que pediram licença ao Governador e se retiraram rapidamente em direção aos navios. Com a frequência dos tiros, a saída é desordenada. O Chefe de Polícia, Dr. João Medeiros, que havia saído logo no início, a fim de se informar sobre o que estava acontecendo, é preso pouco tempo depois, ao se aproximar do centro da cidade, por uma patrulha em que um dos integrantes o reconhece. É logo recolhido para o improvisado xadrez do 21 BC (Cassino dos Oficiais). O Governador fica com seu secretário ao seu lado. Resolvem sair a pé, com a intenção de irem ao Quartel da Inspeção de Polícia — que havia sido reformada há poucos dias e era constituída por homens de confiança do Governador — mas no caminho, houve um tiroteio na Praça Augusto Severo. Temendo ser atingidos, embora não fossem alvos dos tiros nem tivessem sido reconhecidos, resolvem entrar na casa de Xavier Miranda, que era amigo de ambos e cuja residência ficava bem próxima ao Teatro. A porta da casa estava aberta e em casa apenas a mulher de Xavier. Explicada a situação, são convidados a ficar até serem informados do que estava acontecendo. Dormem lá e pela manhã, depois

de terem conhecimento do que tinha acontecido no 21 BC, resolvem ir até a casa de Letiere, um italiano que muitos pensavam que fosse Cônsul da Itália (ao que consta ele não tinha credenciais consulares) e ficaram na casa dele até o final do movimento, no dia 27 de novembro.

Dos militares presentes no Teatro, entre os quais vários oficiais do 21 BC, ao saberem que os tiros partiam do quartel do 21 BC, dirigem-se para lá. No entanto, poucos conseguem entrar no quartel. Os que o fazem, são presos imediatamente. Outros, verificando a situação do quartel, preferiram ocultar-se em casas de parentes ou amigos da cidade.

Enquanto isso, no quartel do 21 BC, já sob completo domínio, Quintino Clementino, que era o chefe militar do levante, ordena não só a ocupação dos pontos estratégicos, como o deslocamento imediato de patrulhas pela cidade, algumas delas devendo ir às casas dos oficiais a fim de prendê-los (curiosamente, nenhuma tropa foi para o Teatro onde estavam o Governador e outras autoridades, incluindo vários oficiais do 21 BC). Uma dessas tropas, constituída de soldados e civis, encontra, no bairro da Ribeira, fardado, o Tenente da Polícia Militar, Mário Cabral, que, segundo seu depoimento, ao ouvir a sequência de tiros e o local dos disparos, deslocava-se para sua residência. A patrulha lhe dá voz de prisão e, apesar de estar armado, não há como resistir. Preso, é conduzido ao quartel do 21 BC. Quintino, ao saber da prisão de Mário Cabral manda chamá-lo, e pede para que o mesmo se deslocasse rapidamente para o quartel da Polícia Militar, levando uma mensagem ao Sargento Farias que, segundo Quintino, estava informado da conspi

ração do 21 BC. e que, dentro em pouco, enviaria tropas para ocupar o quartel, devendo o Sargento contar com a colaboração de sua tropa e não oferecer resistência.

Nesse Interim, o Comandante da Polícia Militar, Major Luis Júlho, o Tenente Coronel José Otaviano Pinto Soares, que há pouco havia sido nomeado comandante do 21 BC e os Tenentes José Paulino Medeiros, Francisco Bilac e Pedro Sílvio de Moraes, ao ouvirem o tiroteio e saberem da ocupação do 21 BC por revoltosos, dirigem-se para o Quartel da Polícia Militar (antes, tinham se dirigido à residência do Governador, a fim de se informar sobre o que estava acontecendo. Ao chegarem lá, em vez do Governador, já encontram uma patrulha, constituída de revoltosos, que havia prendido a guarda da residência e com a aproximação dos militares, abrem fogo. Não conseguiu ferir ninguém, mas os levaram à dispersão. Os militares se juntam e resolvem ir para o quartel da Polícia Militar.

O Tenente Mário Cabral não consegue falar com o Sargento Farias. Com os tiros, vários soldados procuram o quartel e o oficial de dia, manda tocar seguidos toques de recolher. Havia uma enorme confusão, já que a maioria não sabia do que se tratava. Aos poucos, conseguiu-se constituir uma força de 42 praças. Cabral, impossibilitado de contactar o Sargento Farias, volta ao quartel do 21 BC. Havia já a confirmação de que o quartel se preparava para resistir. De imediato, Quintino ordena o deslocamento de tropas, constituída de praças e civis, para atacar o quartel, caso este oferecesse alguma resistência. Com a aproximação de tropas, os soldados do Quartel de Polícia Militar abrem fogo e começa a fuzilaria. Logo no início do tiroteio, chegam os oficiais e a entrada foi

feita com muita dificuldade. Com a presença dos oficiais, entre eles os Comandantes da Polícia Militar e do 21 BC, o Major Luiz Júlio e o Coronel José Otaviano Pinto Soares, a resistência no quartel se dá de forma mais organizada. Às 21 horas, o fogo já era intenso, pela frente e pelos flancos, de modo a impossibilitar o acesso de outros elementos que quisessem tomar parte na defesa do quartel. A munição no quartel era pouca, ao contrário dos rebeldes, em número superior e fortemente armados e com uma vantagem a mais: o quartel do 21 BC ficava bem perto (o Quartel da Polícia Militar ficava onde hoje é a Casa do Estudante no centro da cidade e o Quartel do 21 BC onde é hoje o Colégio Winston Churchill). Essa proximidade fazia com que pudessem voltar ao quartel, trazer mais armas, homens e munições, enquanto que o Quartel da Polícia Militar, estava cercado. No entanto, resistem e o combate vai durar até às 14 horas do dia seguinte, quando, esgotadas as munições, os policiais militares são obrigados a abandonar o quartel. Mas não se renderam. Seguindo as orientações do Major Luiz Júlio e do Cel. Pinto Soares, tentam fugir pela parte de trás do quartel, que dava para o rio Potengi (que margeia a cidade) e era a única alternativa de fuga. Ao perceberem que não havia mais resistência no quartel, as tropas rebeldes invadem o quartel e rapidamente prendem os que tentam fugir pelas margens do rio. O Tenente Francisco Bilac é o único que consegue fugir, atravessando o rio a nado, chegando na praia da Redinha. O Tenente José Paulino, conhecido como "Tenente Zuza", tenta fugir pela margem do rio. Alguns dos soldados que haviam entrado no quartel, percebem a fuga e correm atrás do Tenente. Ao perceber que havia sido descoberto ele esboça uma reação e recebe uma rajada de arma automática que o atingiu no tronco e no an-

te-braço esquerdo (que teve de ser amputado posteriormente). O Major Luiz Júlio e o Cel. Pinto Soares tentam seguir rumo à Escola de Aprendizes de Marinheiros, que ficava próxima ao Quartel, na beira do rio, mas são presos por uma tropa chefiada pelo motorista Sizenando Filgueira e Odilon Rufino, ambos fardados de sargentos do exército. Todos os presos são encaminhados para o quartel do 21 BC.

No combate foram feridos dentro do quartel, o 1º Sargento, Celso Anselmo Pinheiro, o 3º Sargento, Celso Dantas Neto, o Cabo Severino Mendes e os soldados Antônio Jósimo e Antônio Gervásio Medeiros, todos com ferimentos leves. E, após a retirada do quartel, foi atingido e morto, o soldado Luiz Gonzaga⁽¹²⁾.

Todos os oficiais do 21 BC, ao ouvirem os tiros e os seguidos toques de recolher, procuram ir para o quartel⁽¹³⁾. Alguns ainda conseguem entrar e, ao serem identificados, são imediatamente presos e conduzidos à prisão. Outros, ao perceberem a situação, procuram fugir. É o caso, entre outros, de Aluizio Moura, que também havia se dirigido à casa do Governador e, não encontrando ninguém, se esconde. Com o quartel sob completo domínio, são organizadas patrulhas para irem às residências dos oficiais a fim de prendê-los. A maioria já havia se escondido. Outros, como foram os casos dos Tenentes Luiz Abner Moreira e João Telles, ao entrarem no quartel são presos e conduzidos à presença de Quintino Clementino e Elízio Diniz, que assumem o comando do quartel. Ambos, tentam convencer os Tenentes a aderirem ao movimento. Não conseguem. A tarde do dia 24, o Tenente João Telles foi chamado pelo Cabo Giocondo Dias, que estava hospitalizado (conforme dissemos, Giocondo

foi ferido logo no início do levante e só sai do Hospital no dia em que o movimento é derrotado). Levado ao hospital, o Tenente conversa com Giocondo. O objetivo da conversa era tentar mais uma vez conseguir a adesão do Tenente. Também não consegue convencê-lo. Preso, volta ao quartel onde fica até o dia 27 de novembro, quando o quartel é abandonado. Com ele, estavam presos: O Capitão Condeiro, os Tenentes José Alves de Moraes Segundo, João Cícero de Souza, Hêlio Albuquerque, Luiz Abner Moreira, Juventino Cabral, José Fernandes e Francisco Bezerra da Silva. O Ten. Cel. José Otaviano Pinto Soares, o Major Luiz Júlio, o Chefe de Polícia João Medeiros, e os sargentos João Barradas, Cesar Andrade, José Farias de Almeida, Antonio Gracindo Lobo e José de Sena Tinoco, Jorge Catunda, José Barbosa, João Oliveira Silva e Itamar Brandão Lima, Aldo Miranda da Silva, Manoel Cesário Neto, além de alguns praças e civis.

Afora o quartel da Polícia Militar, a única resistência encontrada foi no quartel onde ficava o Pelotão da Cavalaria da Polícia Estadual, localizado num bairro distante da cidade. Com 9 homens aquartelados, resistem até às 11 horas do dia seguinte, quando, esgotadas as munições, rendem-se.

A cadeia pública, onde hoje está localizado o Centro de Turismo, também foi atacado, mas, face a superioridade numérica e bélica, dos rebeldes, a resistência dura pouco. Invadem a cadeia, prendem os soldados e soltam 68 presos (depois da derrota do movimento são capturados 55 dos 68 e destes são poucos os que aderiram ao movimento).

Logo após a tomada do quartel da PM, uma tropa é organizada para ocupar o quartel da Inspetoria de Polícia. Como

órgão de segurança do Governo, recém-criada, era natural que esta corporação fosse um dos objetivos visados pelos rebeldes, assim como o Quartel da Polícia Militar e o Esquadrão de Cavalaria. Assim é que, em pouco tempo, o prédio onde funcionava a Inspetoria de Polícia foi cercado por um grupo de homens armados (as patrulhas eram, em geral, constituídas de praças do 21 BC e alguns civis), tendo à frente o Inspetor Fiscal Manoel Justino Filho e o Inspetor da Guarda-Civil recém-extinta, Agostinho Campos e ainda Carlindo Revoredo e Antônio Soares Filho. Ao chegarem ao prédio, havia poucos soldados, que não ofereceram resistência. Depõem armas e são presos na própria cadeia da Inspetoria. Em seguida, arrombam a porta da seção de material bélico levando todo o armamento ali existente para o quartel do 21 BC além de todo o material do setor de almoxarifado (alguns móveis e gêneros alimentícios diversos). Como em todos os lugares que são ocupados, uma parte da tropa fica dando guarda, com revezamentos, até a derrota do movimento.

Havia em Natal uma Escola de Aprendizes de Marinheiros que funcionava num edifício perto do centro da cidade. Como era uma escola de aprendizes, seu contingente era constituído de menores, que faziam uma espécie de "estágio preparatório" para ingressarem como marinheiro. O número médio de aprendizes a cada ano era em torno de 100 (cem). No sábado à noite, quando aconteceu o levante no 21 BC, estavam no prédio um sub-oficial, um sargento e 4 marinheiros e aproximadamente 50 aprendizes. Essa escola era dirigida pelo Capitão de Corveta Leonel de Magalhães Bastos. O Capitão Leonel estava em sua residência e ao ouvir os tiros, dirige-se de imediato para o prédio onde funcionava a Escola. Ao chegar, é informado do le

vante no 21 BC, sem ter maiores detalhes quanto as causas e os objetivos do levante. Tenta comunicar-se pelo rádio com o comando da região, na cidade do Recife, mas não consegue contato por falta de sintonia nas estações. Pouco depois de sua chegada, um contingente de soldados e civis se aproximam da Escola. Era um número expressivo e estavam bem armados. Vinham com o objetivo de ocupar o prédio. Em função disso, impossibilitado de oferecer qualquer resistência, o Capitão resolve retirar seu pessoal do prédio, cujos fundos davam para o rio Potengi. No rio, haviam alguns escaleres da própria escola. Ao perceberem que iam fugir, os rebeldes começam a atirar, no entanto, os marinheiros e aprendizes são mais rápidos e conseguem fugir, dirigindo-se para um velho navio que estava encalhado na margem oposta do rio. Essa retirada foi feita sob um forte tiroteio, mas não há registro de feridos. Cessado o tiroteio, o prédio é ocupado. Horas depois, imaginando que o prédio havia sido abandonado, o Capitão Leonel Magalhães tenta voltar. É recebido a bala, e retorna ao outro lado do rio. Ainda nesta noite, sabendo que havia navios estrangeiros ancorados no porto, descem nos escaleres até o cais e conseguem asilo no navio mexicano "G 24" para todo o pessoal, ficando a bordo até o fim do movimento.

João Francisco Gregório, Presidente do Sindicato União dos Estivadores — membro do Partido Comunista e uma das lideranças civis do movimento, foi um dos primeiros a entrar no quartel, com um grupo de estivadores, que se armam e seguindo suas orientações, dirigem-se para o bairro da Ribeira — onde estava o cais do porto e Rocas. Estavam ancorados em Natal, no cais do porto, alguns navios estrangeiros: os vapores Harri-

ron Line e Both S.S. Co., uma esquadrilha mexicana composta de seis navios e um vapor brasileiro, denominado "Santos", que estava ancorado em Natal há alguns dias. Na mesma noite do levante, João Francisco divide os estivadores em pequenos grupos: parte deveria fazer patrulhas pelo bairro e parte se desloca para o cais do porto, com o objetivo de não permitir a saída de nenhum navio, nem deixar entrar ninguém nos navios (mesmo assim, antes da chegada dos estivadores, algumas famílias, ao tomarem conhecimento do levante no quartel e informados dos seus objetivos, dirigem-se para os navios estrangeiros, que, de imediato, lhes concedem asilo). Na manhã do dia seguinte, logo cedo, chega ao cais do porto, João Francisco Gregório e se dirige para bordo do vapor "Santos". Determina a paralisação da estação radiotelegráfica que havia a bordo, retirando de lá os telegrafistas e apreende 20 cunhetas de munição e 5 caixas de dinamites, que estavam destinadas ao Estado de Pernambuco (esse material foi empregado pelos rebeldes nos ataques aos municípios de Panelas e Baixa Verde, quando do deslocamento de tropas para o interior do Estado). As operações de cargas e descargas de todos os navios são suspensas. "... no momento em que o agente de vapores Odilon Carlos Amorim estava informando ao comandante do paquete que não era possível iniciar as operações de carga e descarga em virtude de se achar a cidade em poder dos rebeldes do 21 BC, João Francisco Gregório, à frente de um grupo de estivadores armados, invade a sala e declara que ia tomar conta do navio, intimando o Comandante a paralisar as operações da estação radiotelegráfica de bordo, que seriam guardadas pelos seus companheiros, a fim de evitar qualquer comunicação contrária aos interesses da ANL".(14).

Os estivadores ficam no cais do porto e no bairro das Rocas até a madrugada do dia 27 quando, sabendo da fuga da junta, depõem armas e se entregam sem resistência. São presos e indiciados 139 estivadores (vide relação em anexo).

Manhã do dia 24 de novembro de 1935. O Quartel da Polícia Militar ainda resistia, mas estava claro que sua resistência tinha um limite: não havia como repor munições e o quartel estava completamente cercado e com um número muito superior de homens, bem armados, constantemente municiados e estrategicamente colocados. Na cidade não havia resistência. Estava em poder dos revoltosos. O Sargento Quintino Clementino de Barros era a principal liderança militar do movimento. Precisavam de carro. Epifânio Guilhermino, um motorista de 29 anos, também como Quintino, membro do Partido Comunista e um dos primeiros a invadir o quartel, junto com sua mulher Leonila Felix (que se arma e se farda) foi incumbido por Quintino de trazer para o quartel os carros particulares da cidade, em especial caminhões, que serviriam para o deslocamento de tropas para o interior do estado. Não havia muitos na cidade. Em geral, sabia-se quem possuía carro. Antes de sair do quartel, é elaborado uma lista contendo o nome de algumas pessoas que teriam seus carros "requisitados". Às 7 horas da manhã, Epifânio, juntamente com os motoristas Manoel Justino Filho, José Bêcora, Domício Fernandes e Gaspar Martins e mais 5 praças do 21 BC, saem do quartel em busca dos carros. Deviam ir também às oficinas da "Ford" onde havia alguns carros. A primeira residência constante na relação era a casa de um rico negociante da cidade, Sr. José Alves Bila, que tinha alguns carros. Estava em casa quando chegaram Epifânio e seus companheiros, todos

bem armados. Informado sobre o objetivo da visita, entrega a chave dos carros. Vistoriados os carros, foi levado uma "baratinha", o único carro que, naquele momento, estava em boas condições.

Pouco depois, ao sair da casa do Sr. Bila e dirigindo o carro requisitado, Epifânio manda três soldados à casa do tabelião Pedro Dias Guimarães (que já havia sido Prefeito de Natal) solicitar as chaves do seu cartório. Ao chegarem na casa do Tabelião, encontra-o em casa. Interpela-o e conseguem a chave. De posse dela, Epifânio abre o Cartório e manda buscar gasolina num posto de atendimento que havia bem perto dali e pouco depois, manda tocar fogo. Grande parte do Cartório é destruído. Quando Epifânio e seus homens saem do Cartório, os vizinhos, alertados pela fumaça, conseguem a muito custo debelar o fogo, conseguindo salvar parte do Cartório.

Ao sair do Cartório, Epifânio continua em busca dos carros. Dirige-se desta vez para a casa de um outro negociante da cidade, Sr. José dos Santos. De lá retira dois caminhões e dois carros de passeio e mais 2:000\$000 (dois mil reais). Os carros e caminhões são encaminhados para o quartel do 21 BC. Em seguida, ao passar em frente a residência do funcionário da costeira Otacílio Werneck, na rua General Glicério, e ao encontrá-lo, de pijama, em frente à porta de sua casa, segundo o depoimento prestado à polícia pelos motoristas Manoel Justino, Gaspar, José Beroca e Domício Fernandes disse: "vou experimentar o meu revólver" e ato contínuo, fez diversos disparos⁽¹⁵⁾. Por tal crime, Epifânio tem a maior pena de todos os indiciados, presos e condenados: 33 anos de prisão. Depois de ter matado O. Werneck, ainda se dirige para o armazém da

viúva Machado, de onde retira diversas mercadorias e mais 500\$000 (quinhentos mil réis) em dinheiro. Lá no entanto, houve um desentendimento entre ele e alguns que o acompanhavam e iniciam uma briga, que resulta em tiroteio e no ferimento de Epifânio, que é internado no Hospital Miguel Couto, onde com a fuga da junta e a derrota do movimento na madrugada do dia 27, é preso. Quando se recupera é enviado para a prisão do Rio de Janeiro, no mesmo navio em que viajou, também preso, o escritor Graciliano Ramos, que no livro "Memórias do Cárcere" lhe faz referências.

Domíngo, 24 de novembro. 14 horas: o quartel da Polícia Militar é invadido e seus defensores presos. Não há mais resistência. Natal está sob controle dos rebeldes. Quintino Clementino de Barros e Elíziel Diniz, Sargentos do 21 BC, são os comandantes militares do levante. São também militantes do Partido Comunista⁽¹⁶⁾ e se reúnem com a direção local do Partido a fim de discutirem os rumos do movimento. Decidem pela constituição de uma Junta Governativa, composta por membros da direção do Partido. Participam dessa reunião, além de Quintino, José Praxedes, sapateiro e um dos fundadores do partido no Estado, José Costa e João Galvão, que era Secretário do Colégio Estadual do Atheneu. Esta reunião foi realizada na casa de um ferroviário, militante do partido, que morava no bairro das Rocas. Discutida e aprovada a Constituição de uma Junta, ficou assim constituída: Quintino Clementino de Barros, Secretário de Defesa, Lauro Lago, Secretário de Interior e Justiça, José Macedo, Secretário de Finanças, João Galvão, Secretário de Viação e José Praxedes, Secretário de Aproveitamento.

Praxedes, em depoimento dado ao jornalista Moacyr de Oliveira, diz que, definida a composição oficial do novo governo, ele foi indicado a fazer a proclamação oficial ao povo de Natal "... depois da reunião (...) fomos para a praça do mercado, em frente ao quartel do 21 BC e ali mesmo, na porta do quartel, eu subi a murada e li a proclamação do Governo Popular Revolucionário. O povo está todo na praça e depois da proclamação saudou o novo governo com gritos de "viva a revolução", "viva o Governo Popular Revolucionário", "viva Prestes". - Foi uma verdadeira festa" (17). No entanto, a leitura dos autos dos processos referentes ao levante em Natal, onde são ouvidas mais de mil pessoas, entre indiciados e testemunhas -- de defesa e acusação -- não há referências a qualquer tipo de aclamação feita pelo povo. A única referência à realização de comícios, afóra o depoimento de Praxedes é de João Café Filho, que, num livro de memórias, faz alusão a um comício, dizendo "... outro dirigente do PC, o sapateiro Praxedes, Comissário do Povo para os Negócios de Aproveitamento, num comício em frente ao palácio, pregou a inclusão do meu nome na lista dos que deveriam ser fuzilados" (18).

A Junta constituída resolve instalar-se na Vila Cinquato, prédio pertencente ao Estado que servia como residência do Governador.

Com Natal sob completo domínio, a Junta se reúne para discutir a consolidação do poder no interior do Estado. Surge a ideia da formação de "colunas" que se deslocariam para as principais cidades do interior. Quintino é o responsável pela elaboração de um plano. Estudado o mapa do Estado, o plano foi elaborado, constando a saída de três colunas, que se deslo

cariam pelas principais vias de acesso da Capital (mais adiante será descrito com detalhes a trajetória das colunas). À noite, Quintino se reúne com alguns cabos e sargentos e detalha a estratégia de ocupação das cidades. Cada coluna devia ter um Comandante. Quanto a composição de cada coluna, não era possível uma seleção rigorosa de quem poderia ir. Parte da tropa já havia sido destacada para patrulhamento da cidade e ocupação de alguns lugares estratégicos e era necessário ficar alguns militares no quartel. O jeito era fardar alguns civis, que se dispunham a ir nessas colunas. Transportes já havia. Agora os dois caminhões requisitados do Sr. José Alves, havia mais caminhões estacionados do lado de fora do quartel, agora os carros particulares. Alguns sargentos e cabos se incumbem de organizar os caminhões e carros pequenos e instituir um "comando" para cada coluna. Ainda na noite do dia 24, começam a sair os primeiros carros. No período que vai de 24 a 26 de novembro, são ocupados 17 dos 42 municípios do Rio Grande do Norte.

Dia 25 de novembro de 1935. Segunda-feira, às 9 horas da manhã, Nizário Gurgel, médico-cirurgião, líder político da Aliança Social — Partido do ex-Interventor Mário Câmara no Município de Canguaretama, acompanhado por soldados do 21 BC, vai a bordo do navio mexicano "G 24" com o objetivo de negociar a retirada e a prisão de alguns civis e militares que haviam se asilado no navio. Conversa com o Comandante, expondo seus objetivos, argumento que, em caso de negativa, seria proibido o embarque de qualquer coisa para o navio, incluindo gêneros alimentícios. Mesmo assim, o comandante não aceita a retirada de ninguém que havia se asilado no navio. Com a negativa

do Comandante, Nizário comunica o fato a João Francisco Gregório, Presidente da União dos Estivadores, responsável pela guarda do porto, para que sejam cumpridas as ordens da não entrada nos navios, principalmente de gêneros alimentícios. Em seguida se dirige à Vila Cincinato, para comunicar à Junta, os resultados de suas conversações. (19)

Em Natal, várias patrulhas faziam rondas pelas cidades. Pelo que consta nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, várias pessoas são presas arbitrariamente e encaminhadas a improvisada cadeia da Vila Cincinato. Alguns, por não haver nenhum motivo, foram liberadas (Lauro Lago, em depoimento posterior diz que mandou soltar alguns presos, por não ver nenhuma razão plausível para terem sido presos). Outros ficaram na cadeia. É o caso do Sr. Antonio Quirino. Preso às 9 horas da manhã quando se dirigia para a feira das Rocas. No outro dia, aproximadamente às 22 horas, foi retirado do xadrez pelo sapateiro conhecido como "Moreira", Manoel "pulga" e um cunhado do mesmo e pelo motorista Julio Fernandes e conduzidos na direção do município de Parnamirim. Antes de chegarem ao referido município, o retiraram do carro e o espancam, deixando-o na estrada. Há, nos autos dos processos, detalhes sobre esse caso, embora não fique claro as razões do espancamento e muito menos da prisão. Como esses, outros casos ocorreram e a leitura dos autos dos processos nos levam a supor que tais procedimentos se deviam muito mais a antigas e não resolvidas rixas pessoais.

A Junta através de um documento de poucas páginas, decreta a dissolução do Governo de Rafael Fernandes e da Assem

blêia Legislativa do Estado. Foram pensadas também em algumas medidas que pudessem ter algum impacto popular: os preços dos bondes foram reduzidos de 50 para 20 réis, sendo providenciado também o imediato restabelecimento dos serviços dos bondes. Josê Prxedes, o Secretário de Aproveitamento, assina um boletim que é distribuído aos comerciantes, solicitando que os mesmos reabrissem seus negócios. O mesmo procedimento foi feito em relação aos bancos, em documento assinado pelo Secretário de Finanças, Josê Macedo.

Os bancos não abriram. À tarde, Josê Macedo foi pessoalmente à casa do gerente do Banco do Brasil, junto com alguns soldados e civis armados, solicitar a chave do Banco. O gerente informa que não tinha a chave, que a mesma estava na casa do contador do Banco. Vão à casa do contador. Não o encontram em casa. Macedo decide ir ao Banco. Arrombam a porta e se dirigem para o cofre. Não conseguem abri-lo. Alguém sugere o trabalho de um especialista. Indagado por Macedo se conheciam algum mecânico, um dos soldados disse conhecer um mecânico que executava esse tipo de serviço.

Às 20 horas mais ou menos, o serralheiro mecânico, Manoel Severino estava em sua residência; quando chegou um carro, com os motoristas Lauro Teixeira e João Pretinho (ambos militantes do PCB), acompanhados de alguns soldados do 21 BC, todos fardados e bem armados, e o intimam a comparecer à Vila Cincinato, sede do governo. Ao chegarem, João Praxedes, o manda ir em companhia de Josê Macedo, Ministro das Finanças, ao prédio do Banco do Brasil a fim de que o mesmo pudesse abrir o cofre do Banco. Como ele não dispunha das ferramentas necessárias, volta à sua residência, acompanhado dos soldados, para

em seguida, de posse de um maçarico, se dirigirem ao Banco. Ao chegarem, já encontram a porta do Banco aberta, já que havia sido arrombada na parte da tarde. Com a ajuda do maçarico, Manoel Severino consegue abrir o cofre, sendo retirada a quantia de 2:944:240:500 (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e quinhentos réis), que é transportado, em um caixão do próprio Banco, para a Vila Cincinato. Tomaram parte, além do mecânico, os motoristas Lauro Teixeira, João "Pretinho", Arari Silva, Odilon Rufino Figueredo, os militares Raimundo Francisco de Lima e João Maria dos Santos, além de José Praxedes e José Macedo (que será acusado ainda de praticar mais dois saques, sob a forma de requisição, arrecadando da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, a quantia de 3.200\$000 (três mil e duzentos réis) e 4.376\$00 (quatro mil, trezentos e setenta e seis réis) da Agência de Rendas Estadual, arrecadadas por intermédio de Jaime de Brito (sapateiro), Francisco Braz Leopoldo e Renato Peixoto (engenheiro). Pouco depois, já na madrugada do dia 26, é a vez do cofre da Recebedoria de Rendas. Desta vez, o mecânico Manoel Severino faz-se acompanhar por José Canela - fundidor de obras do porto, do estudante Carlos W. Linder e pelo Tenente da Polícia Militar, Moisés da Costa Pereira. A ida do mecânico ao prédio da Recebedoria de Rendas era para concluir o arrombamento já iniciado por José Canela, que não dispunha de maçarico. De lá é retirada a quantia de 93.873.797 (noventa e três milhões, oitocentos e setenta e três mil e setecentos e noventa e sete réis), também encaminhados à Vila Cincinato.

Nesta manhã é enviada também uma patrulha constituída de soldados e civis, tendo à frente o marceneiro Hemetério

Canuto e João Alves da Rocha, para irem a praia da Ridinha, que fica na outra margem do rio potengi e onde várias famílias estavam veraneando. O objetivo desta patrulha era efetuar algumas prisões e apreender armas. Ao chegar à Ridinha, de barco, a tropa foi distribuída em pequenos grupos, que iniciam às buscas. Numa dessas casas, estava veraneando a família de Arnaldo Lira. Uma das patrulhas chega a sua residência. Indagado sobre a existência de armas na casa, por um dos soldados, Arnaldo respondeu: "só se houver armas no morro mais próximo". Irritado com a resposta, o soldado lhe dá voz de prisão. Preso, é enviado imediatamente para Natal. Levado à Vila Cincinato, é apresentado à Junta. Um dos soldados se dirige a Arnaldo e manda que ele repetisse o que havia pronunciado por ocasião de sua prisão ("anauê"!). O preso não responde. A Junta que neste momento não contava com Quintino, que estava no quartel, tinha muito a fazer e manda que o levem à prisão, para decidirem o que fazer depois. Um dos soldados lhe tira a carteira e um relógio de ouro e ainda exige 5 contos de réis por sua soltura, tendo o mesmo respondido que não dispunha desse dinheiro. Diante disso, inicia-se uma discussão com um dos soldados, que termina em briga, tendo o soldado o atingido, ferindo-o com a ponta do sabre. Carregado às pressas para o Hospital, veio a falecer poucos dias depois. Era o segundo assassinato depois do levante.

Neste dia, terça-feira, 26 de novembro, foi decidido pela Junta a circulação de um jornal, com o nome "A LIBERDADE". À tarde, a redação do jornal de imprensa oficial foi ocupada por soldados e civis armados, tendo à frente o professor Raimundo Reginaldo da Rocha, membro do PCB e um dos seus fundado-

res.⁽¹⁹⁾ Não havia ninguém no prédio e não havia entre eles quem soubesse fazer as máquinas funcionar. Foram então enviadas patrulhas com soldados armados às casas dos operários que trabalhavam na gráfica do jornal. A partir da localização da casa de um deles, foi possível identificar os demais. Todos estavam em casa e são intimados a comparecer ao prédio do jornal. As matérias já estavam prontas -- Raimundo Reginaldo, ao ser designado pela Junta, já as trouxe da Vila Cincinato. Algumas, já batidas à máquina, outras ainda manuscritas, mas faltava dar-lhes ainda "uma feição jornalística", para o qual foram incumbidos, dois jornalistas que também foram intimados: Ottoniel Menezes e Gastão Correia, auxiliar de redação do jornal. Em depoimentos prestados posteriormente, ambos dizem que colaboraram na confecção do jornal, forçados, sob a mira de armas. No entanto, foram ouvidos em inquérito 13 funcionários da imprensa oficial, que haviam sido intimados e todos fazem acusações incriminadoras a atuação destes jornalistas, razão pela qual são condenados em processo do Tribunal de Segurança Nacional. Comandavam as operações, além de Raimundo Reginaldo (cuja filha, Amélia Reginaldo, uma das que invadem o quartel e se arma, torna-se uma espécie de 'secretária' da Junta), Francisco Menelau e Israel Pedroza, ambos armados de fuzis e fardados. Com a presença dos jornalistas e dos operários gráficos, foi iniciada a confecção do jornal. À noite, concluída a parte de diagramação, o jornal foi à gráfica, sendo rodados mais de mil exemplares, que seriam distribuídos, gratuitamente, à população, no dia seguinte. Este jornal traz na sua primeira página, dois artigos: "Delenda Fascista" e "Sob a Alaeluia Nacional da Liberdade" nas páginas seguintes (tinha o mesmo formato do jornal oficial "A REPÚBLICA"). várias notas sobre a revolu-

ção (ver em anexo); o hino da Aliança Nacional Libertadora e na última página, sobrou um espaço, que foi preenchido com a propaganda do "sal de fruta Eno". No entanto, com a fuga da Junta na madrugada do dia 27 de novembro e o abandono da cidade pelos revoltosos, o jornal não chegou a circular, ficando guardado no próprio prédio onde fora impresso, situado na rua Junqueira Aires, esquina com a Juvino Barreto, no bairro da Ribeira.

Na manhã do dia 26, um avião da Companhia Condor, um dos aviões que estava no aeroporto da cidade, que foi logo ocupado por tropas do 21 BC, sobrevoa a cidade, pilotado por Audélio Silvêrio, soltando boletins da Junta (no dia 25, foram impressos pequenos comunicados à população. Como os jornais não circularam, foi dada a ideia de se utilizar um dos aviões que estava no hangar do aeroporto).

Neste dia também corria rumores na cidade que na Vila Cincinato, onde estava instalado o Governo Revolucionário, estavam sendo distribuídos gêneros alimentícios, o que levou muita gente à Vila. Na realidade, embora fosse intenção da Junta, no sentido de que isto os tornariam mais simpáticos aos olhos da população, os gêneros que foram requisitados, foram encaminhados para o quartel do 21 BC (embora as requisições fossem assinadas pelo Secretário de Aproveitamento, José Praxedes, diversos armazéns foram arrombados e saqueados, como as casas comerciais Clóvis Fernandes, Viúva Machado, Paulista. G. Galvão e Cia., A Barateira, Severino A. Bila e Casa Elias).

Havia também rumores na cidade de que os presos civis e militares que estavam no quartel do 21 BC iam ser fuzilados.

dos. Face a esses boatos, que chegam no quartel, os cabos Adalberto Correia, João Leite Gonçalves e Erácito Lacerda e os sargentos Amaro Pereira e Claudío Dutra, juntamente com o soldado Joaquim Neves, após conversarem com outros cabos e sargentos, formaram uma comissão e foram falar com os membros da junta a fim de se informar quanto aos planos de fuzilamento de prisioneiros. Havia um entendimento entre eles em defesa da vida dos oficiais e civis, entre os quais se encontrava o chefe de polícia, Dr. João Medeiros, que por três vezes, o quiseram tirar da prisão, e, segundo seu depoimento, com intenções de fuzilá-lo.^(2º) A Comissão foi formada pelos Cabos Adalberto Correia, Costa e Giocondo Alves Dias, que havia saído neste dia do Hospital Miguel Couto, onde estava internado. Essa comissão, formada no 21 BC, contou com o apoio do Sargento e a principal liderança militar do movimento, Quintino Clementino de Barros, que também era membro da Junta. Vão à Villa Cincinato e perante a Junta fazem uma exposição dos objetivos dessa reunião, relativa a notícias de que iam ser fuzilados os prisioneiros civis e militares que estavam no quartel e que alguns cabos e sargentos estavam dispostos a retirarem os presos do quartel e os conduzirem para a bordo do navio mexicano que estava ancorado no porto, que já havia oferecido asilo a diversas pessoas. A junta concordou com os argumentos, alegando que jamais havia passado pela cabeça de qualquer dos membros da junta, cometer tamanha insensatez. À tarde, os sargentos Claudío Victor e Amaro Pereira estiveram a bordo do navio mexicano negociando com o seu comandante a transferência dos prisioneiros. O Capitão Nestor Meixueiro, Comandante da Corveta aceita receber os prisioneiros.

Noite do dia 26 de novembro. Crescem os rumores de que Natal iria ser bombardeada por aviões vindos da Paraíba, Ceará e Pernambuco, além do deslocamento de tropas desses Estados, vindos pelas principais rodovias de acesso a Natal. A Junta está reunida e faz uma avaliação do momento. De Recife chegam notícias do fracasso do levante do 29º BC, e informações da derrota dos rebeldes na "Serra do Doutor", quando do deslocamento de colunas para consolidar o poder outros municípios. Foram derrotados por tropas organizadas pelo "coronel" Dinarte Mariz, que havia buscado reforço na Paraíba (Dinarte foi um dos fundadores do Partido Popular. Era um próspero negociante na cidade de Caicó, quase divisa da Paraíba). Na reunião, há um consenso de que não havia como organizar qualquer resistência. A esperada adesão de outras unidades militares no Nordeste — e no país — não se deu e a notícia da derrota do 29º BC em Recife foi decisiva. O movimento estava derrotado e a única alternativa era a fuga. Praxedes, um dos membros da Junta e presente a essa reunião, diz "... às 11 horas da noite do dia 26 (...) nós estávamos todos no palácio quando chega um emissário de Quintino com um telegrama que havia sido enviado pelo Comandante das forças legalistas do Recife. O telegrama dizia o seguinte: "a fim de não derramar precioso sangue nossos irmãos, deponham armas. Já consolidamos posições em Recife. Amotinados foram presos. Estamos vitoriosos"⁽²¹⁾. Discutem o que fazer com os prisioneiros. Lauro Lago, um dos membros civis da Junta em depoimento prestado à Polícia, acusa Praxedes de querer fuzilar os presos "só não o fazendo por não encontrar apoio nos demais"⁽²²⁾. Decidem enviá-los ao Navio mexicano, cujo contato já havia sido estabelecido na parte da

tarde. A saída dos Oficiais e civis presos, foi feita pelos cabos Giocondo Dias, Estevam Guerra, Adalberto José da Cunha que havia impedido, segundo depoimentos dele e do próprio Chefe de Polícia a sua saída da prisão. Havia contra ele denúncia quanto sua participação nos assaltos a bonde. No início do movimento se dirige à casa do Tenente Manoel de Castro, dizendo não ser revoltoso e orientado pelo próprio Tenente, volta ao quartel" para proteger o cofre da tesouraria - onde prestava serviços - e os oficiais"). Com ele, vão alguns soldados. Já na madrugada do dia 27, entregam os prisioneiros ao Capitão de Corveta mexicana - inclusive parte do material bélico, como metralhadoras, fuzis e munições - para em seguida fugirem, com rumos diferentes.

A junta se divide para a fuga. O dinheiro que havia sido arrecadado através de "requisições" e arrombamento dos cofres dos bancos foi dividido entre eles e parte para aqueles que haviam participado mais ativamente do movimento (a polícia vai apreender parte deste dinheiro, espalhado entre muitas pessoas. Haverá inúmeras acusações, envolvendo inclusive policiais que se apropriam do dinheiro arrecadado). Quintino e Eliziel Diniz que, mesmo não sendo membro da Junta, foi, junto com Quintino, o dirigente militar do levante, seguiriam de carro, rumo ao município de Baixa Verde, enquanto Lauro Lago, João Galvão e José Macedo, seguiriam rumo a Recife, em outro carro, enquanto José Praxedes, seguiria sozinho, em outra direção. Nas primeiras horas do dia 27, saem dois carros com os membros da Junta. O movimento não tem mais direção. Lauro Lago, Macedo e Galvão chegam ainda na madrugada na cidade de Canguaretama, próximo à divisa com o Estado da Paraíba, e ficam na casa do

Dr. Nizário Gurgel. Ao amanhecer, saem em direção a João Pessoa. Um pouco adiante, encontram-se com tropas do Major Elias Fernandes, da Polícia Militar da Paraíba, que se deslocava para Natal. São presos, identificados e vêm com as tropas até Natal. Com eles são apreendidos a importância de 210.180\$000. Quintino e Eliziel são presos no município de Pedra Preta às 18 horas do dia 27, por tropas que também se deslocavam para Natal. Com eles é apreendida a quantia de 8 contos de réis. São conduzidos à cadeia do município de Baixa Verde e no dia seguinte, levados à casa de Detenção de Natal. Quanto a Praxedes, é o único que consegue fugir.⁽²³⁾

A notícia da fuga da junta logo chegou aos rebeldes. A fuga foi geral. E assim "sem ordem, sem controle e sem articulação, o movimento, a confusão estereotipada no semblante dos rebelados, a impressão nítida do fracasso que os aguardava como naturalmente se esperava e efetivamente aconteceu".⁽²⁴⁾ Com a notícia da fuga da junta, os estivadores, que estavam dando guarda no cais do porto e no bairro das Rocas, entregam-se depondo armas. Os Comandantes do 21 BC e da Polícia Militar, que estavam no navio, logo organizam patrulhas se dirigindo para os respectivos quartéis e de lá, comandando o deslocamento de tropas para as cidades do interior (com as notícias do abandono dos quartéis, a parte das tropas que não haviam aderido ao movimento logo correm para os respectivos quartéis). Já pela manhã, chegam tropas da Paraíba, que os ajuda na prisão dos foragidos. É o fim do movimento.

1.2 - A INTERIORIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Vencidas as últimas forças governamentais, entrincheiradas no Batalhão da Polícia Militar e com a cidade sob completo domínio, no dia 24, domingo, à noite, começam a ser organizadas "colunas revolucionárias" que tinham por objetivo conquistar as cidades do interior do Estado (havia naquele momento 42 municípios no Estado). A organização e deslocamento das tropas não foi consequência de um plano preestabelecido, conforme fica evidente em inúmeros depoimentos de vários que compunham essas "colunas". Ocupados com eficácia os pontos estratégicos da cidade (quartéis, companhias de água e energia, aeroporto etc.), organizadas tropas para patrulhas nas ruas e mantendo-se um efetivo no quartel do 21 BC e na Vila Cincinato, foram organizadas três colunas que se dirigiriam para o interior do Estado. Como havia necessidade de um rápido deslocamento, para evitar qualquer forma de resistência, não houve tempo nem condições de se fazer qualquer tipo de seleção dos que poderiam se deslocar para o interior. No quartel do 21 BC, onde se concentrava a maioria dos que aderiram ao movimento sob o comando dos sargentos Quintino Clementino e Elíziel Diniz, os caminhões e carros que foram apreendidos pela manhã e à tarde por Epifânio Guilhermino foram sendo ocupados aleatoriamente e para cada uma delas, foi designado um "comandante". Formaram-se três colunas: uma que rumaria para a parte oeste do Estado (a caminho de Mossoró, em direção a Fortaleza), outra que seguiria ao longo da estrada de ferro (até Nova Cruz, divisa do estado da Paraíba) e uma terceira que seguiria rumo à cidade de Goiânia (divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba, a caminho de João Pessoa). A ideia era ir conquistando

as cidades -- destituindo prefeitos e nomeando outros -- até as fronteiras dos estados limítrofes. Como havia a expectativa de levantes em outras unidades militares do Nordeste, estas deviam em princípio proceder da mesma forma. Para a Coluna que seguiria em direção à BR-101 (Goianinha), foi indicado como Comandante o Sargento Oscar Rangel que, por ocasião do levante estava preso, sob a acusação de ser um dos assassinos, de Otávio Lamartine (fevereiro de 1935). É promovido por Quintino a "Tenente". A segunda, comandada pelo Sargento Oscar Wanderley, que se deslocaria em direção à cidade de Macaíba e a terceira, comandada pelo civil Benilde Dantas.

Conforme fora planejado no dia anterior, já na madrugada do dia 25, vários caminhões cheios de soldados e civis armados se dirigiram para o interior do Estado, seguindo um plano preestabelecido.

Baixa Verde: ao amanhecer, entre 7 e 8 horas da manhã chegam diversos caminhões à cidade. Como havia notícias do levante ocorrido no dia 23, no dia 24, domingo, foi discutida pelo Prefeito e pelo delegado de Polícia local a possibilidade de resistência, caso os insurretos se dirigissem à cidade. Armaram alguns voluntários e o pequeno destacamento policial da cidade que ficaram, desde a tarde do dia 24, entrincheirados na entrada da cidade. Ao amanhecer, com a aproximação dos caminhões, abrem fogo, mas não atingem ninguém. Os dos caminhões abrem fogo e face à superioridade numérica, avançam facilmente e os intrincheirados resolvem se entregar. Os rebeldes tomam conta da cidade, aprisionando o destacamento e voluntários, inclusive o comandante e delegado de polícia local, o 2º tenente Francisco Germano Filho, que são transferidos pre-

sos para o quartel do 21. BC. Destituem o prefeito e arrombam o cofre da Prefeitura, que tinha a quantia de 4 contos e 900 mil réis, que foi enviada à junta governativa em Natal.

Outros caminhões seguem o caminho da região do Sertão. Ocupam facilmente a cidade de Santa Cruz, no dia 25 e no outro dia, pela manhã, parte da tropa sai em direção à vizinha cidade de Currais Novos. No caminho, na Serra do Doutor, foram surpreendidos por uma grande fuzilaria. Alguns fazendeiros, já informados sobre as ocorrências de Natal e o deslocamento de tropas para o interior do Estado, se articulam para resistir. Armam homens e se deslocam para a Serra, que fica numa área geograficamente estratégica. Bem armados, estrategicamente localizados contando com o fator surpresa, impõem a primeira derrota pelas armas aos insurretos. Com a fuzilaria, as tropas se dispersam e retornam de imediato a Natal. Não há registro nos autos dos processos sobre essa luta. Remanescentes da época entrevistados pelo autor não informaram quanto a número de mortos e feridos, embora salientem que vários saíram feridos.

Nesta mesma manhã, a cidade de Nova Cruz (40.876 habitantes) foi invadida por três grupos que não faziam parte das colunas que se deslocavam de Natal. O primeiro desses grupos era dirigido pelo ex-guarda-civil (demitido no dia 20 de novembro de 1935) José Joaquim, conhecido como "Mossorô" (e já fichado na Polícia de Natal como "comunista") e integrado por indivíduos com farda do exército. O segundo grupo era chefiado por Miguel Bezerra Moraes (conhecido como Miguel "Ludovico") e um terceiro chefiado pelo médico Orlando Azevedo, que residia na vizinha cidade de Santo Antônio do Salto da Onça.

Essas tropas, segundo os autos dos processos de Nova Cruz, foram organizadas pelo médico Orlando Azevedo, que era um conhecido partidário da Aliança Social (partido do Interventor Mário Câmara, de quem Azevedo era amigo pessoal). A maior parte do processo é constituída de documentos de e sobre o médico Orlando Azevedo, constando depoimentos de testemunhas e inúmeras cartas, de políticos a padres, inocentando-o. De qualquer forma, por ocasião de seu julgamento, é condenado a 2 (dois) anos de prisão).

A invasão e ocupação da cidade é rápida. Invadem a cadeia pública (entram na cidade a cavalo), soltam os presos e prendem a guarda, ficando com suas armas. O prefeito da cidade foge ao ouvir os tiros e gritos quando da invasão da cidade. Após a ocupação da cadeia pública, os invasores se dirigem ao comércio, requisitando víveres. A ocupação, no entanto, dura apenas 2 (duas) horas. Saem, dando vivas à ANL e a Prestes. A leitura dos autos dos processos, nos quais constam, além de testemunhas, relatos policiais, não permite compreender porque saem tão rapidamente da cidade, já então, em completo domínio.

A tarde, parte da tropa que havia ficado em Montanhas, com o Tenente Rangel, segue rumo a Nova Cruz. Mas no caminho são informados de que naquela tarde, tropas policiais da Paraíba haviam ocupado a cidade, e que tropas do exército da Paraíba, Ceará e Pernambuco marchavam para Natal. É provável que essas tropas da Paraíba ocupassem a cidade, em consequência dos acontecimentos da manhã, já que Nova Cruz fica quase na divisa do Estado da Paraíba, e neste dia, a Unidade Militar do

Exército em João Pessoa já estava de prontidão, preparando-se efetivamente para marchar em direção a Natal; sabe-se do contato entre o Prefeito de Nova Cruz e o Chefe de Polícia da Paraíba. Essa notícia da ocupação de Nova Cruz deve ter chegado também às tropas que se deslocavam de trem, pois não há registro da chegada destas tropas na cidade. O fato é que, com essas notícias, a debandada é geral. E cada um por si (expressão disso é a prisão de vários desses componentes nos diferentes Estados do Nordeste tanto no Rio Grande do Norte, como na Paraíba e em Pernambuco).

A coluna que sai de Natal rumo à região Oeste do Estado, chega a dominar as cidades de São Gonçalo (23.600 habitantes), Macaíba (24.706 habitantes), Panelas, Serra Caiada e Santa Cruz (29.330 habitantes). O procedimento era o mesmo. Chegavam nas cidades, destituíam Prefeitos, nomeando outros e onde havia, arrecadavam dinheiro das Recebedorias de Rendas e dos cofres da Prefeitura — encaminhando-os à Vila Cincinato em Natal. Não consta que tenham contado com qualquer tipo de adesão por parte da população, que em geral, era tomada de surpresa.

Na madrugada do dia 25, a coluna que segue em direção a Goianinha ocupa inicialmente a cidade de São José do Mipibu, (situada a 20 quilômetros de Natal e com uma população de 25.673 habitantes). [26] Ao chegarem dirigem-se a Prefeitura. Não encontram o prefeito. Imediatamente é redigida uma portaria de nomeação de um novo Prefeito. Outra parte da tropa se dirige à cadeia, onde todos os presos são soltos e presos os poucos soldados que davam guarda. Como primeiro ato, o

o prefeito nomeado, sob orientação do "Comandante" da Coluna, requisita o dinheiro dos cofres Municipais (4.376.400 contos de réis) e da Recebedoria de Rendas (3.200.000 contos de réis). Ainda se dirigem ao cartório local e rasgam alguns processos.

A poucos quilômetros dali fica a cidade de Arês (7.271 habitantes). Ao amanhecer do dia 25 vários caminhões conduzindo soldados e civis, chefiados pelo "tenente" Rangel e Pedro Hermôgenes da Cunha, entram na cidade. Com a rápida ocupação de S.J. Mipibu, a arrecadação do dinheiro da Prefeitura (que é enviado para a Vila Cincinato, conforme determinação da Junta Governativa) e a nomeação de um Prefeito, ficam alguns soldados e civis armados na cidade, e a coluna segue adiante. Em Arês, depois de prenderem as autoridades policiais e desarmá-las, dirigem-se à Prefeitura, onde destituem o Prefeito e nomeiam Moacir Ferreira Furtado — que era natural do Município e havia aderido a coluna. Como primeiro ato, ele exonera todos os funcionários da Prefeitura. É nomeado Prefeito "por ordem do Exmo. Sr. Comandante das Forças Revolucionárias do Rio Grande do Norte, tenente Rangel". Procederam da mesma forma que em São José de Mipibu, seguindo depois à cidade de Goianinha.

Em Goianinha, já havia chegado de Natal na noite anterior um carro com quatro militares do 21 BC. Por volta de 4 horas da manhã do dia 25, a coluna chega a cidade de Canguaretama (17.205 habitantes), situada entre Arês e Goianinha. Dirigem-se à Delegacia de Polícia, prendendo os dois soldados que estavam de plantão e soltando o único preso que havia na

cadeia. Pouco depois se retiram da cidade. Ao amanhecer chegam à cidade de Goianinha, já "disparando os fuzis, dando vivas à ANL e a Luiz Carlos Prestes".⁽²⁷⁾ Em Goianinha havia alguns presos na cadeia pública. São soltos e os guardas, desarmados e presos. Como nos demais municípios, não há registro de qualquer tipo de resistência. O número de policiais nas delegacias não excedia a dez homens e não havia como resistir a caminhões cheios de soldados e civis armados, que contavam ainda com o fato de chegarem de surpresa. As Prefeituras eram invariavelmente invadidas, os Prefeitos destituídos, sendo nomeado como Prefeito, em geral, um dos que acompanhavam a coluna (ao que parece havia aí algum critério. Ao considerar os que constam nos autos dos processos como Prefeitos nomeados — o que não se deu em todos os municípios, até pelo fator tempo — verifica-se que eram do próprio município, mesmo residindo em Natal. No caso de Goianinha, na noite do dia 25, chegam mais dois caminhões com soldados e civis, sob o comando do Tenente Oscar Rangel, que, na qualidade de "Comandante" da coluna, nomeia nesta mesma noite o novo prefeito da cidade. Curiosamente, um rico proprietário de terras que residia no próprio município: Davi Simonetti (no processo do Tribunal de Segurança Nacional, alega inocência e diz ter aceitado o convite "a fim de evitar mal maior". Anexa ao processo diversas cartas, entre elas de autoridades, inocentando-o, e no julgamento, é absolvido).

Nomeado um novo Prefeito em Goianinha, parte da tropa, com Rangel à frente, segue para a vizinha cidade de Canguatama (eram mais ou menos 80 homens, distribuídos em dois caminhões). O processo é idêntico ao de Goianinha, com a ocupa-

ção da Prefeitura, cadeia pública etc.. Rangel destituiu o Prefeito e nomeia o Dr. Fernando Dias Abreu como Prefeito, nomeando ainda o Secretário da Prefeitura, o delegado e o tabelião da cidade. Requisita o dinheiro existente nos cofres da Prefeitura (cerca de 500 mil réis) e da Mesa de Rendas (400 mil réis), que é enviado no dia seguinte para a Junta Governativa em Natal. Volta a Goianinha ainda nesta noite, deixando uma parte da tropa na cidade. A volta à Goianinha fazia parte de um plano: no dia seguinte, pela manhã, deslocaria um contingente para a cidade de Nova Cruz, onde se encontraria com tropas de outra coluna que viera de Natal por outro caminho e que deveria, segundo os planos, ocupar Nova Cruz no dia 26 (a outra coluna, seguindo ao longo da estrada de ferro, iria até Nova Cruz).

Na manhã do dia vinte e seis, com Oscar Rangel à frente, uma tropa se desloca para a cidade de Pedro Velho (18.107 habitantes). Chegam por volta das 10 horas da manhã. Invadem a Prefeitura, destituindo o Prefeito e nomeando para o seu lugar, Pedro José da Costa, que acompanhava a coluna. O ato foi solene, com vivas a Prestes e a ANL. Rangel também nomeia o novo delegado da cidade, Cirineu Galvão, que vinha com a tropa.

Com a cidade sob completo domínio, uma parte da tropa se desloca para o vizinho município de Montanhas. O procedimento foi o mesmo, sendo nomeado o Agente de Rendas do Município, Vicente Alves Neto, como novo delegado de polícia da cidade, ficando o Prefeito para ser nomeado depois pelo próprio Rangel, que havia ficado em Montanhas.

Estas colunas formavam uma espécie de "sub-colunas". É o que ocorre, por exemplo, em São Gonçalo. No dia 26, às 11 horas da manhã, chega a cidade um pequeno contingente de homens armados, tendo à frente o cabo do 21 BC Joaquim França,⁽²⁸⁾ acompanhado de José Bento Oliveira, Antônio Azevedo Mangabeira, João Dias de Araújo, Joaquim Fonseca e Manoel Raimundo. O Prefeito não estava na cidade. Como sempre, se dirigem à Prefeitura. José Bento é designado Prefeito e lavra a nomeação de Antônio Azevedo como secretário e tesoureiro e João Dias, soldado da PM, Delegado de Polícia. Na assinatura do ato de posse, José Bento declara-se "Prefeito por aclamação da ANL",⁽²⁹⁾ com a presença de alguns populares, que são convidados para a "posse". Como Prefeito, requisita as chaves da Cadeia Pública, solta os presos e em seguida manda fazer buscas nas residências, apreendendo armas e munições. À noite, ao saberem dos boatos que corriam em Natal sobre o deslocamento de tropas do Exército dos Estados vizinhos, decidem fugir.⁽³⁰⁾

Quanto à terceira coluna, um contingente constituído por praças e civis sob o comando de Benilde Dantas, dirige-se para Ceará-Mirim. Benilde, poeta, nascido nesta cidade, havia sido um membro proeminente da ANL (e, antes, da Juventude Comunista). Em junho de 1935, havia organizado diversos comitês da ANL em vários municípios. Era militante do PCB. Vinha na sua coluna, como "Tenente", o outro militante do PCB, o motorista e ex-guarda-civil Sizenando Figueira (o mesmo que atirou e matou o soldado Luiz Gonzaga por ocasião da luta contra o Batalhão da Polícia Militar em Natal. Além deles, se destacavam na coluna os militares do 21 BC (cabo Antenor Cardoso Santos, os sargentos Pedro Maurício, Eliezer Diniz e João Rosendo e o

soldado Manoel Albuquerque de S. Filho, Ramiro Magalhães), além de inúmeros outros praças e civis.

Ceará-Mirim, à época com 21.755 habitantes, fica a 20 km. de Natal. Foi rapidamente ocupada, sem nenhuma resistência. O prefeito da cidade foi preso imediatamente, junto com o Delegado de Polícia e o secretário da Prefeitura. Tomada a cidade, uma parte da tropa se dirige para o vizinho município de Baixa Verde (16.205 habitantes), tendo sido designado como "tenente" o soldado Manuel Albuquerque. Sabendo dos acontecimentos de Ceará-Mirim, alguns populares e a força policial local ainda tentaram organizar uma resistência, mas com a chegada de um caminhão com vários soldados e civis bem armados, não resistiram. Destituíu-se o Prefeito e em seguida foi constituída uma "Junta Proletária" composta por Genésio Moreira, Pedro Paulo e Raimundo Antunes de Oliveira e presidida pelo "Tenente" Lins. De posse da cidade e com a constituição da Junta, passam a requisitar víveres nas lojas comerciais da cidade, instituindo-se um "salvo conduto" para se sair da cidade, assinado pelo "Tenente Lins". Outra tropa comandada por Sizenando Filgueira se dirigiu para a praia de Muriú (pertencente a Ceará-Mirim), onde estavam veraneando algumas autoridades, como Dr. Nestor Lima, Otávio Varela e o Dr. João Maria Furtado.

No outro dia, junto com parte da tropa que estava em Ceará-Mirim, se deslocaram para a cidade de Santa Cruz (35.749 habitantes), tendo Benilde Dantas à frente. Como era a cidade mais importante do percurso da coluna, tencionavam estabelecer ali uma base de operações para as cidades vizinhas. - Chegam às 10 horas da manhã do dia 26, dando vivas à ANL e a

Prestes. Não houve resistência. Santa Cruz será uma das raras cidades onde passam a contar com a adesão de alguns civis da cidade, que os ajudam a distribuir boletins na cidade (não há referência nos processos das cidades das outras duas colunas da distribuição de boletins). Como nas demais cidades, dirigem-se à Prefeitura e destituem o Prefeito. Ao meio-dia, é nomeado Prefeito, Pedro Nunes Carvalho, que manda soltar os presos Francisco Segundo Rocha, Francisco Tito Teixeira e João Cardino que a polícia local havia prendido logo após saber do levante em Natal, por serem "notórios comunistas".

A tarde, parte da tropa, conforme planejado, se desloca para a vizinha cidade de Currais Novos. No entanto, ao chegarem na Serra do Doutor que fica entre as duas cidades, o caminhão, com soldados e civis armados, é atacado de surpresa, à bala, por tropas organizadas pelo "Cel." Dinarte Mariz, que, sabendo dos acontecimentos de Natal, tinha ido a Campina Grande (PB), conseguir arregimentar um considerável número de homens. Ao saberem da ocupação de Santa Cruz, quando estavam à caminho de Natal, entrincheiram-se na Serra do Doutor. Os membros da coluna, que se deslocavam em um caminhão, são pegos de surpresa, havendo intensa troca de tiros, impossibilitando a coluna de seguir adiante. (31)

Com o tiroteio e algumas baixas, os rebeldes voltam para Santa Cruz, onde haviam estabelecido uma espécie de "base de apoio logístico" para ocupação das cidades vizinhas. As notícias de deslocamentos de tropas de outros estados e a resistência na Serra do Doutor foram decisivas. Ainda são tentados — inutilmente — contatos telefônicos com Natal. É a der

nota. Resolvem fugir, cada um seguindo seu rumo... Benilde Pantas, por exemplo, volta a pé para a cidade de Ceará-Mirim, de onde tinha vindo e "onde conseguiu chegar muitos dias depois, maltrapilho e faminto, se escondendo de dia e andando de noite".⁽³²⁾ Indiciado e condenado em julgamento, Benilde, no entanto, não é preso. Consegue chegar ao Rio de Janeiro, onde fica até a anistia. Volta a Ceará-Mirim e torna-se funcionário público, sendo nomeado "fiscal de consumo",.

No caso de cidades do interior do estado, há processos em lugares onde as colunas não puderam chegar e onde não ocorre nenhum movimento (os processos em questão são os do Tribunal de Segurança Nacional referentes aos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte); é o caso de Macau (22.107 habitantes), Lages (12.769 habitantes) e Mossoró. No caso de Macau, são indiciadas 06 (seis) pessoas, entre as quais o Juiz da Comarca de Direito da cidade, Fábio Máximo Pacheco. Macau era uma das mais importantes cidades portuárias do Estado e grande produtora de sal, juntamente com Mossoró e Areia Branca. No seu porto, era frequente a presença de navios estrangeiros, que transportavam sal para a Europa. Em função do grande movimento do porto, havia um expressivo número de estivadores⁽³³⁾, que trabalhavam na carga e descarga dos navios no cais do porto. Pelos relatos de remanescentes da época, ⁽³⁴⁾ as condições de trabalho eram duríssimas: extensas jornadas de trabalho (não havia nenhuma regulamentação nesse sentido), baixos salários etc., e esses trabalhadores, tendo à frente João Anastácio, organizam o Sindicato dos Estivadores de Macau, que passou a ser presidido pelo próprio João Anastácio (mais conhecido como "João Bolacha") e que no curso do ano de 1935

havia organizado algumas greves, reivindicando melhorias salariais e de trabalho junto à Companhia de Navegação. No início de novembro de 1935, João Anastácio hospeda em sua residência Miguel Moreira — que havia sido candidato a deputado federal pela União Operária e Camponesa, membro do PCB em Mossorô e um dos organizadores da guerrilha que atuava no vale do Baixo Açu. Como estava na clandestinidade e atuando naquele momento junto à guerrilha, é muito provável que esse contato se tratasse de preparação para o movimento armado. Sintomaticamente, nos dias 9 e 10 de novembro de 1935, aparecem no Mercado Público da cidade e em algumas casas boletins "de caráter nitidamente, comunista".⁽³⁵⁾ Esses panfletos, segundo ficou apurado depois foram distribuídos por José Segundo Sobrinho (conhecido como "Maninho"), em cuja casa foram apreendidos documentos de propaganda qualificados pela polícia como "subversivos" (boletins, jornais e livros). No entanto, nos dias que se seguiram ao levante do 21 BC em Natal, não ocorre nada em Macau. Por que? É provável que aqueles comprometidos com o levante não tenham sido informados. A cidade fica a mais de 100 quilômetros de Natal e havia então uma enorme dificuldade de acesso e comunicações. Mas se João Anastácio e a direção do Sindicato não sabiam do que ocorreria em Natal, como se presume, a polícia certamente soube, pois no dia 26 de novembro invade a casa de José Sobrinho, apreendendo um farto material de propaganda e o prendendo, juntamente com João Anastácio e mais quatro pessoas; indiciados e presos os envolvidos, não se consegue, entretanto, provar sua culpabilidade, e o processo é arquivado por faltas de provas.

O caso de Lages é singular. O processo do Tribunal

de Segurança Nacional tem mais de 300 (trezentas) páginas e trata exclusivamente de José Nestor Gouveia, que é acusado de ter ido no dia 25 de novembro de 1935 ao município de Epitácio Pessoa, vizinho a Lages, onde se reunia com alguns homens "com o objetivo de arregimentá-los para recepcionar uma caravana aliancista que vinha de Natal" e comemorou o fato com uma "cervejada" (essa caravana devem ter sido as "colunas" que se deslocaram para o interior, mas que não chegam a Lages). Indiciado e preso, José Nestor, quando do julgamento do seu processo, foi absolvido. (36)

E finalmente, o caso de Mossorô. Como já dissemos, era no estado onde o Partido Comunista era mais antigo, estruturado e organizado. O jornal do partido, "A Classe Operária", trazia sempre em seus números informações sobre Mossorô, que é citada inclusive no discurso do "Camarada Marques" -- Antonio Maciel Bonfim, Secretário Geral do Partido --, no VII Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscou em agosto de 1935. E no entanto não ocorre absolutamente nada em Mossorô, quando do levante em Natal (embora muitos sejam indiciados, presos e condenados após a derrota do movimento em Natal, conforme consta na relação dos indiciados em anexo). Por que? Minha hipótese é que simplesmente não foram avisados, como diz Ferreira: "... além de toda a preparação anterior e da combinação prévia de não resistência por parte das corporações ali sediadas, havia a 'guerrilha', homens armados, experientes e dispostos, esperando apenas o sinal para saírem das matas e começarem a luta"; e completa: "há qualquer coisa não muito bem explicada até hoje nesse episódio". (37) Antes da eclosão do movimento de novembro em Natal, Joel Paulista, Presidente dos

Sindicatos dos Salineiros de Mossoró e militante do Partido Comunista, havia planejado para o dia 27 de outubro um ataque a uma propriedade conhecida como "Lagoinha", pertencente a Antônio Pereira, pois, segundo consta, havia um expressivo estoque de armas nessa fazenda. O objetivo do ataque era tomar essas armas. A polícia, no entanto, descobre o plano e desloca um forte aparato policial para a fazenda.⁽³⁸⁾ O que isso demonstra é que havia efetivamente uma preparação para um levante armado em Mossoró. Francisco Guilherme de Souza, na época militante do Partido Comunista em Mossoró, em entrevista a Ferreira, diz: "... a gente estava com Mossoró na mão. A gente estava com o Tiro de Guerra, a Polícia Militar e a guerrilha. Mossoró seria dominado na hora, sem um tiro".⁽³⁹⁾ O que aconteceu então? Na versão dada por Francisco Guilherme, estavam esperando um telegrama codificado vindo de Natal, motivo pelo qual se revejavam no Correio. Esse telegrama realmente chegou, mas com a senha que significava que o movimento tinha fracassado; "... embora não haja qualquer evidência concreta, faz sentido pensar que a autoria desse telegrama pode ser creditada à própria polícia já que até hoje não há nenhuma referência segura que alguém do Partido tenha assumido sua autoria".⁽⁴⁰⁾

Fica claro que havia efetivamente uma preparação para um levante que deveria se iniciar em Natal. Quem eram os contatos do Partido em Mossoró, com o Partido em Natal? Pelas informações constantes nos autos dos processos referentes a Mossoró⁽⁴¹⁾, era Raimundo Reginaldo da Rocha, natural de Mossoró, mas que residia há alguns anos em Natal (por ocasião do levante em Natal, será um dos elementos de destaque, sendo um dos responsáveis pela confecção do jornal "A Liberdade"). Os ou

tros seriam José Praxedes, Secretário Regional do Partido (e que será um dos integrantes da Junta Governativa), que fez algumas viagens a Mossorô, e Epifânio Guilhermino, que esteve em Mossorô poucos dias antes do levante, reunindo-se lá com a direção do Partido (muito provavelmente discutindo o levante) e um personagem que talvez seja a chave da explicação: trata-se de Horácio Valadares. Ex-operário do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, membro do Diretório da ANL no Rio, faz parte da caravana que partiu no dia 23 de junho de 1935, como representante da Confederação Sindical Unitária, que se propunha a organizar núcleos da ANL no Norte e Nordeste do país. Esta caravana, sob o comando de Roberto Sisson, passou em Natal e em Mossorô e quando estava em Fortaleza, Horácio Valadares, juntamente com o Tenente João Cabanas, volta a Mossorô.⁽⁴²⁾ Como já descrevemos, Valadares terá uma intensa participação no partido comunista em Mossorô; no entanto, escapou ileso de indiciamento num rigorosíssimo inquérito policial, tanto em Natal, como em Mossorô. Teria sido Valadares algum informante policial, infiltrado no Partido, e que teria passado o famoso telegrama para Mossorô? São hipóteses que a leitura dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referentes aos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte e as entrevistas e pesquisas realizadas não nos permitem sustentar, mas, pelo menos, levar em consideração.

1.3 UMA GUERRILHA NO OESTE DO ESTADO: 1935/1936

No início de julho, o Interventor se ausenta do Estado, indo ao Rio de Janeiro, tratar de problemas administrativos relativos ao Estado, assim como acompanhar os processos no Supremo Tribunal Federal, referentes às eleições no Rio Grande do Norte. Assume interinamente a interventoria, o Diretor do Departamento da Fazenda Estadual José Lagreca. Pouco depois de Lagreca assumir a interventoria, os operários da estrada de ferro de Mossoró entram em greve, reivindicando um aumento de 100%. Os patrões lançam uma contraproposta oferecendo 50%. Os trabalhadores, reunidos em assembléia, decidem rejeitar esta proposta. No dia seguinte, outras categorias, como os salineiros, também decidem entrar em greve, contando com a adesão dos trabalhadores das salinas de Macau (cidade litorânea, grande produtora e exportadora de sal, onde também se concentrava um expressivo número de operários, onde havia sido organizado um sindicato da categoria há poucos dias. Esses movimentos, segundo a versão da imprensa de Natal, assumiam uma feição inquietante". Com a extensão do movimento e a organização dos trabalhadores, em cuja direção estavam os militantes do Partido Comunista, os patrões cedem, atendendo às reivindicações. Poucos dias depois irrompeu na Várzea do Açu (Região Oeste do Estado, próximo à cidade de Mossoró), com irradiações na vizinhança, aquilo que a imprensa de Natal qualificou como um "movimento de caráter nitidamente comunista" acrescentando que "... um numeroso bando armado surgiu como resultado do ambiente político e da confusão reinante". Esses homens armados puseram em xeque as forças policiais de Açu, Angicos, Santana do

Matos e Macau. Segundo A REPÚBLICA esses grupos "se constituíam de homens rudes, analfabetos e dispostos a todas as modalidades do crime". "É o cangaceirismo acoitado à sombra de uma bandeira que encarnava um credo exótico".⁽⁴³⁾ Lagreca, ao ser informado de que havia homens armados na região, atacando inclusive algumas fazendas, fazendo reféns, envia um contingente policial de Natal, devidamente armada e municiada, sob o comando do tenente Severino Campelo. Estas tropas se juntam às forças policiais dos municípios onde esses homens atuavam. Com esse reforço, na primeira investida policial são presos mais de 20 homens, alguns com ferimentos leves, tendo os demais se dispersado. Nesta operação, conseguem libertar o fazendeiro Jorge Barreto, que fora feito refém.

As notícias sobre os conflitos armados no vale do Açu e as greves de Mossorô — que puseram em xeque a capacidade das autoridades estaduais em manter a ordem —, provocaram repercussões alarmistas na imprensa, tanto em Natal quanto no sul do país, e que vão chamar a atenção do governo federal. O Ministro da Justiça, ao ser informado sobre esses acontecimentos, encaminha um pedido de informações mais detalhadas ao interventor interino. Pouco depois, o interventor envia um relatório, no qual afirma que ambos os movimentos tinham caráter extremista, mas que já haviam sido dominados.

Manoel Torquato, que dirigia o grupo de homens armados, consegue escapar do cerco policial. No entanto, com a prisão de muitos e a dispersão dos que conseguiram escapar, re-torna a Mossorô. A polícia, ao saber de sua presença na cidade, faz um cerco na casa onde ele estava escondido e o prende. Poucos dias depois, junto com outros presos, Torquato foge,

retornando à luta na várzea. A sua presença à frente de um numeroso grupo de homens armados vai ser um dos elementos importantes para a preparação, no Estado, do levante que o partido comunista articulava a nível nacional. Torquato, membro do PCB e sabendo da proximidade desse levante armado resolve se embrenhar com um grupo de homens, na mata da várzea do Açu e a partir daí empreender diversas lutas com fazendeiros, seus jagunços e com a polícia. Sendo grande o número de aderentes que precisavam se alimentar, conseguir animais para deslocamentos etc., a tática consistia em invadir fazendas, levando animais e mantimentos. Ao mesmo tempo em que promoviam pequenos comícios, conclamavam os camponeses à adesão à luta armada (por ocasião da prisão de alguns integrantes do grupo, foram apreendidos diversos panfletos, alguns dos quais manuscritos, atribuídos a Miguel Moreira). Esses acontecimentos também não passavam despercebidos pela imprensa de Natal: "agentes comunistas orientavam os rebelados, cujo número subia a duzentos ... Inúmeras depredações e saques cometeu essa gente por toda parte onde exerceu seu terrorismo" (44). Como parte da preparação, desenvolvem intensa propaganda política na região, lançando manifestos e proclamações contra as instituições e o governo. É uma organização tipicamente de guerrilha, que além de Manuel Torquato contava com a liderança de Miguel Moreira, também membro da direção do partido comunista em Mossoró (ele participou do ato de fundação da Aliança Nacional Libertadora realizado no dia 30 de março de 1935 no teatro João Caetano no Rio de Janeiro, sendo um dos oradores). É bastante sintomática a participação de Miguel Moreira na preparação da "guerrilha", depois de ter participado de várias reuniões no Rio de Janeiro com membros da Direção Nacional do PCB. Não há dúvidas de que,

com a decretação da ilegalidade da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a conseqüente conspiração para o levante, Miguel Moreira ficou sendo um dos responsáveis pela organização e articulação do movimento no Rio Grande do Norte]. Essa "guerrilha" tinha sido decidida em Mossoró, em função da intensa repressão policial nas salinas -- onde havia uma significativa organização sindical, controlada, desde sua formação, pelo Partido Comunista -- que levava a alguns trabalhadores a também fazerem uso da violência para se defenderem (e, em alguns casos, se vingarem) e assim, muitos vão sendo "empurrados" para a clandestinidade, a ponto de a direção municipal do Partido Comunista em Mossoró fazer uma reunião para que essa situação fosse discutida. Fazia parte também da pauta de reunião a discussão da preparação de um levante revolucionário com Prestes à frente, "através do qual, o Partido, vitorioso, chegaria ao poder".[45] Após intensa discussão, surge uma proposta de se formar uma guerrilha. O argumento era de que já havia muitos companheiros perseguidos pela polícia, e este era o caminho mais viável. A direção do Partido é contra. No entanto, a maioria dos presentes, constituídas de operários, decidem pela guerrilha. A direção não restou alternativa senão acatar a decisão da maioria.

Segundo João Medeiros -- chefe de polícia do Estado no governo de Rafael Fernandes -- essa guerrilha "dessa sosssega por algum tempo os municípios de Mossoró e Açu, demonstrando conhecer a doutrina Moscovita".[46] Segundo João Maria Furtado Juiz da Comarca de Baixa Verde na época -- que aliás foi preso e processado sob a alegação de ser simpático ao movimento de novembro -- "é a primeira guerrilha vermelha da América e ante

cessora de Che Guevara" (47). Essa guerrilha é inclusive citada por "Marques" (Antônio Maciel Bomfín, o "Miranda"), delegado brasileiro no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, que foi realizado em agosto de 1935 em Moscou e que fez a seguinte referência: "... tomamos parte nas consecutivas greves de 1934/1935, que culminaram com a greve geral marítima e com a luta armada em Mossoró, onde ficou constituído em princípios de 1935, e após a greve dos operários das minas do sal, o governo revolucionário que se apoderou de uma grande parte da cidade, opondo aos ataques da polícia uma resistência que durou mais de 15 dias." (48)

A referência a constituição de um governo revolucionário em Mossoró e à resistência "que durou mais de 15 dias" se constitui numa das muitas fantasias aludidas pelo delegado brasileiro quando se referiu à realidade brasileira. Na verdade não foi constituído nenhum governo em Mossoró, nem tampouco houve ataques policiais à cidade.

Ferreira (49), no trabalho mais completo sobre a guerrilha e a atuação do PCB em Mossoró, mostra como, desde o início, a guerrilha teve um caráter puramente defensivo: o objetivo era manter coeso o grupo que estava na clandestinidade preparando-se para intervir na "revolução" que estava prestes a eclodir. No entanto, como ela mesma demonstra, a decisão de permanecer apenas na expectativa não se manteve por muito tempo. Eram seguidamente atacados pela polícia ou por jagunços dos fazendeiros e tinham que revidar. Além do mais, por ser um grupo relativamente grande, precisavam, como já frisamos, de alimentação, animais, armas, munições etc., que os levavam a atacar alguns fazendeiros e enfrentar a polícia. Mesmo as-

sim, ainda conseguem, em algumas localidades, realizar pequenos comícios nos quais distribuam boletins e incitavam os camponeses a se sindicalizarem. Muitos camponeses aderem. Nesses comícios, salientavam a necessidade dos camponeses não só se sindicalizarem, como também se armarem. Era comum, após a realização de cada comício, abrirem-se subscrições entre os ouvintes, destinadas à aquisição de material bélico.

Em documento enviado ao presidente do Tribunal de Segurança Nacional, diz seu procurador que "... antes de eclodir o movimento extremista de novembro, várias caravanas percorriam o Estado do Rio Grande do Norte, pregando idéias revolucionárias de caráter extremista, de que a Aliança Libertadora Nacional era o órgão principal. Os grupos chefiados por indivíduos sem instrução, espécie de bandoleiros capazes de todas as aventuras criminosas, excursionavam pelos municípios do estado incitando trabalhadores rurais e operários a se levantarem contra o poder constituído(...) pelos depoimentos das testemunhas, verifica-se que os indivíduos(...) desenvolveram ostensiva propaganda comunista no Município de Açu, organizando comícios, induzindo agricultores a se rebelarem contra o governo e aconselhando a que todos se armassem para assegurar a vitória da sublevação que explodiria em novembro" (5º)

Com a derrota do movimento de novembro de 1935, foi descoberto pela polícia, que havia um movimento armado marcado para os dias 15 e 16 de julho de 1935 em Mossoró e que teria ramificações na Paraíba, Ceará e Pernambuco. E só não foi levado a efeito por ter vindo ordem superior do Rio de Janeiro (da direção nacional do Partido Comunista). Declara Miguel Moreira, em depoimento à Polícia após sua prisão, que ao chegar

em Mossoró, proveniente do Rio de Janeiro, no dia 11 de julho — exatamente no dia em que a ANL era decretada ilegal pelo governo Vargas — já encontrou o movimento organizado. Neste depoimento ele acusa o capitão do Exército Aluísio Moura, o Ten. José Paulino (partidário de Mário Câmara, acusado de ter cometido violências por ocasião da realização das eleições e que, em novembro irá combater os insurretos no quartel da PM, onde foi ferido e em consequência teve um braço amputado), o tenente Cabanas (que viera com a caravana da ANL e que foi preso no dia 23 de julho na casa de Lauro Lago, em Natal... pelo próprio Aluísio Moura.) e o deputado Benedito Saldanha, da Aliança Social, de serem os chefes do movimento. É um depoimento curioso. Dos citados apenas o Tenente João Cabanas poderia ser considerado como aliado, já que era um dos membros proeminentes da ANL. Mas, por que incluir os demais, que nada tinham a ver com o movimento, como ficou provado? É de se ressaltar que os inquéritos policiais dos fatos referentes aos comunistas em Mossoró, foram instaurados e realizados numa atmosfera de grandes ameaças, como se depreende da leitura dos processos. O próprio Miguel Moreira, Marcelino Oliveira e Feliciano Pereira, integrantes da guerrilha, dizem em depoimentos, posteriores, que essas acusações foram feitas após seviciamento e torturas⁽⁵¹⁾. Isso talvez explique o porquê das acusações a pessoas notoriamente ligadas ao então interventor Mário Câmara. O objetivo era incriminá-los, junto com os comunistas.

O depoimento prestado por Miguel Moreira foi feito após sua prisão, em novembro de 1935. No entanto, a referência a um possível levante já havia sido noticiada pela imprensa de Natal: "o Governo do Estado, em face das notícias cir-

culantes nesses últimos dias, a respeito dos preparativos de um movimento sedicioso no Estado, torna público que está devidamente aparelhado, já com elementos próprios, já com a cooperação da força federal, para manter a ordem em qualquer emergência com garantias plenas a toda a população". Já sendo conhecidos todos aqueles que poderão estar empenhados nesse movimento, o Governo não os deixará fugir à responsabilidade criminal por qualquer atentado ou tentativa de perturbação da ordem pública que se verifiquem".⁽⁵²⁾

O que gostaríamos de destacar é que mesmo antes da atuação da "guerrilha" na região oeste do Estado (Mossoró e adjacências), havia um clima propício para isso. O Partido Comunista, organizado em Mossoró desde 1926, havia fundado inúmeros sindicatos, sendo o principal deles o dos salineiros que era o maior contingente de trabalhadores não só da região como do Estado (estima-se que havia nesse período algo em torno de 5 mil operários), e dirige as primeiras greves de trabalhadores. A sua atuação era tal, que a cidade de Mossoró era citada freqüentemente no jornal do Partido Comunista "A CLASSE OPERÁRIA". Junto com a cidade de Moreno, em Pernambuco, são as que mais aparecem no jornal a nível de nordeste.

Quantas e quais eram as pessoas que faziam parte dessa "guerrilha"? Houve adesão de camponenses? Neste caso, o que explica esta adesão?

Quanto ao número de participantes é difícil precisar. Não há registro sobre isso. No processo do Tribunal de Segurança Nacional referente à "guerrilha", onde são ouvidas numerosas testemunhas e participantes, constam inclusive alguns

manuscritos atribuídos a Miguel Moreira, que incitavam os camponeses a se armarem. Não há estimativas do número de aderentes. A imprensa da época se referia a "mais de duzentos homens". (não há registro da participação de mulheres). Tendo viajado pela região e conversado com inúmeras pessoas sobre esses fatos, creio que esse número chegava a duzentos, no período de maior adesão. No início, segundo o próprio Miguel Moreira, havia cerca de cinquenta homens e que com o trabalho realizado junto aos trabalhadores da região esse número cresceu e que teria diminuído muito após a derrota do movimento em Natal em 27 de novembro de 1935.

Quem eram os componentes da guerrilha? No início, basicamente salineiros, membros do Sindicato e do Partido Comunista. Depois, com a inserção nas matas da várzea do Açu e o trabalho que passam a desenvolver na região, conseguem adesão de alguns camponeses. Manoel Rodrigues de Melo, escritor norte-rio-grandense, num livro publicado em 1940, um capítulo a esses acontecimentos, que aliás será suprimido nas edições posteriores. Para o autor, o fenômeno comunista na várzea do Açu "possui nas suas entranhas causas profundas que precisam ser estudadas com penetração e sinceridade" ⁽⁵³⁾ e que a adesão de parte dos trabalhadores da região às guerrilhas tinham sua explicação no fato de que, apesar de o trabalhador "comer na mesma mesa com o patrão, dançando juntos em todos os sambas da redondeza(...) o rendeiro arrematando cerveja por preços exorbitantes para o patrão beber, acompanhando-o em todas as festas (...) não haviam desaparecido os sentimentos recalçados, os ressentimentos profundos entre famílias litigantes, os preconceitos de cor, as rixas por questões de terra" ⁽⁵⁴⁾

No entanto, a principal explicação para a adesão de parte dessa população, segundo Melo, era de caráter religioso. O estado de disponibilidade religioso em que sempre viveram os habitantes da várzea do Açu, "nunca se aproximando do sacramento a não ser no dia do casamento, ou raramente na hora da morte, deu lugar a que o protestantismo pela ação nefasta de seus pastores, em sua grande maioria analfabetos, desenvolvessem na aquela região uma propaganda intensa, chegando a conquistar povoados inteiros para a sua crença. Acrescenta-se ainda uma outra de ordem geográfica: a facilidade de transporte entre os portos de Areia Branca e de Macau com a várzea do Açu e estas cidades, juntamente com Mossoró, são aquelas onde havia maior contingente de trabalhadores".⁽⁵⁵⁾

Este segundo fator é importante para a escolha do lugar, acrescido do fato de que o líder da guerrilha, Manoel Torquato, era natural da região, nascido e criado dentro da várzea. Quanto ao aspecto religioso, identificar no avanço do protestantismo, as causas da adesão dessas populações ou de parte delas, à guerrilha, é de um enorme simplismo, compartilhado, aliás, entre outros, por Otávio de Farias no seu livro O Destino do Socialismo, no qual estabelece as relações entre a expansão da doutrina de Lutero e do socialismo. No caso da várzea do Açu, a alegação tem como base o fato de Torquato ter sido protestante; nessa condição, viajou muito por toda região, fazendo pregações. Talvez a adesão de alguns tenha se dado por causa da confiança que inspirava a figura de Torquato, homem íntegro, sincero e nascido na região, tão pobre quanto a maioria dos seus habitantes. Quando se dá a "passagem" do protestantismo ao "comunismo" em Torquato, é difícil precisar. Sa

be-se da influência decisiva de Joel Paulista, salineiro oriundo de Mossorô, membro do Partido Comunista e presidente do Sindicato, que se torna amigo de Torquato. Essa aproximação visa à adesão de Torquato ao Partido. Em meados de 1934, Torquato vai a Areia Branca, onde residia Joel e na volta à várzea, além do amigo, traz consigo novas idéias. Segundo Melo, daí em diante, o que vemos é a ação política sobrepujando a ação religiosa. A casa dos "cultos" tão frequentada antes, degenera em valhacauto de comunistas perigosos, que levam a toda a região da várzea a chama vermelha da revolução.⁽⁵⁶⁾ Torquato adere ao Partido Comunista e inicia a arregimentação entre os trabalhadores da região (rendeiros, meeiros, agregados, carreiros, tropeiros etc). O ataque agora não é mais aos padres e sim à burguesia, à propriedade privada, à injustiça dos patrões. De início, são comícios, alguns dos quais duramente rechaçados pelos fazendeiros, como o que deveria ocorrer na Ilha de São Francisco, ameaçados de serem recebidos à bala. A chamada "guerrilha" propriamente dita, ou seja, uma organização clandestina armada, só ocorrerá após a ilegalidade da ANL (julho de 1935), que coincide também com o período em que ocorre a prisão de Torquato, conforme já relatado, na cidade de Mossorô. Com a fuga da cadeia, "... M. Torquato volta ao seu lugar de combatente, agora com as energias retemperadas pelos sofrimentos da prisão. Reanima o grupo, arma-se convenientemente, põe na chefia intelectual do banco o rãbula Miguel Moreira, localizando o quartel general entre Mossorô e Areia Branca(...)"⁽⁵⁷⁾

Fracassado o movimento de Natal em novembro de 1935, (discutiremos esse detalhe no capítulo VI), o grupo de Torquato, pego de surpresa, ainda se mantém por alguns meses, fugindo à

perseguição das forças legalistas. Conhecendo bem a região, ele e seus homens se embrenham na mata e ainda conseguem algumas vitórias frente às forças policiais e aos jagunços armados pelos fazendeiros; foi o que ocorreu no dia 2 de janeiro de 1936 num lugar conhecido como "Canto Comprido", onde há intensa fuzilaria, resultado de uma emboscada preparada por Torquato e que resulta na morte de um fazendeiro e de um dos "guerrilheiros" ⁽⁵⁸⁾.

A partir desse acontecimento a polícia inicia uma perseguição violenta. A primeira vítima foi o pai de Torquato Sebastião Silvestre, já muito velho, e que nada tinha a ver com a "guerrilha". A polícia já chegou na sua casa atirando. Estavam em casa apenas ele e sua mulher, que milagrosamente escapou ao tiroteio, escondendo-se numa caixa de farinha de guardar rapadura ⁽⁵⁹⁾. Depois foi a vez dos outros familiares de Torquato, interrogados sobre o seu paradeiro e alguns deles açoitados pela polícia. Com a cidade cheia de soldados e constantes patrulhas pelos seus arredores, o grupo de Torquato foi sendo empurrado para o isolamento. "Na cidade, o Partido se reuniu para discutir a situação do grupo. Chegaram à conclusão de que não havia mais condições de permanecerem na mata. Decidiram montar um esquema de emergência entre membros, simpatizantes e aliados do Partido, para fornecer apoio material a quem quisesse sair". ⁽⁶⁰⁾

O grupo da guerrilha também avalia a situação. Isolados, famintos e perseguidos, não lhes restam alternativas a não ser a fuga. "Resolveram recuar organizadamente, sairiam da mata aos poucos, dois a dois, deslocando-se em direção ao Ceará,

cuja fronteira pouco depois de Mossorô, não seria difícil alcançar".⁽⁶¹⁾ E assim o fazem:

Com Torquato, ficou Feliciano, "... Um negro alto, forte(...) analfabeto, um homem rude, respeitado por sua valentia".⁽⁶²⁾ Torquato foi se despedir da família. Pouco depois ouvem-se dois tiros na vizinhança. Era Feliciano que atirara em Torquato, matando-o fria e covardemente!⁽⁶³⁾ (A polícia havia espalhado que daria um prêmio a quem apanhasse Torquato, e é possível que esse tenha sido um fator determinante). Feito isso, procura a casa de um fazendeiro e conta o ocorrido. É preso e com a promessa de liberdade em troca de informações, detalha à polícia todas as informações necessárias. Como os nomes de todos os participantes e os planos de fuga, a perseguição é violenta, as prisões se enchem. É o fim do movimento.

2. OS LEVANTES NO RECIFE E RIO DE JANEIRO

2.1 - RECIFE

Os levantes das unidades militares do Recife e Rio de Janeiro, ocorreram em consequência do inesperado levante do 21 BC em Natal. No caso do Recife, ao Comitê Regional do Partido Comunista, constituído por Silo Meireles — oficial reformado do Exército, que havia sido enviado a Recife por Prestes (4) Capitão Otacílio de Lima — que havia estado em Natal por alguns meses no início de 1935; os tenentes Lamartine Coutinho e Alberto Besouchet e Sargento Gregório Bezerra e os civis José Caetano Machado, Pascácio Fonseca (operário gráfico), se reúnem no final do sábado à noite, ao saberem da deflagração do movimento do 21 BC em Natal. Desta reunião estava ausente um dos fundadores do Partido Comunista e uma das maiores lideranças do partido no Estado: Cristiano Cordeiro, que há muito já se colocava contra o levante e que dele não participaria (o que não impediu de ter sido preso com a derrota do movimento) e o Tenente Lamartine (que havia sido transferido do 299 BC de Recife para o 229 BC em Alagoas, mas que neste momento ainda estava no Recife e quando o partido se reunia para discutir e deliberar sobre o levante, ele estava numa festa dos estudantes do curso de Direito da Faculdade de Recife. Em reunião, o partido delibera que a insurreição deveria ocorrer de imediato, ou seja, na madrugada do domingo. São que, sendo domingo, havia poucos soldados no quartel (299 BC) e, avaliaram, com as informações provenientes de Natal seria provável que o quartel já estivesse de prontidão. O movimento deveria começar na Vila Militar "Florianópolis" no Município de Jaboatão, vizinho a

Recife. Nesta Vila, localizada no bairro de Socorro, estava a maior concentração de tropas do Exército do Nordeste. Neste momento não estavam na cidade o Governador do Estado, Carlos Cavalcanti de Lima, nem o Comandante da 7.^a Região Militar, General Manoel Rabelo e nem o Comandante da Polícia Militar. Nesta reunião foi traçado um plano, no qual foram distribuídas incumbências: Gregório Bezerra que era Sargento Instrutor no Tiro de Guerra, deveria sublevar o Quartel General da 7.^a Região Militar — onde também funcionava o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), situado no Largo São Francisco, no centro da cidade. Vitoriosa a sublevação no quartel, deveria-se ocupar o Palácio do Governo, a Central Telefônica, e outros postos-chaves da cidade (Aeroporto, cais do porto etc). O tenente Lamartine Coutinho, cuja comunicação é feita imediatamente após a reunião, recebe a incumbência de sublevar o 299 Batalhão de Caçadores, a quem pertencia, junto com Silo Meireles, Otacilio de Lima e o Tenente Alberto Besouchet, além de alguns cabos e sargentos. O Tenente Lamartine deveria seguir nesta mesma madrugada para a Vila Militar e ficar esperando as ordens de Silo Meireles (o Tenente Alberto Besouchet não estava presente na reunião e deveria ser comunicado imediatamente).

"... Cheguei na Vila Militar por volta das 7 horas. Procurei os contatos que Silo me dera. Não encontrei ninguém. O Tenente Besouchet, que deveria levantar o quartel comigo, estava completamente desinformado da minha tarefa e tranqüilo jogava gamão no cassino, onde os oficiais passavam o tempo em prontidão desde o sábado à noite". (65) Informado, o Tenente, junto com Lamartine, saem mobilizando os outros militares do 29 BC comprometidos com o levante. Às 9:30 da manhã chega a ordem

de Silo Meireles. O movimento tem início no quartel mas, para a surpresa dos insurretos, houve resistência: as instalações telefônicas haviam ficado intactas, o que permitiu o contato da oficialidade legalista com a polícia civil "... estabeleceu-se então, intensa fuzilaria entre os oficiais, cercados, e os militares em revolta, sendo empregado, nessa luta, alguns sargentos e cabos que paderiam, lá fora, ser mais úteis no adestramento de populares, que aderiram em massa ao movimento".⁽⁶⁶⁾ Essa "adesão em massa" aludida é resultado em parte da mobilização do partido, mas que vai contar também com populares que nada tinham a ver com o partido. Segundo Cavalcante "mais de 3 mil homens em armas (...) com adesão entusiasta da população residente em Jaboatão".⁽⁶⁷⁾ Ao ser informado do levante, tropas da Paraíba, o 22º BC e de Alagoas, o 20º BC deslocam-se de imediato para Recife. Às 5 horas da manhã, o 22º BC já chega na cidade: (além do Recife e Jaboatão, houve também algumas revoltas localizadas, na qual foram invadidas e tomadas algumas delegacias de polícia). Gregório Bezerra subleva o QG da 7ª Região Militar, praticamente sozinho⁽⁶⁸⁾, sendo preso pouco tempo depois e ferido "... sem os companheiros militares comprometidos com a revolução, sem os operários prometidos, sem ajuda de ninguém..."⁽⁶⁹⁾ e quanto ao 29º BC capitula frente a superioridade numérica das forças legalistas ... não fosse a chegada dos batalhões de Alagoas e da Paraíba os "aliancistas" teriam batido as tropas de Pernambuco". Exaustos, cercados (as tropas do 20º e 22º BC tomam posições estratégicas) ainda resistem por algumas horas, depois tentam fugir e são presos.

2.2. RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro as autoridades já estavam informadas dos acontecimentos tanto de Natal quanto de Recife e os quartéis entraram em prontidão. Já no domingo, dia 24 de novembro, pela manhã "... antes mesmo do dia clarear, a polícia deteve cerca de 150 pessoas, entre as quais Roberto Sisson e a maior parte do antigo diretório da ANL"⁽⁷⁰⁾. Pegos de surpresa, a direção do Partido Comunista se reúne para decidir o que fazer⁽⁷¹⁾. Após a avaliação dos acontecimentos de Natal e Recife, a decisão é pelo levante no 3º Regimento de Infantaria. Na tarde do dia 26 chega ao 3º R.I. um estafeta a mando do "Comitê Revolucionário", com uma ordem assinada por Prestes, endereçada a Agildo Barata, que mandava o 3º Regimento levantar-se às 2 horas da madrugada do dia 27. Barata já sabia do que se tratava. Ele mesmo havia ajudado a elaborar um plano de ocupação do quartel e tinha no fator surpresa um elemento fundamental. O 3º R.I. tinha cerca de 1.700 homens, a maioria dos quais era constituído por recrutas recém incorporados e sem nenhuma instrução militar. Segundo Barata "... a célula do PCB tinha um efetivo de 12 ou 13 homens dos quais dois oficiais, um cabo e o restante soldados. O núcleo aliancista do qual fazia parte a célula comunista não atingia a 30 pessoas".⁽⁷²⁾ Se esses números forem corretos, o levante irá contar com uma adesão surpreendente no quartel. Na hora combinada, tendo à frente o Capitão Agildo Barata, o Regimento se insurge, contando com uma adesão significativa no quartel. Mas havia um fator importante, com a qual eles esperavam contar: o apoio popular. "Miranda" havia afirmado na reunião em que se decidiu pelo levante que o Partido teria condições de desencadear,

uma greve geral. Não ocorreu nem uma coisa nem outra, e muito menos a adesão da Marinha que Prestes tinha usado como argumento principal para a decisão sobre o levante. Nenhuma outra guarnição da Vila Militar se levantou e o movimento ficou restrito ao 3º R.I. Localizado na Praia Vermelha, a posição geográfica do quartel só permitia uma saída, ocupada estrategicamente pelas forças legalistas, sob o comando do General Eurico Gaspar Dutra, Comandante da 1ª Região Militar, que é informado logo no início do movimento e organiza a resistência, não só ocupando rapidamente posições estratégicas, impedindo a saída dos revoltosos do quartel como mobilizando aviões para bombardear o quartel. Cercados, não há como resistir e se entregam. "... A revolução começou às 2 horas da madrugada e acabou a uma e meia da tarde".(74)

Qual a singularidade do levante do 21 BC em Natal e os levantes de Recife e Rio de Janeiro? Em primeiro lugar, o movimento de Natal foi vitorioso, mesmo que fugazmente, ou seja, conseguem efetivamente não só levantar o batalhão, como tomar a cidade e se estender pelo interior do Estado. Em segundo lugar, foi um levante dirigido por cabos e sargentos, sem contar com nenhum oficial (ao contrário do Rio e Recife) e finalmente, contou com a adesão de um número relativamente grande de civis. Há um consenso entre os autores que escrevem sobre 1935, que atribuem esses levantes a ANL(75). E, se se pode afirmar que no caso do Rio e Recife a adesão da maioria era constituída de 'aliancistas', no caso de Natal, o movimento não teve nada a ver com a ANL, ou seja, como demonstramos, ele foi articulado, concebido e dirigido pelo Partido Comunista.

Quanto aos demais Estados, ou seja, Rio e Pernambuco, desconheço pesquisas sobre a ANL. No caso da ANL em Pernambuco, um dos poucos estudos é o de Robert Levine, que diz: "... no apogeu, a ANL chegou a ter 2 mil membros na capital" e quanto à composição de sua direção "... era constituída quase inteiramente de advogados e intelectuais da classe média, que aprofundara o desprezo dos comunistas"⁽⁷⁶⁾. Colocada na ilegalidade no dia 11 de julho de 1935, por decreto presidencial, apenas "... uns poucos grupos auxiliares continuaram a operar por algum tempo (...) mas, na maior parte, a influência da ANL desapareceu, o mesmo aliás vai ocorrer a nível nacional... já então a ANL desaparecera como entidade política. Era agora o próprio PCB que agia através dela ou em nome dela. Os próprios núcleos da ANL haviam se transformado em agrupamentos comunistas, dos quais os não-comunistas se afastaram"⁽⁷⁷⁾.

Onde a ANL conseguiu, no período da legalidade, um maior número de adesões foi na cidade do Recife. Com sede na Rua do Imperador, no centro da cidade, onde foi inaugurada em princípios de abril de 1935 e, segundo Gregório Bezerra "... onde se registrava um colossal movimento de massas"⁽⁷⁸⁾, "colossal" que, evidentemente, deve ser relativizado. No quartel do 299 BC é o Sargento Gregório Bezerra, militante comunista, que recebe a incumbência de Cristiano Cordeiro, dirigente do PCB local e um dos fundadores do partido em março de 1922, de organizar núcleos da ANL dentro do quartel. "... não medi esforços e centenas de militares em todos os Estados nordestinos entraram para a ANL" e com a decretação da ilegalidade da ANL "... boa parte dos soldados, cabos e sargentos que haviam se filiado à ANL pediram para entrar no partido"⁽⁷⁹⁾ e foi exata-

mente essa boa parte que são responsáveis pelo levante nas unidades militares. O próprio Gregório Bezerra acrescenta "... com o fechamento da ANL o partido designou-me para preparar a luta armada no setor militar" ⁽⁸⁰⁾ (esse setor militar abrangia não apenas o 29º BC do exército, como a polícia, o corpo de bombeiros e a guarda-civil — que aliás não registram nenhuma participação). No seu livro de memórias, Gregório Bezerra faz referências à preparação para a deflagração de um movimento armado na base do programa da ANL contra o fascismo e a guerra para início de agosto de 1935 (...) no setor militar estava tudo pronto, só aguardávamos a palavra de ordem para desencadear a luta armada (...) às 3 horas da madrugada, recebemos um telegrama do Rio, suspendendo o movimento revolucionário e mandando aguardar nova oportunidade ⁽⁸¹⁾). Pouco depois, em função de rumores quanto à possibilidade de uma desmobilização em massa nos quartéis do Nordeste" a Direção Nacional do partido baixou uma resolução, ordenando que, em caso de desmobilização nos quartéis, se poderia iniciar o movimento revolucionário". ⁽⁸²⁾

Agildo Barata no seu livro de memórias faz referências a "um tal comitê revolucionário do Nordeste" (...) organismo de composição totalmente comunista (...) que usa o nome e o prestígio do movimento aliancista e, ante a proibição dos reengajamentos, determina o início da insurreição". ⁽⁸³⁾ Aqui cabe uma observação importante: a determinação do levante em Recife não foi consequência, pelo menos no dia 25 de novembro de 1935, da proibição de "reengajamentos" mas dos acontecimentos de Natal. Barata ainda vai aludir a agentes provocadores infiltrados, que não ocorreram nem no levante de Natal, nem no de Recife. Como diz Dinarco Reis, militante comunista na épo-

ca "... a maior responsabilidade coube, sem dúvidas, ao partido e à sua direção da época".[84] :

3 - A ARTICULAÇÃO DOS LEVANTES EM ALGUNS QUARTÊIS DO EXÉRCITO NO NORDESTE

O que procuraremos demonstrar a seguir é que havia efetivamente uma articulação nos quartéis das unidades militares do exército em algumas capitais do nordeste, visando a uma insurreição que deveria se articular com levantes em outras capitais brasileiras. Esse plano se efetivará, fundamentalmente, após a chegada de Luiz Carlos Prestes ao Brasil, clandestinamente, em abril de 1935 e principalmente com a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora em 11 de julho do mesmo ano. Prestes, como demonstram as anotações apreendidas pela polícia e anexa no volumoso processo do Tribunal de Segurança Nacional (85), redige entre agosto e setembro de 1935, uma série de cartas a antigos tenentes que haviam participado da coluna, cujo teor era o convite à adesão na luta que se anunciava.

A ANL, através da Secretaria geral representada por Roberto Sisson, com a decretação da ilegalidade por parte do governo Vargas, enviou a alguns diretórios estaduais cartas e circulares, assinadas também pelo secretário auxiliar Custódio Lobo e por "Adão", com o propósito de fazer sentir que o cancelamento do registro da ANL foi ditado pela Ação Integralista, numa demonstração de prestígio junto ao governo federal.

Alguns diretórios da ANL no Nordeste, ao receber esta correspondência, seguindo suas instruções, ainda tentam fazer algumas manifestações. No geral, foram bastante inexpressivas, mesmo onde contava com uma certa adesão popular, como é o caso de Recife. No Rio Grande do Norte e Natal em particular, não há registro de que tenha havido qualquer tipo de mani

festação). Nas cartas e circulares da ANL, estavam não apenas instruções quanto a organização de manifestações, como também de reorganização da mesma. No entanto, a partir da decretação da ilegalidade os seus núcleos operativos se restringem aos militantes do Partido Comunista do Brasil, embora, como vai ocorrer em alguns Estados, o façam em nome da ANL.

Vejamos como se dão essas articulações em alguns Estados do Nordeste.

3.1 - PARAÍBA

A leitura dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referentes ao Estado da Paraíba⁽⁸⁶⁾ demonstram como havia um plano de execução de um levante armado que começaria no 22º Batalhão de Caçadores, aquartelado em João Pessoa. A articulação com os militares do 22º BC se dava através do Capitão Otacílio Alves, do 29º BC de Recife, que se deslocava com frequência a João Pessoa (ele havia ficado alguns meses em Natal, no início de 1935 e vai ser acusado pelo Comandante do 21 BC de Natal de ter sido também responsável pela preparação do levante em Natal). Ele será inclusive um dos principais responsáveis e dirigentes do levante do 29º BC de Recife no dia 25 de novembro de 1935.

O plano que foi elaborado para o levante do 22º BC, foi remetido de Recife, e continha os detalhes da tomada do quartel e ocupação de pontos estratégicos da cidade. Foi enviado ao Dr. João Santa Cruz Oliveira, ex-presidente da ANL da Paraíba pelo Capitão Otacílio Alves, tendo sido portador o Tenente José Cassiano de Melo (da Bateria de Artilharia de Dorso). Este documento, no entanto, não foi entregue devido ao fato de que o Dr. Santa Cruz não ter sido encontrado. O invólucro foi então entregue a Antonio Pereira Araujo, militante do partido comunista — que havia sido também ativo militante da ANL na Paraíba — que por sua vez entregou a Elias Gomes Araujo, que era o secretário geral do Partido Comunista na Paraíba. O plano consistia não apenas na tomada do 22º BC como da cidade de Gramma, onde o Partido Comunista desenvolvia um intenso trabalho entre os camponeses⁽⁸⁷⁾. Segundo consta nos

autos dos processos, foram realizadas algumas reuniões a fim de discutir esse plano, por parte da direção local do Partido Comunista. Manoel Miranda é destacado para Cabedelo, (município vizinho a João Pessoa) a fim de fomentar o levante junto aos camponeses, com a base comunista que o partido havia organizado. Severino Diogo, foi destacado para organizar uma greve em Santa Rita; Miguel "Barbeiro" para levantar os camponeses em Gramme; Gabriel Alves deveria se deslocar para Jaguaribe, onde há algum tempo desenvolvia trabalhos do partido junto aos camponeses e José Pedro com a mesma finalidade no município de Cruz das Almas. Na Capital, João Pessoa, o partido deveria concentrar os esforços no 229 BC e no cais do porto, através da liderança do estivador Manoel Fagundes (com o objetivo de impedir a entrada ou saída de navios na cidade).

No dia 24 de novembro, com as notícias dos acontecimentos em Natal, o partido reúne em caráter de urgência. A reunião é realizada na casa de Elias Araújo e participam: João Domingos, Marcos Evangelista, João Santa Cruz Oliveira, Manoel Dias Parede, Antonio Pereira e Luiz Gomes da Silva (Secretário da comissão camponesa do PC na Paraíba). A avaliação consensual era de que, se não se levantassem de imediato, mobilizando os militantes do partido; poderia haver resistência organizada por parte da polícia (de onde não contavam com ninguém) e do próprio Exército já que o trabalho desenvolvido dentro do 229 BC deixava dúvidas quanto a uma possível adesão. Não havia militar nessa reunião e ficou estabelecido que o contato deveria se dar de imediato. Aos demais, caberia mobilizar os homens, dentro dos planos estabelecidos.

José Pedro, que havia ficado de ir a Cruz das Almas, avalia que, naquele momento, era mais importante concentrar os esforços na Capital. Conseguiu mobilizar cerca de 200 homens, que se concentram atrás do quartel do 22º BC, enquanto que Manoel Fagundes, expressiva liderança entre os estivadores, conseguiu reunir 90 homens colocando-os em disposição de entrarem pela frente do quartel. Ambos esperavam apenas as ordens para invadirem o quartel. No entanto elas não vieram. Ao ser informado dos acontecimentos de Natal, o comandante do 22º BC põe o quartel em rigorosa prontidão, impossibilitando qual-quer movimento interno (e na noite do mesmo dia, já prepara tropas para ajudar as tropas legalistas de Recife). Em Gramme "... verificou-se um começo de levante armado feito por operários que, de muito, vinham sendo trabalhados por agitações comunistas". Nesta cidade, o partido consegue mobilizar cerca de 200 homens, tendo à frente o camponês João José, que forma algumas colunas, invadindo a delegacia local, arrecadando as armas e prendendo algumas pessoas. No entanto, com as informações provenientes de João Pessoa, de que o levante não teria ocorrido em função da prontidão no 22º BC e da Polícia Militar, são desmobilizados. Assim sendo, sem contar também com os levantes em outros lugares, conforme previa o plano, eles se dispensaram, o mesmo ocorrendo com aqueles que haviam sido mobilizado e colocados à frente do quartel do 22º BC.

No caso da Paraíba, fica claro que a articulação de levantes, tanto na capital quanto no interior do Estado, foi feita pelo Partido Comunista e não pela ANL "... das investigações procedentes ficou apurado não ser por demais estreito o quadro de adeptos do credo moscovita na capital da Paraíba.

Quase todos antigos partidários da ANL, com a extinção desta, serviam nas fileiras do exército de Moscou..."

A ANL, desde sua formação em abril de 1935, sempre foi muito fraca tanto em João Pessoa, quanto no interior do Estado. Em João Pessoa, conseguiu-se montar um pequeno diretório, que teve como Presidente um militante do Partido Comunista, João Santa Rosa Oliveira. Realizou, durante a legalidade apenas algumas reuniões públicas, que não contaram com uma presença muito significativa de pessoas. Com a ilegalidade, restringiu-se ao Partido Comunista. O comitê regional do partido funcionava na capital, mas tinha ligações com vários outros comitês a nível regional, com várias células espalhadas pelo interior, constituída basicamente de trabalhadores rurais "... disseminando-se por todos os bairros e irradiando-se até Santa Rita e Campina Grande".(88) Dentre as células mais atuantes destacam-se como mais eficientes as de Jaguaribe, Torrelândia, Rogers, Piragibe e Boca da Mata.

Mesmo não havendo qualquer movimento em novembro de 1935, como estava programado (o plano elaborado pelo capitão Otacilio Alves e discutido pela direção do Partido Comunista da Paraíba não constava a data. Com os acontecimentos de Natal (levante do 21 BC no dia 23 de novembro) que os pega completamente de surpresa, tentam, às pressas efetivar o plano, com os resultados já relatados. Mesmo assim, são indiciados em processo pelo Tribunal de Segurança Nacional (processo nº. 178) 101 pessoas, entre civis e militares.

3.2 - ALAGOAS

O fogo central de um levante que estava sendo articulado era fundamentalmente o 20º BC aquartelado em Maceió. Ao contrário da Paraíba, o Partido Comunista não tinha células organizadas no interior do Estado. E, no caso do quartel também não havia uma militância que pudesse levantar o quartel (ao que consta, no período da legalidade a ANL não conseguiu ter qualquer influência no quartel e sua atuação a nível de Alagoas foi quase nula). E mais: no 20º BC não contavam com apoio de nenhum oficial. A articulação do levante está a cargo do sargento Josué Miranda.

No entanto, em meados de novembro, o Comandante do 20º BC recebe uma informação de que estava sendo discutido um levante no quartel, que contaria com a participação de alguns cabos, sargentos e de alguns soldados. A informação que chegou ao comandante foi a de um soldado que havia sido convidado para uma reunião que se realizaria numa praia "a fim de não levantar suspeitas" e na qual foi discutida a articulação de um movimento em vários quartéis no Brasil e que irromperia inicialmente no Rio de Janeiro e Pernambuco. Em função dessa denúncia, o comandante do 20º BC manda abrir um inquérito no dia 21 de novembro de 1935 e no qual são indiciados dois sargentos, quatro cabos, um capitão da força militar do Estado e mais quatro civis, sendo que dois desses eram médicos.

No dia 23 de novembro, quando ocorre o levante do 21º BC em Natal, o quartel do 20º BC entra em prontidão e na madrugada do dia 25, ao saber do levante em Recife, uma tropa se desloca para Recife e depois segue em direção a Natal.

3.3 - CEARÁ

Tal como no estado de Alagoas, no Ceará, não havia, nem por parte da ANL, nem do PCB, um efetivo trabalho de arregimentação dentro da unidade do exército (23 BC) visando um levante. No entanto, o Comitê Regional do Partido Comunista tinha um plano, traçado em consonância com as peculiaridades locais. Com o quartel sabiam que não poderiam contar, afora a adesão de alguns militares. O plano era a arregimentação do maior número de civis que, com a ajuda de alguns militares, poderiam ter sucesso no caso de um levante. O Comitê Regional do Partido Comunista era constituído por Amarolino Miranda, que veio para o Ceará por indicação do Comitê Central (provavelmente para preparar o levante), que fora mandado em substituição a um militante conhecido como "Xavier" que por sua vez substituiu Adelino Deicola dos Santos, que havia ficado no Rio de Janeiro (e posteriormente preso, com o fracasso do levante do 3º R.I.) Manoel Feitosa, Vicente Brito, Carlos Schmidt, Luiz Manoel, "Santos" e Miguel Pereira Lima.

Poucos dias antes do levante em Natal, em meados de novembro de 1935, numa batida de rotina, a polícia prende Amarolino Miranda que, em interrogatório, acaba confessando a existência de um "plano revolucionário". A polícia passa então a seguir Luiz Manoel dos Santos e Miguel Pereira Lima. Quando ocorre o levante no 21 BC em Natal no dia 23 de novembro os pega completamente de surpresa. O partido se reúne às pressas para analisar a situação. Nesta reunião ficou claro que não tinham condições de levantar o 23 BC, que entra imediatamente de prontidão e no outro dia já começa a se deslocar

para Mossorô, no Rio Grande do Norte, ocupando a cidade sem qualquer resistência). O secretário do Comitê Regional decide encaminhar os militantes do partido para o interior do Estado "a fim de estabelecer guerrilhas e se fortalecer para um assalto eficiente a capital". A orientação era o deslocamento para uma praia, onde foi formada uma célula, chamada "R 5) que depois da derrota do movimento em Natal tomou certo vulto, porque lá se homisaram diversos foragidos não só de Natal, como do Piauí e ainda aqueles que foram perseguidos em Fortaleza. Luiz Manoel dos Santos e Miguel Pereira Lima, após essa reunião e a decisão de deslocamento dos militantes do Partido Comunista para o interior do Estado, continuam sendo seguidos pela polícia, que resolve prendê-los. Ao perceberem que estão sendo seguidos, reagem à bala e, após forte tiroteio, os dois são mortos pela polícia.

No que diz respeito aos acontecimentos de novembro de 1935, no Ceará, restringiu-se a atividades dessas células e cujos autos dos processos indicam que foram indiciados ao todo 64 pessoas.

3.4 - MARANHÃO

No Maranhão, a ANL se organiza com núcleos tanto na capital, São Luiz, como em alguns municípios do interior do Estado. Constituído basicamente de profissionais liberais, pequenos comerciantes e estudantes. Foi fundada no Estado, oficialmente, no dia 14.04.1935, com ato solene em São Luiz.

Do período em que se constitui até ser posta na ilegalidade no dia 11 de julho, a ANL terá no Maranhão um dos maiores índices de crescimento registrado no Nordeste. Tornada ilegal por um ato autoritário do governo, tendo como base a lei de Segurança Nacional que havia sido votada em 4.4.35. Não há registro, a exemplo de outras capitais, de manifestações públicas de repúdio e também como vai ocorrer nas demais capitais e interior, os seus núcleos operativos que continuam a funcionar, se restringem aos militantes do Partido Comunista.

Em setembro de 1935, chega a São Luiz, do Rio de Janeiro, Vitor Correa Silva, que havia sido membro do Diretório Central da ANL e ao que tudo indica, foi enviado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, com o objetivo de preparar o levante no Maranhão e Piauí⁸⁹⁴. Estabelece contatos, em especial nos meios militares e viaja com frequência de uma capital a outra.

No dia 26 de outubro, participa de uma reunião clandestina — que vai inclusive fundamentar a denúncia do Tribunal de Segurança Nacional — cujo objetivo era a reorganização "oficial" da ANL. Nessa reunião, da qual participam basicamente militantes do PCB, foi constituída três comissões: uma de

finanças, outra de organização e propaganda e uma comissão militar, com três membros cada uma.

A atribuição desta última comissão era de fundamental importância: contactar militares que haviam sido da ANL (ao que consta, pouquíssimos), simpatizantes etc.

No dia 2 de novembro de 1935, Víctor escreve uma carta, dirigida ao Diretório Central, dando conta da reorganização da ANL no Maranhão, com a constituição de um Diretório Estadual. Esse "Diretório" era constituído de militantes do PCB, uma vez que, como ficou demonstrado nos autos dos inquéritos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referente ao Estado do Maranhão, com a ilegalidade da ANL, aqueles que não eram do Partido Comunista se afastaram, muitos inclusive tornando público, através da imprensa, seu desligamento e não comparecendo às reuniões clandestinas que eram convocadas.

Neste mês de novembro, como evidenciam os autos do Processo, já havia sido elaborado um plano para uma rebelião militar, que teria como principal foco o 24º Batalhão de Caçadores, estando articulado também com a guarda do Palácio do Governo e alguns militares da Polícia Militar, sob o comando do Sargento Francisco Moreira(90).

No interior do Estado, a responsabilidade pelos contactos e articulação do levante ficaram a cargo de Euclides Carneiro Neiva e Ignácio Mourão.

No dia 05 de novembro 1935, chega a São Luiz uma circular da Secretaria Nacional da ANL aos componentes da organização e propaganda "de acordo com a circular de 25.10.35 do Di

retório Nacional que trata da reunião plenária do próximo dia 15 de novembro, esta secretaria necessita com urgência de dados concretos sobre a situação geral local, política e organizacional da ANL local, para a propaganda e organização dos núcleos urbanos e de São Luiz, quantos diretórios municipais etc. (segue anexo a circular um questionário com 25 perguntas)".

Pouco depois, a direção local da "ANL" lança um manifesto "aos núcleos da ANL no Estado", finalizando o documento, na qual apelava para a organização dos camponeses e das "massas trabalhadoras", com as palavras de ordem "pelo governo nacional e revolucionário".

A leitura atenta deste manifesto deixa claro o seu caráter nitidamente insurreccional.

Ao que tudo indica, não havia uma data pré-estabelecida para que o levante ocorresse. E, quando ocorre o levante do 21 BC em Natal, na noite de sábado do dia 23 de novembro de 1935, os pega completamente de surpresa. Por ser um sábado, com a dispensa das tropas, não havia como mobilizar os que haviam se comprometido, tanto no quartel do 24º BC, como na Polícia Militar. Essa foi a avaliação da direção local do partido, reunida às pressas logo ao ser informados dos acontecimentos de Natal.

No dia seguinte, a situação se torna muito mais complicada, com a convocação das tropas pelos respectivos comandantes e a entrada dos quartéis em rigorosa prontidão.

Só depois de abafado o movimento em Natal, Recife e Rio, é que, por acaso, foi descoberta toda a trama que se arti

culava no Estado. A casualidade foi o fato de um oficial do 24º BC ter ouvido uma conversa telefônica entre dois sargentos (Joaquim Leandro Fonseca do 24º BC e um sargento da Polícia Militar), quando retornou casualmente à sala em que trabalhava, após o expediente, em busca de um objeto que havia deixado. Ao ouvir a conversa entre os sargentos, se esconde e ficou ouvindo o teor, e ficou sabendo da preparação de um levante que se daria na noite do dia 29 para o dia 30 de novembro de 1935. Flagrado ao telefone, o Sargento Fonseca é preso imediatamente e é aberto um Inquérito Policial Militar. No 24º BC, foi apurado que havia efetivamente um plano insurrecional e o aliciamento de vários praças e cabos. Instaurado o inquérito, muitos são presos, embora alguns inocentes. Outros, além de presos foram excluídos do Batalhão (as injustiças nesse caso foram tantas que muitas das ordens de exclusão foram anuladas, voltando esses soldados e cabos ao Serviço Militar).

3.5 - PIAUÍ

A atividade clandestina do Diretório reconstituído da ANL, na verdade, do PCB, se estendeu ao vizinho Estado do Piauí, como o prova a correspondência apreendida pela Polícia em poder de Evandro Cunha, Presidente do Diretório Estadual, datada de 6.8.1935.

No que diz respeito ao levante, foram contactados alguns militares do 25º BC, sediado em Teresina. Faziam parte da articulação, Raimundo Nonato Carvalho, Raimundo Cassemiro Viegas, Manoel de Sousa Santos e Antonio Rodrigues Silva, cabos e soldados do 25º BC, que foram contactados por Victor Correia. Pelo que consta no Processo do TSN, referente ao Piauí, havia uma combinação para a deflagração no dia 25 de novembro de 1935, mais precisamente, à meia-noite. Quando alguns deles renderiam a guarda, dando depois alguns tiros de fuzis e metralhadoras. Contando com isso, os demais militares que haviam se comprometido com o levante. No dia 25, às 22 horas, Viegas verificou que a munição estava no Paio!l, fechado à chave, por causa da vigilância que havia no quartel, em função dos acontecimentos de Natal e do Estado de Sítio recém decretado. Estando o Batalhão de prontidão, verificando a impossibilidade de um levante, acrescido das dificuldades de locomoção interna e comunicação com os demais companheiros, os líderes do movimento se reúnem e decidem pela sua não realização.

De qualquer forma, a trama foi descoberta e os responsáveis indiciados em processo. Juntamente com alguns civis que haviam organizado, clandestinamente, a ANL no Estado, como foi o caso de Piberone Lemos, residente em Teresina, que era

o elemento civil responsável pela ligação entre a ANL do Piauí com a ANL do Maranhão.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) O Departamento Estadual de Estatística (RN) não dispõe de dados precisos sobre o ano de 1935. Os dados sobre população são aproximações, tendo em conta os censos de 1920 e 1940, que devem, respectivamente, 30.606 habitantes e 55.119 habitantes em relação a Natal.
- (02) MEDEIROS, João. Meu Depoimento. 1937, p. 43
- (03) IDEM. p. 45
- (04) O Rio Grande do Norte, do ponto de vista econômico, tinha caído na obscuridade desde a queda gradual da cultura açucareira depois do século XVII. Com a abolição da escravidão e as secas que se seguiram, contribuíram ainda mais para a queda de sua produção. No início deste século, amplia-se a plantação de algodão, que passa a ser o principal produto da economia local. (No início da década de 30 a produção de algodão, face aos acontecimentos de 1929 [queda da bolsa de Nova York etc.] sofre uma brutal queda de produção e só a partir de 1935 é que tem início, com uma safra record, um aumento significativo da produção e exportação do algodão.
- (05) As estatísticas divulgadas no início de 1936 indicam que a exportação de algodão brasileiro para mercados estrangeiros cresceu muito no período de janeiro a setembro de 1935. Em 1935/36 a safra do algodão com pluma, no Rio Grande do Norte foi de 21.555.536 quilos, sendo a maior parte exportada para o Rio (7.189.138 quilos), Alemanha (4.870.680 quilos) e Inglaterra (4.169.379 quilos)

- (06) Relatório do governo do Interventor Mário Câmara, 1933-1935. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte. Natal.
- (07) Os outros eram: São Paulo (2.850), Distrito Federal (1.050), Minas Gerais (750), Bahia (480) e Rio Grande do Sul (461).
- (08) FERNANDES, Aldo. In: Memória Viva. Nossa Editora. Natal. 1987. p. 21.
- (09) Não consta nos volumes os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referentes ao Rio Grande do Norte, o nº exato de praças que foram dispensados nesse dia, tampouco nos arquivos do Ministério do Exército (RJ) na documentação sobre os acontecimentos de 1935.
- (10) Depoimento prestado ao autor pelo então soldado Luiz Cleo don Medeiros, em 15 de dezembro de 1989, Natal-RN.
- (11) Depoimento prestado ao autor em 20 de dezembro de 1989 Natal-RN.
- (12) Sobre o soldado Luiz Gonzaga, há uma grande polêmica. Transformado em herói pela polícia, em função de sua "bravura no enfrentamento aos comunistas e em defesa da legalidade" teve, posteriormente, o seu heroísmo contestado. É o caso, por exemplo, do Dr. João Maria Furtado que num livro de memórias (Vertentes, Gráfica Olímpio - Editora Ltda, 1976 - Natal-RN), ao se referir aos acontecimentos de 1935 (o autor chegou a ser preso e indiciado por seu suposto envolvimento com rebeldes) diz a esse respeito: "... outro episódio a esclarecer: ele-

mentos que tomaram parte efetiva na revolta e com atuação destacada nela, sendo presos e posteriormente condenados, entre eles Sizenando Filgueira, Ramiro Magalhães e Carlos Wander Linder [este metralhou o quartel do alto da torre da Matriz], além de outras pessoas, testemunhas do acontecimento, sempre afirmaram que, realmente, morreu, nas proximidades do quartel da polícia um pobre demente, chamado Luiz Gonzaga, vulgo "Doidinho" (...) que vivia perambulando pelas ruas de Natal, mas que nunca fora soldado da Polícia Militar. Entretanto, o Major Luiz Julio resolveu "alistar" depois de morto Luiz Gonzaga como soldado da polícia, que, assim, teve uma morte de herói." (p.128"129).

Realmente consta no relatório do comandante da Polícia Militar, Major Luiz Julio, datado de 04 de fevereiro de 1936, referências a este fato. Diz o relatório: "... após a retirada do quartel foi atingido e morto por certos tiros do inimigo, o soldado Luiz Gonzaga, que na metralhadora pesada se salientara como um bravo".

Sizenando Filgueira, membro do PCB desde 1932 e que participa ativamente do movimento, conforme relatamos, em entrevista dada em 25 de agosto de 1985 para o jornal "O Poti", de Natal-RN, diz a respeito de Luiz Gonzaga: "ele não era herói nem militar na época. Ele era apenas um débil mental. Nesta entrevista, Sizenando reafirma que foi ele quem matou Luiz Gonzaga "atirei em legítima defesa".

No dia 15 de setembro de 1985, o jornal "O Poti"

publica uma matéria com o título "Jornal Oficial não registrou "herói", no qual é reproduzida a matéria de capa do jornal "A República" de 29 de novembro de 1935. Na mesma matéria há uma entrevista com o escritor norte-rio-grandense Manoel Rodrigues de Melo (um dos organizadores do integralismo no Estado) que diz "... muitos anos depois começaram a falar nesse soldado (...) pois durante e depois da revolução, ninguém falava nesse homem".

Mário Cabral, na época tenente da Polícia Militar que participou do ataque ao seu próprio quartel ao lado dos rebelados, sendo por isso preso e condenado a 10 anos de prisão, disse em depoimento prestado ao autor em 20 de julho de 1989, que Luiz Gonzaga era efetivamente soldado, tendo vindo do interior do Estado pouco antes do movimento de novembro de 1935, para servir no quartel da Polícia Militar, por seu intermédio.

O jornalista Luiz Gonzaga Cortez, autor de 19 (dezenove) matérias publicadas no jornal "O Poti", de 26 de maio a 24 de novembro de 1985, intitulado "O comunismo e as lutas políticas do Rio Grande do Norte na década de 1930", afirma num artigo publicado em 29 de setembro de 1985, que houve uma adulteração no relatório, da insurreição, e na qual teria sido inscrito como soldado, Luiz Gonzaga. No dia 12 de outubro do mesmo ano, o jornal publica uma carta do ex-chefe de polícia da época, o Dr. João Medeiros, que reconhece ter adulterado o relatório de "boa fé" acrescenta. Com isso, nos parece que a versão dada pelo jornalista é correta, ou

seja, na realidade, Luiz Gonzaga não foi nenhum herói (embora o argumento de que o "jornal oficial" não tenha registado o "herói", não signifique nada) e, como reconhece o próprio chefe de polícia da época, não era sequer soldado.

- (13) Ver depoimento dos oficiais do 21 BC. Processo nº 76 do Tribunal de Segurança Nacional (1935). Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.
- (14) Relatório policial. Processo nº 2. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
- (15) Ver processo nº 2, volume II, p. 407-420.
- (16) Processo nº 2, volume IV, p. 401-404.
- (17) OLIVEIRA FILHO, Moacir. Praxedes, um operário no poder. Alfa Omega, São Paulo, 1985 p. 63.
- (18) CAFE FILHO, João, *op. cit.* p. 89.
- (19) Processo nº 2, volume III p. 533/546.
- (20) MEDEIROS FILHO, João. 84 horas de subversão (A Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte), Natal, 1980, p. 122.
- (21) OLIVEIRA FILHO, Moacir. *op. cit.*
- (22) Depoimento prestado por Lauro Lago à polícia em 22 de dezembro de 1937, em Natal(RN).
- (23) Ver depoimento prestado ao jornalista OLIVEIRA FILHO, Moacir (*op. cit.*).
- (24) Dr. Nizário Gurgel, Processo nº 2, TSN-RJ. Vol. V.
- (26) Os dados populacionais referentes às cidades do Estado do

Rio Grande do Norte, tiveram como base o ano de 1940. - Na época, haviam 42 municípios (hoje são 153). A área de cada município era muito maior e abrangia diversas povoações, vilas, etc.. Comparados com o censo de 1980 a grande maioria dessas cidades (93%) diminuíram a sua população.

- (27) Relatório policial do processo nº 12 (Canguaretama) - volume III. TSN 1935. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
- (28) Processo nº 24 (São Gonçalo), volume I. TSN. Arquivo Nacional. RJ. É muito provável que fosse membro do Partido Comunista. Nos autos do processo, várias testemunhas o acusam de ser comunista e "muito amigo" de Raimundo Reginaldo, um dos fundadores do Partido Comunista no Rio Grande do Norte.
- (29) Processo nº 24. Vol. I. TSN. AN. RJ.
- (30) Nem todos são presos. No dia 14.04.1937, a polícia do Distrito Federal comunica ao Juiz do TSN que estão presos, dos indiciados no Processo nº 24, apenas José Bento e Manoel Raimundo, sendo os demais foragidos e condenados a revelia (são 7 o nº de indiciados, sendo todos condenados a 1 ano de prisão).
- (31) Sobre esse episódio há várias versões. João Medeiros, no livro "82 horas de Subversão" diz "o bravo Dinarte Mariz à frente de uma coluna de sextanejos deficientemente armados e pior municiada, desceu de Caicó com destino a esta capital, travando o primeiro combate com os rebeldes em Serra Caiada, na qual foram fragorosamente, batidos e destroçados, deixando um morto, três feridos, nove prisioneiros, algum material bélico e um caminhão

No dia seguinte, a coluna sertaneja ocupou o povoado de Panelas, fazendo prisioneiros 04 rebeldes, entre eles o segundo sargento Wanderley de tal, que estava com as insignias de primeiro tenente das forças comunistas". pg. 93]. É uma versão discutível. Para quem vem de Caicó em direção a Natal, Serra Caiada fica depois de Santa Cruz, onde estavam os rebelados e era passagem obrigatória e mais ainda quando ele acrescenta a seguir "em Panelas resistiram os sertanejos durante cinco horas de fogo, recuando, por fim, para a Serra do Doutor por falta absoluta de munição". O que é uma flagrante contradição com as afirmativas anteriores. Luiz Gonzaga Cortez, no livro "Pequena História do Integralismo no RN" - Natal. Clima. 1986, aceita a versão dada por Manoel Lúcio de M. Filho, a quem entrevistou (foi um dos chefes integralistas em Acari, entre 1933/37) que afirma que a batalha de Serra do Doutor foi travada entre comunistas que viajavam em dois caminhões e os integralistas aliçados pelo Padre Walfredo Gurgel, integralista e então vigário de Acari - que com medo não se arriscou ficar na serra e viajou para Santa Luzia, na Paraíba. Quanto a Dinarte Mariz, diz que foi para Campina Grande, a fim de buscar reforços, no entanto, só apareceu de noite, por volta das 19 horas, quando tudo tinha acabado (pg.36) Enoch Garcia, na época Delegado de Polícia em Natal, num depoimento prestado ao jornalista Carlos Lyra em 1987 e publicado no Livro "Memória Viva" - Natal-Nossa Editora-1987, diz, na pg. 155, que Dinarte Mariz não esteve na Serra do Doutor. É um depoimento importante, porque não só era amigo pessoal de Dinarte, como estava

com ele em Campina Grande naquele momento, a fim de ar-
regimentar homens para combater os rebeldes.

- (32) FURTADO, op. cit. p. 143.
- (33) Não há registro nos arquivos pesquisados, quanto ao número de estivadores em Macau nesse período. Remanescentes estimam o número em torno de 3.000 operários.
- (34) Entrevista do autor com trabalhadores do cais, realizado na cidade de Macau em julho de 1987.
- (35) Processo nº 17 (Macau). Relatório policial. TSN. Volume I Arquivo Nacional. RJ. (Foram indiciadas 8 pessoas, todas absolvidas quando fulgadas).
- (36) Processo nº 117 (Lages). TSN. AN. RJ.
- (37) FERREIRA, Basílio Carlos. Sindicato dos Garranchos. Coleção Mossoroense. Série C. 1989. P. 196.
- (38) Depoimento prestado à polícia por Joel Paulista. Processo nº 5. Vol. II.
- (39) FERREIRA, op. cit. p. 196.
- (40) IDEM, p. 197.
- (41) Processo nº 5. TSN. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
- (42) João Cabanas ao retornar a Natal, fica na residência de Lauro Lago. Descoberto, é preso pelo Capitão Aluisio Moura e é enviado ao Rio de Janeiro, escoltado por 02 oficiais.
- (43) O jornal "A República", Natal-RN.
- (44) O jornal "A República", Natal-RN.
- (45) Ferreira, op. cit. pág.

- (46) MEDEIROS, J.M., op. cit. p. 15.
- (47) FURTADO, J.M., op. cit., p. 15.
- (48) Publicado no jornal "A República", de 05.04.1936.
- (49) FERREIRA, op. cit.
- (50) Proc. nº 2, TSN. Arq. Nac.-RJ.
- (51) Proc. nº 5, Vol. I, TSN. AN-RJ.
- (52) Jornal "A República" julho/1935.
- (53) MELO, Manoel Rodrigues. Várzea do Açu, Edição dos Cadernos - SP. 1940. p. 155.
- (54) MELO, op. cit. p. 160.
- (55) IDEM, p. 172.
- (56) IDEM, p. 173.
- (57) IDEM, p. 175.
- (58) IDEM, p. 173.
- (59) IDEM, p. 176.
- (60) FERREIRA, op. cit. p. 203.
- (61) IDEM, p. 203.
- (62) IBIDEM, p. 205.
- (63) IBIDEM, p. 206.
- (64) "... Os homens de confiança de Prestes e do Comitê Central foram enviados aos estados para articular o movimento" - BASBAUM, Leôncio, "Uma vida em seis tempos" - (Memórias) - Alfa Omega, p. 79. Sobre a articulação em outros quartéis do nordeste, ver capítulo seguinte.

- (65) CAVALCANTI, Paulo - O caso eu conto o caso como foi da coluna Prestes e Queda de Arraes - São Paulo, Alfa Ômega, 1978.
- (66) IDEM, p. 143.
- (67) IDEM, op. cit. O autor descreve com detalhes a luta de Gregório Bezerra e de sua prisão, assim como o próprio Gregório Bezerra, em livro de memórias "Memórias", volume I, Liv. Bras. 1979. p. 146-149.
- (68) BEZERRA, Gregório. Op. cit. p. 243.
- (69) CAVALCANTI, Paulo. Op. cit. p. 143
- (70) LEVINE, Robert. A era de Vargas - Os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 178.
- (71) MORAES, Fernando. "Olga". São Paulo: Alfa Ômega: 1985 - São Paulo, p. 96.
- (72) BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário: São Paulo: Alfa Ômega, 1978, O. 261.
- (73) IDEM, p. 267-290.
- (74) IDEM, p. 175.
- (75) Ver unt. outros. RODRIGUES, Leônio Martins op. cit; DEL ROYO, op. cit.; DIAS, Glacundo, op. cit e CAVALCANTI, Paulo, op. cit.
- (76) LEVINE, op. cit. p. 175.
- (77) IDEM, p. 175.
- (78) BEZERRA, Gregório, op. cit. p. 234.
- (79) IDEM, p. 234.
- (80) IDEM, p. 236.

- (81) IDEM, p. 237.
- (82) IDEM, p. 239-240.
- (83) BARATA, Agildo. Op. cit. p. 260.
- (84) REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB -
Vol. I. São Paulo: Novos Rumos. pp. 46.
- (85) Autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional -
Proc. nº 1. Volume I. Ministério da Justiça. Brasília -
Distrito Federal.
- (86) Processo da Paraíba. Volume I. TSN. Arquivo Nacional. Rio
de Janeiro.
- (87) Relatório Policial. Autos do Processo do TSN, referente ao
Estado da Paraíba. Vol. I. TSN. AN. Rio de Janeiro.
- (88) IDEM.
- (89) Ver autos dos processos do TSN, relativos ao Estado do
Maranhão e Piauí. TSN. Arq. Nacional. Rio de Janeiro.
- (90) IDEM.

CAP. IV - ANÁLISE DOS PROCESSOS DO RIO GRANDE DO NORTE

As considerações que se seguem têm por base os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional que estão no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, referentes aos acontecimentos de 23 a 27 de novembro de 1935 (levantes nas unidades militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro) e, mais especificamente, os processos relativos ao Estado do Rio Grande do Norte. O Ministério do Exército doou ao Arquivo Nacional um total de 7.223 processos do Tribunal de Segurança Nacional (incluindo também processos referentes aos integralistas). Sobre a chamada "Intentona Comunista", há mais de 600 processos, com mais de 5.000 indiciados, sendo a maioria dos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Há processos com apenas um indiciado; em outros — como é o caso do processo nº 2, do Rio Grande do Norte — seu número chega a 381.

Os dados dos processos têm como referência as fichas catalogadas no fichário do Arquivo Nacional(RJ). São 43 processos referentes ao Rio Grande do Norte, com 1.041 indiciados (seguindo-se a ordem do fichário, tem-se um número muito superior. A razão é que há indiciados em até 04 processos e em outros casos, como no processo nº 2, há mais de 20 indiciados com referências como "Antônio de Tal", "Francisco de Tal", "Chica Gaveta" etc.).

Nas fichas de catalogação do Arquivo Nacional constam o nome do indiciado, data da denúncia, profissão, artigos em que foi enquadrado, idade e a decisão do julgamento, com a respectiva penalidade, em caso de ter sido condenado.

Do total de indiciados no Estado do Rio Grande do Norte (1.041), 648 são relativos a Natal, ou seja, 62,2% dos indiciados são de processos de Natal e os demais, 393 (37,8%) são de processos de cidades do interior do Rio Grande do Norte. Nas fichas, constam os dados profissionais de 767 indiciados (73,8%), faltando portanto indicações de 274 (26,4%), que são, basicamente, do interior do Estado.

Dividiremos a exposição em dois momentos: a) processos relativos a Natal e b) processos referentes ao interior do Estado do Rio Grande do Norte.

a) Processos relativos a Natal

Os processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos a Natal foram 12: os de números: 2, 3, 7, 8, 9, 10, 76, 163, 233, 450, 451 e 492, com um total de 648 indiciados.

Dos indiciados em Natal (648) de 46 (7,9%) não consta a profissão e destes apenas 06 foram condenados em juízo.

Os processos mais importantes, com maior número de indiciados, são: o processo de nº 2, com um total de 347 indiciados, dos quais de apenas 12 não consta a profissão (3,4%); e o processo de nº 76, referente aos militares do 21 BC, com 152 indiciados (ressalte-se que alguns militares do 21 BC foram indiciados em outro(s) processo(s)).

. Condenações:

Após os acontecimentos de novembro de 1935, com a

derrota dos levantes das unidades militares do exército em Natal, Recife e Rio de Janeiro, inicia-se por parte da polícia, e do exército, a caça e a prisão dos envolvidos real ou supostamente). No dia 11 de setembro de 1936, é criado o Tribunal de Segurança Nacional, com o fim único e exclusivo de julgar os implicados nesses acontecimentos, e só no dia 7 de maio de 1937 é que o Tribunal se reúne para julgar o primeiro processo (referente ao Distrito Federal). No caso do Rio Grande do Norte, os julgamentos só começariam quase um ano depois, o que implica dizer, que muitos foram presos sem culpa formada, não sendo sequer ouvidos em inquérito; após quase dois anos de prisão, com a formação do processo, foram considerados inocentes.

No caso específico dos indiciados em processos de Natal, ou seja, dos 648, 116 foram condenados (vide em anexo a relação dos indiciados, com a respectiva decisão do julgamento) o que corresponde a um total de 17,8%; destes, 27 são militares do 21 BC (23,2%).

. Aspectos importantes a serem destacados:

- a) a maioria dos indiciados é constituída de soldados do 21 BC (157) e de estivadores (125) que representam 43,5 do total de indiciados em Natal.

Qual a explicação disso? No caso dos soldados, um dado importante é que a grande maioria dos que foram indiciados havia entrado para o quartel no início de novembro de 1935, ou seja, não tinha sequer um mês de quartel quando eclode o movimento. Não tinham fardamento e não haviam rea

lizado até então qualquer exercício com armas. A maioria era proveniente do interior do estado e tinha um baixíssimo grau de instrução (havia um considerável número de anal^{fe}tos). Quando, na noite do dia 23 de novembro de 1935, foi dado o toque de recolher repetidas vezes, a maioria, que morava em pensões nos arredores do quartel (localizado no centro da cidade), entrou sem saber ao certo do que se tratava (era sábado e o número de dispensas era geralmente grande nesse dia). Ao entrarem, encontram cabos e sargentos armados de quem recebem ordens para vestir a farda "para defender o quartel de um ataque⁽⁰¹⁾". Pouco depois, com a situação sob completo domínio (não houve resistência interna), são formadas patrulhas constituídas de praças e de alguns civis que haviam invadido o quartel, sob as ordens de um cabo ou sargento, a fim de ocupar pontos estratégicos da cidade. Na mesma noite, muitos são mandados para combater o Quartel da Polícia Militar, (que resiste a um cerco de 42 horas, conforme relatado). À noite, são colocados em caminhões que se deslocam para o interior do Estado, ficando alguns no quartel, outros em patrulhas pela cidade e nos pontos estratégicos que foram ocupados (aeroporto, companhia de energia e água, etc).

Os militares que foram presos depois do fracasso do movimento são enviados (no navio Butiã) para a cidade de Recife, onde ficam encarcerados por quase dois anos sem que tenha havido processo de formação de culpa. Constituído o Tribunal de Segurança Nacional, são julgados, e dos 157, apenas 12, ou seja 7,6% são condenados; os demais são considerados inocentes.

Quanto aos estivadores, são indiciados todos os filiados à União dos Estivadores, sindicato da categoria. O Sr. Viterbino Cruz, que havia sido expulso do sindicato sob a acusação de desfalque nos cofres da entidade, e que tentava formar um sindicato paralelo, entregou à polícia uma listagem com 138 nomes de estivadores que haviam "participado efetivamente" do movimento em Natal -- (embora nos autos dos processos e nas fichas catalogadas no Arquivo Nacional sô constar 125). O que explica a adesão em massa dos estivadores? Em primeiro lugar, a expressiva liderança de João Francisco Gregório, fundador e Presidente do Sindicato, e militante do Partido Comunista (como alguns membros da Diretoria do Sindicato, entre eles o vice-presidente, José Maria Santos). A célula comunista era muito atuante entre os estivadores. No período da legalidade da ANL no Estado, de abril a julho de 1935, foi o primeiro sindicato a expressar publicamente o seu apoio. João Medeiros, Chefe de Polícia na época, afirma, em livro publicado posteriormente que uma terceira célula comunista simulada sob a organização do Sindicato dos Estivadores, muito anteriormente ao movimento de novembro de 1935, se incorpora às doutrinas e compromissos do comunismo propagado pela ANL. (02)

Um dado a ser considerado é que a maioria dos estivadores (quase 90%) era constituída de analfabetos e com faixa etária em torno de 40 anos.

João Francisco Gregório recebe do Partido Comunista na tarde do dia 23 de novembro de 1935, a incumbência de mobilizar os estivadores e invadir o quartel do 21 BC, à noite.

Após a tomada do quartel, sua tarefa não foi difícil: a imensa maioria morava no bairro das Rocas, perto do cais do porto. No espaço de duas horas, João Francisco conseguiu mobilizar a categoria, e são exatamente os civis que invadem o quartel (os demais eram militantes do Partido Comunista, mobilizados também nesse sábado, com esta finalidade). - Outro fator de adesão é a enorme respeitabilidade e liderança de João Francisco entre os estivadores, que seguiam suas ordens (no processo de João Francisco, é anexado um enorme abaixo-assinado de moradores do bairro das Rocas, inocentando-o).

Quando o movimento é derrotado, com a fuga da Junta, os estivadores estavam dando guarda no bairro das Rocas e depõem armas, não oferecendo nenhuma resistência, nem fugindo. Dos 125 presos, apenas 11 são condenados, ou seja, 9%. A imensa maioria dos acusados, como se vê na leitura dos autos dos processos, apenas seguem as ordens de João Francisco e da direção do Sindicato, sendo julgados inocentes. (03)

- b) Não há participação de nenhum oficial do 21 BC, ao contrário do que ocorreu no 29 BC em Recife, dirigido por oficiais, e no Rio de Janeiro, onde a liderança ficou a cargo da Escola de Aviação e do 39 Regimento de Infantaria. A direção do movimento no quartel do 21 BC foi constituída, conforme já relatamos, por cabos e sargentos. Foram indiciados 34 cabos, dos quais 8 foram condenados em julgamento (23,5%) e 16 sargentos (7 são condenados, ou seja, 43,7%) sendo esta a maior proporção de condenados entre os que fo-

ram indiciados.

Do total de indiciados em Natal (648), 201 (32,2%) são de militares do 21 BC (incluindo 4 oficiais que foram indiciados algum tempo depois, no processo nº 233, encabeçado por Aluísio Moura, mas cujas acusações foram julgadas improcedentes). Destes, 27 são condenados (13,4%). Os condenados neste processo (dos militares) assim como os processos relativos aos civis, foram aqueles que, de alguma forma, se destacaram no movimento. As maiores penas (10 anos de prisão) foram, obviamente, para as lideranças, como os integrantes da Junta Governativa e outros, como Eliziel Diniz e Epifânio Guilhermino, que se destacaram. Pela leitura dos autos dos processos e nas entrevistas realizadas com ex-militares da época, os condenados eram, em sua imensa maioria militantes do Partido Comunista. No caso do quartel do 21 BC (27 condenados) tratava-se provavelmente, das células militares do partido.

Quanto aos demais militares que foram indiciados, há 09 marinheiros considerados inocentes (o processo foi remetido ao Ministério da Marinha, que o arquivou por falta de provas) e 34 membros da Polícia Militar: 20 oficiais, 07 sargentos, 04 cabos e 03 soldados. Destes, 06 foram condenados em julgamento: 01 soldado, 01 sargento e 04 oficiais. Qual a explicação para o indiciamento de um número relativamente tão grande de oficiais da Polícia Militar? Conforme vimos no capítulo relativo à situação do Rio Grande do Norte, havia um envolvimento muito significativo de militares graduados na vida política do Estado, e de forma mais incisiva a partir das eleições para a Constituinte Estadual, na

gestão do Interventor Mário Câmara. A oficialidade do 21 BC se colocou ostensivamente contra o Interventor, posicionando-se ao lado do Partido Popular, que representava as oligarquias derrotadas em outubro de 1930. O Interventor por sua vez contava com a Guarda Civil, que havia sido criada em 1932 quando da gestão de Café Filho na Chefia de Polícia da Interventoria de Bertino Dutra, com a Polícia Militar e mais especificamente, a oficialidade, a quem cabia nomear seus respectivos comandantes. Não por acaso, um dos primeiros atos do Governador Rafael Fernandes, quando assume o governo do estado no dia 29 de outubro de 1935, é mudar a oficialidade da Polícia Militar, colocando no comando homens de sua inteira confiança (manda chamar à ativa todos aqueles que haviam sido colocados na reserva por Mário Câmara e inverte o procedimento). Isso gerou um descontentamento na Polícia Militar. Quando ocorre o levante, mais precisamente com a vitória do movimento em Natal, vencidas as últimas resistências no quartel da Polícia Militar, muitos desses oficiais foram vistos no quartel do 21 BC. Alguns deles, aderem ao movimento, como é o caso do Ten. Moisés da Costa Pereira, que ficou responsável pelo setor de abastecimento do quartel; outros, como o tenente Mário Cabral (que se justificou em seu depoimento dizendo que o fez por ter sido ameaçado), participam de algumas ações militares, entre as quais o ataque ao quartel da Polícia Militar. Mário Cabral, que servia neste quartel, foi no dia seguinte com uma coluna para o interior do estado, tendo enfrentado tropas legalistas no município de Panelás, (de onde aliás fugiu, tendo sido preso depois do levante em função de inúmeras

ras denúncias de testemunhas. Julgado, foi condenado a 10 anos de prisão).

Ao que consta nos autos dos processos e em entrevistas com oficiais da época, fica evidente que o indiciamento da imensa maioria dos oficiais foi feita em função da atuação desses oficiais quando da interventoria de Mário Câmara. Não consta que qualquer um deles tenha mantido contatos ou tenha sido militante do Partido Comunista ou mesmo da ANL (com a possível exceção de Moisés Costa Pereira, acusado de manter ligações com os comunistas, em cujo processo foram anexados depoimentos de pessoas de Mossoró, onde ele teria ficado algum tempo, dirigindo o Quartel da Polícia dessa cidade).

Entre os condenados (Mário Cabral, Moisés da Costa Pereira) há o caso do tenente João Antunes Quirino Mello, que era inativo da Polícia Militar e que residia na Praia de Touros. Depois do levante, foi acusado de, junto com seu filho, Waldemar Antunes, arrombar as portas da cadeia pública, tirando de lá armas e munições no dia 25 de novembro de 1935 — e que, assim sendo, "se achava em sintonia com o movimento subversivo de Natal" (processo nº 4, TSN, caixa 57), sendo condenado a 06 anos e 06 meses de prisão; seu filho foi absolvido.

- c) Há uma categoria que proporcionalmente, tem um grande número de indiciados. Trata-se dos motoristas. Ao todo, são 30 os indiciados em processos (mais do que sargentos do 21 BC), dos quais 09 foram condenados quando do julgamento, ou seja, 30%. Qual a razão? Esses motoristas eram todos de

uma pequena (e única) frota de táxi, que funcionava no centro da cidade. Entre eles havia uma célula comunista, constituída por Epifânio Guilhermino, Lauro Teixeira e "Zé Pretinho". No início de 1935, eles se destacaram por liderar um movimento grevista, que paralisou o movimento de táxis na cidade por alguns dias. Quando ocorreu o levante e a subsequente vitória, todos os carros da cidade foram requisitados (não havia muitos carros e os seus donos, em geral, eram conhecidos). A maioria dos motoristas, ao terem seus carros requisitados, preferiram colocar-se à disposição da Junta e, desta forma, prestaram alguns serviços. Por ocasião dos inquéritos muitos foram denunciados, ao serem vistos guiando os automóveis com militares ou membros da Junta. Quando julgados, a maioria (70%) foi considerada inocente. Os demais, afora a célula comunista, aderiram de alguma forma (como participação em arrombamento a bancos, "requisições" a armazéns da cidade etc.), razão pela qual foram condenados.

Quanto aos demais processos, não se pode afirmar que tenha havido adesões de determinadas categorias (ou classes); excetuando-se os funcionários públicos (36) e os comerciantes (16); o número de indiciados (e condenados) é muito pequeno, como atesta o quadro das profissões em anexo (delas, apenas a dos sapateiros estava organizada em sindicato, onde havia uma atuante célula comunista, no qual se destacava José Praxedes, que se tornou um dos integrantes da Junta Governativa).

Dos demais processos referentes a Natal, tem-se: 0

processo nº 03, com 04 indiciados, todos condenados em julgamento; o de nº 6, com 03 indiciados (sem informações no processo); o de nº 7, com 1 indiciado, condenado a 2 anos de prisão; o de nº 8, com 02 indiciados, condenados a 02 anos de prisão; o de nº 9, com 1 indiciado, condenado a 02 anos e 09 meses de prisão; o de nº 10, com um indiciado, (sem informações no processo); o de nº 11, com 35 indiciados, 07 dos quais condenados a 05 anos de prisão; o de nº 163, com 07 indiciados (sem informações no processo); o de nº 164, com 08 indiciados, (sem informações no processo); o de nº 233, com 04 indiciados (todos absolvidos); o de nº 450, com 09 indiciados, todos absolvidos; o de nº 451, com 20 indiciados (sem informações no processo), e o de nº 492, com dois indiciados, que foram absolvidos. Os seis últimos processos (do 163 ao 492) foram instaurados em consequência das denúncias registradas em outros processos, como de acusações que chegavam à Polícia. Há casos de denúncias completamente infundadas, como se verifica no processo de nº 492. Ele se refere a dois russos que residiam há algum tempo em Natal, onde tinham aberto uma pequena fábrica de biscoitos. Com a derrota do movimento, e as consequentes acusações, eles são denunciados... por serem russos! É aberto inquérito em função de uma denúncia (a história das denúncias, o papel dos delatores, acusando no mais das vezes pessoas inocentes, constituem um triste capítulo dos episódios no Rio Grande do Norte. Tanto na capital, Natal, quanto no interior do estado). As acusações foram julgadas improcedentes — depois de terem causado inúmeros transtornos aos acusados —, e o processo foi arquivado.

Foram indiciadas ainda 20 mulheres, algumas foram presas e, quando julgadas, apenas uma, Amélia Reginaldo, foi condenada a 5 anos de prisão. Era filha de Raimundo Reginaldo da Rocha — irmão de Lauro Reginaldo da Rocha, "Bangu", um dos dirigentes nacionais do Partido Comunista — e foi uma das poucas mulheres que invadiu o quartel quando do levante do dia 23 de novembro de 1935. Com a vitória do movimento, tornou-se uma espécie de "Secretária" da Junta Governativa. Derrotado o movimento, fugiu junto com o seu pai e ambos foram condenados à revelia. Quanto às outras mulheres, apenas Leonila Félix — esposa de Epifânio Guilhermino — teve uma maior participação (foi uma das que entraram no quartel, se armaram e se fardaram) e, quando presa, foi uma peça importante no inquérito, relatando as inúmeras reuniões do Partido Comunista que eram realizadas em sua casa, dando os nomes daqueles que participavam etc.) ela havia criado em Natal, junto com Amélia Reginaldo, uma seção da "União Feminina Brasileira", de duração efêmera, sob a orientação do Partido Comunista.

Um outro aspecto que merece ser ressaltado é que, tanto em Natal como nas cidades do interior do estado onde o movimento foi vitorioso (no caso do interior, as cidades que foram invadidas), foram soltos todos os presos. Só na Casa de Detenção, em Natal, foram soltos 68 presidiários. No entanto, quando o movimento é derrotado e iniciam-se os indiciamentos e as prisões, apenas 04 sentenciados foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (57 dos 68 que fugiram da Casa de Detenção foram presos em seguida), o que implica dizer que apenas 04 aderiram de certa forma ao movi

mento, os demais simplesmente fugiram. Entre os sentenciados que aderiram, destacou-se o sargento Oscar Rangel, que estava preso, acusado de ser um dos matadores de Otávio Larmartine, Engenheiro, cujo assassinato no início de 1935 teve uma enorme repercussão. Rangel foi um dos "comandantes" das "colunas guerrilheiras" que se deslocaram para o interior do estado, ocupando diversos municípios.

- d) A maioria dos que foram presos logo após a derrota do movimento em Natal, ficaram quase dois anos aguardando a formação de culpa, como expressa um documento dos presos, datado de junho de 1938, dirigido ao relator dos processos do Rio Grande do Norte, Raul Machado, no qual eles dizem que até aquela data não sabiam em que dia seria realizado o sumário de culpa: "... já cansados de tanto esperar a tão desejada formação de culpa, quando sabemos que as precatórias já haviam sido expedidas há quase um ano". O julgamento dos envolvidos nos processos referentes ao Rio Grande do Norte só começou a ser feito no dia 04 de agosto de 1938.

Houve diversos casos de pessoas que eram presas, soltas, presas novamente, soltas etc., entre os quais o de Lindolfo Coutinho, que foi preso pela primeira vez em 27 de novembro de 1935, e posto em liberdade em 05 de março de 1936. Preso pela segunda vez em 08 de agosto de 1936, foi solto em 15 de junho de 1936; preso novamente em 16 de setembro de 1937, foi posto em liberdade em 31 de dezembro de 1937 e preso pela quarta vez no dia 30 de setembro de 1938 (em sessão realizada em 26 de setembro de 1938, foi condenado a 05 anos de reclusão). O mesmo ocorreu com Lourenço Ferreira Li

ma, preso e solto diversas vezes, tendo sido finalmente con-
denado a 05 anos de prisão em julgamento realizado em se-
tembro de 1938.

Outros foram indiciados duas ou três vezes, em pro-
cessos diferentes, pelo mesmos crimes. É o caso, entre ou-
tros, de Eliziel Diniz, Sargento do 21 BC e, junto com Quin-
tino Clementino, a principal liderança militar do levante.
Ele foi condenado a 10 anos de prisão no processo nº 2 e a
06 anos e 06 meses no processo de nº 04. No dia 30 de abril
de 1944, ele solicita ao Presidente do Tribunal de Seguran-
ça Nacional, através do seu advogado, a unificação das pe-
nas "de acordo com o artigo 66, parágrafo 2º da Lei Penal"
e consegue unificá-la para 11 anos e 08 meses.

Condenados com base na Lei nº 38 de 04 de abril de
1935 (Lei de Segurança Nacional), muitos, ao cumprirem 2/3
das penas, vão solicitar livramento condicional, mas poucos
conseguem. O Presidente do Tribunal de Segurança Nacional,
ao julgar um pedido de livramento condicional de Arari Sil-
va, Carlos Winter, Aristides Felinto e Lourenço Ferreira Li-
ma, que já haviam cumprido 2/3 exigidos por lei para justi-
ficar a solicitação, indefere seus pedidos, tendo como base
o Artigo 22 do Decreto Lei 431, de 18 de maio de 1938, "que
indefere taxativamente a concessão de livramento condicional a crimi-
nosos políticos(...) sejam quais forem os fundamentos de
constituído jurídico do 'livramento condicional', a sua fi-
nalidade indiscutível é a concessão de liberdade dentro de
certas normas legais ao condenado que houver, no cumprimen-
to da pena, revelado sinais de regeneração, de modo a poder

voltar, sem oferecer maior perigo, ao convívio social de que se acha agregado". No parecer do Relator, os presos que haviam solicitado a liberdade condicional não tinham revelado tais "sinais de regeneração". No dia 04 de abril de 1942, Lauro Lago, condenado a 10 anos de prisão (foi um dos membros da Junta Governativa), solicita e obtém o livramento condicional, sendo anexado ao seu pedido uma declaração do Diretor da Penitenciária no qual consta o "seu exemplar comportamento e sua completa regeneração"; Os demais que haviam solicitado junto com Lauro Lago, como José Macedo e outros, têm seus pedidos indeferidos. Houve casos de presos que, mesmo depois de terem cumprido a pena, como Carlos Winter e Aristides Felinto, tiveram suas saídas proteladas por vários meses.

b) Processos referentes ao Interior do Estado do Rio Grande do Norte

Ao todo, foram 23 processos referentes às cidades do interior do Estado; com exceção de Mossoró, Lages, Macau, Pau dos Ferros e Martins, foram as cidades onde chegaram as "colunas" e as ocuparam. A maioria dos indiciados eram integrantes da coluna e portanto vinham de Natal, embora os processos fossem instaurados nos respectivos municípios. Em alguns deles, como é o caso de Santa Cruz, ocorrem algumas adesões por parte da população, que se "incorpora as colunas", mas também nesses processos vai ficar claro que muitas pessoas que não tiveram a mínima participação, são denunciadas e indiciadas em inquérito. Ou seja, esses indiciamentos, tanto na capital quanto no inte-

rior do estado, vão envolver em seu bojo inúmeros desafetos pessoais. Quando julgados, em torno de 90% foram considerados inocentes. Houve casos, por exemplo, em que foram abertos processos muito tempo depois do levante em Natal, porque foram encontradas algumas armas enterradas no quintal de uma residência...; feitas as investigações, concluiu-se pelo arquivamento do processo (de mais de 300 páginas, onde são descritas detalhadamente as armas, ouvidas inúmeras testemunhas da vizinhança etc.).

O maior número de processos e indiciamentos é relativo à cidade de Mossorô, com 04 processos: os de número 05, 14, 19 e 317, com um total de 121 indiciados, dos quais 42 (34,7%) são condenados.

Como já destacamos, em Mossorô não houve qualquer manifestação entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935, em que pese ser a cidade onde o Partido Comunista era mais antigo, estruturado e atuante. Esses processos foram referentes a acontecimentos anteriores (greves, formação de "guerrilhas" etc). - Dos processos de Mossorô há um número grande de indiciados dos quais não consta a profissão nas fichas de catalogação do Arquivo Nacional(RJ), referentes aos processos do Tribunal de Segurança Nacional(1935). Dos 121, 68 não informam a profissão dos indiciados, ou seja, mais da metade. Nos outros, a maioria é constituída de agricultores e comerciantes. No entanto, considerando-se a atuação do Partido Comunista principalmente, nas salinas, é razoável supor que a maior parte dos indiciados seja constituída de trabalhadores salineiros.

Os demais processos das cidades do interior do esta-

do estão assim distribuídos:

- = CANGUARETAMA: processo nº 12, com indiciados, sendo 11 condenados (10 a 05 anos de prisão e 1 a 8 anos).
- = SANTA CRUZ: três processos: os de nºs. 13 (junto com Nova Cruz), com 26 indiciados, sendo 08 condenados a 02 anos e 06 meses de prisão; o de nº 23, com 43 indiciados, sendo 04 condenados a 05 anos de prisão e o processo nº 27, com um indiciado, condenado a um ano de prisão (trata-se de Izidro Firmino, que estava na cidade quando ela foi invadida, e adere espontaneamente, indo combater as forças legalistas na "Serra do Doutor").
- = NOVA CRUZ: agora o processo de nº 13, há o de nº 35, com 25 indiciados, sendo 07 condenados (4 a 8 anos de prisão, 2 a 6 anos e 6 meses e 1 a 9 anos e 4 meses).
- = MACAU: processos nºs. 17 e 740. O primeiro com 8 indiciados todos absolvidos, e o segundo com 1 indiciado (sem anotações na ficha).
- = CEARÁ-MIRIM: processo nº 21, com 1 indiciado, condenado a revelia, a 5 anos de prisão (só foi preso no dia 03.04.1940).
- = SÃO GONÇALO: processo nº 24, com 07 indiciados, todos condenados a 01 ano de prisão celular (todos eram provenientes de Natal; invadem a cidade, destituindo o Prefeito e nomeando um dos que seguiram com a "coluna").

- = ASSU: na cidade de Assu não houve qualquer movimento. No entanto, há 03 processos, o de nº 22 (com 02 indiciados, absolvidos), o de nº 30 (com 19 indiciados e o de nº 391, com 02 indiciados (ambos sem informações no processo quanto ao julgamento). Estes processos referem-se à atuação da "guerrilha" nos arredores da cidade, organizada pelo Partido Comunista, conforme já relatamos.
- = ARÊS: processo nº 32, com 15 indiciados, dos quais 08 são condenados: 07 a 05 anos e 1 a 1 ano de prisão.
- = SÃO MIGUEL: processo nº 23, com 08 indiciados (sem informações quanto a julgamento). Ao que tudo indica, este processo não tinha nada a ver com os acontecimentos de novembro de 1935, e sim, com o levante de 29 de outubro de 1935, de Baltazar Meireles, que invadiu a cidade com mais de 300 homens armados, alguns dos quais eram moradores do município.
- = GOIANINHA: processo nº 36, com 43 indiciados, sendo 13 condenados (dos quais 04 em outros processos): 11 a 05 anos de prisão e 02 a 05 anos e 09 meses.
- = ANGICOS: processo nº 117, com 11 indiciados, sem informações nos autos do processo quanto ao julgamento, o mesmo ocorrendo com o município de Martins, com 08 indiciados.
- = ACARI: processo nº 29. Trata-se do indiciamento de Joaquim Avelino, em cuja residência foram apreendidas por par

te da polícia, em função de uma denúncia, 03 caixas de dinamites e 569 cartuchos de espoleta. Comprovado que nada tinha a ver com o movimento de novembro de 1935, foi remetido à justiça comum e o réu condenado a 01 ano de prisão por furto.

= CURRAIS NOVOS: Processo nº 38, com 38 indiciados, todos absolvidos. A razão do indiciamento foram as inúmeras denúncias ao Sindicato dos Trabalhadores de Currais Novos (União Sindical de C. Novos), presidido pelo sapateiro Manoel Rodrigues, militante do Partido Comunista. No entanto, a maioria dos filiados eram partidários de Café Filho (Partido Social Nacionalista), que havia ajudado a fundar o sindicato. Por ocasião do levante em Natal, o sindicato convocava uma reunião que se realiza na própria sede, no centro da cidade, num prédio "onde estava sempre hasteada uma bandeira vermelha" e "onde se desenvolvia uma intensa e ostensiva propaganda comunista", conforme as denúncias. Na reunião houve vivas a Prestes e à ANL. No dia 22 de novembro de 1935, dois dias depois da derrota do movimento no Rio Grande do Norte, todos os filiados do sindicato são presos, e os que haviam participado da reunião, indiciados. Mas, poucos dias depois, arrombam as portas da cadeia e fogem. Julgados no dia 10 de outubro de 1938, foram todos absolvidos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) Ver parte referente aos estivadores. Processo nº 2, volume II. Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional -RJ. P. 830-853.
- (02) MEDEIROS FILHO, João - Op. cit. P. 9-30.
- (03) É possível que tenham sido 138 uma vez que, no Processo nº 2, onde foram indiciados os estivadores, muitos nomes não constam a profissão, como a listagem entregue à polícia, constam 138, talvez alguns dos nomes que não constam a profissão no fichário do TSN sejam de estivadores. Na realização da Pesquisa, estivemos no bairro das Rocas e há muito, custo localizamos uns poucos remanescentes da época, mas em função da idade e distância dos eventos, nenhum deles se lembrava dos nomes dos estivadores que eram filiados ao Sindicato, mesmo sendo apresentado a eles a listagem de todos os indiciados.

CAPÍTULO V - REVISÃO CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA SOBRE A INSURREIÇÃO DE NOVEMBRO DE 1935 EM NATAL

Já existe hoje publicada no Brasil uma considerável bibliografia sobre a insurreição militar de novembro de 1935. Alguns, inseridos numa análise mais geral da sociedade brasileira, dedica capítulo(s) aos acontecimentos de Natal -- objetivo principal deste trabalho -- e outros, bem menos, que tratam especificamente do levante e suas conseqüências em Natal (vide bibliografia em anexo). A meu juízo, o trabalho mais completo sobre a temática é a tese de livre-docência de Paulo Sérgio Pinheiro (1). No entanto, no que diz respeito a Natal, incorpora diversos equívocos da bibliografia publicada, conforme demonstraremos a seguir. Na introdução ao capítulo que tratará especificamente dos levantes das unidades militares em Natal, Rio e Recife, ele diz "... quanto aos fatos, o putch de 27 de novembro no Rio de Janeiro e as rebeliões que o procederam no Nordeste, em Natal, no dia 22 e no Recife no dia 23, a reconstituição está feita" (2). Há um pequeno erro em relação as datas: em Natal o levante foi no dia 23 e no Recife no dia 25. Quanto a "reconstituição dos fatos" cremos, que em relação a Natal, ela ainda não está feita e é exatamente este o principal objetivo deste trabalho: a reconstituição mais completa possível dos acontecimentos não apenas de Natal, como no Rio Grande do Norte.

Para fins de exposição, dividiremos em alguns temas:

a) INFILTRAÇÃO POLICIAL E O "CASO" DO TELEGRAMA

Alguns autores atribuem ao levante a uma precipitação, em função de uma possível infiltração policial e do desencontro de informações quanto a eclosão do movimento. É o caso do Chefe de Polícia da época, Dr. João Medeiros, que diz: (... a surpresa com que irrompeu o movimento e sua má organização levam-me a aceitar a versão de ter sido mesmo precipitado pelas autoridades do Rio de Janeiro, a fim de que o plano subversivo não surtir o efeito que era de se esperar e temer".⁽³⁾ Basbaum, ao se referir a este episódio diz "... o telegrama foi forjado em Natal. O Chefe de Polícia, Aluisio Moura, fez amizade com um membro do Partido Comunista por nome "Santa" e através dele que a polícia consegue a confirmação da chave do telegrama".⁽⁴⁾ Pacheco, tem uma versão idêntica: ao se referir a infiltração policial, ele diz "... através destas infiltrações, a polícia sabia que a revolução eclodiria entre fevereiro e março de 1936, sendo o seu início determinado por telegrama cifrado e remetido aos dirigentes de cada Estado. Passou então a empenhar esforços no sentido de descobrir a senha a ser transmitida através de telegramas. Esta descoberta foi obra do Chefe de Polícia de Natal, o qual conseguiu tornar-se amigo de um membro do CR do PCB de nome "Santa" ou "Santana". Este, acreditando nas 'inclinações comunistas' do policial revela a senha para o início da insurreição. Ali mesmo na capital do Rio Grande do Norte a polícia envia a "Santa" um falso telegrama, datado do Rio de Janeiro, determinando o início do movimento, que é feito apesar da absoluta falta de condições".

[⁵]

Dulles, faz referências a: "... algumas cartas encontradas na casa de Prestes na rua Barão da Torre, eram dirigidas a GIN, uma abreviatura dos nomes de guerra dos três líderes supremos: Garoto (Prestes), Índio (Guilherme) e Neto (Bergner). Uma dessas cartas a GIN dizia que o levante de 23 de novembro em Natal, fora desencadeada por um inimigo dos comunistas: 'foi iniciado pelo Oficial do Exército Aluísio Moura, ex-chefe de Polícia de Natal(...) durante a luta ele controlava tudo (...) e enganava nossos camaradas, desarmando-os'. (6)

Vejamos estas versões. No primeiro caso (Medeiros) é muito curiosa, porque ele era o Chefe de Polícia na época, homem de confiança do Governador que o havia ido buscar na Paraíba exclusivamente para assumir a chefia de polícia, e foi preso pelos rebeldes (e segundo sua versão, o tentaram tirar por duas vezes da improvisada cadeia do 21 BC com o objetivo de fuzilá-lo) e não só ele foi preso, como também diversos oficiais do 21 BC, incluindo o seu comandante e o governador só não foi preso, porque se escondeu no início do levante, se isolando em seguida. Portanto, não teria sentido "precipitar" o movimento, sem nenhum tipo de contato com qualquer autoridade do Estado: nem os comandantes do 21 BC, da Polícia Militar, o Chefe de Polícia e o próprio Governador do Estado.

Quanto a versão de Basbaum, o equívoco é enorme. Em primeiro lugar, Aluísio Moura não era chefe de Polícia, mas capitão comissionado no 21 BC. O chefe de polícia era João Medeiros, nomeado no dia 29 de outubro de 1935 e que, conforme já vimos, foi preso logo no início do movimento (e seria estranho que um telegrama forjado em Natal pela Polícia pegue de surpresa ... o próprio chefe de polícia!)

Em relação a Pacheco, mantêm-se o que afirmamos anteriormente, ou seja, Aluísio Moura não era Chefe de Polícia, e não há nenhum indício de que tenha havido "amizade" entre o Chefe de Polícia e "Santa",⁽⁷⁾ aliás o próprio chefe de Polícia vai acusar exatamente "Santa" de querer assassiná-lo.⁽⁸⁾ E Aluísio Moura, como já dissemos quando do relato dos acontecimentos em Natal, foi procurado em sua residência por patrulhas do 21 BC com o objetivo de prendê-lo, o que contradiz afirmações de que o mesmo durante o movimento "controlava tudo" e "enganava nossos camaradas, desarmando-os", como diz uma das cartas enviadas a GIN, transcrita por Foster Dulles.

Outros, embora não falando diretamente de infiltração policial, atribuem a uma estratégia de Vargas. É o caso de Café Filho: "... algum tempo depois, no exílio, em Buenos Aires, em conversa com emigrados comunistas e mais tarde, na Constituinte de 1946, em contato com a bancada dirigida por Prestes, não consegui explicação satisfatória (...) minha impressão é que o Governo Federal tinha incentivado, indiretamente os acontecimentos, não por inadvertência, mas também por cálculo".⁽⁹⁾

Aragão, General de Divisão do Exército, ao escrever sobre o que qualificou de "Intentona Comunista" diz "há flagrante suspeição de que foi o Governo que fez precipitar os acontecimentos".⁽¹⁰⁾ Basbaum⁽¹¹⁾ e Henriques⁽¹²⁾ são outros que atribuem a Vargas a responsabilidade direta pela insurreição.

Pínheiro, ao discutir esta questão, diz que "no desencadear das rebeliões e sua data, nada indica que tivesse

algo a ver com infiltrações de espões".⁽¹³⁾ Creio ser esta a versão mais correta: a leitura dos autos dos processos referentes ao Rio Grande do Norte, no qual são ouvidas (e indiciadas) mais de mil pessoas, entre testemunhas de defesa e acusação, relatórios policiais e documentações apreendidas pela polícia, não há qualquer referência, nem ao telegrama, nem tampouco a uma infiltração policial. O próprio Getúlio Vargas, numa carta enviada a Osvaldo Aranha, datada de 14 de dezembro de 1935, diz em determinado momento: "... ninguém seria capaz de supor que os tóxicos da propaganda subversiva houvesse ganhado tanto terreno, a ponto de determinarem um movimento de articulação tão extensa e seriamente ameaçador".⁽¹⁴⁾ como diz Tavares: "seria difícil admitir que o Chefe do Governo provocasse deliberadamente as mortes e os prejuízos materiais ocasionados pela insurreição". E acrescenta: "mas não parece restarem dúvidas quanto ao fato de que o Governo soube utilizar o levante no sentido de fortalecer-se, quebrar a resistência oposicionista no Congresso e na sociedade civil, que não era fraca, e preparar caminhos para o golpe em gestação".⁽¹⁵⁾

O levante do 21 BC em Natal, como já dissemos, foi de responsabilidade da direção local do Partido Comunista e não teve nada a ver com telegramas forjados ou infiltração policial. O mesmo diz respeito a Recife (que se levanta em solidariedade a Natal) e Rio de Janeiro, por decisão de Prestes, no dia 27 de novembro, quando os levantes já estavam derrotados em Natal e Recife. Como diz Dinarco Reis, militar do 3º RI do Rio e militante comunista — e preso em consequência de sua participação no levante — "... por isso mesmo, corresponde a esta direção do Partido o dever de realizar uma honesta, porém

corajosa autocrítica desses acontecimentos, o que não se verificou ainda".⁽¹⁶⁾

Portanto, é equivocada a tese de que o levante do 21 BC em Natal tenha sido provocado e precipitado por elementos da segurança pública infiltrado ou com telegrama forjado.

b) SOBRE A ADESÃO AO MOVIMENTO

Hélio Silva, num livro inteiramente dedicado ao ano de 1935, ao se referir aos acontecimentos de Natal, diz "... o levante em Natal foi uma revolução de cabos, sargentos, operários e funcionários públicos. A maioria nada sabia de comunismo (...) e o grosso dos adesistas pensavam tratar-se de um movimento para repor Mário Câmara".(17) Esta versão é compartilhada por Carneiro que afirma "... somente os dirigentes do Partido Comunista local sabiam a verdadeira finalidade do levante. Para a grande maioria dos rebeldes entretanto, embuída como sempre pelos líderes, visava repor Mário Câmara, ex-interventor, que nas eleições fora vencido por Rafael Fernandes".(18)

A atribuição da adesão de civis por pensarem que este movimento teria por objetivo repor Mário Câmara ao poder não encontra apoio nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao Rio Grande do Norte

A leitura dos autos não autoriza tais afirmações. Não há nenhum indício nesse sentido nem sequer referências a Mário Câmara nas centenas de depoimentos dos indiciados, mesmo entre os poucos guardas-civis que aderem ao movimento (e que tinham sido demitidos três dias antes do levante), ou seja, não há indícios de que os que aderiram ao levante pensassem tratar-se da volta do antigo Interventor.

Alguns depoimentos são claros nesse sentido, ou seja, se dizem partidários da Aliança Social, mas não há depoimentos que afirmem ter sua participação em função de um possível retorno do Interventor ao poder. Os indiciados, ouvidos em in-

quêrito, negam sua participação, alegando inocência (com algumas honrosas exceções, como é o caso do sargento Quintino Clementino dos Santos, que assume total responsabilidade pelo levante do 21 BC e os poucos que se dizem partidários do Interventor (como são os casos mais conhecidos dos Dns. Orlando Azevedo e Nizário Gurgel) não alegam ter participado em função do retorno do ex-Interventor e nem mesmo de Café Filho, que tinha uma significativa base popular (foi eleito sucessivas vezes a Deputado Federal).

Quanto a outros tipos de adesões, incorre-se em erros. É o caso de Eduardo Maffei, que critica a ausência de estudos marxistas sobre o movimento de 1935 que supõe "a análise concreta da realidade concreta", incorre no mesmo erro que critica, ao afirmar: "... no único local em que houve adesão em massa foi no Rio Grande do Norte, onde os cafeistas participam a revelia do seu chefe (...) eles supunham que se tratasse de um conflito entre os grandes políticos do latifúndio, os Câmaras, os Fernandes e dos Bezerras".[]

Se se puder falar de "base popular" esta era constituída pelos estivadores, cuja adesão não teve nada a ver nem com Café Filho, nem tampouco com Mário Câmara, mas a liderança de João Francisco Gregório.

Robert Levine, historiador norte-americano, que esteve em Natal e escreveu um dos mais completos trabalhos sobre os acontecimentos de novembro de 1935 em Natal, diz "... o mais influente dos sindicatos de Natal, o dos estivadores, apoiava a Aliança Social, de Mário Câmara e Café Filho, mas os trabalhadores das docas, não participaram da revolta em número apre

ciável, a despeito do alegado Partido Comunista."(¹⁹) Na realidade, foram os estivadores a maior base de apoio do movimento em Natal (vide quadro em anexo).

c) ALGUNS EQUÍVOCOS

Entre a bibliografia publicada que faz referências aos acontecimentos em Natal, há algumas considerações completamente delirantes: é o caso de Boris Koval, no volumoso "História do Proletariado Brasileiro". Vejamos o que ele diz: "... os primeiros a se levantarem foram os operários e soldados revolucionários do Nordeste, onde a situação do povo era sobretudo difícil (...) os comunistas e aliancistas tinham posições sólidas em 52 sindicatos, o que desempenhou um importantes papel no movimento grevista de massa (...) o Governo Popular Revolucionário de Natal tentou desde o início atrair amplas massas da população para a defesa da cidade contra as tropas de Vargas, o que deu certos resultados. Muitas organizações sindicais operárias, intelectuais progressistas e estudantes apoiaram ativamente os revoltosos e lutaram de armas nas mãos contra as forças contra-revolucionárias".⁽²⁰⁾ Face ao que já foi exposto no curso deste trabalho, torna-se desnecessário comentários a respeito de tais afirmativas. Chilcote, num dos bons livros publicados sobre o PCB, ao se referir a Natal, diz "o levante começou em 23 de novembro com a revolta num quartel de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Aos soldados rebelados se juntaram trabalhadores, muitos deles desempregados".⁽²¹⁾ Que base empírica tem o autor para afirmar que "muitos eram desempregados?" e que trabalhadores foram esses?

Dulles: "... o levante foi deflagrado por Sargentos, cabos e soldados do 21 BC, inconformados com o regulamento de aposentadoria militar, a maioria pouco sabia de comunismo" e mais adiante: "... sufocada a rebelião no Recife as tropas legalistas foram acionadas em direção a Natal. Os rebeldes que

se achavam no comando do governo revolucionário, abandonam Natal no dia 27 de novembro, muitos foram capturados no interior e em alto mar a bordo de um navio mercante".⁽²²⁾ Há dois equívocos: em primeiro lugar, conforme vimos, o levante não foi deflagrado em função de algum "regulamento de aposentadoria militar", embora a nível mais geral, era evidente que havia uma insatisfação nos quartéis, principalmente dos sargentos, que em 1934 tiveram suspensas as suas promoções e haviam demandas de profissionalização que remontavam a década de 20.⁽²³⁾ A insatisfação portanto, era antiga. No caso 21 BC em Natal, foram indiciados apenas 16 sargentos, dos quais 07 foram condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (e 34 cabos, sendo 08 condenados em julgamento). A imensa maioria era constituída de soldados (151). Quanto à informação de que foram muitos capturados em alto mar, é completamente errônea. Não houve nenhuma fuga por navio e conseqüentemente prisões. Como já relatamos, na madrugada do dia 27 de novembro, vários oficiais que estavam presos no quartel do 21 BC pelos revoltosos, foram levados para um navio mexicano que estava ancorado no porto de Natal, onde estavam também outras pessoas que haviam pedido asilo e é exatamente desse navio que são organizadas as primeiras patrulhas com o objetivo de prender os rebeldes em fuga. No mais, o livro de Dulles embora trate-se de um estudo sobre a formação e as atividades dos comunistas e anarquistas no Brasil de 1900 a 1935 "baseado na mais ampla variedade de fontes", dedica apenas dois parágrafos a Natal. Pinheiro, quando trata do caso de Natal, das 670 páginas de sua tese, apenas 02 é dedicada a Natal, incorporando algumas imprecisões da historiografia já publicada. Vejamos algumas: "... os rebeldes, cerca de 110 soldados do 21 BC (...) saem às ruas, recebem o

apoio de soldados da guarda-civil e de trabalhadores muitos de les desempregados".⁽²⁴⁾ Como já destacamos, não foi realizada nenhuma pesquisa que indicasse o número de desempregados e mais são indiciados 151 soldados (dos quais apenas 12 são condenados quando do julgamento do processo). Quanto ao apoio da guarda-civil, é provável que a fonte tenha sido Levine que diz: "... em um ato que teria graves conseqüências (o Governador do Estado) exonerou sem aviso ou compensação, 420 membros da guarda-civil, mas não desarmou os homens. E estes, incapazes de conseguir outro emprego, passaram a rondar as ruas de Natal, sem destino certo".⁽²⁵⁾ (Levine coloca isso dentro de um parágrafo e não entra em maiores detalhes). José Murilo de Carvalho no excelente estudo sobre Forças Armadas e Política no Brasil, 1930-45, no apêndice no qual detalha o quadro em que foram classificados os movimentos militares que "... em Natal, o 21 BC é sublevado por praças que dominam com facilidade o batalhão, unindo-se os revoltosos cerca de 200 elementos da guarda-civil"⁽²⁶⁾ No entanto, ao consultar os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional sobre o levante do 21 Bc em Natal, constatamos que o número de guardas civis que foram indiciados, presos e condenados é absolutamente insignificante. - Dos 420 homens que foram demitidos pelo Decreto nº 19 de 20 de novembro de 1935 — e que haviam ficado com as armas — apenas 18 são indiciados e dos quais 11 são condenados (1 a 8 anos; 2 a 4 anos e 6 meses, 3 a 5 anos e 5 a 6 anos e seis meses). Ainda em relação a Pinheiro: ele informa que o Governador do Estado (do Rio Grande do Norte) tenha se asilado no consulado chileno⁽²⁷⁾. Não era consulado chileno. Como descrevemos, o Governador vai para a residência de Letiere, que era italiano, que as pessoas pensavam ser cônsul italiano, mas que não tinha

credenciais de Cônsul. Quanto a participação no levante, ele diz: não mais de 300 pessoas participaram do tumulto".⁽²⁸⁾ Se por "tumulto" está subentendido aqueles que de alguma forma participaram do levante, os dados indicam que foram indiciados, em todo o Estado, 1.041 pessoas (em 43 processos), dos quais 213 são condenados (ver detalhes sobre os indiciados por cidade nas pāgs.

E mais adiante: "... a Junta, sem fundos (os produtos dos saques jamais chegam às suas mãos), sem condições de conter os excessos, tomando conhecimento do fracasso da rebelião em Recife, se rende em poucos dias".⁽²⁹⁾ Na realidade, como já vimos, todo o dinheiro arrecadado, tanto em Natal como nas cidades do interior do Estado, eram entregues aos membros da Junta que, quando são presos carregam consigo grandes somas de dinheiro. E não se rendem: fogem como podem, sendo a grande maioria dos rebeldes presos pelo interior do Estado. E quando se refere aos mortos em consequência do levante, "tomando como base a relação mais completa que existe" a como tendo sido mortos em Natal, 05 pessoas, embora só relacione 4, todos militares (1 tenente, 1 sargento e 2 soldados). Esses dados não constam nos autos dos processos sobre o Rio Grande do Norte (e Natal em particular). O que consta é a morte de 03 pessoas: 2 que foram assassinadas (Arnaldo Lira e Otacílio Werneck) e 1 "em combate" o soldado Luiz Gonzaga, conforme já relatamos.

Fernando Moraes, no seu famoso livro "OLGA", dedica apenas dois parágrafos a Natal e ainda com erros: diz ele ao se referir ao levante do 21 BC que ela teria se rebelado "... ao meio dia do dia 23 de novembro..."⁽³⁰⁾ Não foi ao meio dia

e sim às 19:30. É um detalhe importante. Se por acaso o quartel se levantasse ao meio dia, é muito provável que o desfecho fosse completamente diferente. E mais adiante: "o Governador Rafael Fernandes, seu secretariado, os policiais de plantão na cidade e os oficiais que se encontravam fora do quartel dividiram-se na fuga: parte escondeu-se na casa do Cônsul honorário do Chile, alguns se espremeram no Avião Croix du Sud da Companhia Letéccère, que estava na cidade".⁽³¹⁾ Na realidade, não houve nenhuma "divisão" na fuga. O Governador e o seu Secretário (Aldo Fernandes) e não o seu "secretariado" ficam a primeira noite na casa de um amigo, Xavier de Miranda, nas proximidades do Teatro, por acaso, conforme relatamos; os policiais que estavam de plantão nas Delegacias da cidade foram presos e no dia do levante haviam apenas dois aviões no aeroporto de Natal e é um dos primeiros lugares que foram ocupados pelos rebeldes. Não consta que houvesse avião da Companhia Letéccère e muito menos que alguns tenham "se espremido" dentro dele. E mais adiante: "Os oficiais presos foram encarcerados em navios que se encontravam atracados no porto".⁽³²⁾ - Conforme já descrevemos, os oficiais ficaram presos no improvisado xadrez do 21 BC (Cassino dos Oficiais) e só na madrugada do dia 27, quando a Junta Governativa decide fugir, é que os oficiais e outros presos são transferidos para a bordo do navio mexicano G-24. Moraes ainda se refere aos "cofres dos bancos foram arrombados e o dinheiro (...) distribuído entre a população" e que a "zona liberada estendeu-se por mais meia dúzia de municípios do interior". Na realidade, o dinheiro que foi arrecadado resultado dos arrombamentos e requisições, não foi distribuído à população e, como já vimos em relação às cidades do interior não foram "meia dúzia" de Municípios e sim 17.⁽³³⁾

Outra questão é quanto a ANL. São muitos autores que se referem aos levantes de 23, 25 e 27 de novembro, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, como "levantes aliancistas".⁽³⁴⁾ No caso específico de Natal, isso não é verdade. Primeiro, a ANL não teve qualquer expressão no Rio Grande do Norte no período de sua legalidade, nem em Natal nem tampouco no interior do Estado (com exceção da cidade de Mossoró, onde o Partido Comunista era bastante influente entre os trabalhadores, principalmente das salinas e que, por orientação da Direção Nacional, havia formado alguns núcleos). E com a ilegalidade (decretada em 11 de julho de 1935) seus pequenos núcleos operativos são constituídos de militantes do Partido Comunista. Giocondo Dias, em entrevista, comenta de uma reunião que teria havido, no dia do levante com a direção da ANL em Natal. Não havia mais direção nenhuma e os que atuaram em nome da ANL eram do Partido Comunista, tanto é assim que o Presidente da ANL no Rio Grande do Norte no período de sua legalidade, Fontes Galvão, sequer é ouvido nos rogarosíssimos processos instaurados pós novembro de 1935. Como afirmamos, o levante do 21 BC em Natal é articulado, organizado e dirigido não pela ANL mas pela Direção do Partido Comunista do Brasil, em Natal.

d) AS EXPLICAÇÕES SOBRE O LEVANTE DE NATAL: UMA REVISÃO

A explicação para o levante da unidade do Exército que estava em Natal, o 21 BC, no dia 23 de novembro de 1935, deve ser buscada, em primeiro lugar, na conjuntura específica, do Estado do Rio Grande do Norte, naquele momento e em Natal em particular. Havia, conforme descrevemos, uma atmosfera política anormalmente tensa na véspera do levante. O ano de 1935, foi um ano de grande ebulição política no Estado, consequência da tumultuadíssima eleição de outubro de 1934, cujo resultado só sairá no dia 20 de outubro de 1935. Como diz Pí-nheiro "as rebeliões de Natal e de Recife tinham muito mais a ver com as condições da política local nesses dois Estados do que com o movimento comunista internacional (ou até mesmo com o Partido Comunista Brasileiro) ainda que alguns esforços possam ter tido algum peso".^[35]

Em segundo lugar, a conjugação de alguns fatores que serão decisivos: a situação do quartel do 21 BC, que tinha uma tradição de insubordinação e conspiração, aliados às suas péssimas condições físicas, desconhecido aliás pelo seu próprio Comandante: "... enquanto o 22º BC da Paraíba se achava confortavelmente instalado, o 29º BC de Recife luxuosamente instalado, o 21 BC jazia num pardieiro velho, sem higiene, sem conforto"; "os materiais de instrução eram tão precários que os soldados não tinham munição, nem alvos para atirar", acrescido de um descontentamento generalizado face às ameaças de desmobilização: "para tanto não era desfavorável o ambiente da caserna, com o afrouxamento da disciplina, resultante da falta de instrução dos praças, as mutações constantes dos ofi-

ciais do Batalhão, não permitindo a esses oficiais firmarem uma sólida autoridade sobre seus subordinados".⁽³⁶⁾

Sobre a questão da "desmobilização", alguns autores vão atribuir a decisão para o levante a esse fator, como Dulles, que diz: "... o levante foi deflagrado por sargentos, cabos e soldados do 21 BC, inconformados com o Regulamento de Aposentadoria Militar".⁽³⁷⁾ Outros, vão atribuir, como elemento importante para explicar a adesão de civis, a extinção da guarda-civil no dia 20 de novembro de 1935, por ato do Governador do Estado. Esta guarda civil, composta de cerca de 420 homens havia sido criada em 1932, quando Café Filho havia sido Chefe de Polícia na Interventoria de Bertino Dutra. Segundo Praxedes, após a dissolução da guarda-civil, estes "ficaram insuflando o 21 BC a se insurgir"⁽³⁸⁾ e Levine: "... em um ato que teria graves conseqüências o Governador do Estado exonerou sem aviso ou compensação 420 membros da guarda-civil mas não desarmou os homens. E estes, incapazes de conseguir outro emprego, passaram a rondar as ruas de Natal, sem destino certo".⁽³⁹⁾

A nosso ver, tendo como base os arquivos pesquisados, o levante não se deveu nem à inconformidade com regulamentos de aposentadoria, como quer Dulles, nem tampouco os membros da guarda-civil tiveram uma participação decisiva ou mesmo importante no movimento.

Começemos pelo 21 BC:

O 21º Batalhão de Caçadores era originário de Recife. Por ocasião da Revolução de 1930, o Tenente Mendes de Holanda subleva uma parte do quartel, juntando-se aos milicianos do Tiro de Guerra 333, enquanto o Governador Estácio Coimbra tenta

resistir. No entanto, a superioridade numérica dos revoltosos o faz fugir. O 21 BC se divide, mas o grosso da tropa embarcava no navio Itanage que estava ancorado no porto de Recife, para não aderir à revolta (que tinha como principais articuladores Agildo Barata e Juraci Magalhães). Com a vitória do movimento em outubro de 1930 e a subida de Vargas ao poder, tem início no Nordeste as Interventorias Tenentistas. No caso de Pernambuco, fica à frente do Governo um civil, Carlos de Lima Cavalcanti e como ocorre em várias partes do Brasil, em Pernambuco o primeiro ano de governo foi muito tumultuado.⁽⁴⁰⁾ E o foco do inconformismo era o 21 BC. Na madrugada do dia 29 de outubro de 1931, comandados pelos tenentes comissionados Hêlio Coutinho e Passos, o 21º levantou-se contra Carlos Lima. "... o fato é que na madrugada do dia 29 de outubro de 1931, a cidade do Recife amanheceu sob intensa fuzilaria, ouvindo-se os disparos para os lados do QG da 7.ª Região Militar. Em poucas horas, os revoltosos dominaram os bairros da Boa Vista e Santo Antônio, distribuindo armas com o povo".⁽⁴¹⁾ Essa revolta conta com a adesão da maioria dos praças do 21 BC, da qual também participam alguns oficiais e sargentos comissionados em Tenentes e vai contar ainda com a adesão de elementos da guarda-civil e alguns operários. Muitos oficiais foram presos no início do levante. O comandante e um tenente foram mortos em combate, em defesa da legalidade, havendo ainda centenas de feridos. Os revoltosos tomam não só a unidade militar, como chegam a ocupar, entre outros pontos da cidade, a Estrada de Ferro, paralisando os serviços de trem. A reação das autoridades legalistas foi violenta. Contando com a ajuda da Força Pública e dos demais Interventores do Nordeste, que, ao serem informados, enviam a Recife tropas, como Juraci Magalhães, da Bahia,

Laurino Mendonça, do Ceará etc. [⁴²] Mas bastou a presença do 22º BC da Paraíba, comandado pelo Tenente Ernesto Geisel e o 24º BC de Alagoas. A repressão foi violenta e o movimento esmagado rapidamente. Os revoltosos foram presos e deportados para a ilha de Fernando de Noronha. [⁴³]

Em função desses acontecimentos, o 21 BC só foi reorganizado em 1932. Por ocasião da chamada "Revolução Constitucionalista" de São Paulo, o 21 BC é enviado para combater os paulistas (antigos elementos que haviam participado do frustrado levante de outubro de 1931 foram anistiados e enviados para combaterem em São Paulo em outros batalhões). Terminado o movimento de São Paulo, o 21 BC preparava-se para voltar a Recife, no entanto, o Interventor Carlos Lima opôs-se ao retorno, não os aceitando em Recife. Depois de muitas negociações, o 21 BC foi enviado para a fronteira do Brasil com a Colômbia, no município de Tocantins, em Foz do Iguaçu, no Estado do Amazonas, em função dos conflitos entre a Colômbia e o Peru. Meses depois, resolvido o conflito e com as doenças causando enormes baixas entre os soldados (beribéri, malária etc.), o batalhão foi retirado da fronteira. No entanto, Carlos Lima não o queria em Recife. Em Natal, estava o 29º BC, que também tinha ido combater os revoltosos paulistas, só que, ao chegar em Mato Grosso, alguns militares do batalhão se rebelam e se posicionam em favor dos paulistas. Mas não chegou a combater. Em Mato Grosso mesmo, o movimento foi debelado e, como castigo, em vez de voltar para Natal, foi transferido para a fronteira com a Venezuela, ao norte do país, só voltando a Natal no início de 1933. Como coincidiu com a volta do 21 BC, que deveria ir para Recife, foi feita uma troca, ficando o 21 BC em Natal

e o 29º BC indo para Recife.

Em Natal, a oficialidade do 21 BC, principalmente com a Interventoria de Mário Câmara passa a ter uma ativa participação na política local, e, como demonstramos, ao lado das oligarquias derrotadas em 1930. Não por acaso, Mário Câmara tentou por várias vezes, conseguir a transferência do BC de Natal, não tendo conseguido até o final de sua gestão. Mas não era apenas a participação política dos oficiais. Havia nos quartéis (e não apenas em Natal) um estado de indisciplina muito grande, que toma conta do exército, como pode ser demonstrado através de uma listagem de revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos ou até mesmo greves que irão marcar o período posterior aos acontecimentos de outubro de 1930, até pelo menos, 1937.⁽⁴⁴⁾ Isto tem a ver com o tipo de exército que vai emergir da Revolução como "uma organização fragmentada ao longo de várias clivagens que iriam se manifestar no ambiente quase caótico que se seguiu".⁽⁴⁵⁾

Nos meses de março a julho de 1935, estive na guarnição de Natal o capitão Otacílio Alves de Lima, que servia no 29º BC de Pernambuco. Era um "tenente histórico" muito ligado a Prestes e que teria uma intensa participação no levante do 29 BC, do dia 25 de novembro de 1935.⁽⁴⁶⁾ A vinda do capitão Otacílio Alves se devia a investigação de um inquérito de insubordinação no 21 BC. Já no dia 16 de março, poucos dias após sua chegada a Natal, o Interventor Mário Câmara escreve uma carta ao Ministro da Guerra, General João Gomes, comunicando que teve conhecimento de que rebentaria um movimento geral até o dia 30 de março, estando em Natal "como elemento de ligação". O Capitão Otacílio Alves, "a pretexto de serviços de justiça" e

continua "o Tenente Dutra, do 21 BC, já aconselhou a família vizinha para mudar-se daqui o quanto antes".⁽⁴⁷⁾

A presença em Natal do Capitão Otacílio Alves foi realmente muito importante. Como demonstraremos, quando tratamos da questão dos quartéis do nordeste, havia uma efetiva preparação de um levante, articulada, entre outros, por Otacílio Alves. E é muito provável que sua longa estadia em Natal tenha servido para a articulação do levante (a expectativa do Interventor quanto a um provável levante no final de março não se confirmou). Praxedes faz alusão a uma articulação golpista coordenada pelo Capitão Otacílio em agosto de 1935, cuja informação havia sido dada por Silo Meireles, que teria vindo de Recife e se reunido com a direção local do Partido Comunista.⁽⁴⁸⁾ O Objetivo desse golpe, segundo Praxedes seria colocar os militares no poder "para combater a corrupção do governo Vargas", a direção do partido se reúne e discute "decidindo fazer um manifestos para desmascarar esse golpe que estava sendo articulado".⁽⁴⁹⁾ É uma versão curiosa, porque o Capitão Otacílio será um dos principais articuladores - e líderes - do levante do 29 BC três meses depois, ao lado de Silo Meireles. E não apenas no 29 BC, como viajou intensamente no período que antecedeu ao levante, em contato com militares de outras unidades do exêrcito do Nordeste. No entanto, não há dúvidas de que é com a vínda de Silo Meireles, que se reúne com a direção local do Partido Comunista, que o partido em Natal passa a ter contatos com algumas lideranças militares que, segundo Praxedes, estavam arculados nesta conspiração (que o partido havia condenado) coo Sargento Quintino Clementino e o Cabo Giocondo Dias.⁽⁵⁰⁾ posa divulgação do manifesto - que tinha por objetivo aler-

tar a população para o risco de um golpe, o partido destaca, segundo Praxedes, o "Camarada João Lopes", que usava o codinome "Santa" para entrar em contato com os militares".⁽⁵¹⁾ A vinda de Silo Meireles, em agosto de 1935 é sintomática. Pouco depois da saída de Natal de Capitão Otacílio Alves, que havia articulado algumas células da ANL no quartel, a ANL é posta na ilegalidade (11 de julho de 1935). Com isso, as articulações para um levante militar se intensificam. Com a vinda de Silo Meireles, alguns militares aderem ao partido e passam a articular o levante no 21 BC.

A referência de Praxedes a João Lopes, o "Santa" merece algumas considerações. Eduardo Maffei, ao se referir aos acontecimentos de novembro de 1935 em Natal, diz: "... Santa foi um comunista que teria entrado para a história das lutas populares do Brasil, sem que alguém pudesse identificá-lo. Até que, quase meio século depois da insurreição, José Praxedes, que fora do Comitê Central do Partido Comunista potiguar e Secretário de Aprovisionamento do Governo Revolucionário de Natal, o desvendou ao jornalista Moacir Oliveira Filho. Segundo o sapateiro Praxedes, seria o na vida legal o Mestre de Obras João Lopes assessor do comitê central junto ao comitê regional do partido".⁽⁵²⁾ Levine especula que ele teria sido o João Galvão, um dos membros da Junta Revolucionária, que teria chegado a Natal em julho de 1935 "enviado especialmente pelo Comitê Central para ajudar a preparar a insurreição".⁽⁵³⁾ Segundo Praxedes, ele teria sido escolhido para Presidente do Governo Popular Revolucionário⁽⁵⁴⁾. Medeiros, chefe de Polícia na época, cita Santa sem identificá-lo, ao qual atribui um bilhete com ordem de fuzilá-lo.⁽⁵⁵⁾ Furtado, Desembargador e na época

Juiz de Direito da Comarca de João Câmara (Baixa Verde), num livro de memórias, diz "há duas hipóteses: ou esse "Blush" (ou Santa) fora, assim encoberto um agente provocador do governo e este não tinha interesse em identificá-lo ou esses bilhetes (alusão aos bilhetes citados por João Medeiros) foram fabricados por ele mesmo, para dar relevo a atuação do autor do livro". (56)

Aragão, General de Divisão, num livro sobre os acontecimentos de novembro de 1935 em Natal, diz a esse respeito "um homem de nome Bluch apareceu entre os conspiradores do Nordeste levando do Rio de Janeiro, um codinome 2 e 3. Posteriormente, os próprios conspiradores concluíram que o mesmo servia a polícia do Presidente Vargas, embora tivesse conquistado a confiança no âmbito da subversão. Aquele codinome foi tomado como mensagem, dando a data da eclosão do movimento". (57)

João Wanderley, na época Cabo do 21. BC e preso por sua participação no levante, disse que "... na prisão, em Recife, ninguém ficou sabendo quem era Santa, o agente que veio do Rio para dar ordens para a deflagração da revolução em Natal. O PCB chegou a fazer um verdadeiro inquérito na casa de detenção em Recife para descobrir". (58) *Hermano Paiva, atual dirigente do PCB no Rio Grande do Norte e um dos membros do Comitê Central em entrevista dada ao jornalista Luiz Gonzaga Cortez, diz que Bluch (ou "Santa") era Praxedes.* (59)

Afinal, quem era "Santa" (ou Bluch) e qual seu verdadeiro papel no movimento? Algumas dessas questões são respondidas pelo próprio "Santa" ou João Lopes, num livro de entrevistas chamado "Velhos Militantes" (60) São depoimentos prestados entre maio e julho de 1928, mas são tornado público — com

a publicação do livro — em 1988. Nesse depoimento ele disse que veio para Natal no início de 1935 para "tapar aquele buraco que fizeram, botando o povo da roça para assaltar fazendas. Também me disseram: olha, o Partido lá está dividido. Está havendo uma briga de irmãos por causa de uma briga de sapateiros. Um grupo não quer fortalecer a direção e você vai fazer a unidade",^[6.1] ou seja, ele confirma que era membro do PCB no Rio de Janeiro e que foi designado para resolver questões internas do partido no Rio Grande do Norte, e mais especificamente em Natal, onde estava o Comitê Regional. Vindo a Natal, reuniu-se com a direção do Partido e este problema foi resolvido (embora ele não esclareça o que era esse "povo da roça" que assaltava fazendas). Como vimos, esses "assaltos às fazendas" ao que se sabe, era na região do baixo Açu, com a formação de "guerrilha", ao qual João Lopes não faz nenhuma referência), e fica mais um tempo em Natal, "pouco depois" (seguramente a partir de abril) recebe informações de que os comunistas deveriam entrar para a ANL. Discorda e é chamado de volta ao Rio. Em reunião com a direção do Partido no Rio, informa que "o secretariado do Nordeste estava envolvido num golpe que estava preparando em Natal" (estas são as únicas referências, junto com a do Interventor Mário Câmara numa já aludida carta ao Ministro da Guerra sobre um possível levante para o final de março). João Lopes é enviado a Natal, novamente, com o objetivo de contactar Valadares, que segundo João Lopes, era do Comitê Central, e mandá-lo de volta ao Rio. Ao chegar em Natal, entra em contato com Valadares, que o informa de que já estava tudo pronto para o movimento — que contava ainda com Manaus, Ceará e Paraíba. João Lopes é contra: estou vindo do Rio e lá eles são contra isso", e continua "depois de eu falar com Valadares

Praxedes, sapateiro, que era o Secretário de lá, veio me dizer: olha, o 21 BC vai fazer o movimento agora, temos que tomar parte. Eu disse: não tenho nada com isso, não sou do CC, não sou do Secretariado. O Valadares é que é do CC, você fala com ele e faz o que ele mandar".^(6.2)

Avaliar o verdadeiro papel de João Lopes fica difícil. Tal como no depoimento de Praxedes há vários equívocos, erros, talvez atribuídos a lapsos de memória, já que os depoimentos foram dados cerca de 50 anos depois dos acontecimentos. Vejamos alguns: João Lopes diz que, ao saber da preparação de um movimento, que teria articulações com outros Estados, volta ao Rio e informa ao Comitê Central, que não só é contra, como o envia de volta a Natal, a fim de contactar com Valadares, que era do Comitê Central. Como uma das razões de sua ida ao Rio era a discordância quanto a entrada dos comunistas na ANL, presume-se que era no mês de abril de 1935, (a ANL, lembremos, é fundada formalmente no dia 30 de março de 1935, com solenidade no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro) e diz que o mandam de volta, a fim de impedir esse movimento e ao chegar, não tem mais tempo. Ora, o levante ocorre no dia 23 de novembro, portanto, mais de 7 meses depois; outra: o Valadares, segundo consta nos dois processos do Tribunal de Segurança Nacional referente a 1935 e mais especificamente sobre Mossorô (processo nº 5) veio com a Caravana da ANL (de que era membro) e quando da passagem por Mossorô, a caminho de Fortaleza, resolve ficar em Mossorô e passa a ter uma participação ativa no Partido. Foi ele o responsável pela ligação entre o grupo de Baltazar Meireles (que se insurge com mais de 300 homens no dia da posse de Rafael Fernandes, conforme já relatamos) e a guerrilha "... e

ligação entre o grupo de bandoleiros de Baltazar Meireles e o grupo que o interrogado dizia pertencer, foi feita por um tal de Horácio Valadares que muito viajou por aquela zona, comunicando-se sempre com os chefes dos dois grupos".^[63] O grupo aludido era o "bandoleiros vermelhos", organizado em setembro de 1935 formado por Manoel Torquato e Miguel Moreira e que tinha entre outros integrantes, o declarante (Marcelino Pereira) Feliciano Pereira, José Mariano, Herculano José Barbosa, Gonçalo Izidro e Julio Porto. Feliciano — que em 1936 será o autor da morte de Manoel Torquato, em depoimento prestado à polícia disse que parte do armamento da guerrilha foi fornecida pelo Deputado Benedito Saldanha, por intermédio de Horácio Valadares.^[64] Ferreira, ao escrever sobre a "guerrilha" em Mossorô, diz que na reunião que foi realizada entre os membros do partido comunista para se decidir o início da guerrilha, as posições se dividiram: uma parte, liderada por Miguel Moreira e contando com o apoio da maioria dos que estavam clandestinos e dos operários presentes, defendia que o movimento armado começasse logo e outra, liderada por Jonas Reginaldo, defendia que se mantivessem organizados, aguardando o início do movimento a nível nacional e entre esses estava Horácio Valadares, que argumentou contra a guerrilha naquele momento.^[65] Em seguida a autoridade descreve toda a atuação da guerrilha, que continua mesmo depois da derrota do movimento em Natal, em novembro de 1935, mas não faz mais nenhuma referência a Horácio Valadares. Praxedes, aliás, dá uma versão completamente diferente. Ao falar sobre a decretação da ilegalidade da ANL, que teria pego de surpresa a caravana comandada por Roberto Sisson em Manaus, este teria feito segundo Praxedes, o mesmo percurso de volta passando em Natal, onde teria ficado Valadares, para nos aju-

dar durante o movimento".⁽⁶⁶⁾ E faz nova referência a Valadares, quando se refere ao jornal "A Liberdade", no qual ele, como jornalista, teria colaborado na confecção e que ele teria ido pessoalmente à Rádio Difusora de Natal, fazer uma proclamação ao povo pelo rádio.⁽⁶⁷⁾ Como se vê, são muitas as versões. Nos autos dos processos referentes a Mossorô (processo nº 5), há várias referências a Valadares que evidencia que ele ficou em Mossorô e não em Natal (quanto ao jornal "A Liberdade", há no processo nº 2, referente a Natal, uma minuciosa descrição desses manuscritos em anexo à confecção do jornal, onde são ouvidos todos os envolvidos, e não há nenhuma referência a Valadares). No entanto, curiosamente, ele não é indiciado em nenhum processo (em Mossorô, onde não houve nenhum movimento, são indiciados 130 pessoas, dos quais 48 são condenados e em Natal, são indiciados 661 e condenados 123 — e levando em conta a rigorosidade dos indiciamentos — sô no processo nº 2 referente a Natal são indiciadas 20 (vinte) pessoas com referência a "fulano de tal", não há nenhuma referência a ele).

Voltando ao depoimento de João Lopes, outros erros: indagado como se formou o Governo Revolucionário em Natal, disse que nada tinha sido resolvido antes "falaram com Aluísio Moura, mas ele não aceitou. O Café Filho também não quis, fugiu".⁽⁶⁸⁾ Não foi verdade. Aluísio Moura, que era Capitão comissionado no 21 BC foi procurado por patrulhas em sua residência, para prendê-lo, como testemunhas participantes e o próprio Aluísio Moura, em depoimento.⁽⁶⁹⁾ Foi ele, inclusive, logo após a fuga da Junta, que, junto com os comandantes do 21 BC e da Polícia Militar, organizam as patrulhas para prender os revoltosos. Quanto a Café Filho, não teve nada a ver com o movimento

(embora alguns de seus partidários tenham aderido e outros indiciados e presos por mera perseguição política) e sequer estava em Natal neste dia. ⁽⁷⁰⁾

Na repressão àqueles que participaram dos levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro, a polícia apreendeu um documento, na cidade do Recife, que, por sua importância merece destaque. Trata-se de um relatório, enviado ao Comitê Central, datado de 16 de janeiro de 1936 e assinado por "Santa". ⁽⁷¹⁾ - Nesse documento, "Santa" faz referência a realização, no dia 23 de novembro de 1935, portanto, no dia do levante em Natal, de duas reuniões do Partido Comunista em Natal, mais especificamente, do Comitê Regional, a primeira, realizada entre 9 horas da manhã às 14 horas da tarde, em que não se tratou do levante "de acordo com uma carta da Secretaria Nacional nos mandou que na mesma nos pedia que o momento não permitia que se fizesse alguma loucura. Tudo isso foi discutido e todos cientes". ⁽⁷²⁾ Esta reunião, como dissemos no capítulo anterior, chegou ao conhecimento do Governador do Estado, que demitiu um dos participantes desta reunião, Lauro Lago, que era diretor da Casa de Detenção -- "às 15 horas, continua "Santa" no relatório -- soube que três militares (Quintino e mais dois Sargentos) do 21 BC estavam a minha procura" e o informam que iriam levantar o quartel às 4 (quatro) horas da tarde. "Santa" é contra, dizendo que esperassem pelo menos mais dois dias. Não foi aceito. O argumento decisivo foi que pela manhã haviam sido desincorporados 28 militares, incluindo Sargentos, Cabos e Soldados. "Santa" não aceita e procura o secretário do comitê regional, Praxedes, que já estava ciente e que também estava à sua procura. O "restrito" se reúne às 15:30. Nesta reunião, sendo contra

ele argumenta que não se devia fazer o movimento sem consultar o Secretariado Nacional e ainda tentam mandar alguém a Recife de avião, mas, àquela hora, o avião já tinha partido. Diante do inevitável, foram instruídos a mobilizarem o maior número de pessoas possível. "Mobilizamos mais de 150 homens e mulheres".⁽⁷³⁾ Praxedes ao se referir a esse episódio responsabiliza Giocondo Dias: "o que aconteceu lá foi sem dúvida uma precipitação dos militares do 21 BC, cujo principal responsável foi o cabo Giocondo Dias".⁽⁷⁴⁾ Segundo Praxedes, era Giocondo que controlava o trabalho entre os militares. Segundo a versão dada por Praxedes, às 3 (três) horas da tarde do dia 23 de novembro de 1935, Giocondo procura a direção do partido para comunicar a Praxedes e a "Santa" que a revolta era iminente, em função da dispensa de soldados e do clima de insatisfação reinante. Ele diz foi contra e propôs que se esperasse uns dez dias a fim de que pudesse ser consultada a direção do Partido⁽⁷⁵⁾; pelo relato de Giocondo o levante era inevitável "nessa situação, dissemos para ele que, se era assim, iríamos convocar o conjunto do partido para pegar em armas também, embora nossa opinião fosse de que seria melhor esperar uns dias para consultar a direção em Recife".⁽⁷⁶⁾ Giocondo Dias dá uma versão completamente diferente: segundo ele, teria havido uma reunião com a direção da ANL que queria que o Batalhão do 21 BC se levantasse às duas da tarde, tendo os militares discon-do, sugerindo que o movimento começasse às 19 horas.⁽⁷⁷⁾

A leitura atenta dos volumosos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional sobre o levante do 21 BC em Natal, nos leva a considerar como a versão mais verdadeira, o documento apreendido pela polícia. Primeiro, pelo momento em

que foi apreendido (início de 1936) — as versões posteriores são dadas com uma grande diferença de tempo (50 anos). A versão dada por Praxedes é de responsabilizar Giocondo Dias, que, segundo todas as evidências, não era responsável pelo trabalho do partido no quartel, o qual, de resto tinha entrado há muito pouco tempo e mesmo no dia do levante, foi ferido e hospitalizado, só saindo no dia em que o movimento foi derrotado. E na versão de Giocondo, atribui responsabilidade à direção da ANL, que efetivamente não existia. O levante do 21 BC não teve nada a ver com a ANL. E prova maior disso é que o Presidente da ANL no Rio Grande do Norte, Sr. Fontes Galvão, sequer foi molestado depois dos acontecimentos, em que pese a violenta repressão que foi desencadeada, cujos indiciamentos incorporou inúmeros desafetos pessoais, são inúmeros os casos em que foram indiciados e presos pessoas que nada tiveram a ver com o movimento.

Quanto ao documento apreendido pela Polícia e assinado por "Santa", é preciso salientar que contém também uma série de exageros, como por exemplo, alusões a "comícios em toda parte", "distribuição de víveres em todos os cantos da cidade", o "pagamento de todos os funcionários", "a queima de todos os papelotes dos cartórios" e fantasias como "crianças, mulheres, soldados, pelas ruas afora cantando os hinos da ANL e da Internacional".

Nessa reunião de sábado, aludida por todos, há a participação de um civil, a quem ninguém se refere, que será o responsável pela mobilização do que pode ser considerado como "a base popular do levante". Trata-se de João Francisco Gregório, Presidente da União dos Estivadores que, seguindo as ori-

entações do Partido, mobiliza rapidamente seus filiados e são eles basicamente que invadem o quartel do 21 BC. Ao todo são 138 estivadores indiciados e presos, (ver em anexo a relação de todos os estivadores indiciados).

O levante do 21 BC em Natal, no entanto, só pode ser entendido como parte de um plano mais geral, que se articulava em âmbito nacional. No entanto, sua eclosão no dia 23 de novembro, constitui-se numa precipitação cuja responsabilidade não é apenas da célula militar do Partido Comunista, mas da direção regional do partido, mais especificamente da direção do partido em Natal, já que, não somente a Direção Nacional não tomou conhecimento, como membros da própria direção regional que estavam em outras cidades, especialmente em Mossoró. Um elemento importante, é quanto a possibilidade de eclosão de levantes em outras unidades militares, especialmente do Nordeste, também discutida nessa reunião. E, claro, a situação específica do 21 BC, onde na manhã do dia 23 de novembro, chega a autorização do Comandante da 7.^a Região Militar, quanto a baixa de alguns soldados, cabos e sargentos. Essa autorização veio em função de denúncias encaminhadas pelo Comandante do 21 BC, ten. cel. José Otaviano Pinto Soares, ao General Manoel Rabelo, da 7.^a Região Militar, comunicando fatos ocorridos alguns dias antes, no qual haviam ocorrido na cidade alguns assaltos a bonde, promovido por indivíduos fardados de soldados do exército mas que não foram reconhecidos por fazerem uso de máscaras. Estes assaltos tinham por objetivo o roubo das importâncias trazidas pelos passageiros e o cobrador dos veículos. Em função desses acontecimentos e da repercussão junto à imprensa e à população de Natal, foi aberto um inquérito no 21 BC, sendo encaminhado,

um relatório ao Comando da região. No entanto, instaurado o inquérito, não foi possível identificar precisamente os autores dos assaltos. Havia, porém, indícios contra determinados cabos, alguns dos quais serviam na secretaria do batalhão, onde o Capitão Aluísio Moura era Secretário, cumulativamente com a função de ajudante. Na incerteza da autoria de tais assaltos, foi encaminhado um documento, pedindo providências no sentido de se dar baixa dos serviços de cabos e praças que estavam com o tempo concluído "... havia, porém, indícios veementemente contra determinados cabos (...) e na incerteza de tais desacatos, foi providenciado a baixa de cabos e praças que estavam com o tempo findo (...) essas providências foram ultimadas no dia 23 de novembro".(78) Houve também poucos dias antes do levante, um atentado contra um tenente -- Francisco Rufino de Santana, resultando em ferimentos graves, produzidos por armas de fogo. Aberto um inquérito para apurar as responsabilidades por tal atentado, descobriu-se que os autores eram militares do 21 BC (um cabo e um soldado) e dois sargentos da Força Pública.

Hã, portanto, uma conjugação de fatores: e estas questões internas do 21 BC -- as dispensas em função do atentado ao Tenente e os assaltos a bonde, cuja autorização chega ao quartel do 21 BC exatamente no dia 23 de novembro pela manhã, nos parece absolutamente relevante. Quando a direção do Partido Comunista vai se reunir pela segunda vez no sábado (ã tarde) jã havia esse fato novo. Como era sábado, as dispensas, anunciadas, teriam continuidade na segunda-feira, o que gerou um enorme descontentamento no quartel. Era o momento adequado. Se deixassem para depois de segunda-feira, com os expurgos, a possibilidade de levante seria mínima.

O levante do 21 BC do dia 23 de novembro de 1935 conta com um significativo apoio dos soldados do quartel (considerando o número total do contingente). O que explica essa adesão? os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referentes aos militares (processo nº 76) mostra que foram indiciados 128 soldados (79), 28 cabos e 14 sargentos (ao contrário dos levantes do Recife e Rio de Janeiro, nenhum oficial participa ao lado dos revoltosos). Um dado importante quanto aos soldados é que 100 dos 138 haviam entrado no quartel em novembro de 1935, ou seja, por ocasião do levante, não tinham nem um mês de quartel. Esses soldados, na sua maioria, eram semi-analfabetos, vindos do interior do Estado (a maioria do Rio Grande do Norte embora houvessem alguns que vieram do vizinho Estado da Paraíba) e até o dia do levante, não tinham sequer fardamento e muito menos feito qualquer tipo de instrução com armas⁽⁸⁰⁾. No período inicial da entrada no quartel os contatos eram basicamente feitos com cabos e sargentos, a quem, por princípio, prestavam obediência. Nos depoimentos da maioria dos soldados, que foram indiciados, presos e conduzidos a Recife, para responderem inquérito (que, diga-se de passagem foram julgados quase dois anos depois de serem presos) fica evidente que a maioria não sabia do que se tratava (a maioria estava inclusive fora do quartel no início do levante, entrando em função dos sucessivos toques de recolher) e a prova disso é que, considerando a rigorosidade do inquérito, quando julgados 145 foram absolvidos, ou seja, 93% do total de indiciados.

O núcleo conspirativo e dirigente do movimento em Natal era constituído por cabos e sargentos, do 21 BC, que ha-

viam entrado há pouco no Partido Comunista⁽⁸¹⁾ e por civis militantes do Partido Comunista, isso quer dizer que o levante foi concebido, organizado, deflagrado e dirigido por militantes do partido comunista e não da ANL. Não por acaso todos os membros da Junta Governativa que se constituiu com a vitória do levante do 21 BC em Natal, era de militantes do Partido Comunista (que haviam aderido a ANL, mas que continuaram como militantes do partido após a decretação de sua ilegalidade, o que não ocorreu com outras pessoas, que haviam aderido à ANL, mas que, com a ilegalidade, abandonam qualquer forma de organização. É o caso, entre outros, do próprio Presidente da ANL no Rio Grande do Norte, Joaquim Fontes Galvão (faziam parte da direção da ANL dois militantes do PCB: João Galvão, que será um dos membros da Junta e Adamastor Pinto).

Qual era efetivamente a atuação do PCB no quartel do 21 BC? Nos autos dos processos, em que são ouvidos todos os envolvidos, não há nenhuma indicação nesse sentido, tampouco na bibliografia que trata do tema. A única referência é a do General Muricy, que diz "... o número de elementos comprovadamente pertencentes as células comunistas do Batalhão montava seguramente a 57" e completa "... muito maior porém, foi o número dos que pegaram em armas, demonstrando já estarem trabalhados pelas idéias extremistas. No quartel, o movimento envolve 08 sargentos, 27 cabos e 101 soldados, além de alguns outros que mais tarde, se afastaram dos comunistas, num total de cerca de 450 homens".⁽⁸²⁾ O General não informa de onde tirou tais números, contudo, ao considerar os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referente aos militares -- processo nº 76 (embora, como consta na relação em anexo, há militares

do 21 BC indiciados em outros processos, alguns até em três processos, como é o caso, por exemplo, de Quintino Clementino de Barros) — os números não coincidem (vide quadro em anexo), o que nos leva a pelo menos suspeitar da veracidade da informação quanto a precisamente 57 o número de militantes comunistas organizados em células no quartel.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) PINHEIRO, Paulo Sérgio S. "Repressão e Insurreição" (Comunistas, Tenentes e Violência do Estado no Brasil) 1922-1935]. - Tese de Livre Docência/Universidade de São Paulo-1987.
- (02) PINHEIRO, P.S.S. op. cit. p. 590.
- (03) MEDEIROS, João - "82 horas de Subversão" - (A INTENTONA COMUNISTA DE 1935 NO R.G. DO NORTE) - Natal - 1980, p. 47.
- (04) BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República - Vol. II Alfa Omega. P. 81.
- (05) PACHECO, Eliezer, "O PCB - 1922 - 1964", São Paulo: Alfa Omega, p. 169.
- (06) DULLES, John Forster, "O Comunismo no Brasil" - Ed. Nova Fronteira, 1985. - p. 21.
- (07) Ver nesse sentido o próprio depoimento de João Lopes o "Santa" in "Velhos Militantes", op. cit. p. 73-118.
- (08) MEDEIROS, Filho João, op. cit. p. 19.
- (09) CAFÉ FILHO, João, "Do Sindicato ao Catete" - Memórias Políticas e Confissões Humanas" - Livraria José Olímpio Editora, II Volumes, 1966, p. 90-91.
- (10) ARAGÃO, José de Campos, "A Intentona Comunista de 1935" - Biblioteca do Exército, p. 20.
- (11) BASBAUM, Leôncio, "Uma Vida em Seis Tempos", São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- (12) HENRIQUES, Afonso, "Vargas, o Maquiavélico", São Paulo: Palácio do Livro, 1961.

- (13) PINHEIRO, op. cit. p. 603.
- (14) Arquivo de Getúlio Vargas - CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ.
- (15) TAVARES, José Nilo, in "Novembro de 1935: Meio Século depois" - São Paulo: Vozes, p. 74.
- (16) REIS, Dinarco "A Luta de Classes do Brasil e o PCB", Volume I, São Paulo: Novos Rumos, p. 46.
- (17) SILVA, Hêlio "1935: A Revolta Vermelha" - Civilização Brasileira, p. 280.
- (18) CARNEIRO, Glaucio, "História das Revoluções Brasileiras" - Edições Cruz, Rio de Janeiro, 1965, Volume II, p. 419.
- (19) LEVINE, Robert M. - O Regime de Vargas - A Crítica dos Anos 1934-1938 - Colúmbia University Press. 1970 - New York, p. 111.
- (20) KOVAL, Boris, História do Proletariado Brasileiro, São Paulo: Alfa Omega, p. 310.
- (21) CHILCOTE, R. "O PCB: Conflito e Integração" - Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 80.
- (22) DULLES, Forster "Anarquistas e Comunistas no Brasil", 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 424-425.
- (23) Logo após a revolução de 1930, o Governo assina um decreto (nº 19.507 de 18 de dezembro de 1930) que permite aos sargentos com mais de dez anos de serviços, servir até 25 anos sem necessidade de reengajamento, como era a norma anterior. Aqueles que não tinham ainda os dez anos de serviço, segundo a nova lei, ficavam na dependência de reengajamentos que poderiam ser concedidos ou

não. Na década de 30, os sargentos passam a fazer reivindicações de forma mais organizada, que abrangiam desde estabilidade a quem não tivesse dez anos de serviço, conforme a nova lei, a ausência de promoções, salários baixos, falta de assistência social etc.. Como diz José Murilo de Carvalho, no ensaio "Forças Armadas e Política no Brasil, 1930-1945" "... conflitos menos visíveis, mas mais sérios do ponto de vista da organização eram os que envolviam os praças, particularmente os sargentos (...) além de intensa participação na própria revolução de 30, os sargentos se salientaram em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente os de 1935 (...) ". Ainda neste ensaio, o autor vai dar alguns exemplos de rebeliões em quartéis liderados por sargentos.

Edgar Caroní reforça esse argumento ao dizer que "... em Natal criara-se grave crise, com a dispensa de sargentos e cabos do exército e o aumento do poderio da polícia política especial, numa tentativa de abafar movimentos populares " ("Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938) - Difel, 3.^a Edição, 1977, p. 120).

(24) PINHEIRO, op. cit. p. 590.

(25) LEVINE, Robert, op. cit. p. 162.

(26) CARVALHO, José Murilo, op. cit. p. 177.

(27) PINHEIRO, op. cit. p. 590.

(28) IDEM, op. cit. p. 590.

(29) IBIDEM, p. 591.

(30) MORAES, Fernando, "Olga", Alfa Omega, 1985 - p. 94.

(31) IDEM, p. 95.

(32) IBIDEM, p. 95.

(33) Depois do levante, com a repressão policial, muitas pessoas foram presas sob a acusação de ter ficado com parte do dinheiro que foi arrecadado pela Junta. Dos que foram presos com dinheiro, todos efetivamente participaram do levante, a exceção de algumas mulheres, esposas, de alguns deles, que, por ocasião da fuga dos maridos, guardaram o dinheiro, sendo denunciadas e o dinheiro de volvido.

(34) Ver, entre outros: Paulo Cavalcanti "O Caso eu Conto o caso como foi: da Coluna Prestes a Queda de Arraes", São Paulo: Alfa Ômega - Cap. VI, pág. 139-175 - 1978: BARRA, Agildo, "Vida de um Revolucionário" (Memórias), São Paulo: Alfa Ômega-1978, p. 259; DIAS, Glócondo. "Os Objetivos dos Comunistas" - Novos Rumos - 1983 - p. 141-164.

(35) PINHEIRO, P.S.S., op. cit.

(36) Relatório do Tenente Coronel José Otaviano P. Soares, Comandante do 21 BC, Processo nº 76, TSN, AN, RJ.

(37) DULLES, John F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Nova Fronteira, 2.^a ed., 1977.

(38) OLIVEIRA FILHO, Moacir, op. cit. p. 56.

(39) LEVING, Robert, op. cit. p. 162.

(40) A derrota da velha oligarquia cafeeira vai significar também a ascensão ao poder do setor militar da burocracia, estatal, que vinha, há muito tempo, lutando para con-

quistar, às vezes, de armas nas mãos, parcela do poder. No caso do Nordeste, assume os governos estaduais, em forma de interventorias, os tenentes que haviam participado da Revolução de 1930. No entanto, a gestão destas interventorias, criam inúmeros conflitos com as velhas oligarquias que haviam sido derrotadas.

(41) CAVALCANTE, Paulo. Op. cit. p. 90.

(42) O Interventor do R.G. do Norte enviou, por trem, uma tropa composta de 310 homens do exército (299 BC) e soldados da Polícia Militar, sob o comando do Tenente Perouse Pontas.

(43) CAVALCANTE, Paulo. Op. cit. p. 90/95.

(44) Ver a esse respeito: COSTA, Vanda. Com Rancor e com Afeto: Rebeliões Militares na Década de 30, in "Política e Estratégia. Volume IV, nº 2, abril/junho, 1986, Rio de Janeiro e CARVALHO, José Murilo, op. cit.

(45) CARVALHO, José Murilo, op. cit. p. 111.

(46) Ver parte referente aos quartéis do Nordeste.

(47) Carta de Mário Câmara ao Ministro da Guerra. CPPQC. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

(48) OLIVEIRA FILHO, Moacir. Op. cit. p. 50.

(49) IDEM, p. 50.

(50) Não há informações precisas quanto a entrada de militares no Partido. Nem na bibliografia publicada, nem nos autos dos Processos do Tribunal de Segurança Nacional e tampouco nos arquivos do Partido Comunista em Natal. Sobre Silo Meireles, ver depoimento Processo nº 76. vol.

I - TSN. AN. Rio.

- (51) OLIVEIRA FILHO, Moacir, op. cit. p. 50.
- (52) MAFFEI, Eduardo. Conferência pronunciada no Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia ... 06.03.1987.
- (53) "... acredita-se que ele [João Galvão] fosse "Santa" que se correspondia com o CC do PCB no Recife, nos dias que se seguiram a revolta". LEVING, Robert, op. cit. p. 167.
- (54) OLIVEIRA FILHO, Moacir, op. cit. p. 63.
- (55) MEDEIROS FILHO, João, op. cit. p. 19, 63 e 67.
- (56) FURTADO, João Maria. Op. cit. p. 146.
- (57) ARAGÃO, José (General de Divisão). A Intentona Comunista de 1935 - Biblioteca do Exército, 1973, p. 10.
- (58) Entrevista publicada no Jornal "O Poti", em 21.07.1985.
- (59) IDEM.
- (60) in: Velhos Militantes. Depoimentos. Org. Ângela de Castro Gomes. Zahar, 1988.
- (61) Idem, p. 103.
- (62) IBIDEM, p. 106.
- (63) Depoimento prestado à Polícia por Marcelino Pereira Oliveira, Processo nº 5, TSN, vol. I, p. 467.
- (64) IDEM.
- (65) FERREIRA, Brasília C., op. cit. p. 182.
- (66) OLIVEIRA FILHO, Moacir., op. cit. p. 49.

- (67) IDEM, p. 69.
- (68) GOMES, Ângela da Costa - Op. cit. pp. 109.
- (69) Depoimento de Aluísio Moura. Processo nº 233 - Volume I TSN. Arq. Nacional-RJ.
- (70) CAFÉ FILHO, João. Op. cit. volu. II.
- (71) Movimento comunista de 1935, arquivo da Delegacia Especial de Segurança Política e Social - Vol. III.
- (72) IDEM, Polícia Civil do Distrito Federal, Rio, 1938 (Trecho de documentos apreendidos pela polícia do DF após a intentona comunista de 27.11.1935 nos arquivos dos chefes comunistas, Natal, Imprensa Oficial, 1938.
- (73) IBIDEM.
- (74) OLIVEIRA FILHO, M. Op. cit. p. 56.
- (75) IDEM, pp. 57.
- (76) DIAS, Glócondo. O Objetivo dos Comunistas. Novos Rumos - São Paulo. 1983. pp. 151.
- (77) Ver nota 71.
- (78) Depoimento de Aloísio Moura, em 21.01.1936, em Recife - PE. Processo nº 76, volume I, TSN. AN-RJ, p. 105.
- (79) Processo nº 76, volume III. TSN, SN-RJ.
- (80) Entrevista realizada pelo autor com Luiz Cleodón, Praça do 21 BC em 1935, em julho de 1988, em Natal-RN.
- (81) Ver nota nº 16.
- (82) MURICY, Antonio Carlos S. "A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de novembro de 1935". Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966. Natal - RN, pp. 31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter demonstrado no curso deste trabalho aquilo que nos propomos no início, ou seja, um estudo detalhado sobre os acontecimentos ocorridos em Natal, entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935: o levante do 21 BC, seu êxito na capital e alguns municípios do Estado do Rio Grande do Norte e a sua subsequente derrota.

O aspecto principal é quanto a especificidade da situação local, tanto do Estado do Rio Grande do Norte, como de Natal e o papel fundamental do Partido Comunista que articulou um levante a nível nacional e que vai eclodir, precipitadamente no dia 23 de novembro, ou seja, o levante de Natal embora fosse parte de uma articulação de âmbito nacional, constituiu-se numa precipitação da célula militar e da direção do Partido em Natal, que pega de surpresa não só a direção nacional, com membros da direção estadual que não estavam em Natal, sendo notório o caso de Mossoró, onde o Partido era mais organizado e influente junto a classe trabalhadora da Região.

Essa precipitação teve a ver com a situação do 21 BC, num momento de grande inquietação militar a nível nacional, mas que em Natal se combinava com problemas específicos do 21 BC (os assaltos a bondes e a autorização do Comando da 7.^a Região Militar de desmobilizar parte da tropa, que chegou exatamente no dia 23 de novembro).

Mas não é a "precipitação" que vai explicar o êxito, mesmo que fugaz, do levante em Natal. Havia para isso um cli

ma ma propício. Desde 1933 era grande as tensões políticas no Estado, no confronto entre as facções que lutavam pelo controle do poder político estadual, confronto esse que seria o mais sério da história política do Rio Grande do Norte. O Estado estava, portanto, convulsionado pelas recentes lutas em torno da sucessão estadual.

A referência ao Partido Comunista nos remete à III Internacional Comunista, cujas inflexões a nível de definição das políticas do PCB é inegável. No entanto, a insurreição vai ocorrer num momento em que a III Internacional Comunista definia suas políticas internacionais (e os PCs a ela filiados) de constituição de Frentes Populares e que em cujo último congresso, pouco antes dos levantes em Natal, Recife e Rio, cita a ANL como exemplo a ser seguido. A explicação para esse "desencontro" é que a perspectiva insurreccional já estava presente no âmbito do IC antes da política de Frentes Populares. No caso do Brasil, Prestes e direção do Partido, terão um papel fundamental para ampliar essa perspectiva.

No caso da ANL, Prestes e seus aliados, vão levá-la a radicalização, dando a Vargas o pretexto para colocá-lo na ilegalidade. A política de Frente Ampla, no caso do Brasil, se incompatibilizaria com a perspectiva insurreccional. Com a ilegalidade e a presença de Prestes no Brasil, inicia-se por parte do Partido (Prestes em particular), as articulações para um levante nos quartéis do exército.

O caso de Natal, no entanto, pelas razões já alegadas, pega-os de surpresa, o que não impede de Prestes autorizar o levante no dia 27 de novembro, no 39 R.I. do Rio de Ja-

neiro, mesmo quando os levantes de Natal e Recife já haviam sido derrotados. O resultado é sobejamente conhecido.

Neste trabalho discutimos também algumas versões correntes especificamente quanto ao caso do Levante do 21 BC em Natal, evidenciando as suas inconsistências e equívocos como a atribuição de que muitas pessoas haviam participado da insurreição pensando tratar-se de um movimento com o objetivo de repor Mário Câmara ao poder ou do caso de telegramas falsos, ou infiltração policial, atribuição do levante a ANL, que como demonstramos, não teve nada a ver com o levante do 21 BC em Natal.

RELAÇÃO DOS INDICIADOS E CONDENADOS NOS PROCESSOS
DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL
(REFERENTE AO RIO GRANDE DO NORTE)

A N E X O I

Nº DE ORDEM	PROC.	N. O. M. E	PROFISSÃO	LOCAL	COND. (a)
01	038	Abdias Marques	-	C. Novos	
02	002	Abdon Freire	Cabo 2= BC	Natal	
03	076	Abel G. de Oliveira	Soldado 2= BC	Natal	
04	002	Abílio de Campos	Capitão PM	Natal	
05	076	Abner F. de Melo	Cabo 2= BC	Natal	
06	002	Adalberto de Carvalho	Tipógrafo	Natal	
07	002	Adalberto José Cunha *	Cabo 21 BC	Natal	
08	045	Adamastor Pinto *	Func. Público	Natal	
09	002	Adaury de L. Barata	Tipógrafo	Natal	
10	011	Adauto Azevedo	Agrimensor	Natal	
11	013	Adauto Câmara	-	Nova Cruz	
12	035	Adauto Dario	-	Nova Cruz	
13	164	Adauto F. da Costa	-	Martins	
14	002	Adauto R. Cunha	Oficial PM	Natal	
15	023	Aderson Lisboa	Func. Público	Santa Cruz	
16	002	Adolfo E. Franca	Func. Público	Natal	
17	002	Afonso M. da Silva	Estudante	Natal	5.00
18	002	Agnelo X. de Oliveira	Cabo PM	Natal	
19	002	Agostinho de Campos	Guarda Civil	Natal	6.06
20	679	Agostinho M. Filho	-	-	
21	002	Agrício M. de Oliveira *	Motorista	Natal	
22	002	Agripino Ant. de Lima	Oficial PM	Natal	
23	076	Agripino Melo	Soldado 21 BC	Natal	
24	076	Alberto Fernandes	Soldado 2= BC	Natal	
25	002	Alberto R. Albuquerque	Tipógrafo	Natal	

* Indiciado em um processo. - ** Indiciado em dois proc.

*** Indiciado em três processos.

(a) COND. = Condenados em julgamento. Os n.ºs. correspondem a condenação.

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
26	004	Alcides Ant.Oliveira	Motorista	Natal	
27	076	Alcides C.de Carvalho	Soldado	Natal	
28	036	Alcides Ribeiro	-	Canguar.	
29	018	Alcides Washington Guerra	Dentista	-	
30	076	Aldo Mendes da Silva	Sarg.21 BC	Natal	
31	068	Alexandrino P.Oliveira	Guarda Liv.		
32	076	Alfredo A.Nascimento	Soldado 21 BC	Natal	
33	076	Alfredo Cortez P.Lago	Sold. 21 BC	Natal	
34	002	Alfredo F. Melo	Tipógrafo	Natal	
35	076	Alfredo P. Oliveira	Sold. 21 BC	Natal	
36	233	Aluisio A. Moura	Ofic. 21 BC	Natal	
37	076	Aluisio Gurgel	Sold. 21 BC	Natal	
38	002	Álvaro Nunes	Oficial PM	Natal	
39	005	Amâncio Leite *	Dep.Estadual	Mossorô	
40	002	Amaro B. Sobrinho	Jornalista	Natal	
41	002	Amaro F. da Silva	Sarg.21 BC	Natal	6.06
42	037	Amaro Gomes			
43	002	Amaro M. Silva	Func.Público	Natal	6.06
44	002	Amaro Martins Silva	Pedreiro	Natal	
45	004	Amaro N. da Silva	Estivador	Natal	
46	005	Amaro P. da Silva *	Sarg. PM	Mossorô	
47	002	Amaro Ripiado	Estivador	Natal	
48	002	Amélia Reginaldo	Doméstica	Natal	5.0
49	002	André Luiz Silva	Estivador	Natal	
50	013	Aníbal Barbalho	Prop.Rural	Nova Cruz	
51	076	Anísio Rocha	Sold. 21 BC	Natal	
52	036	Anísio Torquato	-	Canguar.	5.0

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
53	032	Anísio Torquato Gomes	Jornalista	Arês	
54	004	Antenor C.dos Santos *	Cabo 21 BC	Natal	8.00
55	012	Antenor Pedroso	Guarda Civil	Canguar.	
56	076	Antores Soares Câmara	Sold. 21 BC	Natal	
57	002	Antero Fco. Silva	Estivador	Natal	
58	002	Antônio Gomes	Doméstica	Natal	
59	002	Antônio L. Carneiro	Estivador	Natal	
60	002	Antônio A. de Oliveira	Func.Público	Natal	
61	002	Antônio A.de Araújo *	Cabo 21 BC	Natal	
62	026	Antônio Araújo	Marinheiro	Natal	
63	012	Antônio Azevedo	-	Canguar.	
64	024	Antônio A. Mangabeira	-	S.Gonçalo	1.00
65	036	Antônio Bamba	.	Canguar.	
66	002	Antônio B. da Costa *	Cabo 21 BC	Natal	5.04
67	164	Antonio B. de Farias	Sarg. PM	Martins	
68	076	Antônio Berto	Sold. 21 BC	Natal	
69	076	Antônio Bezerril	Sold. 21 BC	Natal	
70	023	Antônio Bruno	-	S.Cruz	
71	002	Antônio Constantino	Guarda Civil	Natal	5.00
72	002	Antônio Corumbá	Estivador	Natal	
73	076	Antônio D. de Almeida	Sold. 21 BC	Natal	
74	036	Antônio Dionísio	Sold. 21 BC	Canguar.	5.09
75	032	Antônio D. Silva	.	Arês	5.00
76	019	Antônio Duarte	-	Mossorô	
77	005	Antônio Falcão	Comerciante	Mossorô	
78	076	Antônio F. Nascimento	Sold. 21 BC	Natal	
79	036	Antônio F. Santos	Guarda Civil	Canguar.	5.09
80	033	Antônio F. Moreira	Agricultor	S.Miguel	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
81	002	Antônio Félix Júnior	Estivador	Natal	
82	076	Antônio Fernandes	Sold. 21 BC	Natal	
83	002	Antônio F. Filho	Estivador	Natal	
84	011	Antônio F. Martins	Agricultor	Natal	
85	076	Antônio G.G. Lobo	Sargento	Natal	
86	023	Antônio Guerra	Agricultor	S.Cruz	
87	038	Antônio H. Vasconcelos	-	C.Novos	
88	011	Antônio I. da Silva*	Pintor	Natal	
89	002	Antônio I. Pereira	Estivador	Natal	6.06
90	076	Antônio J.C. Bastos	Sargento	Natal	
91	076	Antônio José de Lima	Sold. 21 BC	Natal	
92	002	Antônio Josias	Estivador	Natal	
93	002	Antônio J. Andrade	Estivador	Natal	5.00
94	004	Antônio J. de Souza	Comerciante	Natal	
95	011	Antônio J. Lopes	Marchante	Natal	
96	076	Antônio Justino Neto	Cabo 21 BC	Natal	
97	013	Antônio Lourenço	Prop. Rural	N. Cruz	2.06
98	012	Antônio Mangabeira	-	Canguar.	
99	014	Antônio Mariano *	-	Mossorô	5.00
100	002	Antônio M. Correia	Estivador	Natal	
101	018	Antônio M. Campelo **	Cabo 21 BC	Natal	
102	014	Antônio Moreira *	Agricultor	Mossorô	1.04
103	018	Antônio Paula Pessoa	Prop.Rural	Natal	
104	002	Antônio Pedro	Estivador	Natal	
105	005	Antônio Pereira	Padeiro	Mossorô	
106	002	Antônio P. Souza	Eletricista	Natal	
107	002	Antônio Porfírio	Sarg. 21 BC	Natal	
108	005	Antônio Reginal	Barbeiro	Mossorô	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
109	028	Antônio R. da Silva	Pedreiro	Apodi	
110	036	Antônio Severiano	-	Canguaret	
111	011	Antônio Siqueira	-	Angicos	
112	002	Antônio Soares Silva	Guarda Civil	Natal	
113	002	Antônio Sobral	Estivador	Natal	
114	117	Antônio Souza	-	Angicos	
115	016	Antônio Soares Lacerda	Motorista	S. Miguel	
116	037	Antônio Tavares da Silva	-	Canguaret	
117	117	Antônio Teodoro Avelino	-	Angicos	
118	002	Antônio V. Santos	Estivador	Natal	
119	004	Antônio V. de Souza	Agricultor	Natal	
120	037	Antônio Vilaresi	-	Canguaret	
121	023	Antônio X. Sobrinho	Agricultor	S. Cruz	
122	002	Arari Silva	Motorista	Natal	6.06
123	002	Aristides F.Nascimento	Estivador	Natal	4.06
124	004	Aristides G.da Costa *	Sapateiro	Natal	
125	076	Arlindo Aniceto Ribeiro	Sold. 21 BC	Natal	
126	012	Arnaldo José da Silva *	-	Canguaret	5.00
127	011	Arnoud José da Silva	-	Natal	5.00
128	023	Ascendino P. Barreto	Artista	S.Cruz	
129	002	Astrogildo Paiva	Func. Público	Natal	5.00
130	076	Augusto A. de Araújo	Sold. 21 BC	Natal	
131	076	Augusto B. Ribeiro	Sold. 21 BC	Natal	
132	002	Augusto G. Dourado	Comerciante	Natal	
133	002	Augusto L. Sobrinho	Oficial PM	Natal	
134	002	Augusto Sebastião	Soldado 21 BC	Natal	
135	076	Aureliano Duarte	Sold. 21 BC	Natal	
136	002	Austeliades R.Nascimento	Motorista	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
137	002	Austeclinio Vilarim	G. Civil	Natal	8.00
138	002	Avelino P. Fagundes	Estivador	Natal	
139	002	Avelino Viana	Func. Púb.	Natal	
140	014	Baltazar Meireles ***	Prop.Rural	Mossorô	1.04
141	005	Belarmino A.Ferreira	Jornaleiro	Mossorô	
142	004	Belchior Sales	Sapateiro	Natal	
143	076	Benedito A.da Silva	Sold. 21 BC	Natal	
144	002	Benedito Ari	Marceneiro	Natal	
145	076	Benedito Machado	Sold. 21 BC	Natal	
146	005	Benedito Saldanha	Agricultor	Mossorô	
145	002	Benilde Dantas	Estudante	Natal	
146	002	Benjamin Picada	Músico	Natal	
147	036	Benjamin Simonete	Prop.Rural	Canguaret	
148	049	Benjamin Tabatchnik	Comerciante	Natal	
149	023	Bento P. Vasconcelos	-	S.Cruz	
150	013	Biano L. Azevedo *	Pintor	N.Cruz	2.06
151	016	Elanerges Wanderley *	-	S.Miguel	
152	019	Boaventura de Souza	-	Mossorô	
153	076	Byron B.S. Galyão	Sold. 21 BC	Natal	
154	076	Caetano Costa Neto	Sold. 21 BC	Natal	
155	002	Camilo Avelino	Jornalista	Natal	
156	005	Cândido Benedito	-	Mossorô	2.00
157	030	Cândido L. dos Santos	Agricultor	Mossorô	
158	076	Cândido Mariano Neves	Sold.21 BC	Natal	
159	117	Cândido Robeiro	-	Angicos	
160	002	Cantidio M. Coelho	Agrônomo	Natal	6.06
161	002	Carlindo Reyoredo	G.Civil	Natal	6.06
162	002	Carlos M. Moreira	Sapateiro	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
163	002	Carlos Wander Linder	Estudante	Natal	4.04
164	002	Carmêlio Dantas	Agricultor	Natal	
165	117	Casemiro S. Souza	-	Angicos	
166	076	Cecílio José Fonseca	Cabo 21 BC	Natal	
167	002	Celina Moura Barreto	Doméstica	Natal	1.04
168	002	Celso Teixeira	Motorista	Natal	
169	014	Cícero Dantas *	Agricultor	Mossorô	
170	002	Cícero dos Santos	Estivador	Natal	
171	002	Cícero Gomes	Tipógrafo	Natal	
172	002	Cícero Justino	Motorista	Natal	
173	004	Cícero Moreira	-	Natal	
174	076	Cícero P. Cabral	Sold. 21 BC	Natal	
175	076	Cícero Romão Medeiros	Sold. 21 BC	Natal	
176	005	Cirilino S. da Costa	Fazendeiro	Mossorô	
177	076	Cirilo Máximo Coelho	Sold. 21 BC	Natal	
178	011	Cirineu de O. Galvão	-	Natal	
179	076	Clarismundo T. Aquino	Sold. 21 BC	Natal	
180	002	Claudino J. Gonçalves	Estivador	Natal	
181	002	Cláudio Gomes Silva *	G. Civil	Natal	
182	002	Cláudio José Silva	Estivador	Natal	
183	002	Cláudio Vitor Dutra	Sarg. 21 BC	Natal	
184	012	Claudionor Ramos	-	Canguaret	
185	076	Cleondon F. Araújo	Sold. 21 BC	Natal	
186	002	Cleto Carlos Soares	Estivador	Natal	
187	004	Climério Silva Cabral	Func.Pub.	Natal	
188	006	Clodoaldo M. Penha	Agricultor	Natal	
189	002	Clodoaldo N. da Câmara	Mensageiro	Natal	
190	002	Cosme Capistrano	Eletricista	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
191	002	Crisanto de Góes *	Func. Púb.	Natal	
192	023	Deocleciano A. Araújo	-	S. Cruz	
193	076	Deraldo M. Oliveira	Cabo 21 BC	Natal	
194	002	Domiciano Medeiros	Estivador	Natal	
195	013	Domiciano Paulino	Aux.Comércio	N.Cruz	
196	002	Domício Fernandes	Motorista	Natal	
197	002	Domingos A. Brito	Estivador	Natal	
198	002	Domingos C. de Castro	Estivador	Natal	
199	002	Domingos Castro	Func.Púb.	Natal	
200	002	Domingos D. de Oliveira	Estivador	Natal	
201	020	Durval Medeiros	-	-	
202	076	Edijard Nataniel Rocha	Sold.21 BC	Natal	
203	037	Edson Silva	-	-	
204	076	Eduardo L. dos Santos	Sold.21 BC	Natal	
205	076	Egídio Dantas Medeiros	Sold.21 BC	Natal	
206	016	Egídio F. de Souza	Comercante	Martins	
207	002	Elias Soares	-	Natal	
208	002	Elídio J. de Santana	Sarg.21 BC	Natal	
209	035	Eliezer A. Menezes	Sapateiro	N.Cruz	
210	002	Eliziel D. Henrique*	Sarg.21 BC	Natal	10.00
211	002	Elviro V. Santiago	Motorista	Natal	
212	002	Emiliano F. Costa	Estivador	Natal	
213	002	Enéas Ribeiro	Estivador	Natal	
214	002	Enéas Soares Costa	Estivador	Natal	
215	002	Enedino G. Nascimento*	G.Civil	Natal	5.00
216	076	Inock Sobreira	Sold.21 BC	Natal	
217	004	Epaminondas Fernandes	-	Natal	
218	002	Epifânio Guilhermino	Motorista	Natal	33.00

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
219	002	Eraldo Alves Cunha	Presidiário	Natal	2.06
220	002	Erâscito Lacerda*	Cabo 21 BC	Natal	
221	002	Erino Alves da Silva=	Cabo 21 BC	Natal	
222	002	Estácio Paiva	Estivador	Natal	
223	002	Estêvão Guerra*	Cabo 21 BC	Natal	8.00
224	014	Estolano Meireles **	Agricultor	Mossorô	1.04
225	018	Euclides Bertoldo	-	Natal	
226	002	Euclides Gomes*	Sold. PM	Natal	
227	076	Euclides M. dos Santos	Sold.21 BC	Natal	
228	011	Eufrásio de Barros	-	Natal	
229	032	Eufrásio P. Ferreira	Agricultor	Arês	5.00
230	030	Ezequiel F. Filho	-	Mossorô	
231	006	Fábio Gambiote	-	Natal	
232	017	Fábio M.P. Dantas	J.Direito	Macau	
233	002	Faustiño F. Lima	Tipógrafo	Natal	
234	005	Feliciano Alexandre	-	Mossorô	
235	005	Feliciano P. de Souza**	Jornaleiro	Mossorô	20.00
236	002	Felinto Rufino	Estivador	Natal	
237	076	Félix Broeira Valverde	Cabo 21 BC	Natal	
238	023	Félix C. Rocha	-	S. Cruz	
239	039	Fernando Bernardo	Agricultor	Açu	
240	012	Fernando Dias	-	Canguaret.	
241	002	Fármino P. Santos	Estivador	Natal	
242	076	Firmo L. Fernandes*	Sold. 21 BC	Natal	
243	002	Florentino B. Ferreira	Cabo PM	Natal	
244	004	Floriano F. da Silva	Func.Púb.	Natal	
245	012	Floriano S. Moura	Func. Púb.	Canguaret	5.00
246	005	Francisco A. Bezerra *	Comerciante	Mossorô	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
247	004	Francisco Alves	Jornaleiro	Natal	5.00
248	002	Francisco A. Campelo	Estivador	Natal	
249	076	Francisco A. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
250	022	Francisco A. Queiroz	-	Açu	
251	032	Francisco A. Lima	Agricultor	Arês	
252	002	Francisco B. Santos	Estivador	Natal	
253	004	Francisco Barreto	-	Natal	
254	076	Francisco B. de Souza	Sold. 21 BC	Natal	
255	005	Francisco Bernardino	-	Mossorô	
256	076	Francisco B. de Souza	Sold. 21 BC	Natal	
257	004	Francisco B.Figueiredo	Artista	Natal	
258	016	Francisco Bore	-	S.Miguel	
259	038	Francisco Braz	-	C.Novos	
260	002	Francisco B. Leopoldo	Sapateiro	Natal	6.06
261	006	Francisco Bulhões	-	Natal	
262	451	Francisco Camilo	-	Natal	
263	076	Francisco C. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
264	002	Francisco C. Macêdo	Estivador	Natal	
265	002	Francisco C. Silva	Estivador	Natal	
266	002	Francisco C. da Silva	Cabo 21 BC	Natal	
267	076	Francisco C. da Cunha	Sold.21 BC	Natal	
268	016	Francisco C. de Paula	Agricultor	S.Miguel	
269	005	Francisco C. dos Anjos	Ferrovilário	Mossorô	
270	076	Francisco C. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
271	002	Francisco Costa	Sarg. PM	Natal	
272	002	Francisco D. Souza	Estivador	Natal	
273	311	Francisco Dantas	-	Mossorô	
274	005	Francisco do Libra	-	Mossorô	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
275	014	Francisco E. Leite	-	Mossorô	
276	002	Francisco Félix	Ferreiro	Natal	
277	005	Francisco Ferreira	Fazendeiro	Mossorô	
278	002	Francisco F. Mendonça	Estivador	Natal	
279	076	Francisco P. da Costa	Sold. 21 BC	Natal	
280	005	Francisco Gato	-	Mossorô	
281	002	Francisco G. Pereira	Estivador	Natal	
282	076	Francisco G. Moreira	Sold. 21 BC	Natal	
283	019	Francisco Gonçalves	-	Mossorô	
284	005	Francisco G. de Souza	Motorista	Mossorô	
285	013	Francisco Hortêncio	Agricultor	N. Cruz	
286	004	Francisco I. de Melo	Agricultor	Natal	5.00
287	002	Francisco J. Filho	-	Natal	
288	076	Francisco Justino	Sold. 21 BC	Natal	
289	011	Francisco L. Teixeira	Agricultor	Natal	
290	005	Francisco Machado	Agricultor	Mossorô	
291	004	Francisco M. Dantas	Comerciante	Natal	
292	019	Francisco Manoel	-	Mossorô	
293	117	Francisco Matias	-	Angicos	
294	002	Francisco Menelau	Tipógrafo	Natal	6.00
295	002	Francisco M. Silva	-	Natal	
296	002	Francisco Marobé	Estivador	Natal	
297	033	Francisco N. Amorim	Comerciante	S. Miguel	
298	013	Francisco Paulino	Agricultor	N. Cruz	
299	005	Francisco P. Medeiros	Comerciante	Mossorô	
300	004	Francisco p: Nascimento	Pedreiro	Natal	
301	317	Francisco Poche	-	-	
302	039	Francisco Queiroz	Comerciante	Açu	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
303	013	Francisco Raimundo	Agricultor	N.Cruz	2.06
304	002	Francisco R.F. Silva	Estivador	Natal	
305	002	Francisco R. Torres	Oficial PM	Natal	5.00
306	012	Francisco R.Nascimento*	Artista	Canguaret	5.00
307	002	Francisco S. Neto	Soldado PM	Natal	
308	023	Francisco S. Rocha	Func.Púb.	S.Cruz	
309	033	Francisco S. Pinheiro	Agricultor	S.Miguel	
310	004	Francisco S.da Silva	Funileiro	Natal	
311	023	Francisco T.Teixeira	-	S.Cruz	
312	451	Francisco Torres	-	Natal	
313	076	Francisco Cândido	Sold.21 BC	Natal	
314	076	Francisco V.Santos	Sold.21 BC	Natal	
315	002	Gabriel Z. Silva	Estivador	Natal	
316	002	Garibalde A. Oliveira *	Sold.21 BC	Natal	
317	018	Garibaldi Carvalho*	Sold.21 BC	Natal	
318	002	Gaspar M. Praça	Motorista	Natal	4.04
319	002	Gastão C. Costa	Jornalista	Natal	3.00
320	002	Gastão Nunes	Gazeteiro	Natal	
321	004	Genésio Moreira	Artista	Natal	
322	002	Genésio S. Câmara	Estivador	Natal	
323	002	Genipo C. Souza	Marceneiro	Natal	
324	076	Geraldo M.da Costa	Cabo 21 BC	Natal	
325	076	Geraldo P. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
326	011	Germano Cassemiro	-	Natal	
327	076	Gilberto Oliveira	Cabo 21 BC	Natal	
328	002	Giocondo Alves Dias *	Cabo 21 BC	Natal	8.00
329	076	Glicério P. de Araújo	Sold.21 BC	Natal	
330	005	Glicério Reginaldo	Marchante	Mossoró	2.00

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
331	076	Gonçalo Coelho Silva	Sold.21 BC	Natal	
332	005	Gonçalo Izidro	-	Mossorô	
333	020	Gorgônio A. Nóbrega	-	-	
334	011	Guariguasul de Carvalho	Agricultor	Natal	5.00
335	076	Heitor M. Filho	Sold.21 BC	Natal	
336	076	Hélio F.A. Maranhão	Sold.21 BC	Natal	
337	002	Hemetério C. Souza	Marcineiro	Natal	8.00
338	002	Henrique da R. Bezerra	Motorista	Natal	
339	014	Henrique Fialho **	Comerciante	Mossorô	1.04
340	005	Herculano J. Barbosa*	Jornaleiro	Mossorô	5.00
341	023	Hermenegildo F. Rocha	-	S. Cruz	
342	002	Hermes de Oliveira	G. Civil	Natal	
343	038	Hermínio N. Pereira	-	C. Novos	
344	076	Hermógenes X. Bezerra	Sold.21 BC	Natal	
345	002	Hernandez Fidelis	Marceneiro	Natal	
346	076	Hildo M. Cruz	Sold.21 BC	Natal	
347	005	Homero Agostinho	-	Mossorô	
348	005	Homero Couto	Mecânico	Mossorô	
349	005	Honório Maximino	-	Mossorô	
350	004	Honório V. Buriti	Agricultor	Natal	6.06
351	076	Horácio L. de Araújo	Sold.21 BC	Natal	
352	002	Humberto de Moura	Func. Púb.	Natal	
353	076	Idival Barros	Sold.21 BC	Natal	
354	028	Inácio Gabriel Maia	Aux. Com.	Apodi	
355	012	Iose Caryalho Silva	Industrial	Canguaret	
356	002	Iracema P. Amorim	Doméstica	Natal	
357	038	Irineu Macário	-	C. Novos	
358	004	Isadoro Faustino	-	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
359	004	Isaias C. de Souza	Agrônomo	Natal	6.06
360	004	Isidro dos S. Torres	Agricultor	Natal	
361	033	Ismael N. Carvalho	Comerciante	S. Miguel	
362	002	Israel Abath	Enfermeiro	Natal	
363	002	Israel A. Pedrosa	Tipógrafo	Natal	6.06
364	027	Izidro Firmino	-	Acari	
365	002	Jaime de Brito	Sapateiro	Natal	8.00
366	045	Jesse F. Café	Func. Púb.	Natal	
367	005	João Abreu	-	Mossoró	
368	002	João Alves Rocha	Estivador	Natal	6.06
369	067	João Ananias	-	-	
370	017	João A. Kézerra	Estivador	Macau	
371	002	João André	-	Natal	5.00
372	004	João Aniceto	Sold.21 BC	Natal	6.06
373	004	João Antônio	Sold.21 BC	Natal	6.06
374	002	João Antônio Amorim*	Sarg.21 BC	Natal	
375	076	João A. Medeiros	Sold.21 BC	Natal	
376	076	João A. Oliveira	Sold.21 BC	Natal	
377	004	João A.Q.Melo	Oficial PM	Natal	6.06
378	012	João Arari Calafange	Agricultor	Canguaret	
379	076	João A. de Sousa	Sold.21 BC	Natal	
380	076	João A. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
381	002	João B. Dias	Estivador	Natal	
382	002	João B. Nascimento	Motorista	Natal	
383	002	João Batista	Agricultor	Natal	
384	005	João B.B. Menezes	Marchante	Mossoró	
385	051	João B. da Costa	Pedreiro	-	
386	002	João B. Galvão**	Func. Púb.	Natal	10.00

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
387	028	João B. Guerra	Func. Púb.	Apodi	
388	014	João B. Magalhães	Func. Púb.	Mossorô	
389	002	João B. Nunes	Cabo PM	Natal	6.06
390	002	João B. Oliveira	Estivador	Natal	
391	020	João Bento	-	-	
392	002	João Bernardo	Motorista	Natal	
393	004	João B. da Silva	Comerciante	Natal	5.00
394	014	João Bezerra*	Barbeiro	Mossorô	1.04
395	045	João Café Filho	Dep. Federal	Natal	
396	002	João Campina	Estivador	Natal	
397	023	João Caroline Bezerra	-	S. Cruz	
398	045	João C. Soares	Prát. Farmác.	Natal	
399	014	João Catolé*	-	Mossorô	1.04
400	006	João C. de Vasconcelos*	Func. Púb.	Natal	
401	014	João Costa*	-	Mossorô	1.04
402	076	João Costa e Silva	Sold. 21 BC	Natal	
403	011	João Curto	-	Angicos	
404	004	João Dantas	Comerciante	Natal	5.00
405	016	João de D. Andrade	Agricultor	Martins	
406	024	João Dias Araújo	Sold. PM	S. Gonçalo	1.00
407	002	João Elviro	Estivador	Natal	
408	002	João E. Silva	Oficial PM	Natal	
409	037	João Evaristo			
410	038	João Fagundes	-	C. Novos	
411	002	João F. Almeida	Comerciante	Natal	4.04
412	002	João F. dos Santos	Sapateiro	Natal	6.06
413	004	João F. Cabral	-	Natal	
414	004	João Fortunato	Sold. 21 BC	Natal	6.06

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
415	012	João Francisco	-	Canguaret	
416	017	João Francisc A. Melo	Func.Púb.	Macau	
417	004	João F. da Silva	Estivador	Natal	
418	002	João F. Ferreeira	Estivador	Natal	
419	002	João F. Filho	Estivador	Natal	
420	002	João F. Gregório	Estivador	Natal	4.04
421	002	João F. Oliveira	Sapateiro	Natal	6.06
422	004	João F. Rosendo	Sarg. PM	Natal	6.06
423	002	João Freire	Estivador	Natal	
424	005	João Freire Araújo	Operário	Mossorô	5.00
425	002	João Galdino*	Sold.21 BC	Natal	6.06
426	023	João Galvão	-	S.Cruz	
427	002	João Gomes	Estivador	Natal	
428	002	João Gomes Lima	Marceneiro	Natal	
429	019	João Gonçalves	-	Mossorô	
430	028	João Gurgel Pinto	Func.Púb.	Apodi	
431	002	João Inácio Pereira	Estivador	Natal	6.06
432	002	João Júlio Vieira	Estivador	Natal	
433	011	João Justino Lopes	Agricultor	Natal	
434	002	João Laurentino	Estivador	Natal	
435	018	João Leandro	-	Natal	
436	002	João Leite Gonçalves*	Cabo 21 BC	Natal	5.04
437	038	João Lúcio	-	C.Novos	
438	011	João Luiz*	Sold. 21 BC	Natal	5.00
439	002	João Luiz Silva	Estivador	Natal	
440	002	João Maranhão	Motorista	Natal	
441	002	João M. Costa	Estivador	Natal	
442	004	João Maria Furtado	Advogado	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
443	002	João Martinho Falcão	Pedreiro	Natal	
444	002	João Marques Santos	Estivador	Natal	
445	018	João Martins	-	Natal	
446	004	João Mateus	Jornaleiro	Natal	
447	014	João Meirelès**	-	Mossorô	
448	002	João Meireles Júnior	Comerciante	Natal	
449	076	João Miranda e Sousa	Sold.21 BC	Natal	
450	012	João Monteiro	-	Canguaret	
451	076	João Moreira	Sold.21 BC	Natal	
452	067	João Moreira Pinto	-		
453	038	João Nego Guimarães	-	C.Novos	
454	005	João Paulino	Padeiro	Mossorô	5.00
455	002	João Paulino Sousa	Motorista	Natal	
456	051	João Paulino Vieira*	Pedreiro	Mossorô	
457	037	João Paulo Tavares	-	-	
458	032	João Pedro Ferreira	Agricultor	Arês	5.00
459	012	João Peixoto	-	Canguaret	
460	002	João Pereira Silva	-	Natal	6.60
461	002	João Pichum	Estivador	Natal	
462	012	João Pinheiro	Agricultor	Canguaret	
463	028	João P. Damasceno	Agricultor	Apodi	
464	002	João Queiroz	Estivador	Natal	
465	014	João Raimundo*	-	Mossorô	
466	005	João Reginaldo	Marchante	Mossorô	
467	023	João Ribeiro Dantas	-	S.Cruz	5.00
468	013	João Saburana*	Agricultor	N.Cruz	2.06
469	002	João Santos	-	Natal	
470	002	João Seyerino	Func.Púb.	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
471	012	João Severino Batista	-	Canguaret	
472	013	João Simonete	-	N. Cruz	
473	011	João S. Filho	-	Angicos	
474	018	João Teodósio	Sold. 21 BC	Natal	
475	011	João Valdemiro	Agricultor	Natal	
476	014	João Vargão**	Agricultor	Mossorô	
477	034	João Vieira da Silva	Sold.21 BC	Natal	2.00
478	018	João V. Nascimento	Agricultor	Natal	
479	002	João Wanderley*	Cabo 21 BC	Natal	
480	016	João X. de Queiroz	Agricultor	Martins	
481	012	João X. Lima	-	Canguaret	
482	076	João X. Nascimento	Sold.21 BC	Natal	
483	076	Joaquim A. Campelo	Sold.21 BC	Natal	
484	076	Joaquim A. da Costa	Sold.21 BC	Natal	
485	024	Joaquim F. Tinoco	Func.Púb.	S.Gonç.	1.00
486	024	Joaquim França	Func.Púb.	S.Gonç.	1.00
487	016	Joaquim F. Lopes	-	São Miguel	
488	035	Joaquim F. Melo	Agricultor	N.Cruz	8.00
489	076	Joaquim G. de Melo	Sold.21 BC	Natal	
490	002	Joaquim J. Costa	Estivador	Natal	
491	037	Joaquim J. Soares	-	-	
492	002	Joaquim Neves	Sarg.Pm	Natal	
493	038	Joaquim Norberto	-	C.Novos	
494	036	Joaquim Pedro	-	Canguaret	5.00
495	076	Joaquim P. de Oliveira	Func.Públic	-	
496	002	Joaquim Quirino	Estivador	Natal	
497	023	Joaquim R. Dantas	Func.Públi.	S.Cruz.	5.00
498	002	Joaquim Rodrigues	Estivador	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
499	002	Joaquim T. Silva	-	Natal	
500	012	Joatan Rodrigues	Comerciante	Canguaret	
501	005	Joel Martins Paulista*	Operário	Mossorô	2.00
502	076	Joel Otaviano Freitas	Sold.21 BC	Natal	
503	036	Jonas Nascimento	-	Canguaret	
504	005	Jonas R. da Rocha*	Marchante	Mossorô	2.00
505	002	Josafã Machado	Cabo 21 BC	Natal	5.00
506	002	José Aguinaldo Barros	Comerciante	Natal	2.00
507	002	José A. Sousa	Presidiário	Natal	
508	036	José Albuquerque	-	Canguaret	5.09
509	005	José Alencar	-	Mossorô	2.00
510	002	José Alípio de Melo	Motorista	Natal	
511	012	José Almeida	Agricultor	Canguaret	
512	004	José Alves	Enfermeiro	Natal	6.06
513	023	José Alves Araújo	Func.Púb.	S.Cruz	5.00
514	076	José Alves Bezerra	Sold.21 BC	Natal	
515	002	José A. Cavalcante	-	Natal	
516	045	José A. de Santana	-	Natal	
517	002	José Alves Silva	Estivador	Natal	
518	076	José A. Barros	Cabo 21 BC	Natal	
519	002	José A.A. Souza	Func.Público	Natal	
520	004	José A. Santana	Estivador	Natal	
521	002	José Antônio Silva	Estivador	Natal	
522	002	José A. da Silva*	Cabo 21 BC	Natal	
523	020	José Armando Silva	-	-	
524	002	José Bacora	Estivador	Natal	
525	005	José Batista*	-	Mossorô	5.00
526	076	José B. da Silva	Sold.21 BC	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
527	005	José Beluca	-	Mossorô	5.00
528	024	José B. de Oliveira	Comerciante	S.Gongalo	1.00
528	038	José B. Cavalcante	-	C.Novos	
529	026	José B. da Fonseca	Marinheiro	Natal	
530	076	José Caieira	Sold.21 BC	Natal	
531	076	José C. dos Santos	Sold.21 BC	Natal	
532	026	José C. de Lucena	Marinheiro	Natal	
533	004	José C. V. Silva	Agricultor	Natal	
534	005	José Cassiano	-	Mossorô	
535	005	José Chaveiro	Agricultor	Mossorô	5.00
536	038	José Cícero	-	C.Novos	
537	005	José C.de Oliveira***	Operário	Mossorô	5.00
538	023	José Clímaco Medeiros	Agricultor	S.Cruz	
539	076	José C. Cintra	Sold.21 BC	Natal	
540	011	José C. Lira	-	Natal	5.00
541	002	José Costa	Comerciante	Natal	6.00
542	016	José da Costa	Agricultor	Natal	8.00
543	012	José de A. Santos	-	Canguaret	5.00
544	016	José de Lima	-	S.Miguel	
545	023	José Décio Medeiros	Comerciante	S.Cruz	
546	076	José D. Alexandre	Sold.21 BC	Natal	
547	004	José do P. Teixeira	Motorista	Natal	
548	039	José Domingos	-	Açu	
549	051	José D. de Sousa*	-	Natal	
550	013	José dos Anjos	-	Nova Cruz	2.06
551	013	José E. Azevedo	-	Nova Cruz	
552	014	José E. Silva	-	Mossorô	
553	076	José E. de Almeida	Sarg.21 BC	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
554	037	José Felipe	-	-	
555	023	José F. Filho	Oficial 21 BC	Natal	
556	004	José F. Silva	Sapateiro	Natal	
557	023	José F. Rocha	Agricultor	S.Cruz	
558	002	José F. Silva	Estivador	Natal	
559	016	José F. Sobrinho	Comerciante	Martins	
560	014	José. F. da Silva*	-	Mossorô	1.04
561	031	José F.de A. Nunes	-	-	
562	012	José Flor*	-	Canguaret	
563	002	José F. Alves*	Sold.21 BC	Natal	8.00
564	002	José F. Aranha	-	Natal	
565	002	José Galdino*	Presidiário	Natal	
566	002	José G. Neto	Sold.21 BC	Natal	8.00
567	019	José Gonçalves	-	Mossorô	
568	011	José G. Muniz	-	Angicos	
569	076	José G. Lemos	Sold.21 BC	Natal	
570	002	José H. Santos	Estivador	Natal	
571	002	José H. Silva	Estivador	Natal	
572	012	José Inácio *	-	Canguaret	
573	076	José I. Francisco	Sold.21 BC	Natal	
574	018	José Isaías	Agricultor	Natal	
575	002	José I. Ribeiro	Sarg. PM	Natal	
576	035	José Joaquim	Guarda Civil	N.Cruz	8.00
577	020	José Leão	-	-	
578	016	José Lima Pinto	Agricultor	Natal	8.00
579	002	José Lima Silva	Estivador	Natal	
580	005	José Lins Oliveira	Operário	Mossorô	
581	005	José Lopes Bastos	Motorista	Mossorô	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
582	019	José L. Palmeira	-	Mossorô	
583	035	José Lins Aguiar	Celeiro	N.Cruz	
584	076	José Luiz de Lima	Sold.21 BC	Natal	
585	002	José Macedo*	Func.Púb.	Natal	10.00
586	002	José M. dos Santos	Estivador	Natal	8.00
587	005	José Mariano*****	Comerciante	Natal	5.00
588	013	José Mariano Aranha	-	N.Cruz	
589	002	José M. Nascimento	Estivador	Natal	
590	005	José Mateus	-	Mossorô	2.00
591	019	José M. de Oliveira	-	Mossorô	
592	011	José Meireles	Agricultor	Natal	
593	076	José M. de Sousa	Sold.21 BC	Natal	
594	076	José M. Nogueira	Cabo 21 BC	Natal	
595	038	José N. de França	-	C.Novos	
596	011	José N. Gouveia	-	Angicos	
597	002	José Neves	Estivador	Natal	
598	002	José N. Sobrinho*	Oficial PM	Natal	
599	023	José Olavo Rocha	Agricultor	S.Cruz	
600	005	José Otávio P. Lima	-	Mossorô	
601	076	José P. Nascimento	Sold.21 BC	Natal	
602	030	José Pereira	-	Mossorô	
603	005	José Pinto*	Pescador	Mossorô	5.00
604	005	José Pirico	-	Mossorô	
605	023	José P. Oliveira	-	S.Cruz	5.00
606	002	José P. Bezerra*	Cabo 2= BC	Natal	
607	002	José P. de Andrade	Spateiro	Natal	8.00
608	011	José R. Lira	Agricultor	Natal	
09	035	José R. Oliveira	-	N. Cruz	6.06

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
610	038	José R. Araújo	-	C.Novos	
611	008	José R. de Moura	Mecânico	Natal	
612	036	José Ricardo	-	Canguaret	
613	074	José Rita Filho*	Sold.21 BC	Macau	
614	033	José R. da Silva	-	S.Miguel	
615	038	José R. da Silva	-	C.Novos	
616	002	José R.C. Filho	Oficial PM	Natal	
617	076	José Sabino A. Filho	Sold.21 BC	Natal	
618	002	José Salústio	Motorista	Natal	4.04
619	016	José Sâtiro Brito	Sold.21 BC	Natal	8.00
620	017	José S. Sobrinho	Marcineiro	Macau	
621	076	José Sena Tinoco	Sarg.21 BC	Natal	
622	020	José Simões	-	-	
623	038	José S. da Silva	-	C.Novos	
624	045	José T.de Araújo	Func.Público	Natal	
625	002	José T. Rosa	Oficial PM	Natal	
626	011	José T. Vasconcelos	-	Angicos	
627	036	José Telêsforo	-	Canguaret	5.00
628	016	José V. da Costa	Juiz Direito	Martins	
629	004	José Vicente	Jornaleiro	Natal	
630	045	José C. Leão	Ofic.Exército	Natal	
631	002	Josino Paulino	Estivador	Natal	
632	076	Josué Bento	Sold.21 BC	Natal	
633	013	Jovino Fagundes	-	N. Cruz	
634	002	Jovino L. da Silva	Oficial PM	Natal	
635	012	Jovino O. Fagundes	-	Canguaret	
636	014	Juarez Maia*	-	Mossorô	1.04
637	045	Júlia C.Medeiros	Doméstica	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
638	036	Juliano M. Viana	G.Civil	Canguaret	
639	002	Juliano T. de Aquino*	Sarg.21 BC	Natal	10.00
640	002	Julio F. Macedo	Motorista	Natal	
641	013	Julio Francisco	-	N.Cruz	
642	002	Julio G. Moura**	Func.Púb.	Natal	
643	002	Julio J. Barros	Estivador	Natal	6.00
644	008	Julio Macedo	-	Natal	
645	005	Julio Porto*	-	Mossorô	6.00
646	023	Julio Ramos	Agricultor	S.Cruz	
647	002	Julio T. de Sousa	Estivador	Natal	
648	030	Justiniano Caldas*	-	Mossorô	
649	011	Juvenal C. Silva	Comerciante	Natal	
650	018	Juvino O. Sales	Agricultor	Natal	
651	002	Laurentino Campina	Estivador	Natal	
652	002	Lauro C. Lago**	Func.Púb.	Natal	10.00
653	045	Lauro Reginaldo	Marchante	Natal	
654	002	Lauro T. Nunes	Motorista	Natal	6.06
655	038	Leôncio Miranda	-	C.Novos	
656	076	Leonel Galdino	Sarg.21 BC	Natal	
657	076	Leonel Honorato	Sarg.21 BC	Natal	
658	002	Leonila Félix	Doméstica	Natal	
659	002	Levi Carlos S.Câmara*	Estudante	Natal	
660	068	Levi de Andrade	Sarg.21 BC	-	
661	002	Lindolfo Coutinho	Func.Púb.	Natal	5.00
662	002	Lourenço F. Lima	Motorista	Natal	5.00
663	020	Lourival Eufrásio	-	-	
664	076	Lucas M. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
665	002	Ludivico Pinto	(Nao f/preso	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
666	013	Luiz Antônio	-	N.Cruz	
667	076	Luiz A. de Medeiros	Sold.21 BC	Natal	
668	032	Luiz A. Fernandes	-	Arês	5.00
669	038	Luiz Bandeira de Melo	Agricultor	C.Novos	
670	036	Luiz Bento	-	Canguaret	5.00
671	076	Luiz Bezerra	Sold.21 BC	Natal	
672	019	Luiz Caenga	-	Mossorô	
673	002	Luiz Cândido Oliveira	Oficial PM	Natal	
674	013	Luiz Ciríaco*	Agricultor	N.Cruz	2.06
675	076	Luiz C.de Medeiros	Sold.21 BC	Natal	
676	004	Luiz de Matos	Agricultor	Natal	
677	076	Luiz Demétrio	Sold.21 BC	Natal	
678	002	Luiz F. Rocha	Estivador	Natal	
679	004	Luiz F. Santiago	Agricultor	Natal	
680	002	Luiz Ferreira	Estivador	Natal	
681	002	Luiz F. Lopes	Estivador	Natal	
682	002	Luiz G. Ferreira	Estivador	Natal	
683	002	Luiz G. de Oliveira*	Cabo 21 BC	Natal	
684	036	Luiz Gonzaga Lima	-	Canguaret	
685	038	Luiz José França	-	C.Novos	
686	004	Luiz Lopes Varela	Agricultor	Natal	
687	002	Luiz Lucena	Estivador	Natal	
688	012	Luiz Mangabeira	Artista	Canguaret	
689	002	Luiz Marques	G. Civil	Natal	
690	002	Luiz Máximo Araújo	Func.Públic.	Natal	
691	002	Luiz Paulo	Estivador	Natal	
692	076	Luiz Pedro da Costa	Sold.21 BC	Natal	
693	012	Luiz R. Martins*	Agricultor	Canguaret	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
694	005	Luiz Reginaldo	Maquinista	Mossorô	5.00
695	004	Luiz Reis França	Comerciante	Natal	
696	032	Luiz S. Oliveira	Agricultor	Arês	
697	030	Luiz Saraiva	-	Mossorô	
698	013	Luiz Serafim	-	N. Cruz	
699	002	Luiz Soares Brito	Farmacêut.PM	Natal	5.00
700	049	Luiz Tabatchnik	Comerciante	Natal	
701	002	Luiz T. Nunes	Motorista	Natal	
702	036	Luiz Valença	-	Canguaret	
703	012	Luiz V. Sobrinho	-	Canguaret	
704	035	Luiz Vieira	-	N. Cruz	6.06
705	076	Luiz X. Gomes	Sold.21 BC	Natal	8.00
706	002	Luiza Laurentino	Doméstica	Natal	
707	030	Manoel Aguiar	-	Mossorô	
708	076	Manoel A.S. Filho	Sold.21 BC	Natal	
709	004	Manoel A.S. Filho	Sold.21 BC	Natal	
710	023	Manoel Alves	Pedreiro	S.Cruz	5.00
711	011	Manoel Amâncio	Agricultor	Natal	
712	002	Manoel A. Nascimento	Estivador	Natal	
713	002	Manoel A. Silveira	Estivador	Natal	
714	037	Manoel Antonio	-	Mossorô	
715	007	Manoel A. Ferreira	Marinheiro	Natal	2.00
716	002	Manoel Barra	Estivador	Natal	5.00
717	002	Manoel Barra da Rocha	Estivador	Natal	
718	014	Manoel Batista**	-	Mossorô	
719	002	Manoel B. de Oliveira	Estivador	Natal	
720	076	Manoel B. Cruz	Sold.21 BC	Natal	
721	002	Manoel Bento	Estivador	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
722	037	Manoel B. de Souza	-	Mossorô	5.00
723	022	Manoel B. Filho*	-	Açu	
724	035	Manoel Braz*	-	N.Cruz	
725	018	Manoel Caetano	Sold.21 BC	Natal	
726	011	Manoel Camilo	-	Natal	
727	038	Manoel Caranhas	-	C.Novos	
728	076	Manoel C. Soares	Sold.21 BC	Natal	
729	002	Manoel Constantino	G.Civil	Natal	
730	076	Manoel da Cruz	Sold.21 BC	Natal	
731	026	Manoel de Azevedo	Marinheiro	Natal	
732	076	Manoel de Castro	Ofic.21 BC	Natal	1.04
733	033	Manoel D. Pinheiro	Agricultor	S.Miguel	
734	018	Manoel Domingos Campos	Pescador	Natal	
735	011	Manoel Hermenegildo	-	Natal	
736	014	Manoel Espinheira	-	Mossorô	
737	076	Manoel Faco Filho	Cabo 21 BC	Natal	
738	004	Manoel F. Sobrinho	-	Natal	
739	002	Manoel Felipe	Estivador	Natal	
740	002	Manoel Fernandes	Estivador	Natal	
741	002	Manoel F. Reis	Gazeteiro	Natal	6.00
742	002	Manoel F. Filho	Estivador	Natal	
743	005	Manoel F. Nascimento	Jornaleiro	Mossorô	
744	011	Manoel Florêncio	Agricultor	Natal	
745	002	Manoel Francisco	Estivador	Natal	
746	012	Manoel F. Andrade	Agricultor	Canguaret.	
747	004	Manoel F. de Oliveira	Jornaleiro	Natal	
748	076	Manoel Geraldo	Sold.21 BC	Natal	
749	002	Manoel G. Paiva	Estivador	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
750	037	Manoel H. de Melo	-	Mossorô	
751	076	Manoel J.M. Filho	Sold.21 BC	Natal	
752	002	Manoel J. do Nascimento	Estivador	Natal	
753	002	Manoel J. Nascimento	Estivador	Natal	
754	032	Manoel Joaquim	-	Arês	
755	036	Manoel J. Aureliano	-	Canguaret	5.09
756	016	Manoel J. Avelino	Agricultor	Natal	8.00
757	002	Manoel J. Nascimento	Peixeiro	Natal	6.06
758	020	Manoel J. da Silva	-	Natal	
759	002	Manoel J. Silva	G.Civil	Natal	
760	014	Manoel J. Costa**	-	Mossorô	
761	002	Manoel J. Filho	Motorista	Natal	6.06
762	018	Manoel L. Nascimento	Jornaleiro	Natal	
763	002	Manoel Ludgero	Estivador	Natal	
764	023	Manoel Macauba	Pedreiro	S.Cruz	
765	004	Manoel Marçal	Apos.Marinha	Natal	
766	038	Manoel Marinheiro		C.Novos	
767	022	Manoel Martins	-	S.Cruz	
768	014	Manoel Medalha*	-	Mossorô	1.04
769	030	Manoel Moreno	-	Mossorô	
770	036	Manoel N. Fagundes	-	Canguaret	
771	005	Manoel N. Silva	-	Mossorô	
772	011	Manoel Paranhos	-	Natal	
773	002	Manoel P.Nascimento	Estivador	Natal	
774	002	Manoel P.dos Santos	Sold.21 BC	Natal	
775	020	Manoel P. Filho	-	-	
776	076	Manoel P. do Vale	Sold.21 BC	Natal	
777	030	Manoel Q. Rego	-	Mossorô	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
778	032	Manoel Rafael	-	Arês	
779	002	Manoel R. da Silva	Agricultor	Natal	
780	024	Manoel R. Souza	Agricultor	S. Gonçalo	1.00
781	076	Manoel Roberto	Sold.21 BC	Natal	
782	016	Manoel R. da Silva	Sold.21 BC	Natal	8.00
783	038	Manoel Rodrigues	-	C. Novos	
784	004	Manoel R. das Chagas	Comerciante	Natal	
785	076	Manoel S. Pinheiro	Sold.21 BC	Natal	
786	004	Manoel Sebastião	Estudante	Natal	
787	002	Manoel Severino *	Estivador	Natal	
788	002	Manoel S. da Silva	Sapateiro	Natal	
789	004	Manoel S. Sobrinho	Func. Público	Natal	
790	002	Manoel Soares	Estivador	Natal	5.00
791	002	Manoel S. da Costa	Estivador	Natal	
792	023	Manoel S. Silva	Artista	S. Cruz	
793	004	Manoel T. Moura	-	Natal	
794	039	Manoel Torquato	-	Açu	
795	002	Manoel Trajano	Estivador	Natal	
796	076	Manoel V. Azevedo	Sold.21 BC	Natal	
797	030	Manoel Ventura	-	Mossorô	
798	005	Manoel V. Leite	Comerciante	Mossorô	
799	012	Manoel Veríssimo	-	Canguaret	5.00
800	076	Marçal T. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
801	005	Marcelino Alexandre	-	Mossorô	
802	005	Marlino P. de Oliveira	Agricultor	Mossorô	5.00
803	002	Maria Cruz Nunes	Doméstica	Natal	
804	031	Maria do C. Fernandes	-	-	
805	011	Maria Meireles	Doméstica	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
806	002	Maria Mendes	Doméstica	Natal	
807	002	Maria O. dos Santos	Doméstica	Natal	
808	002	Maria B. A. Feitosa	Doméstica	Natal	
809	004	Mário Alves	Marceneiro	Natal	
810	030	Mário A.C. Amorim**	-	Mossorô	
811	017	Mário B. Carneiro	Sold.21 BC	Natal	
812	002	Mário C. de Lima	Oficial PM	Natal	10.00
813	012	Mário Gouveia	-	Canguaret	
814	016	Mário H. Lima	-	S.Miguel	
815	032	Mário Luis	Comerciante	Arês	
816	002	Mário Ribeiro Paiva	G. Civil	Natal	6.00
817	013	Mário T. Gomes*	Motorista	Nova Cruz	
818	002	Mário T. Nunes	Motorista	Natal	5.00
819	002	Martiniano Olinto	Estivador	Natal	
820	002	Mauro Canuto	Marcineiro	Natal	
821	004	Mauro Varela F. Silva	Agricultor	Natal	
822	023	Melquíades F.Rocha	-	S.Cruz	
823	002	Miguel Bezerra Moraes*	Artista	Natal	
824	014	Miguel Cardoso*	-	Mossorô	1.04
825	033	Miguel F. Moreira	Func.Púb.	S.Miguel	
826	005	Miguel Moreira**	Advogado	Mossorô	5.00
827	045	Miguel O. da Rocha	Jornaleiro	Natal	
828	002	Miguel Quirino	Estivador	Natal	
829	076	Miguel S. Fernandes	Sold.21 BC	Natal	
830	012	Miguel Viana	-	Canguaret	
831	067	Miguel Correia	-	-	
832	014	Milton C. Aquino*	Func.Público	Mossorô	1.09
833	002	Milton H. de Sequeira	Jornalista	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
834	023	Misael A. Farias	-	S.Cruz	
835	004	Mizael Coelho	Artista	Natal	
836	036	Moacir Ferreira	-	Canguaret	
837	032	Moacir F. Furtado	Agricultor	Arês	1.00
838	002	Moisés da C. Pereira*	Oficial PM	Natal	8.00
839	002	Moisés Pinheiro	-	Natal	
840	004	Napoleão de C.Agra	Oficial PM	Natal	
841	002	Natanel Asael Ramiro	Marcineiro	Natal	
842	002	Nazareno Maranhão	Estivador	Natal	
843	002	Nazareno Ramos Vieira	Estivador	Natal	
844	002	Nazareno Vieira	Estivador	Natal	
845	013	Nelson C. Oliveira	Func.Púb.	N.Cruz	2.06
846	023	Nenrod B. Menezes	-	S.Cruz	
847	002	Nilo L. da Câmara	Eletricista	Natal	5.00
848	035	Nílson Coelho	-	N.Cruz	
849	036	Nisário Gurgel	Médico	Canguaret	
850	014	Nivaldo Pouchet	-	Mossoró	1.04
851	002	Nizário G. de Oliveira*	Advogado	Natal	2.00
852	002	Roberto Caldas	Comerciante	Natal	
853	002	Odilon R.Figueredo*	Agricultor	Natal	6.00
854	004	Olavo S. de Melo	Estudante	Natal	
855	038	Olímpio H. Guedes	-	C.Novos	
856	076	Orismidio S. Castro	Sold.21 BC	Natal	
857	013	Orlando Azevedo*	Médico	N.Cruz	
858	004	Orlando Nicácio Cunha	Artista	Natal	
859	012	Oscar Alves Maciel**	Sarg.21 BC	Canguaret	5.00
860	002	Oscar A. Wanderley *	Sarg.21 BC	Natal	
861	076	Oscar Artur Nunes	Cabo 21 BC	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
862	012	Oscar M. Rangel***	Sarg.21 BC	Canguaret	8.00
863	028	Osório M.de M. Brasil	Prop. Mral	Apodi	
864	030	Otávio A.C. Amorim*	Comerciante	Mossoró	
865	002	Otávio Fidélis	Func.Público	Natal	
866	002	Otoniel Menezes	Jornalista	Natal	3.00
867	002	Pacífico Paulo	Func.Púb.	Natal	
868	076	Paulino L.Cavalcanti	Sold.21 BC	Natal	
869	004	Paulo Bezerra	Sold.21 BC	Natal	6.06
870	002	Paulo de Melo	Func.Púb.	Natal	
871	025	Paulo F. Freitas	-	Mossoró	
872	002	Paulo F.de Oliveira	Estivador	Natal	
873	004	Paulo Medeiros	Sapateiro	Natal	
874	076	Paulo M. e Sousa	Sold.21 BC	Natal	
875	076	Paulo Pessoa	Sold.21 BC	Natal	
876	002	Paulo P. Pereira	Sarg. PM	Natal	
877	002	Paulo Rocha	N/foi preso	Natal	
878	002	Pedro Sílvio Moraes	Oficial PM	Natal	
879	023	Pedro Adriano	Artista	S.Cruz	
880	023	Pedro A. Araújo	-	S.Cruz	
881	012	Pedro A. Filho	-	Canguaret	
882	002	Pedro A.O. Trindade	Oficial PM	Natal	
883	033	Pedro B. Meireles	Agricultor	S.Miguel	
884	036	Pedro Basílio	-	Canguaret	
885	002	Pedro B. Sena	Estivador	Natal	
886	023	Pedro Brandão	-	S. Cruz	
887	012	Pedro C. Neves	Func.Púb.	Canguaret	
888	002	Pedro Celestino	Estivador	Natal	
889	023	Pedro C. Fernandes	Agricultor	S.Cruz	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
890	037	Pedro Dantas	-	-	
891	045	Pedro D. Guimarães	Tabelião	Natal	
892	005	Pedro F. Leite	-	Mossoró	
893	013	Pedro Garcia*	-	N. Cruz	
894	076	Pedro G. Piedade	Sold.21 BC	Natal	
895	076	Pedro G. Silva	Sold.21 BC	Natal	
896	032	Pedro H. Cunha	-	Arês	5.00
897	002	Pedro I. da Costa	Oficial PM	Natal	
898	011	Pedro J. da Costa	Agricultor	Natal	
899	002	Pedro Marcolino	G.Civil	Natal	
900	012	Pedro M. Soares	Operário	Canguaret	5.00
901	002	Pedro M.de Farias*	Sarg. PM	Natal	
902	002	Pedro Maximiano	Estivador	Natal	
903	024	Pedro Medeiros	-	S.Gonçalo	1.00
904	045	Pedro Melo	-	Natal	
905	005	Pedro Mendonça	Agricultor	Mossoró	
906	076	Pedro N. Oliveira	Sold.21 BC	Natal	
907	023	Pedro N. Carvalho	Agricultor	S.Cruz	
908	016	Pedro P. Lemos	-	S.Miguel	
909	004	Pedro Paulo	-	Natal	
910	002	Pedro Paulo Vieira	Mecânico	Natal	
911	002	Pedro P. dos Santos	N/foi preso	Natal	
912	016	Pedro R. Filho	Farmacêutico	Martins	
913	014	Pedro R. Bessa*	-	Mossoró	
914	017	Pedro R. Dantas	Comerciante	Macau	
915	076	Pedro R. Silva	Sold.21 BC	Natal	
916	011	Pedro Sebastião	Comerciante	Natal	
917	002	Pedro Sena	Estivador	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
918	023	Pedro S. Bezerra	Agricultor	S. Cruz	
919	036	Pedro Silvério	Agricultor	Canguaret	5.00
920	004	Pedro Soares Santos	-	Natal	5.00
921	004	Pedro Vitor	Motorista	Natal	
922	076	Pedro Xavier	Sold. 21 BC	Natal	
923	014	Pedro Zedeque	-	Mossorô	
924	076	Petrônio dos S. Lima	Cabo 21 BC	Natal	
925	076	Plácido Pessoa Veiga	Sold.21 BC	Natal	
926	002	Plínio N. de Carvalho*	Sold. PM	Natal	
927	002	Quintino C. de Barros**	Sarg.21 BC	Natal	10.00
928	002	Raimundo Pires	Doméstica	Natal	
929	004	Raimundo A. Pereira	Barbeiro	Natal	
930	076	Raimundo A. Figueiredo	Cabo 21 BC	Natal	
931	002	Raimundo A. de Oliveira*	Func.Púb.	Natal	
932	002	Raimundo C. da Silva	Estivador	Natal	
933	002	Raimundo F. de Lima*	Sold.21 BC	Natal	8.00
934	005	Raimundo J.de Oliveira	Dep.Estadual	Mossorô	
935	002	Raimundo Lustosa*	Eletricista	Natal	5.00
936	012	Raimundo Mangabeira	-	Canguaret	
937	002	Raimundo M. da Silva	Estivador	Natal	
938	037	Raimundo Moura	-	-	
939	002	Raimundo Oliveira	Caldereiro	Natal	4.04
940	002	Raimundo R.da Rocha*	Func.Púb.	Natal	3.04
941	018	Raimundo Tomé	-	Natal	
942	004	Ramires Magalhães	Func. Púb.	Natal	
943	002	Ramiro M. de Paiva	Func. Púb.	Natal	6.00
944	026	Raul Leucareão Sousa	Marinheiro	Natal	
945	023	Reginaldo Andrade	Comerciante	S.Cruz	5.00

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
946	014	Renato de S. Ramalho	-	Mossorô	
947	002	Renato Peixoto*	Cabo 21 BC	Natal	
948	002	Renato William	Engenheiro	Natal	
949	036	Renau Nascimento	Agricultor	Canguaret	5.00
950	005	Ricardo Torquato	-	Mossorô	
951	076	Rodolfo B. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
952	002	Rodolfo Henrique	Sapateiro	Natal	
953	012	Romário Calafange	Func.Púb.	Canguaret	
954	002	Rosemiro H.de Freitas*	Aux.Comércio	Natal	5.00
955	012	Rubens Câmara	Func.Púb.	Canguaret	
956	076	Rui Wilson F. Cabral	Sold. 21 BC	Natal	
957	014	Salomão Botelho	-	Mossorô	1.09
958	012	Salomão Saraiva*	-	Canguaret	
959	011	Salustiano C.da Silva	Agricultor	Natal	
960	017	Salustino de C. Cacho	-	Macau	
961	026	Salvador Soares	Marinheiro	Natal	
962	023	Samuel C. Oliveira	-	S.Cruz	
963	005	Sandoval de O. Sales	Agricultor	Mossorô	
964	045	Sandoval Wanderley	Jornalista	Natal	
965	023	Sebastião A. Araújo	-	S. Cruz	
966	019	Sebastião Caldeira*	-	Mossorô	
967	002	Sebastião dos Santos*	Sarg.21 BC	Natal	8.00
968	004	Sebastião Félix Araújo	Tabelião	Natal	5.00
969	076	Sebastião M. Moraes	Sold.21 BC	Natal	
970	076	Severino A. Barbosa	sold.21 BC	Natal	
971	076	Severino B. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
972	010	Severino B. Araújo	-	-	
973	023	Severino C. de Lima	Oficial PM	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
974	004	Severino C. Mesquita	Func.Púb.	Natal	5.00
975	002	Severino C.A. Maranhão	Func.Púb.	Natal	5.00
976	011	Severino Cordeiro	-	Natal	
977	076	Severino E. dos Santos	Sold.21 BC	Natal	
978	076	Severino F.de Oliveira	Sold.21 BC	Natal	
979	076	Severino F. Santos	Sold.21 BC	Natal	
980	036	Severino F. Farias	-	Canguaret	
981	012	Severino Fortunato	Jornaleiro	Canguaret	
982	002	Severino Freire	Sold.PM	Natal	
983	018	Severino G. da Silva	-	-	
984	018	Severino I. Gonçalo	Pescador	Natal	
985	076	Severino M. da Costa	Sold.21 BC	Natal	
986	035	Severino M. Filho	-	N.Cruz	
987	002	Severino M. Ribeiro	Fund.Público	Natal	
988	002	Severino O. de Melo	Estivador	Natal	
989	076	Severino P.Nascimento	Sold.21 BC	Natal	
990	076	Severino P.da Silva	Sold.21 BC	Natal	
991	002	Severino P. Fraga	Estivador	Natal	
992	002	Severino P. Moraes	S/profissão	Natal	
993	013	Severino Raimundo	- -	N.Cruz	2.06
994	018	Severino R. Moura	Func.Públic.	Natal	
995	002	Severino Rodrigues	Estivador	Natal	
996	076	Severino R.da Silva	Sold.21 BC	Natal	
997	076	Severino S. Campos	Sold.21 BC	Natal	
998	002	Severino V.dos Santos*	Sold.21 BC	Natal	
999	076	Severino Vieira	Sold.21 BC	Natal	
1000	076	Sídrack de Oliveira	Sold.21 BC	Natal	
1001	002	Sílvio Alvares	Sold.21 BC	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	NOME	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
1002	018	Sinval Modesto	Func.Púb.	Natal	
1003	002	Sizenando Filgueira*	Motorista	Natal	
1004	023	Suetonio S. Lima	Estudante	S.Cruz	5.00
1005	004	Teófilo N. Cunha	-	Natal	5.00
1006	005	Tertuliano A. Primo	Comerciante	Mossorô	
1007	004	Tiago Machado	G.Civil	Natal	6.06
1008	002	Tibúrcio M. Bezerril	Ferreiro	Natal	
1009	002	Ubirajara A. Feitosa	Tipógrafo	Natal	2.00
1010	014	Uriel F. de Oliveira	-	Mossorô	1.04
1011	002	Valdemar Dantas	Estivador	Natal	
1012	002	Valdemar Duarte	N/foi preso	Natal	
1013	002	Valdemar F. Coelho	Cabo 21 BC	Natal	8.04
1014	011	Valdemar Guedes	Func.Público	Natal	
1015	002	Valdemar Lima	Estivador	Natal	
1016	002	Valdemiro F.Oliveira	Sapateiro	Natal	6.06
1017	014	Valdir Correia	-	Mossorô	1.04
1018	016	Valdir O. Correia	-	S.Miguel	
1019	076	Valdomiro G. da Silva	Sold.21 BC	Natal	
1020	026	Valfredo de Castro	Marinheiro	Natal	
1021	012	Valfredo Gondim	-	Canguaret	5.00
1022	011	Vicente Alves Neto*	Agente Fiscal	Natal	5.00
1023	005	Vicente Ferreira Gomes	-	Mossorô	
1024	028	Vicente Ferreira Maia	Açougueiro	Apodi	
1025	005	Vicente Florêncio Mota	Comerciante	Mossorô	
1026	002	Vicente G. de Matos*	Sold.21 BC	Natal	
1027	019	Vicente M. da Silva**	-	Mossorô	
1028	036	Virgílio Cletano*	-	Canguaret	
1029	002	Virgínia P. da Silva*	Doméstica	Natal	

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	N O M E	PROFISSÃO	LOCAL	COND.
1030	002	Virgolino Lopes Lira	Estivador	Natal	6.06
1031	021	Vital Sales de Araújo	G.Civil	C.Mirim	
1032	032	Vitoriano Rafael	-	Arês	
1033	031	Vivaldo Poche	-	-	
1034	004	Valdemar A. Quirino	-	Natal	
1035	076	Waldemar F. Coelho	Cabo 21 BC	Natal	
1036	005	Zacarias Praxedes	Comerciante	Mossorô	
1037	037	Zeferino Lucas	-	-	
1038	004	Zoroastro C. Bezerra*	Cabo 21 BC	Natal	

CARACTERIZAÇÃO DOS INDICIADOS NO LEVANTE MILITAR

NO RIO GRANDE DO NORTE POR PROFISSÃO

A N E X O I I

P R O F I S S ã O	INDICIADOS	CONDENADOS
. Advogado	05	01
. Agricultor	81	25
. Agrimensor	01	-
. Agrônomo	02	01
. Artista	10	01
. Aux. Comércio	03	01
. Barbeiro	03	01
. Celeiro	01	-
. Comerciante	41	09
. Dentista	01	-
. Deputado Estadual	02	-
. Deputado Federal	01	-
. Doméstica	10	01
. Eletricista	04	01
. Enfermeiro	07	02
. Engenheiro	01	-
. Estivador	125	11
. Estudante	07	02
. Funileiro	01	-
. Ferroviário	04	02
. Ferreiro	02	-
. Funcionário Público	56	18
. Guarda Civil	19	11
. Guarda Livro	01	-
. Industrial	01	-

P R O F I S S ã O	INDICIADOS	CONDENADOS
. Jornaleiro	13	02
. Jornalista	07	02
. Marceneiro	09	01
. Marchante	07	01
. Mecânico	03	-
. Médico	02	01
. Mensageiro	01	-
. Motorista	30	09
. Músico	01	-
. Operário	04	-
. Padeiro	02	01
. Pedreiro	08	01
. Pescador	04	02
. Pintor	02	-
. Proprietário Rural	08	02
. Sapateiro	14	05
. Tabelião	02	01
. Tipógrafo	09	02

RELAÇÃO DOS MILITARES (PATENTES) E Nº DE CONDENADOS

P A T E N T E	INDICIADOS	CONDENADOS
. Soldados do 21 BC	157	12
. Cabos do 21 BC	34	08
. Sargentos do 21 BC	20	07
. Soldados da PM	05	01
. Cabos da PM	03	-
. Sargentos da PM	17	01
. Oficial da PM	20	04
. Marinheiro	09	-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - FONTES DOCUMENTAIS:

a) ARQUIVOS

a.1. PÚBLICOS

- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
- Arquivo do Exército (RJ)
- Arquivo do Rio Grande do Norte (Natal)
- Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- Arquivo da História Social Edgard Laurenroth, UNICAMP.
- Arquivo Público de Pernambuco (Recife)
- Arquivo Fundação Joaquim Nabuco (Recife).

a.2. COLEÇÕES PESSOAIS:

- . Arquivo G. Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio.
- . Arquivo D. Aranha, Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio.
- . Arquivo C. Filho, Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio, e Museu Café Filho, Natal.

a.3. ENTREVISTAS:

- Sr. Poti Marcelino Ferreira
- Sr. João Wanderley

- Cel. Mário Cabral
- Sr. Antônio Araújo
- Des. João Maria Furtado
- Dr. Oto Guerra
- Sr. Francisco Guilherme
- Sr. José Moreira
- Sr. Joel Paulista
- Sr. Luiz Cleodon

II - PERIÓDICOS CONSULTADOS:

JORNAIS:

- . A Classe Operária - 1930, 1931, 1935
- . A Ordem (Natal-RN) - 1935.
- . A República (Natal-RN) 1924-1935
- . A Razão (Natal-RN) 1935.
- . Em Tempo
- . Movimento
- . A Noite (Rio de Janeiro) - 1934/1935.
- . Diário de Pernambuco (Recife-PE) - 1934-1935.
- . O Mossoroense (Mossoró-RN) - 1935.

III - BIBLIOTECAS CONSULTADAS:

a. PÚBLICAS:

- Biblioteca da UFPE (Recife)
- Biblioteca da UFRN (Natal)
- Biblioteca Estadual DO RN (Câmara Cascudo)
- Biblioteca da UNICAMP
- Biblioteca da Fundação José Augusto

- Biblioteca da Diocese de Natal
- Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
- Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros - USP-SP.
- Biblioteca Municipal Mário de Andrade - São Paulo

6. PARTICULARES:

- . Biblioteca do Dr. Oto Guerra - Natal-RN
- . Biblioteca do Prof. Antônio Lindoso - Natal-RN
- . Biblioteca do Sr. Dorian J. Freire - Mossoro-RN
- . Biblioteca do Dr. Roberto Monte.

B I B L I O G R A F I A

- AMADO, Jorge. O cavaleiro da esperança. Rio: Record. 1979.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora. São Paulo: Cor_{te}z, Autores Associados, ed. Ensaio, 1988.
- ARAGÃO, José Campos. A intentona comunista de 1935. Biblioteca do Exército. 1973.
- A'RBÖEZ, Istuan I.L.. Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte Natal, 1984. Mimeog.
- BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário: Memórias. 2.^a Ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- BARBOSA, Edgar. História de uma campanha. Natal. Imprensa Oficial. 1936.
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da república (1930-1960) - 4.^a ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, V. 2.
- BASTOS, Abguar. Prestes e a revolução social. Rio: Calvino - 1951.
- BOITO JUNIOR, Armando: As massas nas ruas: é a ANL" in: Journal Movimento de 24 a 30.11.1980, Pág. 13.
- BORGES, Vanp. P. Os sentidos do tenentismo: Memórias. História e historiografia (São Paulo, 1930-1932). São Paulo: ... 1987. Tese de doutorado em C. Sociais - PUC/SP.

BRANDÃO, Octavio. Combates e batalhas: Memórias. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao Catete. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

CALDEIRA, José de Ribamar C. A ANL no Maranhão. Abril-julho de 1935. Consulte/EDUFMA. São Luiz, 1990.

CAMPOS, Reinaldo Pompeu. Repressão judicial no estado novo a esquerda e a direita no banco dos réus. , 1982.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no Rio Grande do Norte. Natal: Clima/Fundação José Augusto, 1986.

DE DECCA, Edgar Salvatori. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasilienses, 1981.

DEL ROYO, Marcos. A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina Livros, 1990.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: 1962.

DIAS, Giocondo. Os objetivos dos comunistas. São Paulo: Novos Rumos, 1983.

DRUMOND, José Augusto. O movimento tenentista. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio, 1986.

DULLES, Jonh W.F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. (1906 - 1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

O comunismo no Brasil, 1935-1945: Repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAUSTO, Bôris. A revolução de 1930. 3.^a ed. São Paulo: Brasilienses, 1975.

FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do garrancho. São Paulo: 1986. Dissertação de Mestrado em C. Sociais, PUC/SP.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo - Aliança Liberal ... (1927-1930), São Paulo: Pólis, 1978.

Tenentismo e forças armadas na revolução de 30. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988

FREIRE, Josué. O exército em face das lutas políticas. S.C. - off. graph da Estação central de material da intendência, - 1938.

FURTADO, João Maria. Vertentes (Memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição para uma história da esquerda brasileira, in: MORAES, Reginaldo et alli orgs. Inteligência brasileira. São Paulo: Brasilienses, 1986. Pág. 193-223.

GOD'Ó, Julio. História dos movimentos armados latino-americanos. Nacionalismo, comunismo. 1918-1930. México: Nueva Imagem, 1983.

HERNANDEZ, Leila M.B. A aliança nacional libertadora; ideologia e ação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HILTON, Stanley. A rebelião vermelha. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBBSBAWH, E. História do Marxismo. Civilização Brasileira - XIII volumes.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

JOFFILLY, José. Harry Berger. Paz e Terra. Universidade Federal do Paraná, 1987.

KONDER, Leandro. A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro, Campos, 1988.

LEVINE, Robert. O regime de Vargas. 1934-1938. Os anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

A revolução de 1935, 1.^a Parte: Rio Grande do Norte. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, 68/69; 121-135, 1976/1977.

LIMA, Lourenço Moreira. A coluna Prestes. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

LINHARES, Hermínio. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil. Rio de Janeiro, 1985.

MAFEI, Eduardo. A intentona comunista de 1935. Conferência pronunciada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no dia 06.03.81. Mímlog.

MARCON, Lilly. L'Internacional, Pré la Twinist. Paris: B. Grusset, 1979.

MARIZ, Martins da Silva. A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte - 1930-1934. Brasília: Senado Federal, 1984.

MARTINS, Luciano. A revolução de 30 e seu significado político. in: Revolução de 30: Seminário Internacional, Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 1980. Brasília, UNB, 1983, pág. 609-689. (Temas Brasileiros, 14).

MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945 - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. Prestes: lutas e auto-críticas. São Paulo: Vozes, 1982.

MORAIS, Fernando. Olga. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

OLIVEIRA FILHO, Moacir. Praxedes, um operário no poder (a insurreição comunista de 1935 vista por dentro). São Paulo: Alfa Omega, 1985.

PACHECO, Eliezer. O partido comunista brasileiro. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

PEREIRA, Astrogildo. Construindo o PCB (1922-1924). Org. Zaidan Filho, Michael S.P. Ciências Humanas, 1980.

_____. Ensaaios Históricos e Políticos. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

PEREIRA, Nilo, JOSÉ AUGUSTO B. de Medeiros: Um democrata. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Repressão e Insurreição (1922-1935) (Comunistas, tenentes e violência do estado sob 1922-1935 - Tese A Livre Docência, 1987. Universidade de São Paulo, apresentação.

- Política e trabalho no Brasil: dos
anos 20 a 1930. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- A insurreição militar de 1935: tenen
tismo no COMITERN, comunicação apresentada no 9º Encontro de
ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em
Ciências Sociais). Águas de São Pedro, São Paulo, 1983.
- & HALL, Michel. As classe operária no
Brasil: 1889-1930. São Paulo: Brasilienses, 1987.
- PRADO JUNIOR, Caio. O programa da Aliança Nacional Libertado-
ra. Escrita/Ensaio, São Paulo: 4(10): 121-36. 1982.
- PORTO, Eurico Belens. A insurreição de 27 de novembro. Rio,
Polícia Civil do Distrito Federal, Imprensa Nacional, 1936.
- PINTO, Lauro. Natal que eu vi - 5.^aed. Natal, 1951.
- PRESTES, Luiz Carlos. Prestes, hoje. Rio de Janeiro: Codecri,
1983.
- REIS, Dinarco. A luta de classes no Brasil e o PCB. São Paulo:
Novos Rumos.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. O PCB no Ceará: ascensão e decli-
nio. 1922-1947. Sylus/Universidade Federal do Ceará, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organiza
ção in: História Geral da Civilização Brasileira, Vol. X. O
Brasil Republicano, São Paulo: Difel, 1981.
- RUY, José Carlos. "1935: o levante armado" in: jornal movimen
to de 20 de novembro a 21.12.1978. Pág. 11.

- SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do tenentismo. 3.^a ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- SEGATTO, José Antônio. Breve história do PCB. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Hêlio. 1935, a revolta vermelha. VIII volume. (O ciclo de Vargas) Civilização Brasileira. 1969.
- SILVA, Marconi. G. de et alli. A economia norte-rio-grandense e a crise de 29. Natal. Universitária. 1986.
- SODRÊ, Nelson Werneck. A intentona comunista de 1935. São Paulo: Vozes.
- _____. Contribuição à história do PCB. São Paulo: Global, 1984.
- _____. História da Revolução Brasileira. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Itamar. A república velha no RN. Gráfica do Senado Federal, 1989.
- TAKEIA, Denise e LIMA, Hermano. História política administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte; 1892-1930. Natal: Universitária, 1987.
- TAVARES, Cláudio. Uma rebelião caluniada: o levante do 21 BC/ Pernambuco, outubro de 1931. Recife: Guararapes, 1982.
- TAVARES, José Nilo (Org). Novembro de 1935: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VINHAS, Moisés. O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929) na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: global, 1985.

WERNECK, Ruth. Olga Benário: a história de uma mulher corajosa. São Paulo: Alfa Omega, 1990.

COMPANHEIRAS!

A União Feminina apoia o movimento Nacional Libertador do povo do Brasil chefiada por Luiz Carlos Prestes.

Não somente os homens mas também as mulheres conscientes estão dispostas a lutar pelas liberdades populares e pela expulsão dos imperialistas estrangeiros e seus lacaios no Brasil.

Companheiras todo o nosso apoio firme e decidido a revolução nacional Libertadora.

Viva Luiz Carlos Prestes!

Viva a Aliança Nacional Libertadora!

VIVA O 21 B. C. e o povo em armas!

Viva a União Feminina!

(Do Directorio da União Feminina do Brasil.)

Seção do Rio Grande do Norte.

Tipografia da Aliança Nacional Libertadora.

77
P. G. M.
77
83
100. 100. 100.

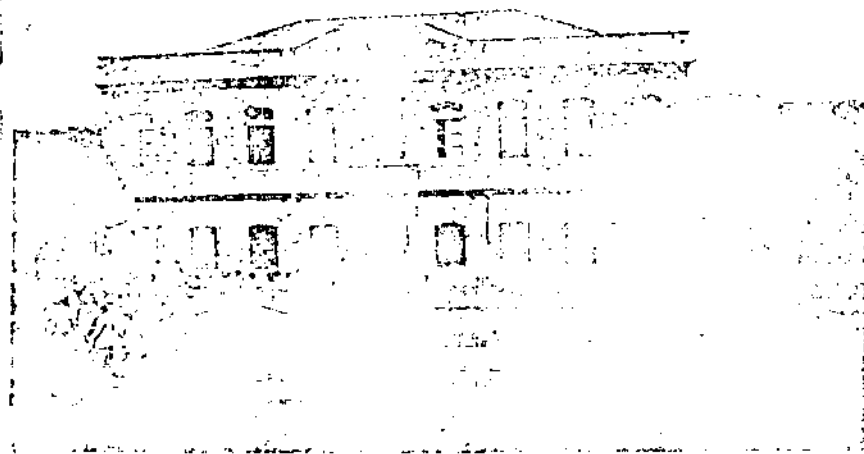
Dec. 1901

65
H. C. McArthur

59

Estado unguia f...
tel da Policia Militar, ...
ataque dos revoltosos.

Ed. V. ...



80 97
pudam
14m

Cal Palmer

HYMNO DA ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

(Musica do hymno da Republica).

Nosso povo que vive oprimido
Já não pode soffrer tanta dor;
É preciso fazer do gemido
Uma voz de esperança e de amor.
Nosso peito ha de ser a muralha
Contra quem explorar a Nação;
Este povo que luta e trabalha
Quer justiça, quer terra, quer pão.

Estrilho

ALLIANÇA! ALLIANÇA!
Contra vinte ou contra mil
Mostraremos nossa pujança
Libertemos o Brasil.

Quem trabalha ha de ser o mais forte
No calor desse céu sempre azul.
Das douradas caatingas do Norte
As rideantes cochilhas do Sul.
Nós faremos o "sigma" em pedaços,
Não queremos emblema tão vil
A serviço dos grandes ricos
Contra os pobres de todo o Brasil.

ALLIANÇA! ALLIANÇA! etc.

Camponez, operario, soldado,
Marinheiros, nós somos irmãos!..
Caminhemos assim, lado a lado.
Apertando a cantar nossas mãos.
Esse canto é preciso que brade,
Que não cesse o clamor dessa voz:
No Brasil ha de haver liberdade
Conquistada na rua por nós!

ALLIANÇA. ALLIANÇA! etc.

82 99 76
publica
10/11

Luiz Carlos Prestes

Assegurando a Ordem Pública

O movimento revolucionario que rebentou neste Estado na noite de 23 do corrente, já está felizmente, generalizado em todo o paiz, sendo portanto destituídas de fundamento as noticias alarmantes, que vêm circulando nesta cidade.

O Governo Revolucionario Popular instituido, hoje, nesta secção do Nordeste Brasileiro, assegurado plenas garantias a população, conforme já tem sobejamente comprovado, está no proposito de punir severamente os derrotistas boateiros e deseja a tranquillidade da familia norriograndense que, nesta hora, deixe confiar na absoluta eficacia de sua ação, moldada em tudo no espirito altamente humanitario e energico de Carlos Prestes.

Marchamos para a vitoria decisiva dentro de pouco tempo.

Viva LUIZ CARLOS PRESTES!

Viva o heroico 21 B. C.!

Viva a Aliança Nacional Libertadora.

Natal, 25 de Novembro de 1935.

(Boletim das 15 horas)

Aos Senhores Comerciantes

Estando já constituído o Comité Revolucionário, aclamado pelo povo reunido em praça pública, dirige-se este aos senhores comerciantes, no sentido de pedir-lhes que normalisem a vida da cidade, abrindo as suas casas comerciais a fim de que o povo não sofra mais tempo a falta de géneros de primeira necessidade.

Esperamos ser atendidos neste nosso apelo, mesmo porque de outro modo nós nos sentiríamos impotentes para conter o povo nos assaltos que por ventura tenha necessidade de fazer ao comércio para munir-se do necessário a sua vida.

Atendidos porém, garantiremos o livre funcionamento de todo o comércio ao qual procuraremos beneficiar, diminuindo os impostos de comércio de acordo com os senhores comerciantes aos quais oportunamente convidaremos para nos dar sugestões sobre o assunto.

José Praxedes de Andrade

Pelo Secretariado de Abastecimento Público.

Natal 27 de Novembro de 1935.

79. 06 71
fubam 10/11

bu-10/11

AO POVO

O Rio Grande do Norte, desafiando os dias amargos em que viveu tiranizado por um governante forjado na prostituição dos princípios republicanos de outrora, bastou-se soberbo, como fênix redentora no setentão brasileiro, abrindo caminho largo ao sólo abençoado da Pátria e entrando triunfal no Cavaleiro da Esperança.

LUIZ CARLOS PRESTES.

Ao seu lado, erguem-se, até agora, como mais duas esplêndidas victórias já conquistadas com sangue, como dois gigantes invencíveis — Pernambuco e Paraíba.

PÃO, TERRA E LIBERDADE é o nosso lema. É a victória do socialismo sobre a decadente Liberal-Democracia dos políticos profissionais; é a victória da Aliança Nacional Libertadora; é a victória de Carlos Prestes; é a victória do direito do mais fraco, que nunca teve direito! Direito ao que é seu, usurpado pelo mais forte; direito ao PÃO com abundância; direito às TERRAS; direito à LIBERDADE.

E com este postulado, com estas trez palavras escritas com fogo na grandezza do nosso idealismo — PÃO, TERRA E LIBERDADE, com esta bravura comprovada no anterior esplendente de hoje, marcharemos confiantes para o abraço fraternal dos irmãos do Sul. Nas nossas pagadas, seguindo o nosso passo e o nosso exemplo, vão a legendária Amazonia, o valente Grão-Pará, o Maranhão da intelligencia, o Piahy heroico, o Ceará esculante de sol e de idealismo.

Soldados, cabos e sargentos do 21 B. C., que fortes valentes como as vossas proprias armas no inicio edificamos a derrubada de um regime que apodreceu de todo, o Rio Grande do Norte tudo espera da vossa bravura.

Mulheres operarias, trabalhadores, gente simples e boa que experimentastes, hontem e hoje, a vossa resistencia na barricada, continue como idômitas sentinellas na defesa santada reivindicações nacionais.

Povo! conquistastes com sangue um direito; Rio Grande do Norte sois o marco iniciante, a fé, o orgulho de uma geração redimida.

A Aliança Nacional Libertadora assegura garantias plenas a todos os cidadãos, sem distincção de credo politico ou religioso, recebendo de braços abertos a todo aquelle que desejo de boa fé coopear na grande obra reconstrutiva que se alicença.

NATAL, 24 de Novembro de 1935.

BOLETIM INFORMATIVO

A Marcha da Revolução Libertadora

Cumprimos o grato dever de, com alegria verdadeiramente revolucionaria comunicar ao povo deste Estado a marcha assensiva da revolução.

Isto podemos fazer porque estamos de posse do telegrafo e dos radios e controlando todas as noticias que por eles vem.

Nós sabiamos que o Brasil era um imenso "barril de pólvora" e que bastaria uma centelha para que ele explodisse, nós fomos essa centelha.

Sem vaidade, sem orgulho que nós Riograndenses do Norte não os temos, poderemos dizer ao Brasil estasiado que fomos a primeira pedra desse grandioso edificio que vai ser o Governo Popular.

Ao echo da nossa metralha já responderam os companheiros da Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e E. do Rio de Janeiro e Maranhão as quaes já estão nas mãos dos Nacionais Libertadores.

São Paulo está insurreccionado com o povo em armas e o proletariado em greve revolucionaria, tudo indicando que o governo não se sustentará por muitas horas, e mais para o sul o proletariado se atira a greves combativas aclamando o nome de Luiz Carlos Prestes.

A gloriosa Marioba Brasileira tambem já viron os seus canhões contra a tirania estando revoltada na Baía Guanabara e bem assim no Pará, Santa Catarina, levantou-se a poucos minutos sob o comando do valente companheiro Hercolino Cascardo.

Viva a Aliança Nacional Libertadora!

Viva Luiz Carlos Prestes!

Viva o Governo N. Popular Revolucionario

Natal, 26 - 11 - 1935

(Tip. Libertadora)

81 98 75
p. 10/11/35

Comunicado do Comité Revolucionário

Tendo chegado ao nosso conhecimento que alguns elementos terroristas, a serviço dos inimigos do povo andam espalhando pela cidade boatos alarmantes no intento de atemorisarem as famílias, e nos incompatibilisar com o povo, resolvemos tomar as seguintes medidas:

Serão punidos com o maximo rigor todos os que forem pegados espalhando boatos de qualquer natureza tendentes a implantar o desanimo e o terror entre as famílias.

Serão presos e punidos com o maximo rigor todos os que forem pegados na pratica de actos atentatorios a moral e ao decoro publico.

Será preso todo e qualquer individuo que transite pelas ruas em visivel estado de embriaguez.

Natal, 27-11-935

AVISO

Acham-se no interior do Estado,
Forças do

21 B. C.

mantendo

a ordem.

Tipographia da «Alliança Nacional Libertadora».

ERRATA

- Página 6 (resumo) 9ª linha, onde se lê cécula leia-se célula na 14ª linha onde se lê levantar, leia-se alargar, na 22ª linha onde se lê um método, leia-se o método e na 23ª linha onde se lê "memórias contemporâneas" leia-se memórias de contem porâneas.
- Página 7, 1º parágrafo, 3ª linha, onde se lê alto, leia-se outo e no 3º parágrafo, na 2ª linha, onde se lê inflexões históricas, leia-se reflexões históricas.
- Página 9, 2ª linha, onde se lê Mestrodos, leia-se Mestrado e no 2º parágrafo, 7ª linha, onde se lê sistemática, leia-se sistemático.
- Página 10, 2º parágrafo, 5ª linha, onde se lê partico, leia-se partido.
- Página 16, 2º parágrafo, 2ª linha, suprime-se a palavra é reconhecida. O parágrafo fica com a seguinte redação: "ascensão de Stalin em 1928. Quanto aos "aspectos (...)"
- Página 17, 5ª linha, onde se lê ele é o autor da forma (...) leia-se ele é o autor que de forma (...)
- Página 25, 3ª linha, onde se lê camponeses, leia-se camponesa
- Página 37, 2º parágrafo, 6ª linha, onde se lê purgação, leia-se pregação.
- Página 79, 18ª linha, onde se lê 300 homens, leia-se 420 homens
- Página 89, 1º parágrafo, 16ª linha, onde se lê 21 PC, leia-se 29 DC.
- Página 98, 1º parágrafo, onde se lê sociedade, leia-se governo
- Página 101, 10ª linha, suprime-se a palavra "a Ordem" e na 11ª linha, a palavra ambos.
- Página 129, 3º parágrafo, onde se lê as tropas é organizada, leia-se as tropas são organizadas.
- Página 251, onde se lê como demonstraremos, leia-se como demonstramos.